

**Universidade Estadual de Campinas**

**Faculdade de Educação**

**Mateus Camargo Pereira**

***Tecendo A Manhã:***

**História do Diretório Central dos Estudantes**

**da Unicamp**

**(1974/1982)**

**Campinas, novembro de 2006.**



**Mateus Camargo Pereira**

***Tecendo A Manhã:***

**História do Diretório Central dos Estudantes da  
Unicamp  
(1974/1982)**

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de mestrado de Mateus Camargo Pereira, requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre em educação, aprovada pela comissão julgadora em 14/09/2006.

Orientadora

Profa. Dra. Vera Lúcia Sabongi De Rossi

**Comissão julgadora**

Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira (UNISO) - titular

Profa. Dra. Patrícia Piozzi (UNICAMP) – titular

Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle (UNESP) – suplente

Profa. Dra. Eloísa de Matos Hofling (UNICAMP) -  
suplente

**Campinas, novembro de 2006**

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

P414t Pereira, Mateus Camargo  
Tecendo a manhã : história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp  
(1974-1982) / Mateus Camargo Pereira. -- Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador : Vera Lúcia Sabongi De Rossi.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade  
de Educação.

1. Diretório Central dos Estudantes – História – 1974-1982. 2.  
Diretório acadêmico – Gestão. 3. Movimentos estudantis. 4. Estudantes –  
Atividades políticas. I. De Rossi, Vera Lúcia Sabongi. II. Universidade Estadual  
de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-323-BFE

**Título em inglês:** Weaveeing the morning: history of the Central Directory of the Students of the Unicamp  
(1974-1982)

**Keywords:** Directory of the Students of the Unicamp - History – 1974-1982 ; Students movements ; Students -  
Politics activities

**Área de concentração:**

**Titulação:** Mestre em Educação

**Banca examinadora:** Profa. Dra. Vera Lúcia Sabongi De Rossi  
Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira  
Profa. Dra. Patrizia Piozzi  
Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle  
Profa. Dra. Eloisa de Mattos Hofling

**Data da defesa:** 2006

**Programa de pós-graduação :** Educação

**e-mail :** eduarjor@yahoo.com.br

# Dedicatória

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que dedicaram momentos de sua vida para a construção do movimento estudantil brasileiro, especialmente aqueles que pautaram sua atuação pela perspectiva de construção da utopia socialista.



# Agradecimentos

Inicialmente, gostaria de agradecer a meus pais, Eunice e Dircélio, responsáveis por acender em mim a chama militante, encarando as dificuldades decorrentes desta escolha.

Agradecer à Lia, companheira que tolerou meu mau humor, angústias e frustrações, mantendo-se ao meu lado em todos os momentos deste percurso. Sua presença foi essencial para a existência deste trabalho.

À minha irmã Cecília, pelas risadas e esculhambações.

Aos companheiros de luta, alegrias e desventuras, com os quais dividi momentos de grande intensidade e alimentação da mística militante (em ordem alfabética): Ana Carolina, Alan, Artur, Belém, Bob, Carlão, Cévão, Conrado, Chico, Cris, Denis, Digão, Diego, Élcio, Fábio Bueno, Gilson, Gislaine, Guilherme, Heitor, Hend, Jefferson, Larissa (meu anjo), Marininha, Marinona, Márcia, Marcelinho, Mari Cestari, Mari Figueiredo, Nana, Paty, Pedrinho, Poma, PG, PJ, Poti, Ravi, Renata, Ronald, Ricardo (Lester), Sérgio, Tiaguinho, Tomi e outros tantos que a memória não permitiu lembrar neste instante.

À minha filha Victória e às minhas sobrinhas postiças Helena e Morena, cuja existência é um alerta constante de que não podemos deixar o mundo como está.

À Vera Rossi, orientadora paciente e carinhosa, profissional competente e íntegra, que soube compreender meus limites e angústias, nunca cobrando além do que eu podia oferecer.

À Luiz Barreira e Patrícia Piozzi, pelas contribuições quando da ocasião da qualificação.

À Mirza Pellicciota, pela amizade e dedicação à pesquisa sobre o movimento estudantil brasileiro.

À Unicamp, instituição que me acolheu, trincheira em que primeiro trilhei o caminho da luta organizada por um mundo socialista.

Aos funcionários e professores que simpaticamente me ajudaram a cumprir esta caminhada sem muitos percalços.

Aos funcionários do AEL, Siarq e AESP, pela disponibilização dos documentos para a pesquisa.

Ao movimento estudantil da Unicamp, tema e inspiração desta pesquisa.

À Fundação de Ensino e Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que me concedeu uma bolsa de estudo imprescindível para a realização deste trabalho.

PEREIRA, M. C: *Tecendo A Manhã: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974-1982)*. 2006. 235 f. Dissertação (mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

## Resumo

O objeto de estudo desta pesquisa é o de apresentar uma reflexão inicial sobre a história do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unicamp, compreendendo o movimento estudantil desde sua formação e destacando o embate entre as principais bandeiras de luta - das chapas vencedoras e perdedoras - nos processos eleitorais que configuraram as quatro primeiras gestões da entidade, no período de 1974 a 1982. Março de 1974 é demarcado pela primeira movimentação de massa do movimento estudantil contra a ditadura militar – a *Greve das Humanas* –, quando surge a necessidade de uma entidade central dos estudantes da Unicamp. O ano de 1982 representa a finalização do primeiro ciclo de quatro gestões do DCE: *Tecendo A Manhã*; *Sair dessa Maré*; *Força Viva e Unidade e Ação*, marcado pela presença de militantes estudantis vinculados à Ação Popular (AP) em todas elas.

Foram objetivos desta pesquisa:

- 1- Levantar, organizar, tornar pública e acessível a documentação aglutinada sobre o tema deste estudo, oriunda de diversas procedências. Tal objetivo resultou na produção do volume II, contendo as fontes documentais primárias, e de anexos incorporados ao final desta dissertação.
- 2- Compreender, no processo histórico, as peculiaridades da formação da entidade central dos estudantes da Unicamp (objetivo desenvolvido no capítulo I).
- 3- Compreender o movimento estudantil, coordenado pelas gestões do DCE, como parte do processo de lutas mais amplo da sociedade brasileira nos tempos de confronto com a ditadura do regime militar (objetivo desenvolvido no capítulo II).
- 4- Refletir acerca do embate entre as principais bandeiras de luta, das chapas perdedoras e vencedoras, nos processos eleitorais das gestões de estudantes coordenados pelo DCE (desenvolvido no capítulo III).

Os referenciais teórico-metodológicos foram extraídos, primordialmente, de historiadores da história cultural, voltados para a tradição das oposições, dissidências e para o debate sobre a democracia, tais como C. Hill, E. P. Thompson, E. Hobsbawm e J. Le Goff. Para assegurar o diálogo entre as fontes documentais, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema, bem como o levantamento de fontes primárias impressas, diversificadas e produzidas, primordialmente, pelos estudantes nos centros e diretórios acadêmicos, tais como: boletins, jornais, panfletos e cartas-programa das chapas concorrentes às eleições do DCE, consultados nas visitas aos arquivos do estado (AESP), Arquivo Edgard Leurenroth (AEL/Unicamp) e Sistema Integrado de Arquivos da Unicamp (SIArq).

No decorrer do processo, percebe-se uma intensa participação do ME da Unicamp nas movimentações pela retomada das *Liberdades Democráticas*, pela democratização dos órgãos decisórios da Unicamp e pela melhoria das condições de ensino e permanência nesta universidade, esta representada pelo fim do jubilarmento, pela construção da moradia estudantil e do restaurante universitário e pelo transporte subsidiado, entre outras. No

período analisado, o ME da Unicamp constrói instrumentos e espaços políticos de participação entre setores do estudantado, por meio de impressos, reuniões abertas, assembléias, atos públicos e manifestações culturais, tendo como centro a Casa dos Centros Acadêmicos. Participa, também, dos Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) e dos debates sobre a refundação das entidades estudantis estaduais e nacional (UEEs e UNE). Influenciado por idéias de transformação social trazida por militantes estudantis vinculados a tendências políticas de esquerda, alia suas táticas às estratégias dessas organizações, cerrando fileiras, quando da volta do pluripartidarismo no Brasil, em 1980, dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Tal processo cumpriu relevante papel cultural e político na história recente do Brasil, ao mesmo tempo em que esteve inserido nos movimentos estudantis e de intelectuais reconhecidos do Ocidente, no bojo das bandeiras de luta e das movimentações de “1968”, que trafegaram de *campus a campus*.

Palavras-chave: História; Movimento Estudantil; Gestões do DCE.

## ABSTRACT

The aim of this study is to present some initial reflections about the history of the Unicamp's student' union, to comprehend the student movement since its beginning there, highlighting the conflict between its main flags (between the student' representatives that ran for election, including the ones that won and the ones that lost) in the election process of the first four years of the student' union at Unicamp and its outcomes, from 1974 to 1982.

In March, 1974, happened the first mass movement of the student' movement, it was against the military dictatorship – “The strike of the humanity studies” – It was when a student' union started to be required at Unicamp. The year of 1982 corresponded to the ending of the first cycle of four student' union' representative' groups : *Tecendo A Manhã*; *Sair dessa Maré*; *Força Viva e Unidade e Ação*, all of them connected to the group *Ação Popular* (AP).

The following were this research study purposes:

1. To get a hold, organize and publicize documents about this study theme from various origins. This object generated a volume II with the primary fonts and attachments;
2. To comprehend the Unicamp' student' union historical process and the peculiarities its development (Chapter I);
3. To comprehend the students movement coordinated by Student' Union as a part of a wider process in the Brazilian society during the military dictatorship (Chapter II);
4. To reflect about the conflict between the main flags that the student' representatives that ran for election stood for during the election process that was coordinate by the Student' Union (Chapter III).

The theoretical-methodological references were mainly based on the cultural history historians focused on the opposition, dissidence tradition and on the democracy debate, such as C. Hill, E. P. Thompson, E. Hobsbawn and J. Le Goff. A wide bibliographical revision about the theme was made in order to insure the dialogue between the documents, as well as a search on primary sources produced mainly by students themselves, that can be found in following archives: State Archive (AESP), Edgard Leurenroth Archive (AEL/Unicamp), and Unicamp's integrated Archive System (SIArq).

The Unicamp student's movement participated intensely in the democratic freedom recovering movement inside and outside Unicamp. Inside the University they also engaged in a campaign for studying fairer conditions – student' residence, student' restaurant, student' transportation – all subsidized. During the analyzed period the student' movement at Unicamp created political instruments for the students to participate trough hand-outs, open meetings, public manifestations, cultural manifestation. For those activities they could use a house called “Casa dos Cas”. They joined the national student's meeting (ENE) and the debates to recover (after the dictatorship) the state and national Student' Union (UEE's and UNE). Influenced by the social transformation ideas brought by student activists connected to opposition groups, these students contributed to the parties “PT” and “PMDB” when the military dictatorship ended in Brazil and many parties where legalized.

This process had an important political and cultural role in the recent history of Brazil within the student movement are also important western intellectuals, surrounded by the “1968” movement flags that moved from *campus* to *campus*.

Key words: Directory of the Students of the Unicamp – History – 1974-1982; Student movement; Student – Politics

## **Lista de siglas e abreviaturas**

<b>ALN</b>	Aliança Libertadora Nacional.
<b>ANDES</b>	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior.
<b>AP</b>	Ação Popular.
<b>APG</b>	Associação de Pós Graduandos.
<b>AI-1</b>	Ato Institucional No. 1.
<b>AI-5</b>	Ato Institucional no. 5.
<b>ARENA</b>	Aliança Renovadora Nacional.
<b>ASSUC</b>	Associação dos Servidores da Unicamp.
<b>CABS</b>	Centro Acadêmico Bernardo Sayão (Eng. Elétrica e Eng. Química).
<b>CAAL</b>	Centro Acadêmico Adolfo Lutz (Medicina).
<b>CAB</b>	Centro Acadêmico de Biologia.
<b>CAMECC</b>	Centro Acadêmico de Matemática e Computação Científica.
<b>CACH</b>	Centro Acadêmico de Ciências Humanas.
<b>CAXD</b>	Centro Acadêmico X de Dezembro (Eng. Civil).
<b>CAE</b>	Centro Acadêmico de Enfermagem.
<b>CAF</b>	Centro Acadêmico de Física.
<b>CAEQ</b>	Centro Acadêmico dos Estudantes de Química.
<b>CACBC</b>	Centro Acadêmico dos Cursos Básicos de Ciências (de 1967 a 1971).
<b>CACE</b>	Centro Acadêmico de Ciências Exatas (de 1971 a 1975).
<b>CC</b>	Câmara Curricular.
<b>CD</b>	Conselho Diretor.
<b>CS</b>	Convergência Socialista.
<b>ConUNE</b>	Congresso da UNE.
<b>ConUEE</b>	Congresso da UEE.
<b>DAFEAA</b>	Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia Agrícola e de Alimentos.
<b>DCE</b>	Diretório Central dos Estudantes.
<b>DS</b>	Democracia Socialista.
<b>DOI-CODI</b>	Departamento de Operações Internas. Comando de Operações do Interior.
<b>DEOPS</b>	Departamento Estadual de Ordem Política e Social.
<b>ENE</b>	Encontro Nacional de Estudantes.

<b>FE</b>	Faculdade de Educação.
<b>FEF</b>	Faculdade de Educação Física.
<b>FEC</b>	Faculdade de Engenharia Civil.
<b>HP</b>	Hora do Povo.
<b>IFCH</b>	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
<b>IMECC</b>	Instituto de Matemática e Computação Científica.
<b>LSN</b>	Lei de Segurança Nacional.
<b>LIBELU</b>	Liberdade e Luta.
<b>ME</b>	Movimento Estudantil Universitário.
<b>MEUnicamp</b>	Movimento Estudantil da Unicamp.
<b>MDB</b>	Movimento Democrático Brasileiro.
<b>MR-8</b>	Movimento Revolucionário 8 de outubro.
<b>PC do B</b>	Partido Comunista do Brasil (a partir de 1962)
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro (a partir de 1962; antes, Partido Comunista do Brasil)
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores.
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista.
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
<b>PUC-SP</b>	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
<b>PUCCamp</b>	Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
<b>PDS</b>	Partido Democrático Social.
<b>PFL</b>	Partido da Frente Liberal.
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro.
<b>RD</b>	Representantes Discentes.
<b>SU</b>	Secretariado Unificado.
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes.
<b>UEE</b>	União Estadual dos Estudantes.
<b>UFSCar</b>	Universidade Federal de São Carlos.
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo.
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas.
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
I - Delimitando o tema da pesquisa e sua importância .....	1
II - Revisão bibliográfica, objetivos e justificativas .....	7
III – Fontes e referenciais teórico-metodológicos .....	19
<b>CAPÍTULO I – PRIMÓRDIOS DA UNICAMP E DO SEU MOVIMENTO ESTUDANTIL .....</b>	<b>33</b>
I.1 - Origens da Unicamp .....	33
I.2 – Movimento Estudantil da Unicamp: ensaios iniciais em tempos de confronto com o regime .....	48
<b>CAPÍTULO II: A GÊNESE DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNICAMP: DA GREVE DAS <i>HUMANAS</i> À PRIMEIRA ELEIÇÃO (1974-1978) .....</b>	<b>65</b>
II.1 - A greve dos estudantes das <i>Humanas</i> .....	65
II.2 - Repercussões da morte de Vladimir Herzog na Unicamp.....	72
II.3 - 1976: Grupos políticos estudantis nas ações de embate à reitoria e à ditadura .....	78
II.4 - A intensificação dos debates sobre a fundação do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp.....	94
II.5 - A entidade é fundada .....	110
<b>CAPÍTULO III: A HISTÓRIA DAS GESTÕES DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNICAMP DE 1978 A 1982.....</b>	<b>135</b>
3.1 – Tecendo a Manhã .....	135
3.2 – Sair Dessa Maré .....	150
3.3 – Força Viva .....	162
3.4 – Unidade e Ação .....	172
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>187</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>203</b>
<b>DOCUMENTOS CONSULTADOS .....</b>	<b>209</b>

<b>ANEXOS .....</b>	<b>217</b>
Anexo 1 – cronologia com os principais fatos do movimento estudantil da Unicamp ....	217

## **INTRODUÇÃO**

### **1 – Delimitação do objeto de estudo:**

Durante cinco anos de minha vida (1999-2003), vivenciei uma intensa experiência no Movimento Estudantil Universitário (ME)<sup>1</sup>. O exemplo de combatividade vinha dos meus pais, dois dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) na pequena cidade de Estiva, sul de Minas Gerais. Naquela época, meados da década de 80, o PT se construía como instrumento dos trabalhadores tendo como estratégia a busca do socialismo. Era comum acompanhar com atenção as notícias das grandes greves de professores, operários e outras categorias, movimentos questionadores das precárias condições de vida que o capitalismo herdado da ditadura militar deixara como legado.

O ingresso no curso de educação física da Unicamp, em 1998, abriu-me um leque de possibilidades de transformar aquela inspiração em ações concretas. Envolvi-me com projetos e entidades estudantis<sup>2</sup> que me permitiram conhecer conceitos e concepções sobre o ser humano, a educação e o país, aprimorando as críticas ao modelo de ensino e de universidade ao qual estava inserido.

Já naquele momento se percebia que a universidade pública brasileira caminhava a passos largos para a adaptação aos preceitos ideológicos neoliberais, adotando modelos de gestão e de produção científica pautados pelo produtivismo (CHAUÍ, 1999; SANTOS, 2000; SEVCENKO

---

<sup>1</sup> Conceituo como “Movimento Estudantil Universitário” qualquer movimentação coletiva idealizada e coordenada por entidades (Centros Acadêmicos e entidades congêneres, atléticas, empresas juniores) e grupos de estudantes (projetos de extensão, festivais culturais) portadores, conscientes ou inconscientemente, de um projeto político. A partir de agora, identificado no texto pelas iniciais (ME).

<sup>2</sup> Participei das gestões do Centro Acadêmico da Educação Física da Unicamp de 98/99, 99/2000; das coordenações da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física de 99/00, 00/01 e 01/02; da coordenação do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp de 01/02; dos projetos de extensão comunitários Veja (Vivência Educacional de Jovens e adultos), em 1999, e ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), de 2002 a 2004.

2000; ROMANO & VALENTE, 2002<sup>3</sup>; MORAES, 2002<sup>4</sup>). As políticas educacionais levadas a cabo no período FHC<sup>5</sup> apontavam para a redução do caráter público da instituição e, conseqüentemente, das possibilidades da universidade cumprir um papel estratégico para quaisquer mudanças que privilegiassem a distribuição de renda e de bens culturais na sociedade brasileira.

Logo no início de minha experiência discente na Unicamp, percebi no ME um importante espaço para a organização de lutas que alterassem a conformação social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira. Em 2002, após o término de minha graduação<sup>6</sup>, continuei os estudos na pós-graduação com um tema relacionado ao ME, como meio de contribuir com reflexões que permitissem uma melhor compreensão de suas práticas, a partir da recuperação dos processos históricos por ele protagonizados.

A assunção de papéis dentro do ME exigiu a busca de conhecimentos sistematizados que dialogassem com minha prática. Questionamentos sobre o perfil do jovem universitário, o papel do ME na história do Brasil e na construção do pensamento de esquerda passaram a ser objeto de estudo. Desta forma, parti em busca de textos de autores da sociologia da juventude e de historiadores do ME brasileiro. As leituras subsidiaram minha práxis militante e serviram de referência para o texto que ora apresento.

---

<sup>3</sup> PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? IN Educação e Sociedade, Campinas, volume 23 – Número especial – 2002, n. 80. pp. 97-108. Revista Ciência da Educação. Setembro de 2002.

<sup>4</sup> Reformas Neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado – Sociedade. IN Educação e Sociedade, Campinas, volume 23 – Número especial – 2002, n. 80. Revista Ciência da Educação. pp. 13-24. Setembro de 2002.

<sup>5</sup> O governo Fernando Henrique Cardoso durou 8 anos (1994 a 2002), tendo como ministro da Educação o ex-reitor da Unicamp Paulo Renato de Souza. Foi responsável pela aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) na qual constavam alterações que permitiram o crescimento desordenado das instituições privadas de ensino superior e o início da mudança do caráter da intervenção do Estado, passando de interventor para regulador.

<sup>6</sup> Finalizada com a confecção de monografia de conclusão de curso sobre o ME da FEF/Unicamp, cujo título era *Revisitando as trilhas de um movimento: 15 anos de atuação do CAEF/Unicamp*.

A dissertação que se segue são reflexões iniciais da pesquisa de mestrado realizada durante dois anos e meio no programa de pós-graduação em educação, cursados na Faculdade de Educação da Unicamp. O objeto do trabalho é apresentar uma reflexão inicial sobre a história das gestões do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp entre os anos de 1974 e 1982, reconstruída a partir de investigação documental.

A periodização é demarcada inicialmente pela Greve *das Humanas*, movimento estudantil ocorrido no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, tendo como marco cronológico o mês de março de 1974. É a primeira movimentação, desde as manifestações de 1968, que agrega um coletivo de estudantes com caráter de embate à ditadura militar e à reitoria da Unicamp. Durante sua realização, é lançado o debate sobre a necessidade de uma entidade central dos estudantes da Unicamp; o debate é finalizado com a realização da eleição para a primeira gestão do DCE, em outubro de 1978.

A pesquisa tem como limite temporal o ano de 1982, finalizado com o processo eleitoral para a quarta gestão do DCE/Unicamp. Nesse período inicial de vida, a entidade teve como coordenação as chapas *Tecendo a Manhã* (1978-79), *Sair Dessa Maré* (1979-80), *Força Viva* (1980-81) e *Unidade e Ação* (1981-82).

O estudo contemplou o embate existente entre as chapas ganhadoras e perdedoras dos processos eleitorais para as gestões do DCE e as principais bandeiras de luta empunhadas pela entidade no período. São lutas balizadas pela defesa da Educação Pública, de qualidade e para todos, com foco nas questões internas da Universidade, tais como as movimentações pela construção da moradia estudantil e de novo restaurante universitário; por melhorias no sistema de transporte; pela contratação de mais professores; contra o jubramento; por mais verbas para a educação. Também contemplou a participação do ME da Unicamp nas lutas mais amplas da

sociedade brasileira, como no movimento pelas *Liberdades Democráticas* e pela *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita*, ambas ocorridas no final da década de 1970.

A fundação do DCE Livre da Unicamp está inserida no processo de retomada das entidades estudantis, tendo como capítulos iniciais a realização do I Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), sediado em Campinas, em janeiro de 1976, e a fundação do Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE Livre da USP) “Alexandre Vannuchi Leme”, em março do mesmo ano (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979)<sup>7</sup>. Perpassa, também, o processo de refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), finalizado com seu congresso de retomada, ocorrido em maio de 1979, em Salvador.

Num plano mais geral, este processo está relacionado às grandes movimentações protagonizadas pela sociedade civil que resultaram no encerramento da ditadura militar que comandou o país de forma sanguinária, autoritária e excludente entre abril de 1964 e março de 1985<sup>8</sup>. A eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência do Brasil, em janeiro de 1985, demarca o término da ditadura militar e o início da Nova República.

---

<sup>7</sup> Este, por sua vez, é a consequência de um longo processo de mobilização estudantil, iniciado com as reações à morte de Alexandre Vannuchi Leme (1973) e às prisões de lideranças estudantis da USP (segundo semestre de 1973), passando pela greve da ECA (1975) e pelas manifestações contra o assassinato de Vladimir Herzog (1975). Tais processos são abordados nos trabalhos de COSTA (2002), ADUSP (2004) e JORDAO (2005).

<sup>8</sup> Como evidência do caráter político excludente do regime, GERMANO (1993: 70) apresenta dados oficiais da perseguição política ocorrida durante o poder militar: “Entre 1964 e 1979 foram efetuadas 1565 intervenções em sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. Por outro lado, ao fim do governo Geisel, a estatística do Regime Militar de 1964 registrava aproximadamente 10 mil exilados políticos, 4682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres públicos, 245 estudantes expulsos das universidades por força do Decreto 477 e uma lista de mortos e desaparecidos tocando a casa das três centenas”. Sobre a concentração de renda ocasionada pela política econômica implementada durante o regime militar, afirma que (op. cit., p.89): “De acordo com SINGER (1986: 68-83), em 1960 a renda já era extremamente concentrada, uma vez que os 10% mais ricos se apropriavam de 39,6% da renda total, enquanto os 60% mais pobres recebiam apenas 24,9% da referida renda. Entre 1970 e 1972, a concentração de aguçou, pois a parcela da renda total dos 10% mais ricos subiu para 52,6% enquanto a dos 60% mais pobres caiu para 16,8%. (...) Entre 1972 e 1976, a parcela de renda total dos 10% mais ricos sofreu uma pequena queda, passando para 50,1%, enquanto os 60% mais pobres tiveram uma ligeira elevação, atingindo 18,3%. Esta tendência prosseguiria no período 1976-1980, em que a renda total da população economicamente ativa dos 60% mais pobres subiu para 19,6%, ao passo que a renda dos 10% mais ricos caiu para 47,7%. Entre 1981 e 1983, com a recessão econômica, o processo regressivo voltou à tona, revertendo a tendência verificada nos 5 anos anteriores. Desse modo, a parcela de renda dos 60% mais pobres caiu para 17,7% e a dos 10% mais ricos elevou-se para 47,9%”.

A história da Unicamp entre 1974 e 1982 está intimamente relacionada com os episódios pela redemocratização do país. As lutas empreendidas pela comunidade universitária ampliaram o conceito de democracia para além do direito de voto para cargos de representação, conjugando reivindicações econômicas (salariais, transporte, alimentação, assistência médica, creche, moradia) e bandeiras políticas (participação efetiva nos espaços e processos decisórios desta universidade, direito de organização partidária e sindical, direito de greve etc). Aqueles oito anos foram palco de ricos episódios de vivência política na Unicamp: greves e protestos estudantis ocorreram entre 1974 e 1977<sup>9</sup>; as entidades representativas foram fundadas (como no caso docente, em 1977, e discente, em 1978) ou tiveram sua linha política radicalmente alterada por lideranças filiadas à *esquerda* (caso da Associação dos Servidores, entre 1980 e 1982); as greves de funcionários e docentes passaram a ser freqüentes<sup>10</sup>; em 1981, eclode um grande movimento de resistência da comunidade universitária à intervenção governamental imposta pelo governador Paulo Maluf.

As movimentações estudantis brasileiras da década de 70 foram influenciadas pelas ações de contestação que varreram o mundo no final da década de 60, com destaque para o maio “francês” (1968). Esse movimento mundial motivou diversas manifestações que questionaram radicalmente os mundos capitalista e socialista: o modo de regulação social, a sociedade, a política, a cultura, as artes. É uma década marcada pela erupção das lutas de uma geração em protesto contra a Guerra do Vietnã; pela emergência do Movimento Hippie, formador de uma cultura própria, e de diversos outros movimentos de juventude. Expressões desse movimento surgem nas artes. Na Inglaterra, com os Beatles e os Rolling Stones; nos EUA com Joan Baez e

---

<sup>9</sup> Como a Greve das *Humanas*, em 1974; as manifestações contra o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975; o pula-catraca dos ônibus e do restaurante, em 1976; os dias nacionais de luta, em 1977.

Bob Dylan. Idéias de filósofos franceses como Marcuse e Sartre e do cineasta Jean Luc Godard, entre outros, se irradiam. Alianças entre estudantes e operários na França e na Itália geram ações conjuntas de embate aos governos e suas políticas direitistas. No mundo socialista, a crítica dos tchecos ao stalinismo era reprimida com tanques, destruindo os anseios de mudança clamados pela “Primavera de Praga”. Ao mesmo tempo, cresciam as críticas de setores militantes dos Partidos Comunistas em vários países do mundo às políticas reformistas levadas a cabo pelo PC da União Soviética. Na China, a Revolução Cultural, propagada no livro vermelho de Mao Tsé Tung, propunha o fim da divisão social do trabalho que opunha trabalho manual e intelectual.

As reflexões de Herbert Marcuse, transcrição de palestra proferida em 1968 e publicadas na obra *O fim da utopia*, apontavam a materialidade das mudanças buscadas pelos diversos movimentos:

“Existem hoje todas as forças materiais e intelectuais necessárias à realização de uma sociedade livre. O fato de que não sejam utilizadas deve ser imputado exclusivamente a uma espécie de mobilização geral da sociedade, que resiste com todos os meios à eventualidade de sua própria libertação. Mas essa circunstância não basta, de nenhum modo, para tornar utópico o projeto de transformação. Possível, no sentido indicado, é a eliminação da pobreza e da miséria; possível a eliminação do trabalho alienado; possível, a eliminação do que eu chamei de *surplus repression*.” (MARCUSE, 1969:16)

Idéias deste tipo estão no centro das ações estudantis nas décadas de 60 e 70, inclusive no Brasil.

---

<sup>10</sup> Segundo a obra ADUnicamp (1991), em 1977 os professores da Unicamp realizaram sua primeira paralisação salarial. Em 1978, estoura a primeira greve, também por reajuste salarial. Em 1979, o movimento grevista unifica professores e funcionários, inaugurando um ciclo de ações conjuntas que se repete durante toda a década de 80.

## **2 – Revisão bibliográfica, objetivos e justificativas:**

Os movimentos de juventude tiveram inegável protagonismo nas iniciativas de contestação à homogeneização cultural na sociedade contemporânea, principalmente nas sociedades capitalistas na segunda metade do século XX. E isto se deu na medida em que construíram uma autonomia e uma cultura juvenis, no campo da política e da arte (GROPPO, 1996). Dentre os movimentos de juventude, ganharam notoriedade o rock, nas décadas de 50 e 60; o movimento hippie e a contracultura, em 60 e 70; o punk, nos anos 70 e 80; e os movimentos estudantis da década de 60 na América Latina, Europa e EUA (BRANDÃO & DUARTE, 1991). Essa contestação seria vista pelos grupos hegemônicos como anomalia; a “juventude transviada” era abordada como uma categoria que deveria ser tutelada e trazida à “normalidade” pelos adultos.

Na década de 50, o jovem seria visto como transgressor e delinqüente. Nos anos 60 e parte dos anos 70, a imagem não mudaria, mas a contestação assumiria outros focos, movimentando-se contra os regimes, grupos políticos e os padrões rígidos de comportamento. Já na década de 80, a influência de valores como o consumismo, o individualismo e o conservadorismo moral teria levado a uma falta de idealismo e compromisso político da juventude, de forma que o movimento das décadas anteriores, identificados interna e externamente à academia como manifestação da inconseqüência de uma juventude pequeno-burguesa, significasse prova de desprendimento e compromisso político (ABRAMO, 1997).

No Brasil, a juventude organizada no ME cumpriu papel significativo nas lutas de caráter democrático ocorridas no decorrer do século XX, destacando-se a campanha pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra o nazi-fascismo (1942), as lutas pela nacionalização das jazidas de petróleo (1954), pelas Reformas de Base (1962-64) e, principalmente, nos embates contra a ditadura militar (1964-85). Por seu intermédio, inúmeras pessoas passaram por

experiências que contribuíram na assunção de funções de relevância significativa no cenário político, administrativo e acadêmico brasileiro<sup>11</sup>.

Os estudos sobre a caracterização da juventude estudantil brasileira são iniciados com a publicação da pesquisa de doutorado de FORACCHI (1965), intitulada *O Estudante e a transformação da sociedade brasileira*, em que a autora investiga os determinantes e limitantes para a participação da juventude universitária nos movimentos políticos de questionamento à ordem vigente. O trabalho, realizado com jovens universitários da USP na década de 60, buscou compreender os vínculos do estudante com o sistema social (a família, o trabalho e os grupos de militância), identificando os caminhos possíveis para a emancipação política e social daquele estudante.

A insatisfação com o curso escolhido é identificada pela autora como a principal motivação para a participação do jovem no ME. Tal insatisfação estaria relacionada à frustração com os conteúdos estudados, à falta de didática docente, à precariedade estrutural e à excessiva burocratização da universidade. Tais características constituiriam obstáculos para mudanças necessárias na universidade, com vistas a diminuir a distância entre a formação oferecida pelas instituições, as exigências do mercado de trabalho e as necessidades básicas da maioria da população brasileira.

É a partir dos anseios de setores significativos do estudantado que a União Nacional dos Estudantes (UNE) ganha legitimidade, empunhando a bandeira da Reforma Universitária e assumindo papel de destaque na proposição de alternativas para a resolução dos questionamentos. A realização da Reforma seria responsável por modificar as instituições de ensino no sentido de superar o arcaísmo pedagógico e administrativo que as caracterizava (CUNHA, 1988). Essas

---

<sup>11</sup> Para citar alguns poucos exemplos: José Serra (ex-prefeito de São Paulo, ex-ministro da saúde e do planejamento) foi presidente da UNE entre 63-4; José Dirceu (ex-deputado e ex-ministro) foi presidente da UEE-SP; o ex-ministro

idéias estariam em conformidade com as discussões realizadas em três seminários sobre a Reforma Universitária, organizados pela entidade no início da década de 60, e com a Greve do 1/3<sup>12</sup>.

Analisando os dados colhidos, a autora conclui que o jovem de classe média, figura majoritária no ambiente universitário da década de 60, não possuía condições de assumir efetivamente o papel de força revolucionária, mesmo colocando-se ao lado das lutas da esquerda naquele momento histórico. Suas reivindicações seriam de cunho democrático-burguês, de ampliação ou manutenção de direitos sociais, mesmo que para consegui-las fossem realizadas ações que afrontassem as instituições, assumindo, por vezes, ares e ímpetos revolucionários. O rompimento com sua condição de classe se daria, segundo a autora, se o estudante conseguisse perceber “a marca da classe em cada vínculo que o limitasse, (...) na família, no trabalho, na formação escolar” (FORACCHI, 1965: 238).

A tese de GUILHON ALBUQUERQUE (1977), *Movimento e Estudantil e Consciência Social na América Latina*, segue a mesma direção do trabalho acima citado. Para investigar o papel do ME na formação da consciência do estudante latino-americano, o autor parte do pressuposto que a origem de classe da juventude universitária seria limitante para o desenvolvimento de um potencial revolucionário; ao mesmo tempo, o estudo mostra que a condição de estudante egresso e as obrigações assumidas no ambiente de trabalho dificultariam a continuidade da militância deste segmento. O quadro aludido, entretanto, não impediria que aqueles movimentos de juventude se colocassem, no plano da retórica, como porta vozes do proletariado e de setores populares - como era a tônica na maioria das movimentações estudantis

---

da fazenda Antonio Pallocci foi diretor do DCE Livre da USP (78/79), dentre muitos outros.

<sup>12</sup> Este movimento paralisou praticamente todas as Universidades Brasileiras durante 60 dias, reivindicando 1/3 de estudantes nos órgãos colegiados das Universidades. O pedido não foi atendido. Cf. CUNHA, L.A.: *A Universidade crítica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1988.

organizadas pela esquerda estudantil à época - nem que se aliassem a lutas classistas ocorridas dentro ou fora da universidade. Nesse sentido, o ME funcionaria como *força auxiliar* nas movimentações de outros setores organizados da universidade (servidores docentes e não-docentes) e externos a ela (movimento sindical e outros movimentos sociais populares), diretamente envolvidos e responsáveis pelos processos produtivos no interior de instituições e empresas, por isso, agentes essenciais para a consecução de transformações sociais de cunho classista e revolucionário.

Outros trabalhos da sociologia da juventude<sup>13</sup> dedicaram-se a compreender como se daria a tomada de consciência do jovem para as contradições da sociedade e como ocorreria sua aproximação com o ME.

IANNI (1962), no artigo *O jovem radical*, delimita uma possível fragilidade da democracia burguesa na incorporação ao sistema, de pessoas oriundas de frações da burguesia; desta forma, seriam abertas possibilidades de questionamento de valores e atitudes para além dos marcos da origem burguesa daquela juventude. Discorre que:

“(...) jovens procedentes de diversas camadas sociais desenvolvem atuações políticas geralmente incompatíveis com os interesses de suas classes. Essa é uma das contradições das sociedades em termos da democracia burguesa. Nelas, o processo de incorporação dos grupos imaturos não é automático e espontâneo. Ao contrário, ele se realiza por meio de mecanismos complexos, que nem sempre apanham plenamente o indivíduo. Isso faz com que ajam fases na vida do jovem nas quais ele se encontre como que desvinculado, isto é, em processo de ajustamento com relação às polarizações dos interesses e ideais de sua classe. É nessa ocasião que o imaturo pode ser alcançado, como tem sido, por doutrinas políticas contraditórias com os interesses de sua classe, ou com a conservação da conjuntura presente, desenvolvendo-se, então, o comportamento radical. Na maior parte dos casos, esse comportamento é o produto de uma consciência peculiar da

---

<sup>13</sup> Destacam-se os trabalhos de FORACCHI (1968, 1972), IANNI (1963) e MISCHÉ (1997).

condição social do próprio jovem, da sua situação de classe e da sociedade global.”  
(op.cit., p.226)

MISCHE (1997), em artigo intitulado *De estudantes a cidadãos*, vai um pouco além das reflexões de IANNI (1962), definindo os espaços que direcionam a construção da identidade do jovem, entendida como a “definição de projetos pessoais que darão direção às ações e aos grupos de relação” (MISCHE, 1997: 138). Nessa direção, apropria-se da leitura de ERICKSON (1968, apud MISCHE, 1997: 139), cuja formulação indica que:

“(…) na formação das identidades, os jovens experimentam várias expressões públicas, procurando reconhecimento no meio de diversos círculos (ou redes): família, colegas, escola, trabalho, atividades de lazer e, às vezes, atividade política. Durante esse período de experimentação, eles estabelecem compromissos (ainda provisórios) com laços sociais e significados coletivos, que terão um impacto crítico nas suas opções ao longo da vida”.

Os espaços da universidade ocupam papel destacado como oportunizadores de contatos com diversos grupos, idéias e situações que permitem ao jovem assumir posições radicais, sejam de esquerda ou de direita. No entanto, BOURDIEU & PASSERON (1964, apud BRITO, 1968: 64) alertam que “um espaço e tempo comuns não são fatores de integração exceto se seu uso for regulado por uma instituição ou uma tradição”. Na universidade, tal papel caberia majoritariamente às entidades estudantis.

A dinâmica de relações entre as redes interpessoais e organizacionais interfere nos significados assumidos pelos discursos e ações, repercutindo na renovação da cultura política da juventude. Nessa direção, MISCHE (1997) apresenta uma tese acerca das redes de sociabilidades responsáveis pelas identidades assumidas pelos jovens nos anos 60, 80 e 90.

Na década de 60, a condição de estudante estaria associada a uma postura política radical e de oposição. Suas redes sociais concentravam-se na família e, principalmente, na universidade,

local de construção dessa postura. Já nas décadas de 80 e 90, as redes de contato juvenis são bastante difusas; não mais se restringiriam às instituições anteriores, mas principalmente a partir de interesses pessoais e coletivos muitas vezes dispersos e contraditórios. Dessa forma, a identidade “estudante” não mais representaria a síntese de um projeto transformador. O multifacetado conceito de “cidadão”, portador de significados múltiplos e distanciado da perspectiva transformadora apresentada na década de 60, seria a identidade aglutinadora da juventude em eventos de contestação como o “Fora Collor” (1992) (op.cit., p. 141).

A reconfiguração da organização estudantil e a perda de importância política do ME no cenário político brasileiro nas décadas de 80 e 90 têm sido acompanhadas por mudanças significativas ocorridas no ensino superior brasileiro nas referidas décadas. MARTINS FILHO (1998) afirma em *Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor* que “no Brasil, durante os anos 80, não se tem notícia de um movimento estudantil de impacto na grande política brasileira, a despeito das inúmeras lutas locais ocorridas em vários centros” (pp. 11-27). Os trabalhos deste autor cujo objeto de análise é o ME contribuem para uma melhor compreensão das características do movimento, no que diz respeito às determinações e às conseqüências de sua ação.

O primeiro trabalho, intitulado *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964 – 1968)*, publicado em 1986, interpreta a luta estudantil entre 1964-1968 apresentando o ME como uma categoria específica dos setores médios da sociedade, como já apontara FORACCHI (1965).

Diferentemente desta autora, para quem essa caracterização seria um limitante para que o movimento optasse pela alternativa revolucionária como resposta ao capitalismo, MARTINS FILHO (1986) entendia tal caracterização como responsável por uma variação das posições políticas assumidas, pendendo ora à esquerda, ora à direita, dependendo das condições apresentadas pela conjuntura.

Em artigo publicado posteriormente, alerta para a necessidade de um olhar mais amplo sobre os determinantes da ação estudantil, contemplando “a relação íntima que existe entre esse movimento e os processos de formação de cultura” (MARTINS FILHO, 1997: 76). Na tentativa de preencher a lacuna analítica de seu trabalho anterior, apresenta o conceito de “geração estudantil”, na qual a categoria dos estudantes é influenciada pelos processos de produção de cultura, com sensíveis impactos na configuração assumida pelo ME. Afirma que “o silêncio forçado entre 1968 e 1977 escondeu o surgimento de uma nova geração estudantil” (op.cit., p.22). Continua sua reflexão afirmando que a atuação política dessa geração seria influenciada: pelo banimento da política dentro da universidade, levando à supressão da memória das formas de fazer política existentes em 1968; por um contexto de derrotas dos movimentos de esquerda no mundo, em especial, da experiência do Chile de Salvador Allende (1973), vivenciada por muitos brasileiros exilados naquele país; por uma produção cultural já adequada ao “status quo”, amplificada pela mídia televisiva apoiadora do regime militar; pela intensa repressão a outras manifestações culturais de resistência; pela ampliação da oferta de vagas no ensino superior em instituições privadas, com cursos isolados e muitas vezes de final de semana, tornando mais heterogêneo o estudante universitário brasileiro.

É o advento dessa nova geração e dos elementos acima aludidos que explicaria a menor participação estudantil na retomada das manifestações de rua na segunda metade da década de 70 em relação à adesão ocorrida nos anos 60 (MARTINS FILHO, 1997; 1998).

O quadro seria complementado pela atmosfera de medo generalizado que tomava conta dos setores críticos da sociedade, como os jornalistas, professores, entre outros, já que a tortura e a repressão eram instrumentos usados correntemente pelo Estado. Cabe lembrar o papel cumprido pelo Destacamento de Operações Internas - Comando de Operações do Interior (DOI-CODI), uma espécie de aparelho oficial de tortura e morte do Estado militar, respaldado por leis

de exceção como o Ato Institucional número 5 (AI-5)<sup>14</sup>, a Lei de Segurança Nacional (LSN)<sup>15</sup> e o decreto-lei 477<sup>16</sup>, este último feito especialmente para as universidades.

De outro caráter, mas somando-se aos motivos acima listados, estaria a disputa entre os grupos políticos pela direção das entidades e movimentos, responsável por afastar o estudante dos espaços de mobilização (MARTINS FILHO, 1997; 1998).

O dossiê *Movimento Estudantil*, organizado por PAOLI (1985: 58-91), constitui-se uma ótima referência de análise sobre o ME do início da década de 80, trazendo textos que apresentam algumas novas iniciativas de movimentação estudantil e explicações para o esvaziamento dos espaços tradicionais de militância em meados da década de 80.

No artigo *Um laço que não UNE mais*, RIBEIRO NETO (1985: 62-89) chama a atenção para as características globais que as atividades discentes assumiam nas décadas de 60 e 70, nas quais se articulavam múltiplas experiências para serem pensadas e debatidas. Havia “uma abertura às novas idéias e às novas formas de luta, ao mesmo tempo em que as bandeiras estavam mais concatenadas com as necessidades estudantis” (op.cit., p.70). No período subsequente, tais movimentações teriam perdido o elo com as necessidades estudantis. Para o autor:

“A reprodução da história dos anos 60, como mito, no final dos anos 70 e começo de 80 acabou por significar um incrível fechamento para o novo. E hoje as entidades

---

<sup>14</sup> Assinado em 13/12/1968, o Ato Institucional nº 5 atribuía ao presidente o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional, assembleias estaduais e municipais, sendo convocadas somente quando conviesse (artigo 1º e 2º), cabendo ao executivo legislar na falta da instituição legislativa. Previa a intervenção federal em municípios e estados (artigo 3º). No artigo 4º, previa a cassação, pelo prazo de dez anos, dos direitos políticos de qualquer cidadão, bem como a cassação de mandatos em qualquer esfera de poder. Atribuía a suspensão do direito ao *habeas corpus*, a decretação de estado de sítio e outras medidas de exceção. (GERMANO, 1993: 66-7)

<sup>15</sup> A Lei de Segurança Nacional (LSN), assinada em 29/09/1969, visava restringir as liberdades de reunião, imprensa e de organização, atacando os direitos individuais. Era justificada pela necessidade de destruição dos “inimigos internos”. (GERMANO, 1993: 69).

<sup>16</sup> Definia as “infrações” cometidas por professores, alunos e funcionários de instituições de ensino públicas e privadas, dentre elas: o apoio a qualquer movimento que paralisasse as atividades escolares, a participação em passeatas não autorizadas e a produção e distribuição de materiais “subversivos”. A pena era a demissão de professores e funcionários e a expulsão de alunos. (CHRISPINIANO, J.: Na criação do DCE Livre, uma derrota da ditadura. In. Revista da ADUSP. São Paulo. pp.69-73, n. 33. Outubro de 2004.)

estudantis são apenas fantasmas desencarnados das entidades e práticas do passado, são apenas órgãos que repetem infundável e tristemente a mesma história, alheios e contra a vida e as exigências das pessoas que seriam a sua substância.” (op.cit., p.70)

Em *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*, GERMANO (1993: 274) apresenta posições bastante duras sobre o impacto da ditadura para o ME. Afirma que:

“A ditadura deixou uma pesada herança no campo da organização política dos estudantes. Destruiu o Movimento Estudantil e, em face dos novos problemas surgidos, o eixo das mobilizações educacionais foi deslocado para os professores.”

As respostas produzidas pelo ME durante a década de 70, geradoras de uma nova cultura política de mobilização estudantil, atingiram seu ápice nas manifestações de 1977. Entretanto, segundo MARTINS FILHO (1998: 20-1)

“(…) apesar do vigor dessa mobilização, amplificada pelo noticiário da imprensa interessada em apressar o projeto de distensão controlada, os anos seguintes mostrariam que os atos de 1977, ao invés de abrirem um novo capítulo do ciclo inaugurado em 1962, constituiriam um anteato da desmobilização dos anos 80.”

O processo de mobilização da segunda metade da década de 70 resultou em outras movimentações importantes. Além das já mencionadas manifestações de 1977, houve a refundação da UEE-SP (1977), da UNE (1979) e as greves nacionais convocadas pela UNE em 1980 e 1981. Entretanto, o ME brasileiro, de maneira geral, já apresentava um quadro de declínio em sua capacidade mobilizativa e de participação.

A revisão bibliográfica sobre as movimentações estudantis na década de 70 oferece um panorama geral dos processos vividos pelo ME brasileiro no período. O levantamento feito por

SPOSITO (2002)<sup>17</sup>, identificou os trabalhos de GONÇALVES & ROMAGNOLI (1979) e as dissertações de HAYASHI (1986), CAVALARI (1987) e ANDRADE (1994) como trabalhos que centram suas análises no ME brasileiro do período. Além do levantamento de SPOSITO (2002), destacamos também os trabalhos de PELLICCIOTTA (1997) e COSTA (2002).

No trabalho intitulado *Uma aventura política: as movimentações estudantis na década de 70*, PELLICCIOTTA (1997) apresenta com detalhes o processo de reconfiguração do ME na década de 70. Nele, a autora mostra como o avanço da repressão exigiu a criação de novas formas de luta e organização, tarefas assumidas pelos militantes que optaram por manter-se na universidade, após a ida de parte significativa da militância estudantil para a luta armada. Nesse contexto, são criadas as executivas e federações de curso, entre os anos de 1971 e 1975, centrando seus debates na crítica à formação proporcionada pelas instituições de ensino moldadas pela Reforma Universitária de 68. Ao mesmo tempo, manifestações culturais como o teatro, os corais, as calouradas, entre outras, aglutinam estudantes e mantêm acesa a crítica ao capitalismo e à sua forma de direção política representada pelo regime ditatorial.

GONÇALVES & ROMAGNOLI (1979) tematizam a trajetória do ME brasileiro a partir das lutas dirigidas pela UNE na década de 60, passando pelo período de clímax da repressão (1968-1975) e destacando o processo de retomada das entidades estudantis (1976-1979).

HAYASHI (1986) centra sua análise nas lutas realizadas entre 1964 e 1979, observando mais detidamente as bandeiras de luta, palavras de ordem, análises de conjuntura e a relação entre as formulações partidárias e suas ramificações no ME.

---

<sup>17</sup> SPOSITO, M. Juventude e escolarização (1980-1998). Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002. Neste trabalho, encontram-se praticamente todas as publicações sobre juventude produzidas no Brasil entre 1980 e 1998. Os trabalhos de PELLICCIOTTA (1997) e COSTA (2002) não constam no levantamento feito pela equipe realizadora da pesquisa.

CAVALARI (1987) vai apresentar as diferentes fases da luta do ME contra a ditadura entre 1964 a 1980, enfatizando: a reação ao golpe (1964); a radicalização da luta contra as políticas do Estado militar e seu desmoronamento, com a assinatura do AI-5 (1968); a luta armada (1969-1975); a retomada das organizações estudantis brasileiras a partir do I ENE (1976); as duas primeiras eleições diretas para a diretoria da UNE reconstruída (1979 e 1980).

Por sua vez, as sistematizações que têm como tema o ME em períodos anteriores (principalmente a década de 60) e sob a perspectiva de atuação das entidades nacionais já se tornaram clássicos na academia. Textos como os de POERNER (1968), SANFELICE (1987), MARTINS FILHO (1986) e VENTURA (1988) são leituras obrigatórias sobre a participação estudantil nas lutas empreendidas pelas oposições de esquerda na segunda metade do século XX. Mais recentemente, os trabalhos de GROppo (2002) e VALLE (2000) ampliaram os olhares sobre essa década, especificamente sobre as movimentações ocorridas em 1968.

Como se pode perceber pelas obras apresentadas acima, praticamente não existem leituras da atuação do ME na década de 70 que tenham as entidades de base e gerais (CAs e DCEs)<sup>18</sup> como objeto de estudo. As exceções são os trabalhos de COSTA (2002) e ANDRADE (1994).

COSTA (2002) reconstrói o processo de denúncia empreendido por estudantes da USP por ocasião da morte de Alexandre Vannuchi Leme, em março de 1973, e da prisão de cerca de 50 estudantes no início do segundo semestre letivo do mesmo ano.

ANDRADE (1994) versa sobre as movimentações dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte de 1974 a 1984 e o processo de reconstrução das entidades.

---

<sup>18</sup> Na estrutura organizativa do ME nacional, temos como entidade máxima de representação a União Nacional dos Estudantes (UNE), secundada pelas Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), executivas e federações de curso. Temos, num âmbito regional e local, os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e os Centros e Diretórios Acadêmicos (CAs e DAs).

Essa quase inexistência de trabalhos sobre o ME da década de 70 me leva a concluir que existe uma lacuna analítica no que tange às leituras sobre a atuação do ME deste período.

As páginas que se seguem são as reflexões iniciais que visam contribuir para a diminuição dessa lacuna. Discorrem sobre as lutas realizadas pelo ME da Unicamp entre 1974 e 1982, tendo como fio condutor o Diretório Central dos Estudantes desta universidade.

Conforme apresentado no início deste trabalho, a análise foi realizada a partir dos embates entre os grupos políticos ganhadores e perdedores nos fóruns do Movimento (com destaque para as eleições para a coordenação do DCE).

Os objetivos desta dissertação são os seguintes:

- 1-** levantar, organizar, tornar publica e acessível a documentação aglutinada sobre o tema desta pesquisa, oriunda de diversas procedências. Tal objetivo resultou na produção de um volume II contendo as fontes documentais primárias e de anexos incorporados no final desta dissertação;
- 2-** Compreender no processo histórico, as peculiaridades da formação da entidade central dos estudantes da Unicamp (objetivo desenvolvido no Capítulo I);
- 3-** Compreender o movimento estudantil, coordenado pelas gestões do DCE, como parte do processo de lutas mais amplo da sociedade brasileira nos tempos de confronto com a ditadura do regime militar (Objetivo desenvolvido no capítulo II);
- 4-** Refletir acerca do embate entre as principais bandeiras de luta, das chapas perdedoras e vencedoras, nos processos eleitorais das gestões de estudantes coordenados pelo DCE (desenvolvido no Capítulo III).

Por ora, retomo duas afirmações formuladas por BLOCH (2002: 42) que me parecem bastante elucidativas para a compreensão do significado das experiências históricas e podem servir de inspiração para o trabalho que ora apresento:

“(…) uma experiência única é sempre impotente para discriminar os seus próprios factores; impotente, por conseguinte, para propiciar a sua própria interpretação. (...) a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete, no presente, a própria ação”.

### **3 – Fontes e referenciais teórico-metodológicos:**

A questão da história dos movimentos de resistência tem ocupado espaço importante na historiografia mundial, principalmente no século XX. A preocupação em apresentar as posições políticas expressas nas bandeiras de luta das chapas ganhadoras e das chapas perdedoras das eleições do DCE foi inspirada nas reflexões de dois importantes historiadores ingleses: o já citado E. P. THOMPSON e seu colega Christopher HILL.

Nos anos de 1960 e 1970, ambos dedicaram especial atenção ao aspecto cultural das revoluções, às tradições populares, à tradição da dissidência e aos protestos individuais e coletivos, visando dar forma a um conteúdo diverso e um novo modo de redigir a história, vista “a partir de baixo”. Ambos colocaram sobre novas bases o debate sobre soberania popular e democracia. Carregavam uma certa indignação em relação à forma como os partidos tradicionais de esquerda encaravam as oposições; por conta disso, dirigiram especial atenção às esquerdas ocidentais, compostas em alguns casos por estudantes integrantes da rebelião dos anos 60. Essa geração de militantes confrontou o elitismo universitário, rompendo preconceitos e abrindo portas para idéias inspiradas na tradição socialista originária, pautada pelo conceito de revolução surgido no século XIX. Naquele instante, tais premissas eram bastante censuradas nas fileiras tradicionais da esquerda.

HILL (1987), em *O mundo de Ponta Cabeça*, estudou as duas Revoluções inglesas de 1640: uma que venceu e outra que perdeu. Embora ameaçassem acontecer de tempos em tempos, porque ambas são reveladoras das sociedades que as originaram, ocorreram num período em que

a censura impedia a publicação de idéias subversivas, mas a utopia do País da Cocanha era de que o mundo pudesse ser invertido de modo permanente<sup>19</sup>.

THOMPSON (1987) em *A formação da classe operária inglesa*, ao trazer as múltiplas experiências da classe trabalhadora em seu processo de constituição, polarizou o debate da esquerda e afirmou que apenas os vitoriosos, no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior, são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos. Parafrazeando o autor, não é aconselhável ter-se como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem (ou de um grupo) se justificarem ou não, à luz da evolução posterior. Afinal de contas, não é fácil identificar quem estaria no topo da evolução social. Por outro lado, causas perdidas na Inglaterra poderiam ser ganhas na Ásia ou na África<sup>20</sup>. Quiçá na América Latina, acrescentaríamos.

A escola dos *Annales*, movimento acadêmico inaugurado em 1929 por BLOCH e FEBVRE, já sistematizara uma idéia de história-problema, questionadora da história dos grandes personagens, a tônica na historiografia positivista que dominara os círculos acadêmicos até então.

Na segunda metade do século XX, E. P. THOMPSON faz alusão à necessidade de uma interpretação da história “a partir dos de baixo”.

---

<sup>19</sup> De acordo com HILL (1987: 32): “A revolução vencedora estabeleceu os sagrados direitos de propriedade, abolição dos títulos feudais sobre a terra, conferiu poder político aos proprietários e o triunfo da ideologia dos homens com propriedade. A outra revolução que nunca chegou a se concretizar poderia ter estabelecido um sistema comunal de propriedade e uma democracia legal e política mais ampla”.

<sup>20</sup> A passagem completa é a seguinte: “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão utópico e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos tempos de sua própria experiência, se foram vítimas acidentais da história continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais. (...) Não deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior. Afinal de contas, nós mesmos não estamos no final da evolução social. Podemos descobrir em algumas das causas perdidas do povo da Revolução Industrial, percepções de males sociais que ainda estão por curar. Além disso, a maior parte do mundo ainda hoje passa por problemas de industrialização e de formação de instituições democráticas, sob muitos aspectos semelhantes

Autores como HOBBSAWM, LE GOFF e diversos outros pesquisadores filiados a enfoques diferentes da História tiveram parte significativa de seus trabalhos permeados por objetos vinculados às classes populares. Dessa forma, ao buscar elementos para compreender a história de uma entidade geral do movimento estudantil brasileiro, base da organização nacional que compõe esse movimento social de juventude, referencio-me em trabalhos desses autores.

THOMPSON (1981, p.48-9) acerca da história e de sua lógica defende que:

“A historia não é ordem. É desordem: uma desordem racional. No momento mesmo que mantém a ordem, isto é, a estrutura, a historia já está a caminho de desfazê-la. (...) Por lógica histórica entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos auto-confirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese; o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas.”

Lucien FEBVRE e Marc BLOCH, expoentes na interpretação das ações dos revolucionários, demonstraram a necessidade de uma história que não podia reduzir-se ao reflexo dos jogos de poder ou a maneiras de sentir, de pensar e de agir dos poderosos do momento. Ambos, da primeira geração dos *Annales*, abriram, no início do século XX, o leque de possibilidades para ampliar a visão de homem, aproximando-se das ciências vizinhas pelo incentivo da inovação temática. Ampliaram a noção de documento, que foi assim delineada por FEBVRE (1949: 428):

“A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. (...)

---

à nossa própria experiência durante a Revolução Industrial. Causas que não foram ganhas na Inglaterra poderiam ser ganhas na Ásia ou na África.” (THOMPSON, 1987: 13)

Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.” (apud LE GOFF, 2003: 530)

Em 1975, em Paris, LE GOFF também destacou a importância da Nova História Cultural e, junto com TOUBERT, fez a revisão da noção de documento:

“O documento não é inócuo. É antes de tudo o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe seu significado aparente. O documento é monumento: resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro (voluntária ou involuntariamente) determinada imagem de si próprias. No limite (na aparência, na montagem) não existe um documento verdade, ele é ao mesmo tempo verdadeiro e falso. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo.(...) Este deve desestruturar esta construção de produção dos documentos/monumentos”. (LE GOFF, 1984: 103)

De maneira semelhante, E.P. THOMPSON (1984, p.38) ressalta:

“Qualquer historiador sabe que os fatos são mentirosos, que encerram suas próprias cargas ideológicas, que perguntas abertas e inocentes podem ser uma máscara para atribuições exteriores, e ao mesmo tempo as técnicas de pesquisa empírica mais sofisticadas e supostamente neutras – técnicas que nos forneceria a “história” já embalada e sem o contato da mente humana, através da ingestão automática do computador – podem ocultar as mais vulgares intromissões ideológicas. A evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta.”

Essas orientações conceituais balizaram o levantamento documental sobre o ME da Unicamp realizados nos acervos visitados: Arquivo Edgard Leurenroth – IFCH/Unicamp (Fundo

ME), Sistema Integrado de Arquivos da Unicamp (acervo ME) e Arquivo do Estado de São Paulo (acervo do DEOPS).

Para a análise dos documentos, segui as orientações sugeridas por LE GOFF (2003: 525):

“Hoje, o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para, além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos. (...) Enfim, tendo em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder.”

Na direção apontada pelo autor, parto para uma breve apresentação dos caminhos percorridos em busca das fontes documentais que deram materialidade a esta dissertação.

No SIArq, manuseei aproximadamente 80 caixas de documentos, com impressos de diversas procedências e localidades brasileiras, oriundos de entidades estudantis, e arquivos pessoais, coletados e inicialmente organizados pelo Projeto *Fontes para a História do Movimento Estudantil Brasileiro*<sup>21</sup>. Minha “garimpagem” resultou na organização de sete caixas de documentos organizados sobre o ME da Unicamp. São essencialmente documentos de divulgação do DCE da Unicamp: boletins, jornais e cadernos; panfletos, pôlderes e filipetas; atas de reuniões da coordenadoria; comunicados estudantis, no período anterior à fundação do DCE; jornais de estudantes, de grupos políticos e de comissões, no período pré-DCE; recortes de jornais documentando ações do/sobre DCE, dos veículos de Campinas (*Correio Popular* e *Diário do Povo*) e de outros veículos de circulação nacional (*O Estado de São Paulo* e *Folha de S. Paulo*); cartas-programa das chapas concorrentes às eleições para o DCE; impressos de outras entidades

---

<sup>21</sup> Esse projeto realizou-se de 1984 a 1989, coordenado pela historiadora Mirza Pellicciotta, numa parceria entre o AEL, o DCE/Unicamp, o DCE/PUCCAMP e a UNE. Seus objetivos eram levantar e armazenar fontes das entidades

estudantis da Unicamp (Centros Acadêmicos) e documentos conjuntos do DCE com as outras entidades de representação da Unicamp (Associação de Pós-Graduandos, Associação de Docentes da Unicamp e Associação dos Servidores da Unicamp). Esta documentação percorre os anos compreendidos entre 1974 e 1989. Ao que me parece, os documentos do DCE foram guardados pelos funcionários da entidade, como ação meramente administrativa.

No AEL, o trabalho de catalogação e disponibilização do acervo do ME da Unicamp já estava iniciado, com fontes também oriundas do Projeto *Fontes para a História do ME Brasileiro*. Desta forma, consultei sete pastas (J0395, J1100, J1103, J413, J483, J898, J688) do *Fundo Movimento Estudantil*, contendo, essencialmente, jornais e boletins do DCE e do período pré-DCE (de estudantes, comissões e grupos políticos), bem como documentos do Centro Acadêmico de Ciências Humanas (CACH). Esses documentos foram produzidos entre 1974 e 1987. Manuseei, também, 14 caixas armazenadas como reserva técnica, resultando em duas caixas com documentos do ME da Unicamp.

No acervo também existem entrevistas, transcritas, com lideranças estudantis da Unicamp, realizadas pelo Projeto *Fontes*, acima citado. Utilizei a entrevista do estudante Ronaldo Simões (“Batata”), militante estudantil na Unicamp entre 1971 e 1983, que versa sobre ações estudantis ocorridas entre 1967 e 1982. “Batata” ingressou na Unicamp em 1971, no curso de engenharia elétrica, formando-se em 1982, em Ciências Sociais. Teve intensa participação nos movimentos estudantis, militando no CACE (1971-75), CACH (1978-80), DCE (1982-83), em manifestações culturais como o Coral da Unicamp (1971-76) e o Coral da Arquitetura da PUCC (1977-78); participou do grupo de teatro da Unicamp (1972-77) e do movimento de fotografia (MOFO) (1978).

---

estudantis para subsidiar pesquisas sobre o ME brasileiro. Durante sua vigência, organizou dois seminários nacionais sobre a história do movimento estudantil - João Pessoa (1988) e Campinas (1989) - com apoio do CNPq.

Utilizei-me também da entrevista transcrita de João Frederico de Azevedo Meyer (“Jonhy”), fornecida a MENEGHEL (1994) para sua dissertação de mestrado<sup>22</sup>. Esta entrevista se encontrava nos anexos do referido trabalho e permitiu uma visão mais ampla acerca do ME da Unicamp em seu período inicial (1967 a 1970, aproximadamente).

“Jonhy” ingressou na Unicamp em 1967, no curso básico de ciências exatas, formando-se em matemática no ano de 1970. Pouco depois, ingressa na pós-graduação e é contratado como docente da Unicamp, função exercida até hoje. Sua entrevista fornece um quadro do ME da Unicamp no período. As entrevistas citadas são utilizadas a partir da perspectiva trazida por FERREIRA (1994). Segundo a autora, a história oral deve ser entendida “como preenchedora de lacunas deixadas por documentos escritos; e como elemento com um fim em si mesmo, ilustrando representações sociais” (1994: 08).

No AESP/DEOPS, a documentação utilizada estava organizada em pastas e caixas, numeradas com as identificações OS 1465, 1466, 1467. São documentos que percorrem um período que vai de 1968 a 1982, principalmente fichas de investigação, com relatos dos informantes sobre as movimentações “subversivas” ocorridas no *campus*, de iniciativa estudantil ou docente. Seleccionei também recortes de jornais sobre a Unicamp (dos Jornais de São Paulo: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*) e cerca de uma dezena de jornais estudantis, anexados às fichas informativas do DEOPS, principalmente do período pré-DCE (1968-78). A produção dos documentos armazenados neste arquivo se deu de forma diferente dos acervos acima citados.

Como parte do aparelho repressivo do Estado militar, o DEOPS tinha como atividade central definida por seus dirigentes a investigação de cada pessoa considerada subversiva.

---

<sup>22</sup> MENEGHEL S. M. Zeferino Vaz e a Unicamp. 1994. 168f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Campinas, 1994.

Levantada a suspeita, escalava-se um investigador para seguir os passos do indivíduo, produzindo fichas sobre sua trajetória militante. O resultado das investigações era enviado por telegrama ao delegado responsável de São Paulo, contendo notícias sobre as universidades: atos, eleições, assembleias, nomes de lideranças e, algumas vezes, reprodução de folhetos das entidades. Tais investigações levaram a prisões para esclarecimentos, as quais, em alguns casos, resultaram em torturas e mortes. Ainda hoje, algumas pessoas presas pelo organismo paulista e de outros Estados estão desaparecidas e as circunstâncias da morte não foram inteiramente esclarecidas.<sup>23</sup>

As universidades paulistas, com destaque para a USP, eram identificadas como celeiro das organizações guerrilheiras, justificando a presença de investigadores fixos, que muitas vezes se passavam por estudantes. A partir de 1971, foram fundados órgãos especiais junto às reitorias, chamados AESIs (Assessoria Especial de Segurança e Informação), responsáveis por delações de membros da comunidade universitária e por pareceres sobre a contratação de professores e funcionários para as instituições<sup>24</sup>.

Para a sistematização dos documentos, baseei-me também no trabalho de PINHEIRO (2000), intitulado *A imprensa escolar e o estudo das práticas pedagógicas: o jornal 'Nosso Esforço' e o contexto escolar do curso primário do Instituto de Educação (1936 a 1939)*. Para analisar um jornal escolar produzido na primeira metade do século XX, a autora aprimorou uma metodologia de leitura das fontes, contemplando a identificação de sua forma, conteúdo, tamanho, número de páginas, existência de ilustrações, entre outras características.

---

<sup>23</sup> Nessa situação estão registrados 127 casos de brasileiros. Sobre isso, consultar sítio [www.torturanuncamais.org.br](http://www.torturanuncamais.org.br)

<sup>24</sup> Detalhes sobre a atuação do órgão na Universidade de São Paulo podem ser encontrados no artigo de CHRISPINIANO, J., PICANÇO, M. e GONZALEZ, M: Filha bastarda da USP, AESI desempenhou diferentes papéis na repressão interna. IN Revista da ADUSP, São Paulo, n. 33. pp.37-48. Outubro de 2004. Consultar também o livro republicado pela Associação de Docentes da USP: O controle ideológico na USP (1964-1978). São Paulo: ADUSP. 2004.

Por ora, apresento um quadro numérico dos documentos consultados por ano de publicação, separados por tipo de documento: panfleto, boletim, carta, jornal estudantil, jornal da grande mídia e informativos do DEOPS.

	Informativos DEOPS	Jornais do DCE	Boletins, Panfletos, Cartas abertas	Cartas-programa	Jornais grande mídia	Jornais e Boletins de CAs e DAs
1972	1	X	X	X	X	X
1973	1	X	X	X	X	X
1974	2	X	1	X	X	3
1975	1	X	1	X	1	X
1976	4	X	4	X	1	2
1977	5	X	7	X	X	X
1978	5	1	2	2	5	6
1979	3	2	5	2	3	1
1980	7	X	5	3	3	1
1981	X	3	21	2	2	X
1982	X	X	3	2	5	X
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>6</b>	<b>49</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>13</b>

Apresento, abaixo, algumas características gerais dos documentos: quem produziu, para quem era endereçado, qual o formato, qual o tipo de papel, se possuía ou não ilustração, se reproduzido por meio xerográfico ou gráfico, entre outros.

Os panfletos e cartas são, em sua maioria, documentos produzidos pelos próprios estudantes coordenadores do DCE; existem alguns poucos que foram feitos conjuntamente com entidades estudantis e sindicais. Produzidos em máquina de escrever e copiados por xerox, não possuíam ilustrações e eram todos em preto e branco. Feitos em pequena quantidade, se comparados aos jornais e boletins da entidade, são de tamanho reduzido (A6) e conteúdo simples; carregados de palavras de ordem, procurando dialogar com o público alvo, essencialmente estudantes e/ou a população em geral, por ocasião dos atos públicos realizados no centro de Campinas. Dessa forma, não possuíam periodicidade fixa, sendo confeccionados de acordo com as exigências da conjuntura.

Os jornais e boletins do DCE são impressos mais bem elaborados, com conteúdo mais reflexivo e chamadas para ações da entidade. Confeccionados por estudantes membros das gestões do DCE, eram feitos em máquina de escrever, em sua maioria, e xerocados, em preto e branco. Alguns poucos, cerca de uma dezena, foram rodados em gráfica. Os jornais continham textos de debates, reprodução de notícias de jornal, sendo de maior tamanho (folha A3) do que os panfletos, cartas e boletins (folha A6). O público alvo eram os estudantes e seu objetivo era a sensibilização política do estudantado para as iniciativas do DCE e de entidades/movimentos afins. Alguns possuíam ilustrações, fotos, desenhos ou quadrinhos. Com periodicidade indefinida, em alguns períodos foram publicados semanalmente; em outros, mensalmente. Há gestões que possuem menos de uma dezena de impressos informativos arquivados.

As cartas-programa são materiais de tamanho grande (folha A3, dobrada ou inteira), confeccionadas por estudantes membros das chapas concorrentes ao DCE. O público alvo eram os estudantes, possíveis eleitores das chapas concorrentes à coordenação da entidade. Seu conteúdo abordava problemas que afligiam os estudantes e opiniões sobre o momento político e as lutas gerais da sociedade, sugerindo propostas para as situações. Continham ilustrações, quadrinhos e fotos. Tratam-se de materiais em preto e branco, majoritariamente impressos em gráfica. Os textos eram escritos em máquina de escrever e o material final era “montado” manualmente. Tinham periodicidade anual, sendo confeccionadas a cada eleição para a coordenação da entidade.

Os jornais da grande mídia são recortes contendo reportagens que fazem alusão ao ME da Unicamp ou à Unicamp, feitas por jornalistas formadores de opinião (posição política) sobre as ações e bandeiras dos estudantes organizados. Impressos em preto e branco. Os meios de comunicação tinham publicação diária e, naquele momento, cobriam a Unicamp com bastante

frequência, praticamente todas as semanas; em épocas de greve ou outras movimentações, a cobertura era diária.

Os informativos do DEOPS são folhas de tamanho A4 ou papel ofício, contendo relatos de reuniões e assembléias estudantis, atos públicos, greves e informações sobre suas principais lideranças; feitos por informantes do órgão presentes nos espaços em que ocorriam as ações “subversivas”, objetivavam subsidiar o delegado responsável pelo patrulhamento político e ideológico das universidades públicas paulistas, com vistas à ação de repressão pelos aparelhos. São datilografados em papel com formato padrão, com informações de tamanho limitado, em sua maioria, a um box e por itens. Estes documentos são em preto e branco. A periodicidade dos informativos variava de acordo com a intensidade das movimentações da comunidade universitária, sendo normalmente diários e semanais.

Dentre os jornais e boletins dos Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos, consultei os seguintes:

1) *Ponto de Vista*: jornal do Centro Acadêmico “Bernardo Sayão” (CABS), de produção recorrente a partir de 1977. Escrito por estudantes coordenadores da entidade, tinha como público-alvo os estudantes das engenharias elétrica, química e mecânica. Possuía em seu conteúdo textos opinativos sobre assuntos gerais da conjuntura política (eleições, ditadura, política educacional, entre outros), bem como sobre o ME e a Unicamp. Tinha ilustrações e quadrinhos. Majoritariamente em formato A4, era confeccionado em máquina de escrever e reproduzido por xerox. Circula até os dias atuais, sem periodicidade fixa.

2) *Miudinho*: boletim do Centro Acadêmico de Ciências Humanas (CACH), publicado desde 1976. Era confeccionado por estudantes coordenadores do CACH para informar os estudantes do IFCH. Com conteúdo informativo, geralmente comentava alguma mobilização e convocava o estudantado para ações coordenadas pelas entidades estudantis. De formato simples

e pequeno (folhas tamanho A6), era feito à máquina de escrever e xerocado. Preto e branco; sem desenhos ou quadrinhos, com raríssimas exceções. Parou de circular a partir de 1985, aproximadamente. Era freqüente, mas não possuía periodicidade fixa.

3) *Panfleto*: boletim confeccionado por estudantes do IFCH, entre os anos de 1975 e 1978, aproximadamente. De grande circulação, tinha como público alvo os estudantes de todos os cursos da Unicamp. De formato simples (folha A6 ou A4 dobrada) e conteúdo informativo, trazia, na maioria de suas edições, notícias críticas à ditadura veiculadas pela grande mídia. Era feito à máquina de escrever e xerocado, em preto e branco; de periodicidade instável.

4) *O Patológico*: jornal do Centro Acadêmico “Adolfo Lutz” (CAAL). Feito por estudantes coordenadores da entidade. O público-alvo eram os estudantes da medicina. Circula desde a década de 70 até hoje, sem periodicidade fixa, com conteúdo mais centrado nas questões da FCM e da medicina de forma geral. Feito em gráfica, muitas vezes em formato tablóide.

5) *Bóia Fria*: jornal do Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia de Alimentos e Agrícola (DAFEAA) cujo slogan era “um jornal de muita fome e muita luta”. Utilizo poucas edições dos anos de 1977 e 1978. De tamanho A4, continha matérias opinativas e informativas sobre a conjuntura, a Unicamp e o MEU. Em preto e branco, continha muitos quadrinhos e ilustrações. Era redigido em máquina de escrever e xerocado para distribuição. O público alvo eram os estudantes de engenharia de alimentos e de engenharia agrícola.

6) *Boletim do CAMECC*: escrito pelos estudantes coordenadores do Centro Acadêmico de Matemática, Estatística e Computação Científica (CAMECC). Não há registros do início da publicação. Uso exemplares de 1977. Era feito em máquina de escrever, xerocado, no formato A4 dobrado. Continha quadrinhos e desenhos. O conteúdo versava sobre o ME, conjuntura política e educacional, além de questões referentes ao IMECC. O público-alvo eram os estudantes deste instituto.

A análise dos jornais também buscou seguir as orientações de ANDREOTTI (2004: 18):

“A representatividade de um jornal como fonte de pesquisa ou sua utilização como fonte documental para a história e a história da educação deve considerar alguns fatores: o contexto em que foi produzido, sem secundarizar a fonte de pesquisa; a identificação de quem o apresenta, significando de qual segmento social o jornal é porta-voz; seus objetivos; o público que quer atingir; qual o seu teor; o momento de sua publicação e duração. Dessa forma, a partir do singular, de um objeto de análise, consegue-se reconstituir aspectos mais amplos de um período, ultrapassando-se o meramente descritivo e buscando, na interpretação de seus conteúdos, um maior grau de abrangência.”

O texto foi estruturado da seguinte maneira:

No 1º capítulo, recupero elementos da história da Unicamp e das primeiras movimentações estudantis na universidade, no período 1967-73.

No 2º capítulo, discorro sobre as primeiras ações estudantis que reuniram dezenas de estudantes, confrontando-se com reitoria e governos estadual e federal. Tendo como marco inicial o ano de 1974, resultam na fundação do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp e em sua primeira eleição, realizada em outubro de 1978.

No 3º capítulo, apresento as movimentações ocorridas na Unicamp entre 1978 e 1982 sob coordenação das primeiras gestões do DCE, centrando o olhar para as lutas empreendidas e o embate de idéias travado entre as chapas concorrentes. A seguir, parto para as considerações finais.

## **CAPÍTULO I – PRIMÓRDIOS DA UNICAMP E DO SEU MOVIMENTO ESTUDANTIL.**

### **1.1 - Origens da Unicamp:**

ZAN (1996), LIMA (1989) e MENEGHEL (1994) são pesquisadores que discorreram sobre temas relacionados à formação da Unicamp em suas dissertações de mestrado. Para a formulação do capítulo 1 desta dissertação, baseei-me na reconstrução histórica realizada por eles. Utilizei-me, também, do trabalho publicado on-line pelo sítio da Unicamp durante o ano de 2006, intitulado *O Mandarim - História da Infância da Unicamp*, do jornalista Eustáquio Gomes, por ocasião dos 40 anos da universidade.<sup>25</sup>

Remontam à década de 1950 as movimentações que deram origem à Universidade Estadual de Campinas (UEC), mas somente em 28/12/1962, com a assinatura da lei nº 7655, efetiva-se a organização desta universidade. A instalação das primeiras cadeiras do curso de medicina se dá em 1963 e disso decorre o primeiro vestibular, oferecendo 50 vagas disputadas por 1654 candidatos (ZAN, 1996). A criação da UEC foi resultado de grande movimento realizado por entidades civis e personalidades políticas de Campinas, sequiosas por um curso de medicina na cidade (LIMA, 1989; MENEGHEL, 1994). No entanto, o projeto de ampliação do número de cursos fica paralisado até 1966, por motivos de ordem política.

Fundada como *universidade*, a nova instituição era motivo de severo questionamento no interior do Conselho Estadual de Educação (CEE-SP), já que não cumpria os requisitos mínimos previstos em lei para justificar o título. Segundo GOMES (in *Jornal da Unicamp*, edição 315. De 13 a 19 de março de 2006; p.6)

---

<sup>25</sup> Esta narrativa cobre um período que começa em 1956, ano da organização da campanha pela criação de uma faculdade de medicina em Campinas (aquela que se tornaria o núcleo embrionário da Unicamp) e termina em abril de 1982, com a posse do reitor José Aristodemo Pinotti. Segundo essa concepção a era Zeferino, que o autor toma

“O Conselho Estadual de Educação estava mordido com a existência de uma universidade que, à revelia de todos e com “impressionante autonomia”, era constituída de uma única unidade de ensino – a Faculdade de Medicina –, quando a lei exigia um mínimo de cinco para que tivesse seu funcionamento autorizado. A Universidade de Campinas tinha reitor, conselho de curadores e “funcionários contemplados com referências superiores às dos professores dos institutos isolados de ensino superior”, ou seja, a Universidade de Campinas tinha tudo – só não tinha estabelecimentos de ensino. São estes os termos de um grave relatório preparado pelo conselheiro Honório Monteiro, professor de direito da USP, ex-ministro do Trabalho no governo Dutra, sobre a situação da escola. Contudente, o relatório concluía:

— Esta universidade não existe. É mera ficção. Urge fazer encerrar a vida fictícia dessa universidade.”

Uma série de circunstâncias leva à ampliação e consolidação da UEC e sua transformação em Unicamp. A primeira delas situa-se num âmbito mais geral: o golpe militar de 31 de março de 1964 e a instauração da ditadura militar. A segunda se deve à trajetória política e acadêmica do parasitologista Zeferino Vaz, escolhido para conduzir o processo de implementação efetiva da universidade.

Para uma melhor compreensão do período em questão, faz-se necessária uma breve referência sobre o Estado militar e suas políticas para a educação. Para tal, tomo como referência o interessante trabalho de GERMANO (1993), *Estado Militar e Educação no Brasil*, um estudo sobre as relações entre as políticas educacionais empreendidas no âmbito do Estado militar durante a ditadura (1964-85).

Na visão do autor, o golpe de 64 expressa o rompimento de uma situação histórico-política desencadeada no Brasil no início dos anos 60, encerrando o chamado “período populista”

---

como a “infância” da Universidade, se encerraria catorze meses após sua morte. (Jornal da Unicamp. Edição 213. De 20 de fevereiro a 05 de março de 2006)

(1945-1964) (op.cit., pp.17-21). Os anos finais desse ciclo são marcados pelo crescente acirramento entre os setores reformistas (Ligas Camponesas, PCB, UNE, Central Geral dos Trabalhadores, entre outros), alinhados ao processo de reformas de base anunciados pelo governo João Goulart, com os segmentos mais conservadores da sociedade (empresários, latifundiários, meios de comunicação, cúpula da Igreja Católica). Atos públicos de grande expressão política tomam conta das ruas no período imediatamente anterior ao golpe: pelo lado reformista, o Comício da Candelária; pelos conservadores, a *Marcha da Família com Deus pela liberdade*. O desfecho desse embate é a ação do exército, responsável pela implementação de um regime autoritário e ditatorial que duraria 21 anos (1964-1985), marcado por grandes restrições às possibilidades de controle político por parte da sociedade. Assiste-se a um processo de hipertrofia do executivo, acompanhado da existência simbólica dos demais poderes.

As ditaduras militares foram a tônica na América Latina entre os anos 50 e 80 do século XX. Em 1954, de vinte países latino-americanos, treze eram governados por militares, e, em 1980, dois terços da população viviam em regimes militares ou sob o domínio militar (GERMANO, 1993).

O autor remete-se à SCORPINO (1986) para destrinchar os princípios da ditadura militar:

“Não é autorizada por regras constitucionais; subverte a ordem política preexistente; seu poder não sofre limites jurídicos; sua duração não está antecipadamente fixada, redundando, por conseguinte, numa forma de governo formal e durável; apresenta problemas de legitimação do poder, notadamente no que diz respeito à precariedade das regras de sucessão no poder. Isso faz com que se configure o que SARTORI (STOPPINO, 1986: 384) denomina de “absolutismo republicano”, uma vez que não se pode eleger o novo ditador nem tampouco pode haver transmissão hereditária por causa do princípio republicano.” (p.27)

A realização do golpe tem como desdobramento a elevação de algumas figuras a funções de destaque dentro da burocracia estatal brasileira. Nessas condições, entra em cena o parasitologista Zeferino Vaz, em cujo currículo constava a fundação e direção da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) (1952), a docência na Faculdade de Medicina Veterinária de São Paulo e a presidência do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP). Secretário de Saúde do Estado de São Paulo no momento do golpe, contribui significativamente para seu sucesso, autorizando a liberação de 250 peruas para o transporte de tropas e a disponibilização de locais para depósito de gasolina usada pelas forças pró-militares. Suas posições políticas e suas ações fazem com que o presidente Castelo Branco o convide para assumir a função de reitor-interventor na Universidade de Brasília, cargo que ocupou entre abril de 1964 e agosto de 1965. Na capital federal, Zeferino Vaz vê-se imerso em enormes conflitos internos, que lhe ocasionam um enorme desgaste pessoal e político. Como consequência, exerce a função por somente um ano e meio<sup>26</sup>.

Enquanto esteve em Brasília, Zeferino Vaz perde espaço político no CEE-SP, sendo derrotado na tentativa de reeleição para a função que acumulava desde os tempos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, no início década de 50.

Mesmo fora da presidência do Conselho, continua com assento na Câmara de Ensino Superior do órgão, passando a criar problemas para a presidente eleita, Esther de Figueiredo

---

<sup>26</sup> Segundo MENEGHEL (1994), foram muitas as pressões sofridas pelo interventor por parte de setores do governo e da mídia apoiadora do golpe, bem como de membros da comunidade interna, contrários à intervenção militar. Tal embate é resultado de sua postura dúbia com relação aos intelectuais de esquerda vinculados à instituição: ao mesmo tempo em que demite treze deles ao assumir a reitoria (alegando incompetência e corrupção), mantém no quadro docente o arquiteto Oscar Niemeyer e o músico Carlos Santoro, publicamente comunistas. A contratação e posterior demissão do filósofo Ernani Fiori, oriundo da UFRGS, de onde fora demitido por motivos políticos quando da publicação do AI-1, gera uma crise interna sem precedentes. Greves da comunidade interna, artigos e pronunciamentos de deputados e da grande mídia se seguem, pressionando o reitor - interventor. O acúmulo de funções (reitoria da UnB e presidência do CEE-SP) também gera um questionamento quanto à sua dedicação à Universidade, considerada por seus adversários como insuficiente.

Ferraz. Seu profundo conhecimento da burocracia é utilizado para atravancar as discussões no espaço decisório. O “problema Zeferino” é resolvido com sua nomeação para presidir a Comissão Organizadora da Universidade Estadual de Campinas (UEC), em agosto de 1965. Segundo GOMES (2006, In Jornal da Unicamp, edição 315 – 13 a 19 de março de 2006, p.6)

“(…) Esther redigiu e fez aprovar no CEE um parecer final sobre a Universidade de Campinas em tom muito mais benévolo que o de Honório Monteiro. Nele, sugeria o entendimento de que “embora em estado de organização, a Universidade existe”. E propunha ao governador a constituição de uma comissão encabeçada por um “professor de reconhecida experiência em administração de ensino superior” que planejasse e organizasse a nova universidade. Quem estaria à altura dessa tarefa? Miller, de comum acordo com Esther, mencionou o nome de Zeferino. Com isso lhe dariam com que se ocupar e livravam-se dele. (...) Ex-secretário de Estado e ademarista de primeira hora, Zeferino era homem de confiança do governador. ‘Dê-se a universidade aos campineiros, mas também seu executor.’”

Ironicamente, Zeferino Vaz, em seus tempos na presidência do CEE-SP, fora contra a implantação da Faculdade de Medicina em Campinas, frustrando os planos do amplo movimento que reivindicava a criação da escola. Segundo GOMES (in Jornal da Unicamp, Edição 314; de 6 a 12 de março de 2006; p.8)

“Zeferino, um pioneiro do ensino médico no interior paulista, achava que a rota de interiorização devia passar por outros caminhos. Ele se dizia inteiramente a favor de uma nova escola de medicina fora do eixo paulistano, mas não exatamente em Campinas. Defendia que as escolas de medicina não deviam ficar próximas umas das outras, e que Campinas tinha contra si o fato de estar a menos de cem quilômetros da Capital.”

Por suas convicções, patrocinara a instalação de uma faculdade de medicina em Botucatu. Tal posicionamento gerou ranços no movimento campineiro, que se mostrou insatisfeito com sua

nomeação para a coordenação da UEC. Entretanto, em pouco tempo quebra as resistências, dando grande agilidade e magnitude à implantação da universidade.

Sua primeira iniciativa como coordenador geral da UEC é o saneamento das contas da Universidade, realizada com a demissão de funcionários. Amplia a coordenação dos trabalhos de instalação do *campus* universitário, contando com o apoio de Paulo Gomes Romeo, médico e seu grande amigo desde os tempos da FMRP, e do também médico Antonio Augusto Almeida, diretor da Faculdade de Ciências Médicas, a única unidade da UEC. Trata, também, de incorporar outras instituições estaduais isoladas, visando a colocar a nova instituição na legalidade<sup>27</sup>.

Zeferino possuía fácil acesso a autoridades dos governos federal e estadual e construiu ótimo diálogo com os empresários do sistema FIESP/CIESP<sup>28</sup>. Desta forma, o projeto de instalação e ampliação da Unicamp se desenvolve de forma rápida e com grande quantidade de recursos financeiros.

Os estatutos da nova instituição são copiados da USP. Entretanto, artigos relacionados à formação das congregações das unidades são inaplicáveis devido à pequena quantidade de professores por departamento e da ausência de docentes com alta titulação, requisito básico para a criação dos espaços decisórios. Como decorrência, diversas decisões, incluindo a nomeação dos diretores, ficavam sob exclusiva responsabilidade do reitor. Segundo ZAN (1996: 58):

“Nos departamentos até havia a liberdade para a contratação de docentes, que, no entanto, deveriam passar por entrevistas avaliativas com o Professor Zeferino Vaz. O mesmo se dava em relação à contratação de funcionários e aos pedidos de verbas para pesquisa e compra de equipamentos.”

---

<sup>27</sup> Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP), Faculdade de Engenharia de Limeira (FEL), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (FFCL). A última desvinculou-se da Unicamp em meados de 1970, incorporando-se à Unesp em 1978.

<sup>28</sup> ZAN (1996: 55) cita passagem do relatório da comissão organizadora da Unicamp, na qual se relata reunião entre Zeferino Vaz e empresários das empresas da região. No final, selou-se acordo entre a futura universidade e as empresas no sentido de haver cooperação e troca de serviços para o curso de engenharia a ser aberto: a universidade

Os contratos dos professores tinham a duração de dois anos, ficando a critério do reitor-interventor a renovação ou não. De acordo com GOMES (in *Jornal da Unicamp*; edição 321; de 1 a 7 de maio de 2006; p.6):

“Da mesma forma que admitia professores e funcionários passando ao largo dos concursos, também exonerava ou demitia sem muita cerimônia, bastando que um contrato vencesse ou que seu interesse por um servidor diminuísse. Para complicar, os contratos de professores na Unicamp valiam só por dois anos, podendo ser renovados ou não de acordo com a conveniência, o humor ou a qualidade das relações entre contratante e contratado. Não havia carreira docente e, como também não havia fóruns de deliberação nos institutos e faculdades, era impossível realizar concursos para provimento de cargos. Os contratos eram feitos em regime jurídico indefinido, nem celetista nem estatutário. Em suma, havia uma situação de forte instabilidade e o medo das rescisões inesperadas estava presente em cada um, mesmo que, em princípio, cada caso devesse passar por um trâmite interno que incluía um conselho técnico, o reitor e o Conselho Diretor.”

A construção do novo *campus* tem início com a inauguração da pedra fundamental, lançada em outubro de 1966, em solenidade que contou com a presença do presidente do Brasil, general Castelo Branco, e do governador do Estado, Laudo Natel.

Em 1967, iniciam-se os cursos básicos das áreas de exatas e biológicas, com aulas realizadas no centro da cidade (Prédio do Colégio Bento Quirino, situado à Rua Culto à Ciência, no. 177), já que o campus localizado no distrito de Barão Geraldo, em Campinas, ainda não estava pronto. Iniciava-se, assim, a instalação dos cursos já autorizados pelo Conselho Estadual de Educação: matemática, física, química, engenharia elétrica e mecânica, enfermagem, bem como o novo curso de tecnologia de alimentos.

---

cederia seus laboratórios às empresas que, em contrapartida, emprestariam suas instalações para aulas, bem como seus profissionais para ministrarem aulas.

Em 1969, já no campus de Barão Geraldo, surge o curso de estatística e são transferidas as atividades que funcionavam na cidade.

Em 1970, começam os cursos de ciência da computação, ciências sociais, planejamento econômico e social, ciências econômicas e administração (MENEGHEL, 1994, pp.53-4). É no período de radicalização dos conflitos entre a sociedade civil (principalmente o ME) e os governos militares e seus representantes nos Estados que se avança na implantação da Unicamp.

O ano de 1968 é bombástico em diversos países do mundo, tomados por rebeliões juvenis de naturezas diferentes, mas que tinham a contestação como fator comum. Na França, milhares de pessoas, principalmente jovens, protestam contra o arcaísmo da universidade e o conservadorismo da sociedade<sup>29</sup>; nos EUA, o questionamento à guerra do Vietnã, aos hábitos tradicionais de consumo e ao preconceito racial resultam em conflitos entre populares e a polícia durante as manifestações de rua; no México, a rebelião estudantil por melhores condições de ensino é barbaramente reprimida pelas forças policiais, com dezenas de mortos; a “Primavera de Praga”, na Tcheco-Eslováquia, movimento que reivindicava uma maior democracia no regime socialista tcheco, é reprimida pelas tropas soviéticas. Tais ações são permeadas por uma grande efervescência cultural que marcaram os anos 60, com os festivais de música de Woodstock, a chamada Revolução Sexual, os movimentos de afirmação dos negros e o movimento hippie<sup>30</sup>. Ocorriam, também: a ampliação do conflito mundial entre o bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o bloco socialista “real”, liderado pela URSS; a Guerra do Vietnã (1964); a guerra dos Seis Dias (1967) no Oriente Médio; a prisão e o assassinato de Che Guevara (1967), na Bolívia; a

---

<sup>29</sup> “O movimento estudantil fermentava desde o início do ano em Nantere, periferia de Paris. Queria reformulação e liberalização do estatuto dos estudantes residentes nas cidades universitárias, reformas nos currículos e métodos de ensino, democracia nos cursos magistrais, da cultura livresca.” (REIS, 1998, p.37).

<sup>30</sup> Mais detalhes, consultar os dois volumes da tese de doutorado de GROppo (2000), L. A: 1968: Uma onda mundial de revoltas. Tese de doutorado. Doutorado em sociologia. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2000.

ampliação do número de países detentores da bomba atômica. Todos são acontecimentos de grande importância naquele contexto mundial.

No Brasil, a insatisfação de setores sociais outrora apoiadores do golpe com as políticas conduzidas pelos militares e com a intensa repressão leva à erupção de conflitos que atingem o auge em 1968<sup>31</sup>. O fim do pluripartidarismo, o início do cerceamento às liberdades democráticas, a crise econômica e a falta de vagas nas universidades (cujas conseqüências eram a formação de um enorme contingente de “excedentes”) são alguns dos motivos para a gradativa perda de apoio dos golpistas. Vários capítulos desses embates são vividos entre 1964 e 1968.

Em abril de 1964, um dia após o golpe, a sede da UNE é invadida e queimada por partidários do movimento liderado pelos militares. Em novembro, é assinada a lei nº 4464 (Lei Suplicy de Lacerda, nome do ministro da Educação na época), cujo texto trazia a extinção das entidades estudantis e criava outras (DAs, DCEs, DEEs e DNE), diretamente vinculadas às direções das faculdades.

Entre 1964 e 1967, o ME combate a Lei Suplicy, boicotando as eleições oficiais e fazendo pleitos paralelos (MARTINS FILHO, 1986). A partir de 1966, com a retomada da organização em nível nacional, começam os atos de denúncia dos acordos MEC-USAID e a retomada de reivindicações como a ampliação das universidades públicas e a reforma universitária. Lutas antes restritas ao ME, vão aglutinando outros setores sociais, na medida em que os embates de rua dão mostras de uma violência descomunal por parte das forças do regime. A morte de Edson Luís (28/03/1968), as marchas dos 100 mil (26 de junho) e dos 50 mil (04 de julho), a invasão da UnB (29 de agosto), a batalha da Maria Antônia (03 de outubro) são fatos que geram uma polarização na sociedade e vários conflitos dentro do próprio regime militar. A prisão das

---

<sup>31</sup> Uma abordagem detalhada dos acontecimentos de 1968 no Brasil pode ser encontrada nas obras de VENTURA (1988) e VALLE (2000).

lideranças no Congresso da UNE de Ibiúna (outubro) e a assinatura do ato Institucional número 5 (AI-5), em 13 de dezembro, inauguram um novo momento do regime, com a vitória dos militares “linha dura” na disputa interna e a instauração do terror de Estado.

A assinatura do decreto-lei 477, em fevereiro de 1969, incorpora o AI-5 aos estatutos universitários, legalizando a política de caça às bruxas nas instituições de ensino superior.

A partir de 1972, são criados órgãos especiais de controle ideológico nas universidades, os AESIs (Assessoria Especial de Segurança e Informação)<sup>32</sup>. Funcionando junto às reitorias, tinham o papel de selecionar, a partir de critérios ideológicos, os professores e funcionários que ingressavam nas instituições de ensino.

Mudanças na política educacional também são geradas no período 64-68. Segundo VIEIRA (1983), citado por GERMANO (1993: 22), a política educacional brasileira é uma das facetas da política social que se corporifica através de um conjunto de relações sociais pertinentes ao aparelho de ensino. Os militares se valem de reformas educacionais para tentar adaptar o sistema de ensino a um desenvolvimento econômico que interferisse a seu favor na correlação de forças sociais presentes na sociedade. Através da implementação da Reforma Universitária de 1968 (lei 5560/68) e da Reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Graus (lei 5692/71), o Estado de Segurança Nacional do período militar privilegia o topo da pirâmide social e o combate ao analfabetismo, mantendo baixos os níveis percentuais médios de escolarização da população brasileira.

Por sua vez, desde o início da década de 60, os setores organizados do estudantado reivindicavam reformas na universidade que apontassem para uma participação das instituições de ensino superior nas transformações necessárias nas políticas educacionais dos governos com vistas à democratização de direitos sociais. Para tal, seriam necessárias mudanças na estrutura do

ensino e na administração das instituições, com a extinção das cátedras, a paridade nos órgãos colegiados, a autonomia universitária (significando recursos públicos suficientes para que a universidade funcionasse sem maiores preocupações) e total autonomia na escolha dos reitores e demais administradores, restando aos governos a nomeação dos eleitos. Essas reivindicações tinham sido incorporadas pelo Movimento pelas Reformas de Base, de grande impacto social até o momento do golpe, sendo por este esmagado.

Com o advento da ditadura, as forças do ME passam a ser canalizadas para a denúncia dos acordos estabelecidos entre o MEC e a agência para o desenvolvimento social (USAID), órgão do governo norte-americano. Tal relação era identificada pelo ME como um aprofundamento do imperialismo norte-americano no país. As seguidas comissões de estudo para a reformulação da universidade brasileira (ATCON, Meira Matos, GTRU) indicavam a cobrança de mensalidades nas universidades públicas e a expansão do ensino superior por meio da abertura das instituições privadas de ensino.

Como discorre GERMANO (1993: 117-8), desde o final da década de 40, era aventada a necessidade de modernização da universidade brasileira, de forma que várias propostas de alteração trazidas por consultores externos encontraram “terreno arado e adubado para semear suas idéias”. Zeferino Vaz alinhava-se a esse segmento, divulgando e influenciando o sistema de ensino superior brasileiro nas instituições que dirigia, principalmente no Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP). Participara, no final da década de 50 e inícios de 60, da concepção da Universidade de Brasília, projeto piloto daquilo que os militares pretendiam implementar como sistema através da lei 5540/68 (MENEGHEL, 1994)<sup>33</sup>. Dessa forma, o projeto

---

<sup>32</sup> Maiores detalhes desse processo podem ser encontrados nos trabalhos de GERMANO (1993) e CUNHA (1988).

<sup>33</sup> A formulação e implementação da UnB foi coordenada pelo antropólogo Darci Ribeiro. Este se identificava com uma orientação política nacionalista e de esquerda. A concepção da nova universidade é influenciada por esse

da Unicamp já fora confeccionado contemplando os pontos que viriam a ser implementados com a Reforma Universitária de 1968.

Publicada no final de novembro, a lei da Reforma Universitária (lei 5560/68) compreendia uma série de medidas cujos objetivos eram racionalizar os custos do sistema educacional e formar mão-de-obra qualificada para sustentar o avanço tecnológico adequado ao modelo de capitalismo implementado pelos militares. Para tanto, a instituição universitária deveria: extinguir as cátedras, assumindo a departamentalização dos docentes; implementar o sistema de créditos e o ciclo básico, dividindo a formação universitária entre formação básica (nos institutos) e formação profissionalizante (nas faculdades)<sup>34</sup>; garantir o vínculo estreito entre o ensino e a pesquisa; a dedicação exclusiva do docente à instituição. Por fim, atribuía aos governos em vigência a escolha direta dos gestores universitários, garantindo melhores condições políticas para que os interesses do Estado militar fossem contemplados, restringindo as possibilidades de qualquer autonomia universitária (ZAN, 1996). Parte dessas medidas, como a departamentalização e a vinculação do ensino à pesquisa, estavam em consonância com a proposta de Reforma universitária defendida pela UNE durante a década; entretanto, implementadas sob a direção da ditadura e conjugadas a outras medidas de caráter privatista, acabaram assumindo uma direção oposta à prevista pelo ME.

A Reforma vem ao encontro das políticas que levaram o Brasil a um período de crescimento econômico vertiginoso, alcunhado de “milagre brasileiro”. Segundo GERMANO (1993: 73)

“(…) de 1968 a 1975, o Produto Nacional Bruto (PNB) teve um crescimento anual médio de 9%. Entre 1968 e 1974, a população do Brasil passou de 86 para 105 milhões de

---

ideário, ainda que suas estruturas didático-administrativas não diferissem em praticamente nada do modelo norte-americano de ensino superior. Para saber mais sobre o assunto, consultar CUNHA (1988).

habitantes. Mas o PNB passou de 40 para 78 bilhões de dólares. A produção de energia elétrica aumentou de 38 para 72 bilhões de KWh. A produção de aço passou de 4,4 para 7,5 milhões de toneladas. As exportações passaram de 1855 para 12.500 milhões de dólares. A produção de automóveis, de 279 mil a 859 mil unidades.”

A falência do “milagre brasileiro” é resultado de diversas alterações no capitalismo mundial, entre elas a crise do petróleo. Segundo GASPARI (2002: 257-8):

“A mãe de todas as encrencas começou em outubro de 1973. Em menos de três meses, os países produtores de petróleo subiram de 2,90 para 11,65 dólares o preço do barril. Num mundo que nos 25 anos anteriores crescera quintuplicando o consumo de petróleo e naquela altura bebia mais de 20 milhões de barris a cada dia, teve início um terremoto que redesenharia sua economia. Os EUA entraram numa crise que nos dois anos seguintes lhes reduziria em 6% o PIB e dobraria a taxa de desemprego. Pela 1ª vez desde o fim da guerra a economia japonesa haveria de se contrair. (...) Em 1970, no esplendor do milagre brasileiro, o barril de petróleo custava 1,80 dólar. O país dependia de óleo para 44% do seu consumo de energia elétrica, importava 80% dos combustíveis fósseis que queimava. Desde 1968, o consumo crescia uma média de 16% ao ano. Os novos preços significavam um dreno de dois bilhões de dólares anuais. (...) De uma hora para a outra o petróleo abriu um buraco na economia brasileira equivalente a 32% das suas exportações.”

RODRIGUES (1992: 41) ilustra o impacto dessa crise na economia brasileira, dependente de recursos externos para financiar seu crescimento econômico:

“Durante os anos 70, a economia capitalista passou por um sério período de retração, agravado pela elevação do preço do petróleo no mercado internacional. Essa situação afetou, sobretudo, os países situados na periferia do sistema capitalista, cuja economia subordina-se aos investimentos externos, à utilização de tecnologia estrangeira e, em grande parte, é dependente das exportações, especialmente as de petróleo. Esta foi acompanhada do declínio das exportações. Os empréstimos externos – feitos por bancos privados, a altos juros reajustados semestralmente, tinham por objetivo sustentar o desenvolvimento econômico através de grandes projetos governamentais, como os de

---

<sup>34</sup> cf. SILVA, J. M. A. de P.: O ciclo básico na Unicamp: projeto, realidade e perspectivas. 1989. 195f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas. 1989.

construção de hidrelétricas e usinas nucleares. O endividamento crescia, também, devido às remessas de lucro, ao pagamento de *royalties*, isto é, pelo uso de tecnologia estrangeira, e ao pagamento de juros e amortizações dos empréstimos, quer dizer, ao pagamento dos serviços da dívida.”

Percebe-se que a instalação da Unicamp ocorre num período de economia austera e que tem seu projeto bastante integrado ao sistema produtivo instalado em Campinas e região, formado por empresas multinacionais do setor tecnológico. A vinda de aproximadamente 180 pesquisadores lotados no estrangeiro, muitos deles de grande prestígio na academia<sup>35</sup>, dá respaldo acadêmico, político e econômico para a construção dos departamentos, laboratórios, institutos e faculdades da nova universidade.

Aparentemente, o impacto da crise econômica iniciada em 1973 parece ter tido conseqüências reduzidas na Unicamp, pelo menos até 1978: prédios continuavam a ser construídos e inaugurados<sup>36</sup>; os pesquisadores de renome conseguem convênios e verbas públicas para suas pesquisas e laboratórios.

---

<sup>35</sup> Com destaque para os físicos César Lattes, Sérgio Porto, Marcelo Dammy dos Santos e Rogério Cezar de Cerqueira Leite; o filósofo Fausto Castilho; o químico italiano Giuseppe Cilento; o matemático Rubens Murillo Marques, entre diversos outros de várias áreas.

<sup>36</sup> A cronologia oficial da Unicamp pode ser encontrada no sítio [www.unicamp.br/unicamp/a\\_unicamp/a\\_unicamp\\_memorias\\_cronb.html](http://www.unicamp.br/unicamp/a_unicamp/a_unicamp_memorias_cronb.html). Por ela pode-se perceber a construção e inauguração dos seguintes prédios e instituições de ensino e pesquisa entre 1973 e 1976.

**1973** - Inauguradas as instalações do setor de deficientes auditivos e visuais do Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação “Gabriel Porto” (Cepre), da Faculdade de Engenharia de Limeira (FEL) e do Colégio Técnico daquela cidade.

**1974** - Em setembro, o Instituto de Biologia (IB) muda-se para o novo prédio, dando novo impulso às pesquisas. Tem início o curso de pedagogia da Faculdade de Educação (FE).

**1975** - Instalado no gabinete do reitor o terminal de computação. Lançada a pedra fundamental do Hospital das Clínicas (HC). Inicia-se o Programa de Pós-Graduação em Educação. A Faculdade de Tecnologia de Alimentos (FTA) passa a denominar-se Faculdade de Engenharia de Alimentos e Agrícola (FEAA).

**1976** - Em outubro, o decreto nº 78.531 do Ministério da Educação reconhece a Unicamp como instituição. É constituído o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), como fruto do desmembramento do departamento de Lingüística do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

No entanto, é provável que tudo isso tenha se dado às custas da perda de poder aquisitivo dos salários, cuja redução entre 1975 e 1978 atingiu 70,6%<sup>37</sup>. Suspeito, também, que parte da conta da crise foi estendida aos estudantes, que, apesar da existência de transporte e restaurante subsidiados, passaram a conviver com enormes filas no único refeitório disponível e com um sistema de transporte precário desde o seu início, no final de década de 60.

A partir de 1979, a crise econômica fica ainda mais evidente, com a saída de Zeferino Vaz da reitoria e a entrada de Paulo Maluf no governo do Estado. As políticas de restrição financeira levam à “evasão de cérebros” e à paralisação de obras, como dos prédios do IMECC (Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação) e do HC (Hospital das Clínicas da Unicamp)<sup>38</sup>.

Zeferino Vaz dirigiu a Unicamp durante doze anos (1966-78), imprimindo uma lógica de gestão bastante ágil e eficiente, assemelhada a uma empresa privada. Era o dirigente do mais importante órgão colegiado da universidade, o Conselho Diretor, e possuía grande influência sobre o segundo mais importante, a Câmara Curricular. O primeiro era composto por diretores de curso e assessores mais próximos do reitor, além de dois estudantes. Deliberava sobre orçamento, abertura de novos cursos, contratações, entre outras coisas. O segundo agregava os coordenadores de curso e alguns auxiliares do reitor, definindo currículos, procedimentos burocráticos para a matrícula e o ensino, entre outras atribuições.

Sua gestão termina quando Zeferino Vaz se aposenta compulsoriamente, aos 70 anos, idade máxima permitida por lei para se assumir funções de direção no aparelho do Estado. Quando transmite o cargo ao novo reitor, o odontólogo Plínio Alves de Moraes, a Unicamp possuía números que indicavam uma condição singular no campo das universidades públicas

---

<sup>37</sup> Segundo reportagem do Jornal *Correio Popular* de 12/04/1978.

<sup>38</sup> A Unicamp pede socorro. O Estado de São Paulo. 06/11/79. p. 8 e 9.

brasileiras, bem como uma clara conformação voltada para a pesquisa científica. Segundo GOMES (in Jornal da Unicamp, edição 326; de 5 a 11 de junho de 2006, p.7):

“Para os 5.500 estudantes de graduação e os 2.700 de pós-graduação então matriculados, havia 900 professores, o que fazia dela um “cenário de elite” onde a pesquisa tinha evidente primazia.”

Mesmo se afastando da reitoria, mantém grande vínculo com a universidade, ao assumir a presidência da recém-criada Fundação para o Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp). Sua sala ficava no andar de baixo do espaço ocupado pelo reitor.

Zeferino Vaz veio a falecer em fevereiro de 1981.

## **II.2 – ME da Unicamp: ensaios iniciais em tempos de confronto com o regime.**

As mobilizações dos estudantes da Unicamp já ocorriam desde a fundação da universidade, lideradas majoritariamente pelas entidades representativas. O *Boletim do Calouro* (CAAL, s/d, 1974, p.2) fornece a informação sobre o primeiro Centro Acadêmico da Unicamp: o Centro Acadêmico “Adolfo Lutz” (CAAL), dos estudantes de medicina, fundado em maio de 1963. Esse instrumento de comunicação era confeccionado no início de cada ano letivo para apresentar a universidade e a Faculdade de Ciências Médicas a seus ingressantes<sup>39</sup>.

No início de 1967, dá-se a fundação do Centro Acadêmico dos Cursos Básicos de Ciências (CACBC), representante dos 120 estudantes dos cursos de exatas ingressantes naquele ano e que assistiam às aulas no Centro de Campinas, no prédio do Colégio Bento Quirino.

A partir de 1969, inicia-se o funcionamento parcial do *campus* de Barão Geraldo. Em 1971, começam a ser fundados os centros acadêmicos dos cursos lá alocados. Os primeiros são o

---

<sup>39</sup> Não tenho elementos para definir a periodicidade do informativo, mas suspeito que, após visitar e consultar os arquivos da entidade, a prática tornou-se comum a partir da década de 70.

Centro Acadêmico de Ciências Humanas (CACH) e o Centro Acadêmico de Ciências Exatas (CACE). Este último vem substituir o CACBC, já que os estudantes tinham que escolher a especialização a ser seguida a partir do terceiro ano (química, física, matemática, estatística, engenharia elétrica, engenharia mecânica ou tecnologia de alimentos). O CACE funciona como uma coordenadoria dos Centros Acadêmicos criados a partir de cada curso de exatas em funcionamento.

As entidades eram as principais responsáveis por articular as ações estudantis no período. O CAAL constituía um caso a parte, pois o curso de medicina era ministrado fora de Barão Geraldo - na Maternidade de Campinas - o que ocasionava um distanciamento de seus matriculados em relação aos demais estudantes da Unicamp, alocados no novo campus; isso dificultava, mas não impedia a participação dos estudantes da medicina em ações de contestação à reitoria e ao regime militar.

Ronaldo Simões, o “Batata”, na referida entrevista fornecida à Mirza Pellicciota para o Projeto *Fontes para a História do Movimento Estudantil Brasileiro* (1985: 01), identifica a existência de três ciclos no ME da Unicamp entre 1967 e 1982. O meu contato com as fontes primárias disponíveis confirma a caracterização trazida pelo entrevistado. Dessa forma, assumo essa classificação no relato que se segue.

O primeiro ciclo se dá de 1967 a 1971, com ações em torno do Centro Acadêmico de Cursos Básicos de Ciências (CACBC) e do Centro Acadêmico “Adolfo Lutz” (CAAL). O segundo ciclo vai de 1971, com a fundação do CACE e do CACH, até 1975, com a publicização dos grupos políticos na Unicamp. O terceiro ciclo vai de 1975 em diante, período em que se intensifica o debate acerca da fundação do DCE, percorrendo as primeiras eleições e gestões da nova entidade fundada em 1978.

- **O primeiro ciclo (1967-1971):**

Durante o período que demarca o primeiro ciclo (1967-1971), o CACBC e o CAAL promovem ações de protesto contra as condições de ensino oferecidas pela Unicamp. Há a participação nos espaços da UNE, como no Congresso de Ibiúna, realizado em novembro de 1968.

O enrijecimento da repressão após o AI-5 também é sentido em Campinas, o que modifica as condições de militância estudantil na outrora pacata cidade do interior. O Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), fundado durante o Estado Novo (1937-1945) e revigorado durante a ditadura, amplia as investigações sobre o ME da Unicamp.

As buscas no AESP permitiram o contato com fichas de estudantes da Unicamp, mostrando que o organismo de espionagem para a repressão já funcionava desde 1969, fornecendo informações que respaldaram ações enérgicas.

O estudante da primeira turma do curso de tecnologia de alimentos e ativo coordenador do CACBC, Alcides Mamizuka, foi preso em 1969, sofrendo tortura física e psicológica na sede do DOI-CODI, em São Paulo. Ao tentar fugir do presídio Tiradentes, onde ficaria preso por três anos, leva três tiros. Antes da prisão compunha o setor de propaganda da organização de esquerda Aliança Libertadora Nacional (ALN). Ao sair do presídio, em 1973, ingressa novamente na Unicamp, desta vez no curso de ciências sociais. O mesmo acontece com Robeni Baptista da Costa, também militante da ALN, ex-estudante de letras da USP e companheira de Mamizuka em 1969. Ao sair da prisão, ingressa no curso de lingüística, no mesmo ano de 1973.

O relato que se segue é majoritariamente baseado na entrevista de João Frederico de Azevedo Meyer, extraída da dissertação de MENEGHEL (1994), citada na introdução deste trabalho. Sobre o ME na época afirmava que:

“O Movimento Estudantil era efervescente em 1967, e nós participávamos ativamente fazendo greve pela greve, muito mais do que pelo assunto em questão: para tirar a Faculdade que era de engenharia do vestibular do CESCEM<sup>40</sup>. Houve uma ocupação do prédio (...). E foi uma decisão tirada em assembléia, com a presença de todos os 120 alunos – que se conheciam por nome, sobrenome, apelido (...)” (op. cit., p.163).

A disputa entre os grupos políticos pela direção das entidades, bastante acirrada em nível nacional, dava-se de forma mais amena na Unicamp, pois a pequenez da instituição e a proximidade entre as pessoas faziam com que tudo fosse decidido em assembléia. Esse quadro possibilitou que “Johny”, um estudante não vinculado a grupo político, assumisse a vice-presidência do CACBC. Com a prisão do presidente da entidade, Luis Antonio Teixeira Vasconcelos, o “Vasco”, durante o Congresso de Ibiúna, “Johny” passa a ocupar o cargo de maior responsabilidade no Centro (idem; ibidem, p.164).

Num primeiro momento (1967), a repressão aos “subversivos” de Campinas ainda não atingira o grau de agressividade que caracterizava outros locais, como Rio de Janeiro e São Paulo. Restringia-se ao serviço de informações e ao controle realizado pelo reitor Zeferino Vaz.

“Em nenhum momento nós tememos que a repressão existente em outras faculdades iria acontecer aqui. Mas isso não era só pelo Zeferino, era a cidade de Campinas, também. Eu cuidava, no centro acadêmico, da parte da segurança das passeatas. Em uma manifestação estávamos nós e a PUCB juntos e eu me lembro – eu vi acontecer – que alguém deu uma ordem a esse PM para que ele entrasse lá para rachar. O PM disse: ‘Doutor, eu não. O futuro governador tá aí!’ Havia a escola de direito com a gente. A cidade, de certa forma, protegia os estudantes.” (idem; ibidem, p.164)

---

<sup>40</sup> A greve do CESCEM foi um movimento organizado pelo CACBC contra a realização do mesmo vestibular pelos candidatos a vagas no curso básico de ciências exatas e do curso básico de ciências biológicas (na verdade, medicina, o único curso da área biológica da universidade naquele momento). Os estudantes conseguiram uma liminar suspendendo a realização da prova, mas esta foi cassada na véspera e o exame foi realizado de acordo com as regras estipuladas pelo CESCEM. (GOMES, 2006. In Jornal da Unicamp. O Mandarin: cap. 11. IN Jornal da Unicamp. Edição 316, de 20 de março a 27 de março de 2006)

A publicação da carta dos alunos de medicina, no diário campineiro *Correio Popular* (15/08/68, p.03), relata uma das primeiras ações estudantis de contestação da Unicamp:

“Nós, os alunos, reunidos em torno da frente de trabalho da UC, vimos a público denunciar a demagogia que é feita através desta inauguração pelo governador e pelo reitor Zeferino Vaz, que querem sair e sairão em manchetes como criadores e implementadores de uma cidade universitária e, principalmente, de uma universidade que não existe. Não existe porque:

- Um campus é um conjunto de condições humanas e materiais necessários para o ensino e a pesquisa, e o que será inaugurado é um pavilhão que servirá ao instituto de biologia, e que futuramente abrigará o almoxarifado e oficinas da cidade universitária. A universidade não é só um conjunto de prédios de laboratórios, nem é um escritório de administração. A universidade é mais do que isso. É uma instituição que tem por finalidade formar indivíduos que tenham uma visão crítica da sociedade onde irão atuar através de sua profissão. A universidade da qual será feita apologia nessa inauguração está administrativa e estruturalmente desorganizada, uma vez que todos os problemas existentes são reflexos da falta de planejamento e organização na implantação das novas faculdades. Logo, nem que existissem, em Barão Geraldo, todos os prédios necessários para o funcionamento da Universidade, não se justificaria uma inauguração festiva como a que ocorrerá no dia 16, pois, nossa universidade ainda não foi implantada de acordo com os esquemas modernos que a define (sic) teoricamente. Esclarecemos aqui, que a nossa posição não é, e não pode ser, o boicote à cidade universitária, mas sim, a de não fazer parte das manobras políticas do governo, que espera nosso silêncio, para mais uma vez iludir a opinião pública.”

O manifesto, ao questionar as frágeis condições de ensino propiciadas pela Unicamp em seu início, buscava contradizer as promessas de modernidade que a administração central anunciava para propagandear a universidade.

A leitura completa da entrevista de “Johny” retrata um ME da Unicamp influenciado pela UNE e pela UEE. Campinas havia sido um entreposto de armas para a cidade de Ibiúna, palco do Congresso da UNE, que seria dissolvido pela repressão (MENEGHEL, 1994, p.165). Conforme

aludido no item inicial deste capítulo, vivia-se o auge do embate estudantil à ditadura, às vésperas da assinatura do AI-5.

Em 1968, o curso de medicina era palco de uma experiência bastante interessante em termos de gestão democrática: as comissões paritárias. Segundo GOMES (in Jornal da Unicamp, edição 317; de 27 de março a 02 de abril de 2006, p.6):

“Na Unicamp, apesar do número de estudantes ainda ser menor que cinco centenas, o clima era de uma tensão matizada por um fenômeno que brotara e se desenvolvera nas bases do curso de Medicina: o das “Comissões Paritárias”. Integradas em pé de igualdade por professores, estudantes e funcionários, as comissões reivindicavam a prerrogativa de debater (e, às vezes, a pretensão de deliberar) sobre questões de ordem acadêmica, administrativa e assistencial. Eram lideradas pelo médico preventivista Sérgio Arouca e animadas por um grupo de professores ligados ao Departamento de Medicina Preventiva, entre os quais sua mulher Ana Maria Arouca e o pneumologista Miguel Ignacio Tobar. Chegavam a interromper as aulas para discutir aspectos mal resolvidos do curso e traziam para essas ocasiões conferencistas do porte do sociólogo Florestan Fernandes, cujo recém-lançado Sociedade de classes e subdesenvolvimento andava nas mãos de um grande número de alunos. Zeferino, sentindo o ar saturado de pólvora, soube nadar a favor da corrente enquanto lhe interessava, deixando que avançassem, alterassem normas e até influíssem nos currículos. (O que não o impediu de, um ano depois, afastar Tobar sob o argumento de que o departamento “tinha comunistas demais”; Tobar recorreu à justiça e, vários anos mais tarde, ganhou a causa).”

A partir dos documentos consultados, percebo um primeiro ciclo marcado por ações isoladas dos cursos, agregando reivindicações, protestos e iniciativas em que o centro eram as condições de ensino na nova universidade. Ainda que houvesse alusões à participação política nos fóruns da UNE e prisão de lideranças estudantis da Unicamp em Ibiúna, fica a questão: quais as leituras que o ME da Unicamp possuía sobre o governo militar e suas políticas naquele período?

Faltam fontes que permitam a visualização da ação dos grupos políticos na universidade e de como suas leituras repercutiam no interior do ME. A Unicamp estava sendo montada contemplando características reivindicadas pelos estudantes desde o início da década da 60, em seu projeto de Reforma Universitária. Quais as interpretações que o ME da Unicamp possuía do significado daquelas medidas no sistema de ensino universitário brasileiro?

Essas são questões importantes, a serem abordadas em um outro trabalho.

▪ **O segundo ciclo (1971-1975):**

A partir de 1971, inicia-se o segundo ciclo do ME da Unicamp, marcado pela fundação do CACE e do CACH e pelo financiamento, por parte da reitoria, de um espaço de vivência e articulação dos estudantes, localizado na Av. Andrade Neves, conhecido como a Casa dos CAs. Os anos desse ciclo são caracterizados pela emergência de ações culturais e esportivas em torno das entidades estudantis, responsáveis por sua manutenção e legitimação perante boa parte do estudantado, num momento de grande repressão e perseguição política. Nesse período, a Unicamp passa por um crescimento vertiginoso no seu número de estudantes, ampliando de 2000 para 5000, considerando graduandos e pós-graduandos (dados do SERCA, órgão oficial de registros acadêmicos da universidade). Sobre o papel que a casa dos CAs cumpre para o ME da Unicamp, “Batata” afirma:

“(…) aquela casa virou um lugar de articulação e foi lá que as transas culturais desenvolvidas pelo pessoal estudantil aconteceu (sic). Os grupos de teatro ensaiavam lá, os grupos de música ensaiavam lá, a gráfica imprimia jornaizinhos, panfletos, shows, cinema, cineclube se articulou lá.<sup>41</sup>”

---

<sup>41</sup> Citação de Batata, em entrevista concedida à Mirza Pellicciotta para o projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro. 1985. p.03.

A casa possuía uma quadra na frente, transformada em espaço cultural, e uma quadra de fundo, onde se realizavam os jogos.

No início da década de 70, a cidade de Campinas possuía pouquíssimos espaços culturais. A casa dos CAs acabava cumprindo o papel de abrigar essas manifestações, conjuntamente às reuniões de organização de ações estudantis de contestação à ditadura.

São poucas as ações de embate direto ao regime e à reitoria ocorridas na Unicamp no início da década de 70. Conforme apontado em itens anteriores, vivia-se o auge do milagre brasileiro, propagandeado, em campanhas ufanistas, pelo governo do general Emílio Médici. O slogan “Brasil: Ame-o ou deixe-o” é ilustrativo da polarização vigente no período. De um lado, o governo militar colhia os louros do crescimento econômico vinculado à entrada indiscriminada de capital externo; do outro, os grupos armados, apoiavam-se no “foquismo”<sup>42</sup>, utilizando a guerrilha rural e urbana como estratégia para a tomada do poder e a implementação do socialismo.

Na universidade, espaço privilegiado para a cooptação de quadros para os grupos da esquerda armada ou não, o governo investia fortemente no patrulhamento das entidades e dos militantes. Para isso, qualquer ação estudantil era acompanhada por agentes do DEOPS, que as relatavam, recolhiam impressos e mapeavam os envolvidos.

Desde 1969, a grande maioria das organizações de esquerda, formadas majoritariamente por estudantes universitários, escolhe a luta armada como único caminho capaz de levar a uma

---

<sup>42</sup> Segundo GORENDER (1987, pp. 88-9) “a esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através dos escritos de Ernesto Che Guevara, desde *A guerra de guerrilhas*, de 1960, e de Régis Debray. Deste último, *Revolução na revolução?*, folheto de 1967, suscitou entusiasmo instantâneo. (...) O foco se iniciava com um punhado de homens e se punha a atuar entre os camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa contra ataques do exército (a predileção pelas montanhas denunciava um frágil geografismo). Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocavam da região inicial, levavam a luta armada a outras regiões e confluíam afinal para o exército rebelde capaz de infligir ao inimigo a derrota definitiva. (...) O foquismo trouxe outra novidade, que o singularizou: a idéia da primazia do setor militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o

transformação radical da sociedade, a saber, a implantação de um regime socialista. Diferentemente do início da década de 60, no qual o ME se junta a outros movimentos sociais por reformas de base, no início da década de 70 a única perspectiva aceita era a transformação revolucionária da sociedade. GORENDER (1987), em clássico trabalho intitulado *Combate nas trevas*, discorre sobre as origens, a organização, as táticas e as estratégias de praticamente toda a esquerda brasileira durante as décadas de 60 e 70, e afirma que, com exceção do PCB e de boa parte dos trotskistas, era unânime a opção pela luta armada no período.

É provável que a ida de boa parte da militância estudantil para a guerrilha teve conseqüências incalculáveis para a organização estudantil, pois ocasionou uma lacuna na formação de novos quadros dirigentes, ao mesmo tempo em que fragilizou as já enfraquecidas entidades existentes, golpeadas pelo AI-5 e pelo decreto 477.

O AESP guarda alguns documentos que retratam os movimentos estudantis ocorridos na Unicamp entre 1972 e 1973. Embora ocorrido sob objetivos e perspectivas bem específicas, foram genericamente alcunhadas pelos agentes do DEOPS de “subversivas”.

O primeiro evento é retratado pelo *Informativo do DEOPS nº 1863/72*, restringindo o relato ao recolhimento de impressos que difamavam o governo e a reitoria:

“Foram distribuídos, logo após a festa de hasteamento solene da Bandeira Nacional, no dia 21/04/72, na Unicamp, boletins de caráter subversivo em que a administração da Unicamp e os festejos do sesquicentenário eram vilipendiados.” (idem, *ibidem*, p.01)

---

partido. (...) Todo o processo revolucionário se subordinaria à dinâmica germinativa da guerrilha rural, desde a luta de massas nas cidades à formação do novo partido revolucionário.”

O documento ainda informa os nomes dos responsáveis, considerados “estudantes profissionais”<sup>43</sup>; apresenta suas fichas acadêmicas e ressalta que a Unicamp já estava providenciando a jubilação de um deles. Pontua que esse mesmo estudante ficaria dois anos afastado do país, provavelmente se preparando para ações de luta armada. O contato com outras fontes aponta que o estudante Mario Cunha<sup>44</sup>, a quem o informativo faz alusão, não foi jubulado, pois há registros de sua atuação no ME da Unicamp em períodos subseqüentes, ainda como estudante matriculado.

Por sua vez, o CACE e o CACH lançam *Boletim Conjunto* intitulado *Festa deturpada*, no qual se manifestam com os seguintes termos:

“Analisemos o que aconteceu nos últimos dias em nossa Universidade. A calouríada: um sucesso! Pois também fomos nós e somente nós que as fizemos. Nós, alunos da Unicamp. Havia de ser bem sucedida. (...) a entrega dos prêmios, são nossos, nós o fizemos por merecer. Mas aí entra o resto da procriação humana, ou seja, aquelas pessoas que não são como nós, para dar aos estranhos aquela sensação de harmonia (...) o resto da procriação humana o que faz? Une o nosso sentimento de festa com a nossa euforia da calouríada, com a imaturidade dos alunos do colégio técnico, a fim de capitalizar tudo o que somos e fizemos, para se engrandecer. Isso é baixo, isso é sujo, isso é próprio de quem é desprovido de personalidade; isso é próprio de quem não faz e tudo patenteia. Isso é próprio da falta de hombridade. Nós nos envergonhamos de fazerem isso em nome da pátria.” (p. 01, 24/04/1972)

Pelos documentos, percebe-se uma ação estudantil de contestação à reitoria e ao regime militar durante a solenidade de entrega de medalhas aos vencedores da Calouríada, motivada pela tentativa da reitoria de apropriar-se da repercussão positiva do evento, inserindo-o nas

---

<sup>43</sup> “Estudantes profissionais”, no jargão do movimento estudantil, são aqueles indivíduos que estão matriculados na universidade meramente para se envolverem nas atividades de militância, não freqüentando os cursos aos quais estão vinculados.

<sup>44</sup> O estudante da Unicamp Mário Cunha atua no ME da Unicamp durante o período de 1968-77. Membro da UEE clandestina entre 1971-73, participa também da equipe da gráfica durante os anos de 1976-77.

festividades pró-governo. As calouríadas eram jogos organizados pelos Departamentos de Esporte do CAAL, CACE e CACH.

Em 26/04, dois dias depois, o CACE lança *Comunicado* esclarecendo suas posições e reafirmando que aquela ação estava prevista em seus estatutos, o que justificava sua realização.

“Na última quinta feira, dia 20, a Unicamp promoveu concentração em frente à reitoria, com o intuito de iniciar, numa festa, os festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil, promovendo a entrega da bandeira ao órgão representativo discente e de medalhas aos vencedores da última calouríada. (...) Apesar da presença de membros dos órgãos representativos dos estudantes – Centros Acadêmicos – e de alguns dos calouros vencedores da Calouríada, estes não foram convocados, tendo sido representados, segundo indicaram os organizadores, pelos professores Idílio e Otávio, respectivamente coordenador e assessor da Educação Física da Unicamp. Este fato fez com que os calouros, que se desdobraram durante a Calouríada, percebessem que todo o seu esforço foi transferida para pessoas que não tiveram participação ativa durante as competições, e que, naquele dia, recebiam as medalhas e os louros pelo sucesso.”  
(26/04/1972, p.01)

Não foram encontrados registros sobre as conseqüências do ato, carregado de forte questionamento político ao regime militar e à reitoria.

A *Carta ao Reitor*, redigida por CACH, CACE e CAAL durante o mês de março de 1973, é outro documento recolhido e comentado pelos investigadores do DEOPS. O texto aponta a falência do sistema de transporte que fazia o traslado dos estudantes e funcionários de Campinas até o distrito de Barão Geraldo e vice-versa. Acompanhado de dados sobre o crescimento do número de estudantes de 1969 a 1973 (eram 5000 os membros da comunidade universitária, sendo 900 calouros ingressantes em 1973), apelava ao reitor que resolvesse o problema de uma vez por todas. A carta vinha acompanhada de abaixo-assinado com 1596 assinaturas e terminava de forma enfática:

“Infelizmente, Ilmo. Sr. Reitor, a paciência esgotou-se. (...) exigimos uma imediata e completa solução do problema, não interessando mais os detalhes técnicos que possam ter impedido uma solução definitiva.” (p.02, 20/03/1973)

Diferentemente da movimentação ocorrida em 1972, relacionada aos protestos contra a utilização política da calouríada, por incrível que pareça, o DEOPS identificava a reivindicação estudantil como justa. No entanto, segundo o *Informativo nº 270/73* (p.02, item 10), “a situação está sendo habilmente explorada pela estudante Beatriz Reifert, aluna do curso de química e de tendência esquerdista”. Pela documentação disponível, conclui-se que a firmeza da crítica não foi suficiente para a resolução do problema.

Como um movimento com tamanho respaldo entre os estudantes não resultou em ações efetivas de protesto?

O ME da Unicamp ainda engatinhava naquele momento. Eram poucas as entidades existentes (CACH, CACE, CAAL), compostas por poucos diretores, sem estrutura (mídia e recursos financeiros). Com a ida dos militantes mais experientes para a luta armada e a dissolução da UNE e da UEE-SP por conta das perseguições da repressão, faltavam condições para uma exposição pública das lideranças. Além disso, as difíceis condições de militância não favoreciam a rápida renovação de quadros que pudessem liderar ações cuja organização exigisse maiores energias. Isso vai ocorrer somente a partir de 1974, ainda que isoladamente, com a *Greve das Humanas*.

A obra de GONÇALVES & ROMAGNOLI (1979) retrata um período caracterizado por uma atmosfera de medo muito grande, capaz de solapar a indignação que tomava conta dos estudantes. A cada dia, em diversas universidades brasileiras, estudantes eram presos e alguns desapareciam. O nome de Honestino Guimarães, presidente da UNE entre 1969 e 1973, integra a lista de desaparecidos desde 1974. Alexandre Vannuchi Leme, o “Minhoca”, estudante de

geologia da USP, é preso no início de março de 1973 e assassinado após tortura. Esse processo é relatado com detalhes na obra de COSTA (2002), denominado *Cale-se*.

Conforme aponta PELLICCIOTA (1997), a militância daqueles que optaram pela luta de embate à ditadura nas fileiras universitárias acaba centrada na reconfiguração das ações e da própria organização estudantil, delimitadas pelas adversas condições de mobilização de grandes contingentes estudantis.

É pela fundação de novas entidades (como as executivas e federações de curso) e pela emergência de algumas práticas (como as artísticas, em torno dos grupos de teatro e corais, por exemplo) que os questionamentos sobre a formação universitária, as políticas educacionais, a ditadura militar e o capitalismo brasileiro são realizadas.

No âmbito das universidades, são realizadas algumas ações de contestação, questionando práticas de gestão autoritárias de reitorias e diretores, bem como reivindicando condições de permanência (transporte, alimentação, fim de taxas etc.) e de ordem didático-pedagógica e administrativa (como a questão do jubramento, por espaços coletivos de decisão etc.).

O CACE insere-se nesse movimento. Segundo “Batata<sup>45</sup>”:

“(…) o CACE tinha uma estratégia definida que era a atuação política, trabalhar as questões da Universidade, esse é o período áureo da repressão ao Movimento Estudantil e vai problematizar aquilo que acontece dentro da Universidade (...) reação às políticas de implantação do ensino pago. Essa estratégia era de manter a entidade viva e de fazer das entidades um espaço cultural (...) negociar com a reitoria questões curriculares, questões de pré-requisitos, nas exatas era um negócio fudido”.

Além da priorização de questões específicas, a enorme repressão da ditadura exige do CACE uma forma de organização *sui generis*, se comparada à tradição organizativa do ME

---

<sup>45</sup> Citação de Batata, em entrevista concedida à Mirza Pellicciotta para o projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro. 1985. p.04.

brasileiro. Ao invés de eleições diretas para a coordenação, estas se davam por indicação dos “centrinhos” componentes do CACE: física, química, matemática, engenharia mecânica, engenharia elétrica, tecnologia de alimentos e engenharia civil. Era uma forma de evitar que grupos políticos que comungassem de preceitos de direita (defensores da ditadura ou de um modelo privatista de universidade) tomassem a direção da entidade. A perspectiva de preservação física dos militantes e de uma linha política à esquerda acabaram definindo o modelo de escolha.

No âmbito das manifestações culturais, o coral e o teatro assumem papel central na manutenção do ME da Unicamp. A chegada, em 1971, do Maestro Benito Juarez para reger o coral da universidade traz o debate sobre o papel político das artes. De acordo com Batata<sup>46</sup>, Benito propunha uma guerrilha musical, capaz de alterar o cotidiano das pessoas e sensibilizá-las. Dessa forma, o regente aproxima-se das lideranças estudantis e monta um coral com cerca de 100 pessoas, entre estudantes, professores e funcionários. E essas manifestações traziam consigo um debate bastante freqüente no seio da esquerda acerca do papel da arte na transformação revolucionária da sociedade.

A polêmica instaurada sobre de que forma as artes cumpriam um papel político se assemelhava ao debate realizado, na década de 60, acerca do Centro Popular de Cultura da UNE. Iniciativa que movimentou músicos, poetas, atores e outros artistas, o CPC da UNE apresentava suas peças e outras manifestações culturais em escolas, universidades, sindicatos, igrejas e associações de bairro.

MOTA (1977), em seu livro *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, situa esse movimento na área de influência das ideologias nacionalista e desenvolvimentista, que gozavam à época de prestígio perante os meios intelectuais brasileiros, refletindo a estratégia do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nessa perspectiva, a cultura popular era conceituada, a partir dos

trabalhos de Carlos Estevan Soares e Ferreira Gullar, “como um instrumento de educação que visa dar às classes economicamente (e *ipso facto* culturalmente) desfavorecidas uma consciência política e social” (op.cit., p.210).

ORTIZ (1985), em *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, tem sua opinião sobre o assunto divulgada por José Roberto ZAN (1996), em sua tese de doutorado intitulada *Do fundo de quintal à vanguarda: contribuição para uma historia social da musica popular brasileira*. O autor apresenta uma análise crítica no que tange à concepção que o CPC possuía da sua relação com a população, presente no seu manifesto, datado de 1962. O conceito de intelectual dos cepecistas, responsáveis por “levar” a consciência às classes oprimidas, contrapunha-se ao conceito gramsciano, defendido por ele, no qual o intelectual construía essa consciência em conjunto com os populares, de baixo para cima.

HOLANDA (1995), em *Cultura e participação nos anos 60*, também citada por ZAN (1996), esclarece que a ida ao povo que o CPC propunha estava tomada por uma opção de cunho moral, populista. Dessa forma, essa opção acabava assumindo um caráter reacionário, por despreocupar-se com a simetria forma/conteúdo. Ou seja, na perspectiva dos autores citados, as práticas do CPC desprezavam a dimensão estética em detrimento da mensagem política.

Esse debate acaba por pautar os grupos de teatro que surgem na Unicamp, a partir de 1972, como o teatro-jornal, cujo modelo era o grupo de teatro da Poli/USP (GTP), defensor de uma arte mais engajada<sup>47</sup>. Nesse período, o CACE promove feiras de arte, com fotografia, música, pintura, poesia, literatura, contando com grande participação dos estudantes<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> Idem, ibidem, p.05.

<sup>47</sup> Cf. Batata, em entrevista concedida à Mirza Pellicciotta para o projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro. 1985. p.05.

<sup>48</sup> Para um melhor entendimento sobre essas manifestações em escala geral, seus referenciais e seu significado para o ME brasileiro, consultar a dissertação de PELLICCIOTTA (1997), em especial o capítulo 3, intitulado *A emergência das diferenças ou o lugar da cultura entre as ações políticas*.

- **O terceiro ciclo (1975 em diante):**

O terceiro ciclo seria caracterizado pela retomada das ações de embate à reitoria e ao regime militar, potencializadas com a chegada de quadros de esquerda à Unicamp, trazendo a discussão sobre a fundação do DCE e colocando às claras a disputa entre os agrupamentos políticos pela direção das entidades. Nesse contexto, o CACH passa a ter um papel de maior importância do que possuía até então. É a partir dele que se organiza o primeiro movimento de embate às políticas da instituição, tendo como referência organizativa os movimentos realizados nos efervescentes momentos finais da década de 60: a greve das *Humanas*. E é durante sua realização que se inicia o debate sobre a necessidade de um DCE para a Unicamp.

O final do segundo ciclo e todo o terceiro ciclo são tematizados nos capítulos subsequentes.

## **CAPÍTULO II –A GÊNESE DO DCE LIVRE DA UNICAMP: DA GREVE DAS HUMANAS À PRIMEIRA ELEIÇÃO.**

### **II.1 - A greve dos estudantes das Humanas<sup>49</sup>.**

“Na reunião decidiu-se: devemos resistir unidos às imposições que afetam nossos direitos ao ensino gratuito; levar às classes discussões contínuas e proposta de assembléia de todos os alunos; elaboração de estudos e informes sobre os problemas; discussão de soluções para serem propostas e atitudes a serem tomadas.” (Boletim do CACH, 07/03/1974)

BLOCH (2002), ao comentar o debate sobre as origens dos fatos históricos, deixou-nos dois alertas. Um pesquisador nunca deve “confundir uma filiação com uma explicação” (p.33). Essa máxima é completada por outra não menos importante: “Nunca um fenômeno histórico se explica plenamente fora do estudo do seu momento” (p.35).

Dessas duas frases apreende-se que, para se construir uma explicação para os fatos, deve-se partir de um determinado momento, uma filiação, mas atentar, também, para a dinâmica do fato em si, para as movimentações no momento em que elas ocorrem, para assim amenizar o risco de se cometer um anacronismo. Referenciado por esses apontamentos, inicio o debate acerca do processo que levou à fundação do DCE, ocorrido em 1978, mas inicialmente datado de 1975, após as movimentações oriundas do assassinato de Vladimir Herzog.

O contato com fontes primárias e secundárias sugere que o debate sobre a necessidade de um DCE decorre da greve estudantil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da

---

<sup>49</sup> Para reconstruir uma história dessa greve, dialoguei com as seguintes fontes: 1) a entrevista de “Batata”, anteriormente citada; 2) o jornal *Viramundo*, produzido por estudantes da Unicamp não vinculados às entidades, cujo objetivo era tematizar assuntos específicos da universidade e movimentações políticas de oposição ao regime ocorridas no país. Foram produzidas três edições deste jornal, arquivadas no AEL, em papel jornal, com ilustrações e em tamanho A3. As edições arquivadas restringem-se ao ano de 1974; 3) informativos produzidos pelo DEOPS; 4) boletins do próprio movimento grevista. 5) Informações colhidas em entrevista realizada pelo semanário *Semana 3* com os ex-militantes estudantis Fernando Vaz Pupo, Alcides Mamizuka, Maria Inês Albuquerque e Robeni Baptista da Costa, Matilde Vinhas e Paulo Beskow

Unicamp. Segundo o jornal *Viramundo* (n.2, abril/1974), tal movimentação ocorre entre o final de março e a primeira quinzena de abril de 1974.

O fragmento do *Boletim do CACH* (07/03/1974), citado no início do capítulo, aponta a *Greve das Humanas* como um marco na retomada das bandeiras e nas formas de ação do ME da Unicamp, baseadas nos momentos finais da década de 60, marcadas pela defesa da universidade pública e gratuita. Também se pode identificar nas fontes consultadas uma organização de movimento baseada na democracia direta, na qual os estudantes são chamados a participar do processo de decisão e a assumir tarefas perante o coletivo.

A greve se caracteriza por um confronto com a instituição universitária a partir da negativa estudantil à cobrança de apostilas nos cursos ministrados no IFCH. Além disso, reivindicava-se mais professores e instalações adequadas para as aulas, já que o prédio do instituto estava inacabado.

Os documentos estudantis possibilitam acompanhar alguns passos do movimento, tais como as assembléias e reuniões com a direção do IFCH e a convocação dos estudantes para as assembléias. Os informativos do DEOPS se preocupam em identificar os líderes do movimento, centrando suas buscas nos currículos “subversivos” e personalidade agitadora dos mesmos.

A greve estudantil das Humanas foi desencadeada pela venda de apostilas obrigatórias nos cursos. Até o ano anterior elas eram gratuitas. Ainda se temia cobrança de mensalidades na universidade pública, proposta aventada em 1972 pelo ministro da educação Jarbas Passarinho. Naquele momento, a iniciativa fora rechaçada nacionalmente através de plebiscito realizado por estudantes. Na USP, 90% dos votantes manifestaram-se contrariamente à cobrança. O resultado, na visão do ministro Passarinho, era consequência de uma aliança entre burgueses e comunistas (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979: 19).

Para as lideranças da greve estudantil, a cobrança de mensalidades nas universidades implementava-se na Unicamp através das taxas das apostilas.

Isso pode ser constatado no jornal *Viramundo* (n.2, abril/1974, p.5):

“Discutiu-se como o processo de introduzir o pagamento de apostilas se vincula à questão do ensino pago, já debatida pelo ministro e efetivada em outras universidades federais e estaduais, como no Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, FEI em São Paulo, bem como no ensino de 1º e 2º graus.”

Segundo a entrevista de “Batata” (1985), a movimentação estudantil é construída através de assembléias e debates em sala de aula, com a montagem de comissões e grupos de estudo. O movimento avança para a greve estudantil, iniciada no dia 25 de março de 1974. Suspensas as aulas no IFCH, tenta-se ampliar a greve para os demais cursos da Unicamp; nas exatas, especificamente nas engenharias, a reivindicação é apoiada, mas o boicote às apostilas não se efetiva. Naqueles cursos a cobrança fora adotada durante as disciplinas ministradas nas férias. Como os estudantes aceitaram-na sem resistência, a prática começava a naturalizar-se. Na medicina, os professores arrumaram uma forma de driblar a compra de apostilas, ao apresentar uma bibliografia obrigatória extensa, mas disponível na biblioteca.

É importante pontuar que a base social que compunha a Unicamp já naquela época era composta majoritariamente por estudantes provenientes da cidade de São Paulo, membros da classe média, capazes de pagar as apostilas<sup>50</sup>. No entanto, na visão do movimento, a questão central não era essa. Desde o início, o ME buscou politizar a questão, vinculando-a ao princípio da gratuidade da educação pública. Era uma forma de romper com o debate meramente

---

<sup>2</sup> Informações obtidas em entrevista com militantes do Movimento Estudantil da Unicamp (Robeni Batista da Costa, Alcides Mamizuka, Fernando Vaz Pupo, Maria Inês Albuquerque Pupo, Raul Vinhas, Matilde Vinhas e Paulo Beskow) para a Revista *Semana 3*, debatendo o ME da Unicamp na década de 60 e 70, mais especificamente as mobilizações de repúdio ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975. A entrevista resultou na reportagem de capa “1975: morte de Herzog mobiliza Unicamp” (*Semana 3*, n. 35, nov/2005).

econômico ainda que limitasse a participação a setores mais esclarecidos do estudantado, essencialmente aqueles que tinham acesso às críticas ao regime militar.

A reitoria da Unicamp se manifesta em carta publicada nos principais veículos de comunicação da cidade, reproduzida em partes pelo já citado jornal *Viramundo* (n.2, abril/1974, p.5):

“Os alunos das C. Humanas não estão comparecendo às aulas. (...) Em nenhuma escola do mundo se distribui apostilas gratuitas e a biblioteca das Humanas é a melhor do gênero no país. Não existe falta de professores.”

Junto a esse posicionamento, a reitoria responsabiliza a direção do próprio instituto pela incapacidade de resolver suas questões internas e ameaça os grevistas com a manutenção do calendário escolar e conseqüente nota zero aos estudantes que não fizessem as provas previstas. A mídia impressa de Campinas não publica manifesto dos estudantes, negando a eles o direito ao debate público.

A mobilização estudantil continua, levando à realização de reuniões entre os três principais centros acadêmicos da Unicamp. Humanas, Biomédicas e Exatas discutem as bandeiras comuns aos estudantes e o movimento busca se alastrar às demais unidades de ensino e pesquisa.

Uma audiência com Zeferino Vaz é marcada para o dia 04 de abril. Após a reunião, algumas vitórias parciais são conquistadas: a biblioteca do IFCH teria quinze apostilas à disposição dos estudantes, os livros faltantes a partir do levantamento estudantil seriam adquiridos e novos professores seriam contratados. Entretanto, a venda de apostilas seria mantida.

Não há registros sobre como se encerra o movimento. Com as fontes disponíveis, suponho que as conquistas materiais, somadas a um calendário letivo desmobilizador, com um feriado prolongado em abril, tenham levado ao final da movimentação.

Registros do DEOPS (*Informativos n. 224, de 27/03/74; n. 203, de 13/04/74*) mostram uma greve estudantil monitorada minuciosamente, principalmente no que tange à identificação das lideranças<sup>51</sup>.

A greve dos estudantes do IFCH permitiu um tipo de vivência da democracia estranha à maioria dos estudantes daquele período, ingressantes num período de vigilância e repressão constantes. Foram várias as reuniões, as assembléias, foram vários os manifestos e os grupos de estudo que movimentaram o instituto, ao mesmo tempo em que dividiram os docentes, parte favorável, parte discordante com aquela movimentação.

Se internamente a greve do IFCH parece apontar para um ganho qualitativo do ME da Unicamp, externamente mostrou as dificuldades em se construir um movimento coeso na universidade. Mesmo solidários à luta dos estudantes das humanas, exatas e biomédicas não paralisaram suas aulas. Estudantes das exatas compuseram a comissão de negociação que se encontrou com Zeferino, agregando-se aos estudantes das humanas; levavam uma reivindicação bastante urgente para seus membros: a questão do jubramento.

Tal mecanismo funcionava de modo draconiano, expulsando dezenas de estudantes da universidade a cada ano. A resposta ao pedido foi negativa. No caso das biomédicas, viabilizou-se um abaixo-assinado que solicitava ao reitor a suspensão da portaria que impunha a cobrança das apostilas. Também não obteve o efeito desejado.

---

<sup>3</sup> São identificados os estudantes Fernando Vaz Pupo e Alcides Mamizuka como os articuladores, apesar de, segundo o informativo, eles estarem aparecendo pouco. Outros quatro estudantes são apontados.

A *Greve das Humanas* está inserida no contexto das transformações ocorridas a partir de 1974. Segundo GERMANO (1993: 217):

“Em 1974, o partido da oposição recebeu 4 milhões de votos a mais que a ARENA nas eleições para o Senado. Para a Câmara dos Deputados o MDB aumentou significativamente a sua representação: em 1970 ele obtivera 87 cadeiras e a ARENA, 233. Em 1974, o MDB quase que duplicou a sua bancada, elegendo 161 deputados, enquanto a ARENA desceu para 203. Dois motivos concorreram de forma acentuada para a vitória da oposição: o uso do rádio e da televisão na propaganda eleitoral – usada pela oposição para denunciar e criticar abertamente a repressão política, a corrupção, a política econômica do Governo etc – e a perda de significado da campanha pelo voto nulo que teve muito peso em eleições anteriores.”

Tal movimentação tem sua representação no campo educacional: “as reuniões anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), a partir de 1974, em Recife, transformam-se em significativo Fórum Opositorista” (idem, *ibidem*: 216).

O movimento dura cerca de vinte dias, entre 25 de março e 15 de abril, quando a greve findou-se. Sou instado a fazer alguns questionamentos sobre ela: como os estudantes da Unicamp avaliaram seus resultados? Se não obteve os ganhos materiais almejados, contribuiu para uma maior organização estudantil em nível de Unicamp? As dificuldades de organização e a unificação do movimento mostraram as limitações que aquele tipo de ação coletiva possuía: a fundação de um DCE seria a solução para superá-las?

Faltam-me elementos para respondê-las. As dificuldades para a ampliação da greve para outros segmentos da Unicamp apontam a inexistência de uma articulação entre os estudantes das diferentes áreas e de uma direção política legítima perante o corpo de estudantes, a qual responderia por apontar caminhos e dirigir um movimento com uma envergadura quantitativa respeitável para uma época de tamanha repressão.

Após a *Greve das Humanas*, mobilizações de caráter reivindicatório só aglutinariam novamente o estudantado da Unicamp em 1976, com os atos pela abertura imediata do novo bandeirão (restaurante universitário) e contra as precárias condições de transporte.

De 1974 até 1976, as ações estudantis com maior participação numérica se concentraram nas manifestações culturais: o teatro, o coral, as feiras de arte. Essa articulação é ampliada com a organização de uma comissão cultural dos CAs (CACE, CACH e CAAL), que promove cursos de cinema e teatro, projeta filmes e realiza festas.

Outro fator é importante para compreender o período subsequente: a chegada à universidade de militantes de grupos de esquerda<sup>52</sup>. São eles que buscarão “politizar” os grupos culturais e dirigir politicamente as entidades instituídas, causando, na visão de “Batata”, muitos conflitos com aqueles que já se encontravam no movimento.

Ao mesmo tempo, os jornais estudantis ganham espaço entre os estudantes, ainda que não possuíssem periodicidade fixa. São exemplos o *Miudinho*, reservado às questões locais e do ME geral, e o *Panfleto*, centrado em textos de jornais sobre a conjuntura estadual e nacional. Ambos eram publicações do CACH e possuíam bastante procura por parte dos estudantes de todo o *campus* universitário de Barão Geraldo<sup>53</sup>.

A chegada desses militantes, a ampliação dos meios de comunicação estudantis e o incremento dos espaços políticos de discussão e formulação<sup>54</sup> contribuem para que o ME da Unicamp ganhe em politização e entendimento da necessidade de transpôr os limites da universidade e das lutas econômicas que o norteavam até então. Nesse sentido, as manifestações

---

<sup>4</sup> Explicações sobre cada agrupamento serão dadas mais adiante, no item 2.5.

<sup>5</sup> Informação colhida a partir da entrevista de Maria Inês Albuquerque para a Revista *Semana 3* (op.cit..6). A caracterização de cada informativo do ME da Unicamp encontra-se na introdução.

<sup>6</sup> Segundo “Batata”, no início de 1974, o CACE realiza um seminário de organização política no qual cerca de 50 estudantes discutem o papel do ME para a luta de classes, entre outras questões. Não foram encontrados registros do encontro, somente o depoimento que aponta sua realização.

ocorridas no final de 1975 em protesto à morte do professor universitário e jornalista Vladimir Herzog cumprem papel importante.

## **II.2 – Repercussões da morte de Vladimir Herzog na Unicamp.**

“Surpreendidos pela escalada repressiva que se abate sobre a sociedade brasileira, fomos constrangidos à raia da indignação pela forma que ela atingiu nossos colegas da Unicamp, através das prisões de Helio Rodrigues, Osvaldo Luis de Oliveira e Gustavo Zimmermam e o professor Ademir Gebara, bem como estudantes da Universidade de São Paulo, intelectuais, professores e jornalistas, culminando com a morte do professor e jornalista Wladimir Herzog (...).” (Carta Aberta, s/a, s/d, lida pelo pesquisador e pós-graduando Paulo Roberto Beskow, na assembléia geral da Unicamp, em 30/10/1975. AEL/Unicamp)

A morte de Vladimir Herzog cai como uma bomba nos setores intelectualizados da sociedade brasileira, pois ocorrera em condições bastante suspeitas. Herzog se dirigira espontaneamente ao Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo para depôr, respondendo à intimação recebida na véspera.

Ao final da tarde do dia 25 de outubro de 1975, mesma data em que se dirigira ao DOI, o jornalista morre. A polícia divulga nota informando que Herzog havia cometido suicídio por enforcamento, utilizando-se de um cinto. A versão oficial é imediatamente rechaçada pelos parentes e pessoas próximas de “Vlado”, pessoa pública bastante relacionada a membros do sindicato dos jornalistas de São Paulo.

A reação é instantânea, mobilizando estudantes, jornalistas, professores universitários. A ECA/USP, unidade em que “Vlado” lecionava, entra em greve até o ato ecumênico de celebração do sétimo dia de sua morte, realizado no dia 31 de outubro.

As entidades realizam o ato na catedral da Sé, reunindo cerca de oito mil pessoas. No evento, dirigido pelo cardeal arcebispo de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor evangélico Jaime Wright, afirma-se categoricamente que “Vlado” fora assassinado. A suspeita tornara-se certeza desde que as circunstâncias da morte foram divulgadas pelos agentes do DOEPS. Já era pública a realização de torturas no país e o assassinato de suspeitos de se oporem ao regime. As palavras de D. Paulo são claras:

“Não matarás. Quem matar, se entrega a si próprio nas mãos do Senhor da História e não será apenas maldito na memória dos homens, mas também no julgamento de Deus.” (JORDÃO, 2005: 88)

A polícia monta barreiras por todos os acessos da Catedral, dificultando a mobilidade até o local. Isso não impede que as pessoas ocupem a igreja e a Praça da Sé. Em torno da Igreja, inúmeros policiais fotografavam e filmavam os presentes, criando um clima de intimidação (idem, ibidem: 90).

No plano religioso, um conflito é instaurado já que Henry Sobel confronta-se com a versão da polícia, autorizando o enterro de Herzog na ala dos mortos comuns; na tradição judaica seguida por ambos, os suicidas deveriam ser enterrados como indigentes, num ala separada, pois tal ação era motivo de indignidade.

Como em São Paulo e em outras partes do Brasil, Campinas assiste a uma grande reação ao assassinato de Herzog, mobilizando número considerável de pessoas. O ciclo básico da Unicamp é palco de assembléia geral com cerca de mil pessoas, cujo objetivo era reagir à onda de repressão desencadeada pela “Operação Jacarta”, movimentação chefiada pelo secretário de

segurança de São Paulo, coronel Erasmo Dias (*Semana 3*, nov/2005, p.7)<sup>55</sup>. A operação policial tencionava prender os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pretensamente envolvidos em ações subversivas pela derrubada da ditadura. Foi através desta operação que Herzog e diversos outros jornalistas foram presos, bem como três estudantes da Unicamp.

A assembléia ocorre na quinta, dia 30 de outubro, a partir das 13 horas, e é dirigida pela estudante Maria Inês Albuquerque, coordenadora do CACH. Conta com a presença de muitos funcionários e alguns professores da Unicamp e da PUCC.

Carta aberta é lida e aprovada. Paulo Roberto Beskow, ex-militante do ME, preso político entre 1973-74 e pesquisador da Unicamp à época, apresenta o documento:

“Cientes da responsabilidade assumida, vimos a público denunciar esses fatos como algo que vai além do mero acidente ou um simples descuido do que ocorre nos porões da administração (...)” (Carta aberta, s/d, s/a., p.1).

O texto avança para uma politização da realidade, como no movimento “ifchiano” de 1974. Mais do que um ato de barbárie, a repressão era entendida como um meio de camuflar a incapacidade do sistema capitalista vigente no país de responder aos anseios mínimos da população:

“Consideramos, repetimos, que o argumento da repressão serve apenas para encobrir as mazelas do regime e sua incapacidade de responder às reclamações mínimas da sociedade brasileira. Os problemas reais são outros. Se algo existe que deve preocupar as autoridades são os índices crescentes de empobrecimento da população brasileira, a impunidade da corrupção que hoje assola o país, o volume crescente da dívida externa que hoje ultrapassa os 20 bilhões de dólares, o apelo desesperado à integração com o capitalismo internacional que desembocou nos contratos de risco para a exploração petrolífera, a exploração desumana dos trabalhadores paralelamente à monopolização da economia, as péssimas condições de vida na cidade e no campo e a sistemática e crescente

---

<sup>7</sup> Número estimado pelos entrevistados para a reportagem do *Semana 3*. Na ficha do DEOPS, consta que participaram da assembléia 400 pessoas.

baixa de qualidade de ensino e de pesquisa em nossas universidades, que vivem sob o clima do terror de uma legislação autoritária”. (idem, ibidem: 2)

O texto da carta termina conclamando o movimento social para que não permita a impunidade dos assassinos de Herzog, ao mesmo tempo em que conclama os presentes a fortalecerem suas entidades representativas. Duas palavras de ordem são levantadas: pela garantia aos direitos humanos e pela liberdade de expressão e organização.

A assembléia é realizada num clima de tensão, já que fora notada a presença de agentes do DEOPS entre os participantes. Temia-se pela liberdade das lideranças, de forma que é montado um esquema de segurança para retirá-las rapidamente. Ninguém foi preso.

A assembléia contou com a presença de Alberto Goldman e Airton Soares, deputados do MDB, e do senador Orestes Quércia, da mesma agremiação. Presumia-se que aquelas presenças evitariam medidas repressivas por parte da polícia.

Por motivo de segurança, as câmeras fotográficas da mídia local foram confiscadas, conforme relata a *Ficha Informativa do DEOPS n.35/36/37*, de 30/10/1975.

A assembléia delibera a realização de uma missa no dia seguinte. Comissões são tiradas para divulgar o evento e conseguir um padre para dirigir a cerimônia. Após inúmeras negativas de outros párocos, o padre Milton Santana, da Igreja Nossa Senhora de Fátima, sediada no bairro Taquaral, aceita celebrar o ato. Padre Milton era conhecido por acolher diversas pessoas perseguidas pelo regime militar. Era alcunhado de “padre comunista” por seu apoio e participação em movimentos grevistas. Como decorrência, fora preso e sofrera torturas que prejudicaram sua visão, logo após o golpe militar. Fazia leituras, inclusive nas cerimônias, amparado por uma lupa.

De acordo com a *Ficha Informativa do DEOPS n. 837*, de 31/10/1975, a missa foi divulgada na Unicamp através de cartazes no Ciclo Básico (CB).

A Igreja foi tomada por estudantes e outras pessoas da sociedade campineira. O templo foi cercado pela polícia, causando tensão. Padre Milton ordenou que se abrissem as portas e janelas para facilitar a fuga dos presentes, caso a polícia agisse com violência.

A missa foi marcada por orações que clamavam por justiça, músicas de protesto, como “Cálice”, de Chico Buarque e Gilberto Gil, “Pesadelo”, do MPB-4, “Pra Não Dizer Que Não Falei de Flores”, de Geraldo Vandré, e “Sentinela”, de Milton Nascimento<sup>56</sup>.

A homilia, proibida pelo bispo por ter conteúdo político muito claro, foi reproduzida e distribuída pelos estudantes. Mesmo censurada pela cúpula da Igreja, o padre não deixou de realizá-la. Estava repleta de críticas ao regime, à censura, à repressão. No final, o pároco orientou que as pessoas saíssem em grupo e não reagissem às provocações da polícia, caso houvesse. Como na assembléia do dia anterior, ninguém foi preso.

O movimento não se encerra com a assembléia e a missa. Estudantes da Unicamp estavam presos, junto com o professor de história da rede estadual Ademir Gebara. A esse respeito, Zeferino Vaz cumpre o papel de interceder junto às autoridades militares para que fossem soltos, após solicitação de alguns docentes da Unicamp (GOMES, *Jornal da Unicamp*, n. 325; de 29 de maio a 04 de junho de 2006, pp.6-7).

Em dez de novembro, o reitor visitou as dependências do DOI-CODI de São Paulo em busca do professor e dos estudantes presos. Após a visita, os presos continuaram passando por torturas físicas e psicológicas, mas a incomunicabilidade fora quebrada. Todos os presos da Unicamp foram libertados no final do mês.

---

<sup>8</sup> Revista *Semana* 3, nov/2005, p. 8.

As manifestações de repúdio à morte de Herzog e à prisão dos estudantes e do professor campineiros tiveram impacto significativo para o movimento social de Campinas. Sediado no interior do Estado, numa universidade afastada da cidade, o ME pouco havia feito fora da Unicamp no sentido de denunciar o regime militar durante a década de 70. A realização da missa transcendeu os limites da universidade, diminuindo o medo que tomava conta dos militantes e da sociedade em geral.

Em abril de 1975, o IFCH/Unicamp sedia o Seminário Internacional de História e Ciências Sociais, cujo tema era “Autoritarismo na América Latina”. O evento chamara a atenção da mídia de alcance nacional ao reunir debatedores estrangeiros de esquerda, como Eric Hobsbawm e Guillermo O’ Donnell (ZAN, 1996: 37).

Idéias críticas e ações de organização ganham corpo na Universidade. É criada uma Comissão de Defesa dos Presos Políticos (CDPP), organizando boletins e movimentos conjuntos com a comissão da USP. Naquela universidade, esse debate estava mais avançado, na medida em que os agrupamentos políticos estavam se configurando desde 1973, com as ações de protesto pela morte de Alexandre Vanucchi Leme e às prisões de 50 estudantes, realizadas no segundo semestre daquele ano. A ação da Comissão em Defesa dos Presos Políticos da USP (CDDP) estabeleceu contatos com diversas entidades externas à universidade, constituindo uma rede de movimentos de resistência.

Em 1975, a greve estudantil da ECA-USP e a paralisação da unidade após a morte de Herzog oportunizam o crescimento de novos agrupamentos políticos. Estes promoveriam, a partir do final do ano de 1975 e na Calourada de 1976, o debate que resulta na fundação do DCE Livre da USP “Alexandre Vannuchi Leme”, ocorrido no mês de março.

Pouco antes, em 17 de janeiro de 1976, os agentes da repressão haviam assassinado o operário Manuel Fiel Filho, na sede do DOI-CODI de São Paulo, com o mesmo expediente

utilizado contra Herzog. Esse crime causa mudanças profundas na disputa de poder entre os militares. O presidente Ernesto Geisel demite o ministro Silvío Frota e o general Ednardo D'Ávila, membros da extrema-direita militar e defensores do enrijecimento do regime.

Geisel articulava, desde 1974, junto com Golbery do Couto e Silva, mudanças na condução do governo que garantissem a institucionalização do regime militar e sua permanência no poder (GERMANO, 1993: 214). Falava em “distensão” e propunha uma abertura “lenta, gradual e segura”. Para isso, no Governo Geisel houve:

“(…) o abrandamento da censura à imprensa, com vistas a coibir os abusos da comunidade de informações; a busca de apoio para o processo de abertura, junto a jornalistas e editores de alguns dos principais órgãos de imprensa do país, como O Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, as revistas Veja e Isto É; encontro de Geisel com representantes da Igreja através da CNBB; a reação de Geisel à morte de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, da qual resultou a demissão do comandante do II Exército; encontro com lideranças sindicais e com defensores proeminentes do estado de direito em outubro de 1975.” (idem, ibidem: 214-5)

Enquanto ocorriam mudanças no centro do poder, estudantes de diversas partes do Brasil se reuniam clandestinamente em Campinas, no mesmo mês de janeiro, para debater a reorganização do ME em nível estadual e federal. Esse encontro foi o primeiro de uma série de quatro, em que se amadureceu a retomada da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrida em 1979. Realiza-se na Casa dos Centros Acadêmicos da Unicamp, o I Encontro Nacional de Estudantes (ENE).

### **II.3 - 1976: Grupos políticos estudantis nas ações de embate à reitoria e à ditadura.**

“(...) o desdobramento de 75/76 traz a explicitação dos discursos de cada agrupamento de esquerda. Todos os grupamentos de esquerda privilegiavam o trabalho dentro do Movimento Estudantil justamente para renovar os quadros<sup>57</sup>.”

O ano de 1976 marca a retomada do debate sobre a reorganização do movimento estudantil brasileiro, principalmente de suas entidades de direção. O I ENE é o passo inicial de um processo de debates que culmina na refundação da União Nacional dos Estudantes, em maio de 1979.

Segundo GONÇALVES & ROMAGNOLI (1979: 21), é a partir das lutas empreendidas em 1975 que se formam as tendências estudantis.

Na visão de membro da tendência “Centelha”, em debate realizado em 17/11/1977, no IFCH/Unicamp, as tendências seriam:

“(...) uma forma de os estudantes que possuem uma posição política mais ou menos comum buscarem se organizar para atuar nesse movimento. Essa forma de organização representa uma conquista do movimento de massas, ou seja, à medida que o movimento democrático avança as posições se explicitam e, em meio a isso é importante que aqueles que têm posições mais ou menos comuns se organizem visando uma ação definitiva e organizada desse movimento” (Revista *Cara a Cara*, 1978, p.7)

Com o surgimento desses agrupamentos, a disputa pelos cargos nas entidades e pela direção política do ME brasileiro se dá publicamente, nas frentes de luta abertas para combater as políticas da ditadura.

Antes de apresentar a história e formação das tendências na Unicamp, faz-se necessário recuperar a produção já existente na academia sobre o assunto.

---

<sup>57</sup> Citação de Batata, em entrevista concedida à Mirza Pellicciota para o projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro. 1985. p.13.

HAYASHI (1986)<sup>58</sup> reserva parte do capítulo três de sua dissertação de mestrado para discorrer sobre a delicada relação estabelecida entre os partidos políticos, suas tendências no ME e seu papel nos movimentos e entidades. Para tanto, lança mão de conceitos que definem o que é cada espaço:

“A tendência é um dos canais através dos quais o Partido transmite seu programa, táticas e estratégias, suas palavras de ordem do Movimento Estudantil, do mesmo modo como se observa esta atuação em Sindicatos, Associações, enfim, nos mais diversos discursos de setores populares. A tendência não é órgão representativo de todos os estudantes, mas daqueles agrupados em torno de determinada proposta política. Assim, pode-se ter uma tendência ocupando a diretoria de uma entidade, mas nunca o inverso. A entidade, enquanto órgão representativo de todos os estudantes (DCEs, UEEs, CAs, UNE), aglutina e cria os canais de participação em várias instancias da Universidade e, em alguns momentos históricos, na sociedade civil. Sua atuação é determinada pela tendência ou composições que assumem sua direção” (op. cit., p.138)

Com o aparecimento das tendências, o debate sobre o aparelhismo ganha espaço. Para a autora, “o aparelhismo é a transformação da entidade em expressão do partido” (idem, ibidem: 139).

Autores como MARTINS FILHO (1998), RIBEIRO NETO (1985) e BARBOSA (2002) apontam uma estreita relação entre o crescimento da intervenção das tendências no ME e o esvaziamento das mobilizações, latente no início da década de 80. Tal entendimento é corroborado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em documento publicado em fevereiro de 1979<sup>59</sup>: “a política grupista de transformação das entidades em expressões das tendências foi o fato que desde o início debilitou o movimento, foi o nó fraco do binômio descontentamento e

---

<sup>10</sup> HAYASHI, M.C.P. I.: Política e Universidade: a consciência estudantil. (1964-1979). Dissertação de mestrado do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP. 1986.

mobilização”. Por outro lado, HAYASHI (1986: 140), após definir o papel de cada organização na sociedade, vê a questão sobre outro prisma:

“Se as lutas do Movimento Estudantil foram mal conduzidas, foi muito mais em decorrência de uma análise de conjuntura inadequada à realidade, decorrente do sectarismo das tendências. O sectarismo decorre de uma análise equivocada da realidade e da correlação política das forças (sem teoria não há prática).”

Os trabalhos a que tive acesso me levam a crer que as explicações se complementam. É simplista imputar somente às tendências a responsabilidade pelo afastamento do estudantado das ações estudantis na década de 80, mesmo considerando os apontamentos de MARTINS FILHO (1998: 23). Este identifica a consolidação de uma sub-cultura no ME que impingia rituais característicos dos grupos de esquerda. As movimentações seriam balizadas pelo modelo de movimento do explosivo ano de 1968. O autor pondera, entretanto, que:

“O panorama social da universidade, por sua vez, ficara mais diversificado, heterogêneo e complexo. Se as matrículas em 1968 tinham atingido 278 mil alunos, em 1973 este número já chegara a 836 mil. Neste curto espaço, eles aumentaram anualmente as taxas em cerca de 22% (31,9%, de 1970 para 1971). Sabemos como se deu esse aumento: embora o governo militar tivesse se mostrado incapaz de implantar o ensino pago nas universidades públicas, sua política educacional incentivou a proliferação de escolas particulares de qualidade acadêmica duvidosa, muitas delas faculdades de fim de semana. De tal modo, no que aqui nos interessa, o espaço estudantil estava longe da relativa homogeneidade que permite analisar o movimento universitário dos anos 60 como expressão radical dos anseios dos setores tradicionais da classe média brasileira.”

Tendo esses apontamentos como base, parece pertinente a visão de HAYASHI (1986) acima citada, responsabilizando a falta de uma visão mais apurada da conjuntura e da correlação

---

<sup>11</sup> COMISSÃO UNIVERSITÁRIA DE SÃO PAULO. Resolução para atuação no movimento universitário. Fevereiro de 1979. IN CAPISTRANO, D. e NOGUEIRA, M. A. (org): O PCB em São Paulo (1974-1981). São Paulo: Livraria editora ciências humanas. 1981. pp.125-31. 1981.

de forças naquele momento histórico como grande responsável por decisões que, de maneira geral, não representavam os anseios da maioria do corpo estudantil, restrito, dessa forma, em amplitude e na eficácia das ações.

Feitas essas breves considerações, parto a seguir para a história e formação das tendências no ME da Unicamp.

Na universidade campineira, tais agrupamentos são formados a partir da chegada de militantes com certa experiência anterior nas fileiras da esquerda. Oriundos de diversas localidades brasileiras, vivenciavam a condição de pós-graduandos. Entre eles, Raul Pont, mestrando em ciência política e um dos expoentes de grupo que posteriormente formaria a tendência “Centelha”<sup>60</sup>, e “Zezoca”, mestrando em engenharia elétrica, ingressante na primeira turma de história e referência da tendência trotskista<sup>61</sup> futuramente conhecida como “Convergência Socialista” (CS)<sup>62</sup>.

Segundo o jornal *Porta Aberta* (n.0, ano 1, SBPC), a célula “unicampista” da CS é originada após a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

---

<sup>12</sup> Formada em 1976/77, a partir de militantes estudantis de Minas Gerais. Em 1979, juntamente com militantes da tendência socialista do MDB (Rio Grande do Sul), participa da fundação da Democracia Socialista, agrupamento que se torna tendência do PT (PELLICCIOTTA, 1997, p.135). Atualmente esta tendência está dividida entre PT e PSOL.

<sup>13</sup> O trotskismo é uma vertente de pensamento marxista que se baseia nas formulações de Leon Trotsky, um dos dirigentes do exército “vermelho” à época da Revolução Russa de 1917. Trotsky foi expulso e perseguido por Stalin por divergências com relação aos rumos da Revolução. Foi morto a mando de Stalin em 1940, no México. Escreveu no exílio as obras “A história da Revolução Russa”, “Programa de Transição” e diversas outras, denunciando a mudança de rotas no processo revolucionário russo. Lança conceitos que balizam as organizações que se reivindicam seguidores do seu legado: “crise de direção”, “revolução permanente” e “internacionalismo”. É o fundador da 4ª Internacional Comunista. Para saber mais, consultar coleção *Grandes cientistas sociais. Trotsky*. São Paulo: Ática. 1986.

As idéias de Trotsky chegam ao Brasil na segunda metade da década de 20 do século XX, trazida por intelectuais como Rodolpho Coutinho e Mário Pedrosa. Tais idéias surgem em contraposição à linha política difundida pelo PCB, pró-Stalin, julgada anti-marxista e reformista. Os episódios do comitê anglo-russo e a questão chinesa, ambas ocorridas na década de 1920, são ações políticas julgadas equivocadas por Trotsky e tomadas como prova dos equívocos do PC russo, dirigido por Stalin. No Brasil, o rompimento com o PCB leva ao surgimento do Grupo Comunista Lenine (GCL), em 1929. Para tomar contato detalhadamente sobre esse debate, conferir a obra de MARQUES NETO, J. C.: *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*.

<sup>14</sup> A CS é fundada em 1979, originada de agrupamento fundado em 1973, no Chile, chamado Ponto de Partida. Em 1974, passam a se chamar Liga Operária. Em 1978, chama-se Partido Socialista dos Trabalhadores. Finalmente, em 1979, passa a ser denominada CS.

realizada em julho de 1976 na cidade de Brasília. As atividades da entidade científica favoreciam o encontro de militantes estudantis membros de executivas e federações de curso, cujo contato mantinha um mínimo de articulação entre os estudantes de diferentes regiões brasileiras.

Após a reunião, alguns estudantes que fizeram a viagem em dois vagões de trem solicitados pela Unicamp, resolvem montar um jornal, o “Porta Aberta”, e um grupo de estudos<sup>63</sup>. “Zezoca” era um dos membros do jornal.

Na visão de “Batata”, em pouco tempo somente os militantes da corrente trotskista compõem a equipe responsável pelo impresso<sup>64</sup>.

As tendências partem para a disputa dos espaços do movimento, as comissões da Casa dos CAs, Cultural, dos Direitos Humanos (fundada após morte de Herzog), da gráfica dos CAs, sediada na Casa, entre outras.

A obtenção e o funcionamento de máquinas de reprodução de boletins para as entidades estudantis dão-se desde 1974. Já naquele ano, o ME da Unicamp adquire um mimeógrafo elétrico. Em 75, passa a ter uma série deles, administrada por um grupo de seis estudantes responsáveis por fazê-las funcionar todas as noites da semana, garantindo uma certa periodicidade para a mídia estudantil. Quando não havia responsável pelo equipamento, qualquer um poderia utilizá-lo. O uso sem critério fez com que as máquinas estragassem, levando à renúncia da equipe da gráfica (idem, ibidem: 17). Fato aparentemente corriqueiro, tal situação era manifestação do acirramento da disputa que começava a tomar conta do ME: grupos mais recentes no ME da Unicamp não haviam participado do processo de obtenção e administração do equipamento, mas achavam justo, por um princípio democrático, que fizessem uso dele. No

---

<sup>15</sup> *Porta aberta*. Ano 0, n. 1. SBPC.

<sup>64</sup> Citação de Batata, em entrevista concedida à Mirza Pellicciota para o projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro. AEL/Unicamp. 1985. p.13.

entanto, não estavam treinados para tal, de forma que o uso inadequado precipitou a destruição dos equipamentos. Em 1977, o ME adquire uma impressora “off set”, cujo uso exigia menores cuidados para a manutenção. Aparentemente, o problema estava resolvido.

Essas disputas levam a seguidos choques com os grupos já constituídos, como o agrupamento liderado pelos estudantes do IFCH Fernando Vaz Pupo e Alcides Mamizuka<sup>65</sup>, os grupos de cultura - considerados pouco politizados pelos trotskistas - e estes últimos. O processo foi bastante conflituoso, levando, em alguns casos, à implosão dos grupos de cultura. E os conflitos estão presentes no processo de fundação do DCE.

Já nas férias de 1975 para 1976, estudantes do IFCH tencionam criar a comissão pré-DCE, visando apressar a formação da entidade. Essa iniciativa é brecada pela ação do grupo de Pupo e Mamizuka, defensores da tese que a entidade deveria ser resultado de um processo amplo de discussão entre os estudantes<sup>66</sup>.

Enquanto o debate sobre a fundação da entidade central não ganhava prioridade no meio estudantil, ações de caráter reivindicatório resultam numa nova movimentação de grande participação estudantil dois anos após a greve dos estudantes do IFCH. Dessa vez os motivos são

---

<sup>17</sup> Fernando Vaz Pupo ingressou na Unicamp em 1967, no curso básico de exatas, tencionando fazer engenharia. Participante do CACBC, é membro da direção da UEE-SP nos tempos da clandestinidade (1971-1973). Decide prestar vestibular para Economia em 1972, ingressando no ano seguinte. Reconhecido pelos agentes do DEOPS como estudante profissional, tem participação ativa nas Greves das Humanas, nas manifestações de protesto contra a morte de Herzog e nos atos pelo bandeirão e por melhorias no sistema de transporte. Compõe agrupamento político na Unicamp, juntamente com Alcides Mamizuka, Robeni da Costa, Maria Inês Albuquerque e diversos outros. Forma-se em economia no final da década de 70. Desde então, milita no PCdoB, sendo atualmente secretário de habitação de Campinas.

Alcides Mamizuka, o “Japonês”, ingressa na Unicamp em 1967, no curso básico de exatas, com o objetivo de fazer tecnologia de alimentos. Membro ativo do CACBC em 1968-69, participa do setor de imprensa da ALN, sendo preso em 1970. Solto em 1973, ingressa no curso de ciências sociais em 1973, participando do ME. Fundador do Partido dos Trabalhadores, em 1980, é eleito vereador de Campinas em 1982 e reeleito em 1986. Rompe com o partido no início da década de 90, aliando-se, desde então, a outras legendas, como o PMDB, o PDT e o PFL. Atualmente é presidente da Fundação José Pedro de Oliveira (Mata de Santa Genebra), em Barão Geraldo.

<sup>18</sup> Informação coletada por Mirza Pellicciota, para o projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro, através de pesquisa realizada com Batata. AEL/Unicamp. 1985, p.14

outros, mas se mantém relacionados às condições de ensino, destacando-se o “eterno” problema dos transportes e as dificuldades em se fazer a refeição em um único restaurante.

Em *Carta ao reitor*, divulgada em 27/08/1976, os estudantes apontam a situação precária do serviço de transporte e da alimentação da universidade, além da necessidade de uma nova Casa para as atividades culturais, já que a atual caminhava para o término do contrato e o proprietário já avisara que não iria renová-lo. No documento, os estudantes afirmam que:

“Considerando que os serviços da empresa de ônibus contratada pela Unicamp não satisfazem as necessidades dos estudantes, evidenciando-se atraso e falta de ônibus; considerando que não se modifica o problema quando se fala da Rápido Luxo de Campinas e da CCTC, uma vez que são empresas não ligadas à Universidade por meio de contrato; considerando que o serviço de restaurante prestado é precário ao depararmos com as reais necessidades dos estudantes; considerando que essas deficiências decorrem da má administração do restaurante; considerando que há necessidade por parte dos estudantes de um local na cidade onde seja um ponto de encontro, e onde seriam levadas atividades culturais, desportivas e sociais; considerando-se que a Universidade nega-se a alugar outra “Casa” para os estudantes na cidade.” (*Carta ao Reitor*, 27/08/1976, p.1)

Em virtude do exposto, propunham que:

“Em relação ao ônibus:

- Estabelecimento de um contrato por um prazo determinado que satisfaça nossas necessidades de transporte, em cuja elaboração participe uma comissão de estudantes; durante a vigência do contrato a Universidade deverá providenciar frota própria de ônibus; que seja congelado o preço das passagens; que se aumente a frota, de modo que se tenha:
  - a) Ônibus de 15 em 15 minutos no sentido escola-cidade, cidade-escola.
  - b) Número maior de ônibus nos horários críticos nos sentidos cidade-escola, escola-cidade;
  - c) Até que isso se verifique ninguém pagará pelo uso dos ônibus.

Em relação ao restaurante:

- Melhor administração, visando um melhor atendimento (mais equipamentos, mais funcionários etc);

- Prestação de contas pela reitoria (balanço e procedência de compras);
- Congelamento de preços por tempo indeterminado, encarregando-se a universidade de fazer os subsídios necessários;
- Entrar no restaurante sem trocar os vales;
- Bolsas de alimentação aos alunos carentes;
- Apressamento da conclusão das obras do novo restaurante;
- Que o restaurante novo não seja administrado por particulares.

Será feita uma comissão de alunos para verificar as reais necessidades quanto à administração do restaurante.

Em relação à 'CASA':

- Permaneceremos na atual até que seja solucionada a questão de nossa sede.”

(*Carta ao reitor*, 1976, p.1)

O documento é assinado por todos os CAs da Unicamp existentes na época (CACH, CAAL, CAMECC, CAF, DAFEAA, CAB, CABS, CAEQ), com exceção do sediado no *campus* de Limeira (CAXD).

Diferentemente do movimento por melhorias no sistema de transporte ocorrido em 1973, cuja ação havia se restringido ao envio de uma carta ao reitor solicitando a resolução do problema e um abaixo-assinado, observa-se, em 1976, a tomada de medidas mais efetivas por parte dos estudantes visando ao atendimento das reivindicações. A partir do meio-dia do dia 30 de agosto, os estudantes iniciam um boicote aos passes de ônibus.

Segundo o boletim *Porta Aberta* (Ano 0, n. 1, p.1), a reação da empresa é clara: quem não pagasse o passe não seria transportado. A situação leva à marcação de reunião geral para o período da tarde. Nela,

“(…) foi ratificada a deliberação da anterior e foi convocada assembléia permanente a partir de terça-feira. Ao término da assembléia os presentes (uns 800 estudantes) fizeram uma caminhada até a reitoria para que o Magnífico transmitisse publicamente seu não às reivindicações, que ele classificava serem de meia dúzia de pessoas.” (idem, *ibidem*: p.1)

Motivados pelo silêncio da reitoria à carta estudantil, a assembléia da terça-feira (31/08) decide pela ocupação do bandejão como forma de ampliar a pressão sobre a reitoria. Enfim, o reitor Zeferino Vaz responde aos estudantes. Em matéria intitulada *Unicamp: o restaurante é ocupado* (01/09/1976, s/p), o diário campineiro *Diário do Povo* retrata a reação da reitoria:

“O restaurante da Unicamp foi fechado ontem por ordem do reitor Zeferino Vaz. Segundo um comunicado da reitoria, permanecerá fechado até que se apurem as responsabilidades e prejuízos decorrentes da ocupação do refeitório na manhã de ontem, quando cerca de 1500 universitários assumiram o controle da unidade, negando-se a pagar pelo almoço.”

A opinião formal de Zeferino Vaz é exposta através de *Comunicado aos estudantes da Unicamp*, distribuído na tarde do dia 31 de agosto. No documento, pontua que:

“A fixação do prazo para a entrega do novo restaurante não é exigência apenas dos estudantes, mas de toda comunidade universitária, sobretudo da própria reitoria. O edifício está concluído. Sucede, porém, que a aquisição dos complexos equipamentos tem sido retardada por dois motivos básicos:

- Carência no mercado de aço inoxidável, importado, indispensável à fabricação da maioria dos equipamentos para garantia de perfeita limpeza e higiene da alimentação
- Cumprimento rigoroso das exigências legais, fiscalizadas pelo Tribunal de Contas, para efetivação das aquisições através de licitação pública. Em mais de um caso novas licitações tiveram que ser feitas, frente ao não atendimento das exigências do edital. Fica bem estabelecido que o novo restaurante não será entregue a particular.”(Comunicado aos estudantes da Unicamp, 31/08/1976, p.2)

A precariedade do sistema de transportes era entendida como um problema geral:

“O problema dos transportes é universal, atribuição específica da administração municipal. Com o intuito de prover as necessidades de transporte não oferecidas pela CCTC e Rápido Luxo, a Universidade abriu concorrência pública que teve um só concorrente, e cujo contrato agora se vence. Será publicado amanhã novo edital

convocando empresas transportadoras. Esta Reitoria envidará esforços no sentido de possibilitar o aumento da frota, permitindo melhor atendimento, respeitando o limite da dotação orçamentária.” (idem, ibidem, p.3).

Em relação aos outros itens reivindicados, o reitor remete a resolução das questões aos órgãos colegiados instituídos, cuja participação estudantil era ínfima: duas cadeiras num total de 24. Silenciava sobre a bolsa para estudantes carentes e ameaçava os participantes do movimento afirmando que a ação dos estudantes “obrigará a Universidade a fechar o restaurante até que se normalize esta situação e se apurem as responsabilidades e prejuízos” (idem, ibidem, p.2).

Habilmente, o reitor classifica a ação estudantil como prejudicial aos próprios estudantes e aos funcionários, numa clara tentativa de criar cisões internas entre estas categorias.

O boletim *Porta Aberta* interpreta as movimentações estudantis como históricas. Segundo o informativo n.1 (1976, p.1),

“Tal boicote ao restaurante como medida de pressão ante as atitudes da reitoria foi um dos movimentos mais importantes dentro de toda curta e esparsa história do Movimento Estudantil na Unicamp.”

Em assembléia geral dos estudantes no dia 02 de setembro, após o fechamento do restaurante por parte do reitor, estudantes recuam com relação à ocupação do bandeirão e anunciam a volta às aulas no dia seguinte, mas mantêm ações concretas com relação aos ônibus e à ocupação da Casa. Segundo o *Boletim da Assembléia* (02/09/1976, p.1):

“(…) a casa permanecerá ocupada até que a reitoria resolva o problema do aluguel. Que todos os grupos de trabalho passem a se reunir na casa com o objetivo de assegurar a ocupação por parte dos alunos. Encaminhar um abaixo-assinado exigindo a renovação do contrato da atual casa ou contrato de uma outra. (...) continuará o boicote dos passes da ENSATUR durante essa semana.”

Com relação à continuidade das mobilizações, as deliberações foram as seguintes:

“- Suspensão da assembléia permanente e retomada das atividades normais a partir de hoje (02/09) para: dar continuidade às mobilizações através dos CAs a fim de manter os alunos informados; dar tempo para que os encaminhamentos iniciados pelas comissões de controle estudantis (restaurante e transportes) sejam efetivados e possam ser pontos concretos para discussões da assembléia do dia 13/09/76, à tarde.” (idem. Ibidem, p.1)

Uma nova preocupação é levantada pelas lideranças estudantis: a necessidade de pensar formas de financiamento que garantissem a independência financeira dos estudantes com relação à reitoria. Até então, as entidades estudantis eram mantidas com recursos arrecadados em festas e pelo bar dos CAs, localizado na Casa. Ela, por sua vez, era mantida pela reitoria. Para tal, a assembléia deliberou:

“Reforçar a participação na comissão de atividades culturais existentes, no sentido de estudar meios de se obter uma independência financeira em relação à reitoria. Que os bares e lanchonete do câmpus sejam arrendados e o dinheiro entregue aos CAs.” (idem, ibidem, p.1)

*O Documento do DEOPS n. 115, de 03/09/1976, cujo conteúdo refere-se à movimentação ocorrida no dia anterior, leva-me a suspeitar que o movimento daquela semana refluía, já que as aulas no Ciclo Básico ocorriam normalmente e os ônibus circulavam sem alterações, só transportando quem entregasse o passe. Partindo dessa perspectiva, infiro que o papel da assembléia foi redirecionar as ações do movimento no sentido de organizar o refluxo já constatado, de forma a minorar os prejuízos para a continuidade da luta.*

Conforme apontado anteriormente, esse movimento possui características bem diferentes do ocorrido em 1973, sob a mesma bandeira do transporte. Além da ampliação das reivindicações e da diminuição do medo generalizado que marcara o período anterior, as bandeiras estudantis estão bastante demarcadas ideologicamente. A ampliação do papel do Estado nos serviços

públicos e seu controle pela população diretamente envolvida nos serviços estão retratadas nas reivindicações da carta do dia 27 de agosto.

Outro elemento de características ideológicas bastante claras é a preocupação com a autonomia e organização do ME, através de financiamentos alternativos para a garantia dos espaços conquistados por intermédio da reitoria, mas que podiam ser tomados a qualquer instante.

O movimento se encerra com algumas vitórias parciais: uma nova casa é alugada pela reitoria, dessa vez situada na Rua Barão de Itapura, e o novo restaurante é inaugurado no dia 11/09/1976. No entanto, a falta de bolsas para estudantes carentes e o problema dos transportes continuam sem solução.

Somente um documento analisado traz elementos de avaliação do movimento. No boletim *Porta Aberta* (Ano 0, Extra, p.1):

“Apesar da demonstração de vitalidade dada com a concentração em frente à reitoria e o bem sucedido boicote ao ônibus na segunda feira à tarde, havia uma tendência, por parte de certas propostas a não acreditar no movimento à medida que ele parecia extravasar os limites ‘normais’. Assim, já na terça de manhã, ao invés do boicote direto ao restaurante, a formação imediata de comissões de controle que ficariam encarregadas de prosseguir a luta.”

Inicialmente, essa proposta foi derrotada e a ocupação foi realizada. Mas para o grupo, naquele instante, o movimento entra numa nova fase de organização:

“A falta de uma resposta concreta, naquele instante, às reivindicações, exigia novas formas de pressão de todos os lados, em conjunto, ao mesmo tempo, que as formas organizativas correspondentes. Na terça à tarde, o movimento entra numa nova fase. Neste momento, havia a necessidade de se criar novas formas de organização e continuidade de mobilização, mas dentro da falta de clareza de todo o movimento, do cansaço físico, a própria assembléia com discussões cansativas e desmobilizadoras faz com que seja aprovada, sem muito aprofundamento, a proposta de comissões de controle estudantil,

essa proposta fica sozinha, sem respaldo de uma proposta de mobilização.” (idem, ibidem, p.2)

O documento ainda relata os motivos que levaram ao esgotamento daquele movimento pelo novo restaurante: a falta de propostas, a volta às aulas aprovada na assembléia seguinte (dificultando o boicote aos ônibus) e o feriado de 7 de setembro, motivo de esvaziamento da universidade. Mesmo assim, avaliam que o saldo da movimentação foi positivo:

“Nosso movimento conseguiu algumas vitórias: uma foi concretizada na própria mudança de atitude por parte da reitoria às nossas exigências, reconhecendo e permitindo a fiscalização das comissões tiradas nas assembléias; mas o mais importante mesmo é aprendermos com a nossa experiência de atuação, quão importante é nossa união e atuação conjunta e decidida.” (idem, ibidem, p.3)

E já apontava para aquilo que seria uma das linhas defendidas pela organização durante todo o período subsequente, principalmente no ano de 1977: a centralização da linha política do ME da Unicamp. Defendem que:

“Ficou claro para todos de se manter os Centros Acadêmicos e não aceitar a imposição dos DAs, pois só a nossa organização independente nos garante liberdade de ação. Alguns colegas já deram um passo adiante colocando a proposta de lançar chapas conjuntas às eleições de Centros Acadêmicos, com vistas na unificação da organização dos Estudantes da Unicamp.” (idem, ibidem, p.3)

Nova ação política é realizada pelo movimento no mês de setembro seguinte, desta vez com um caráter mais explícito de embate à ditadura. O presidente Ernesto Geisel viria a Campinas a convite do prefeito Lauro Péricles Gonçalves (MDB) para participar de solenidade no colégio militar. Os representantes discentes no Conselho Diretor são convocados a participar pelo coronel Rego Barros, responsável pela comemoração, na condição de representantes dos estudantes de Campinas.

Como representantes discentes, levam a discussão para o conjunto do estudantado. No documento assinado pelos Centros Acadêmicos, *Convite aos estudantes. Uma festa com Geisel*, datado de 15/09/1976, é divulgada a realização de um plebiscito sobre a participação ou não dos representantes discentes na solenidade a ser realizada no dia primeiro de outubro.

O boletim *Porta Aberta*, edição extra (s/n, s/d), comenta o convite com pesada crítica política:

“É importante que a gente compare o tratamento diferente que recebemos quando queremos ver atendidas nossas reivindicações (“estudantes é para estudar”) e quando se precisa da nossa presença para reforçar a imagem das autoridades. Nesse caso, não há problema dos estudantes ‘se meterem em política’ desde que seja para apoiar a situação existente.”

O *Panfleto*, informativo do CACH, traz a mesma opinião do *Porta Aberta* sobre o evento. Na edição n.22 (s/d, p.1), intitulada *Contra a vontade milhares, mas com a certeza de milhões*, esclarece como havia se dado o “convite” aos representantes discentes:

“Não contente com o caráter intimidatório da nossa presença no quartel, o oficial interlocutor provou que pertencia ao S2 (serviço secreto do exército) e conduziu os “convidados” para uma sala onde exibiu uma série de publicações apreendidas dos alunos da Unicamp (boletins, jornais, convites às promoções culturais e murais, cujo paradeiro, enfim, descobrimos) provando dessa maneira a eficiência do cumprimento do “dever” de um S2. E, por fim, uma clara ameaça de que a não aceitação do “convite” seria por ele interpretada como ofensa a nação e portanto, passível de punições.”

E, em rechaço ao sistema autoritário, o *Panfleto* conclama os estudantes a votarem no plebiscito e defende que “as liberdades democráticas não devem ser objeto de adorno na prateleira dos sonhos do futuro, dos dias melhores que virão, e sim conquistadas na prática hoje e em qualquer momento onde quer que estejamos” (idem, ibidem, p.2).

O plebiscito tem como resultado a ausência dos representantes discentes à solenidade, respaldados por 99% dos votantes. O coronel responsável pelo convite é informado pelo telefone. Apesar das ameaças, não há represálias.

Essa posição do ME da Unicamp reafirma o crescimento da oposição estudantil à ditadura militar no interior desta universidade. Desde 1974, as ações e posicionamentos ganhavam em organização, amplitude e politização.

Outras movimentações tiveram importância na reorganização do ME da Unicamp durante 1976, algumas delas externas à universidade. Protestos contra a prisão de estudantes de São Carlos são realizados no Centro de Campinas, não sem muita repressão policial. São ações como essa que materializam a luta contra a ditadura e dão concretude às entidades estudantis recriadas.

A realização do II ENE em outubro, no *campus* de São Paulo da USP, amplia o processo de organização do ME. Com participação maior do que no primeiro, o debate se restringe à posição dos militantes estudantis nas eleições municipais de novembro. A deliberação apontava para o voto nulo e para a organização de um plebiscito por eleições livres entre os dias 01 e 10 de novembro: “96% dos universitários consultados responderam “não” à pergunta da cédula – Você considera estas eleições de 15 de novembro livres?” (CAVALARI, 1987: 21).

Apesar da posição crítica dos estudantes, as eleições municipais de 1976 tiveram, como em 1974, um caráter plebiscitário. O MDB derrota a ARENA nas grandes cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, mesmo com o artifício criado pelo governo com a “Lei Falcão”. Ela

“(…) proibia o pronunciamento dos candidatos no rádio e TV. Na propaganda, um locutor lia os currículos dos candidatos enquanto as fotografias apareciam na TV. Apesar da legislação casuística e das vantagens de que gozava – como o apoio maciço da máquina do Estado – o partido da situação não obteve o êxito que esperava. A sua vitória sobre o MDB, no conjunto, foi minguada, apenas 5% a mais dos votos válidos. Em compensação, o MDB venceu as eleições para prefeitos e conseguiu eleger a maioria dos vereadores em

59 das 100 maiores cidades do país. Além do mais ganhou em 67% das 15 cidades com mais de meio milhão de habitantes. Desse modo, tornava-se um partido forte, principalmente nos centros urbanos e nas áreas mais desenvolvidas do país;” (GERMANO, 1993: 218)

Amparado pela documentação existente e pelas informações trazidas por “Batata”, presumo que o ano de 1976 tenha representado um momento de crescimento qualitativo e quantitativo dentro do ME da Unicamp. A realização de ações respaldadas por um número cada vez maior de estudantes, o aparecimento dos grupos políticos e o crescimento das oposições no país após as eleições municipais prenunciam um período favorável para a sua atuação.

Como decorrência, a disputa pela direção política dos movimentos, bastante velada até então, começa a ganhar publicidade.

Com relação à fundação do DCE, as principais divergências estão relacionadas à forma como os estudantes participariam do processo. Divergia-se do tempo necessário para que tal participação se efetivasse. A exposição desses debates é o centro do texto que se segue.

#### **II.4 - A intensificação dos debates sobre a fundação do DCE.**

É elementar que a capacidade que um setor social (estudantes, trabalhadores, jornalistas etc) possui em determinar seus interesses e lançar-se à luta é dado por seu nível de organização. (...) Não há como colocar-se em segundo plano o papel fundamental que desempenhou o DCE-Livre da USP nos últimos acontecimentos em São Paulo. E não há também como negar que a dificuldade entre outros setores em termos de mobilizar-se é determinada não só pela repressão, mas principalmente pela inexistência de organizações, autênticas e independentes. (Jornal do DCE Livre, agosto / 1977. “Plebiscito dia 14-9: sim ou não? Nossas tarefas”, p.2)

A opção do ME brasileiro pelo questionamento do processo eleitoral de 1976 apontava para a emergência de uma concepção de luta pautada pela organização do movimento social. O

papel da disputa eleitoral e as posições a serem defendidas pelo ME nos pleitos variam de acordo com a avaliação da conjuntura política que cada tendência do movimento elaborava. É recorrente nos documentos das correntes a centralidade da construção das lutas nas escolas, universidades e fábricas como tarefas mais importantes para o processo revolucionário, em detrimento do investimento nas eleições do regime militar. Esse debate merecerá tratamento mais detalhado à frente, quando expôr as posições das principais correntes constituintes do ME da Unicamp.

O fragmento que abre esse tópico relata a importância que o DCE Livre da USP assume nas ações de questionamento às políticas que mantinham o Estado de exceção durante o ano de 1977. Relatam CAVALARI (1987) e MARTINS FILHO (1998) que, em 30 de março de 1977, o DCE Livre realiza atos contra o ensino pago, pela educação pública e de qualidade e por mais verbas para a educação, congregando cerca de três mil estudantes numa caminhada até o Largo de Pinheiros. A partir de questões específicas da universidade e da política geral, o DCE da USP tem grande ressonância em sua base social. Cabe pontuar que a diretoria da entidade era composta por nove estudantes, indicados pelas chapas que disputavam as eleições anuais para a entidade, em número proporcional aos votos obtidos por cada chapa. Com isso, havia uma pluralidade de posições dentro da diretoria e ela se manifestava nos fóruns do movimento.

Por sua vez, a ditadura militar continua realizando atos repressivos que exigem respostas imediatas do movimento social. As ações de repressão acabam fortalecendo a ação desses movimentos, quase todos em processo de reconstrução.

Além de estudantes, o movimento sindical e o movimento popular dão sinais de retomada. Amparadas por uma ala “progressista” da Igreja Católica<sup>67</sup>, são organizadas as oposições

---

<sup>19</sup> Essa ala baseava-se numa leitura do catolicismo chamada “Teologia da Libertação”, formulada por teólogos latino-americanos, e tinha o marxismo como referencial. Maiores detalhes, consultar CATÃO, F. A. C.: O que é Teologia da Libertação. São Paulo: Braziliense, 1985.

sindicais e fundadas as associações de bairro, visando lutar por melhorias nas condições de trabalho e de moradia, respectivamente (SADER, 1988; GONH, 1995). Essa base organizativa puxará greves a partir de 1978 e movimentos de grande ressonância entre a classe média, como o “Movimento Custo de Vida” (1979) (GERMANO, 1993: 226).

As seguidas derrotas eleitorais da ARENA forçam o regime a buscar formas de resguardar-se, alterando a Constituição. A idéia era evitar que o MDB atingisse maioria no Senado, perspectiva cada vez mais evidente. Para isso é baixado o “Pacote de Abril”. Segundo GERMANO (1993: 219), o Pacote:

”Do ponto de vista eleitoral tornou permanentes as eleições indiretas para governadores e estaduais; alterou as regras para determinar o número de deputados de cada Estado na Câmara Federal, aumentando a representação das Unidades Federadas em que a Arena era mais forte como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste; mudou a composição do Senado, introduzindo a figura do senador biônico, a ser escolhido indiretamente por um Colégio Eleitoral; introduziu modificações no Colégio Eleitoral e aumentou para 6 anos o mandato do Presidente da República; estabeleceu que qualquer proposta de emenda constitucional teria de ser assinada por um terço dos membros da Câmara e do Senado – anteriormente a assinatura de um terço dos membros de uma das casas legislativas era suficiente; estendeu as restrições da “Lei Falcão” às eleições estaduais e federais. Enfim, uma série de medidas adotadas intencionalmente com o objetivo de deter o avanço da oposição ao Regime.”

Em 28 de abril, estudantes e operários que panfletavam contra o regime são presos na região do ABC paulista. Eles divulgavam as ações de protesto que ocorreriam no dia 1º de maio, dia internacional de luta dos trabalhadores.

Entretanto, as medidas repressivas já não são dirigidas contra ações de resistência isoladas e esparsas, realizadas por algum pequeno agrupamento. Se até 1976 a repressão exterminava as

poucas vozes destoantes, o reinício das manifestações de rua em 1977, aglutinadoras de milhares de pessoas, impede uma ação repressora “invisível”.

A ação do governo desencadeia uma reação nacional, com a formação dos comitês “Primeiro de Maio pela Anistia”, cujo objetivo era a libertação dos presos políticos.

Surgem as bandeiras de luta que tomarão conta dos atos realizados durante o ano: “Pelas liberdades democráticas” e “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Ainda se vivia sob o AI-5, o decreto 477 e a Lei de Segurança Nacional, mecanismos que puniam severamente quaisquer pessoas que ousassem criticar a ditadura (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979).

Na Unicamp, as prisões levam à convocação de assembléia geral da universidade, em 03 de maio. O documento de convocação é balizado por forte contestação ao regime:

“Mais uma vez a repressão vem agir com o uso da força, junto aos setores que se manifestam por seus direitos. Nós, como estudantes, também temos sofrido estas arbitrariedades constantemente. Diante disso, devemos nos mobilizar, buscando formas para nos fortalecermos como única maneira de fazermos frente às investidas do aparelho repressivo. É chegada a hora de tomarmos uma posição de força para lutar pela imediata libertação e pela integridade física e moral dos estudantes e operários presos. Pela libertação imediata dos estudantes e operários presos! Pela defesa da integridade física dos companheiros presos e seus familiares! Pela liberdade de organização e manifestação! Pelas liberdades democráticas!” (*Convocação geral, s/d, p.1*)

O ME da Unicamp participa do comitê criado em Campinas para contrapor-se às prisões, ao mesmo tempo em que participa de ato contra as prisões que reúnem cerca de cinco mil pessoas, em 5 de maio, no Largo do Rosário, Centro de Campinas.

Em 10 de maio, o núcleo Campinas do Comitê Primeiro de Maio realiza reunião na casa dos CAs. No mesmo dia, os estudantes da Unicamp, em assembléia geral, debatem a criação do DCE.

Desde o início do ano, essa é a discussão central entre as vanguardas estudantis da universidade. No entanto, o debate na assembléia não chega a consenso sobre a fundação do DCE, bem como sobre como deveria ser o processo que resultaria na constituição da entidade. Imersos num impasse, surge uma proposta “salvadora” proposta por Aloísio, um estudante não vinculado a grupo político: por que não realizar um plebiscito para saber a opinião dos estudantes sobre a fundação do DCE?<sup>68</sup>

A proposta é feita e aprovada num final de assembléia bastante conturbado. É deliberada, também, a montagem de um comitê de imprensa com o objetivo de:

“(…) centralizar, para divulgar, as informações dentro de nossa Universidade e, ainda com o objetivo de possibilitar que as propostas e análises dos centros acadêmicos, grupos e estudantes sejam conhecidas e debatidas por todos.” (Boletim *Comitê de Imprensa*, n.1, s/d, Editorial)

Conforme o mesmo boletim n.1, o impresso surge para divulgar prioritariamente as propostas para a formação do DCE, com vistas à realização de um plebiscito sobre o assunto, a ser realizado até o dia 20 de junho. No entanto, com o crescimento do embate à ditadura através dos Dias Nacionais de Luta, o prazo inicial não seria cumprido.

O *Jornal do Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia de Alimentos e Agrícola* (DAFEAA), de maio de 1978, relata o processo de formação do Comitê de Imprensa de forma crítica, apesar de reconhecer a legitimidade da decisão:

“O mais importante foi a aprovação da formação de uma comissão pró-DCE quando estavam presentes cerca de 200 alunos e a definição do caráter dessa comissão entre duas propostas existentes. A proposta que venceu (a assembléia contava então com 80 alunos, sendo a votação, 40 para uma proposta, 22 para outra e 18 abstenções) consiste no seguinte: a comissão seria um conselho de centros acadêmicos, o qual se encarregaria

---

<sup>20</sup> Informação colhida no depoimento de Ronaldo Simões, o Batata, à Mirza Pellicciota, ao projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro. AEL/Unicamp. 1985. p.14.

de um editorial de um jornal aberto a nível de Unicamp. Esse jornal levaria assuntos principalmente relativos ao DCE, tais como propostas de estatuto, eleições e a discussão da própria importância do DCE. Esse conselho se encarregaria também do ME a nível de Unicamp. O DCE e a comissão para sua criação são muito importantes para o ME da Unicamp, por isso se deveria pensar duas vezes antes de propor e aprovar coisas numa assembléia geral da Unicamp com 80 pessoas ou que seja 200. Resta-nos lutar para que essa comissão funcione, levando as discussões sobre o DCE e sua importância ao conjunto dos alunos e dando condições de se criar um DCE forte e representativo.” (idem, ibidem, pp.7-8)

A consulta aos jornais publicados pela comissão aponta para um redimensionamento de sua função, na medida em que os temas centrais dos impressos são os dias de luta ocorridos a partir de então. Em boletim intitulado *Vamos continuar a luta?* (s/n., 14/05/1977), a comissão convoca os estudantes a participarem da assembléia no dia 16 de maio, com o objetivo de debater o I Dia Nacional de Luta por Anistia.

As manifestações ocorridas em 19 de maio são caracterizadas pelo *Boletim do Comitê de Imprensa* como “bem sucedidas e todas as grandes cidades presenciaram a vontade de nosso povo por liberdades democráticas” (idem, ibidem, pp.1-2).

Para evitar o crescimento das manifestações anti-ditadura, o governo recrudescer. O movimento social reage. O III ENE, que deveria ser realizado em Belo Horizonte no dia 04 de junho, é abortado com a detenção de quase mil estudantes pela polícia militar, sob as ordens do governador Aureliano Chaves (ARENA). Em resposta, o ME, em conjunto com outros setores, realiza em 15 de junho o II Dia Nacional de Luta. Segundo o *Boletim do Comitê de Imprensa*:

“(...) nesse dia cada setor da população deverá se manifestar segundo suas especificidades, sua organização. Os estudantes, paralisando as aulas e concentrando-se no centro da cidade. Os trabalhadores, nas fábricas, realizando greves brancas (operações tartarugas) e comparecendo à concentração. E assim por diante.” (idem, ibidem, p.2)

O II Dia Nacional de luta por Anistia acontece com grande sucesso nas grandes cidades brasileiras, no dia previsto (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979).

No segundo semestre, novos atos são realizados em várias cidades brasileiras.

No dia do estudante, 11 de agosto, são comuns os protestos contra a repressão capitaneada pelo reitor da UnB aos estudantes organizadores dos atos naquela universidade. O reitor, o capitão de mar e guerra José Carlos de Azevedo, havia suspenso 16 estudantes por organizarem o I Dia Nacional de Luta por Anistia, realizado em 19 de maio. Desde então, a universidade passa por momentos de tensão, com invasão policial e expulsão de 30 alunos, sendo que seis deles haviam sido enquadrados na Lei de Segurança Nacional (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979). A atitude leva à realização de atos de protesto em vários locais do país, inclusive na Unicamp. Segundo a *Folha de São Paulo* de 12/08/1977 (p.8), cerca de 200 estudantes da Unicamp realizam passeata até a reitoria gritando “Abaixo a repressão, fora o reitor capitão”.

O baixo comparecimento à passeata faz com que os estudantes desistam de exigir de Zeferino Vaz uma posição oficial sobre os acontecimentos da UnB. Pelo mesmo motivo, novamente unidos aos estudantes da PUCC, tenta-se, sem sucesso, realizar manifestação na cidade. O ato acaba se restringindo à distribuição de carta aberta à população (*Informativo DEOPS n. 119 e 120/77, de 11/08/1977*).

A resposta à postura persecutória do reitor da UnB não pára com os atos do dia 11 de agosto. Leva à realização do III Dia Nacional de Luta, no dia 23 de agosto de 1977.

Em Campinas, novo esforço de organização conjunta com os estudantes da PUCC termina na realização de assembléia municipal, no Pátio dos Leões, prédio da PUCC central e em ato no

Largo do Rosário, no centro de Campinas. A movimentação é violentamente reprimida pela polícia militar<sup>69</sup>. Por sua vez, o ato na universidade termina com:

“(...) julgamentos simbólicos do reitor assim como seu enterro, queimando simbolicamente os instrumentos e órgãos repressivos da ditadura – cassetetes, armas, DOI-CODI, DEOPS e a lei de segurança nacional.” (Folha de S.Paulo, 24/08/1977, p.8)

No final de agosto, o ME de São Paulo dá significativo passo para a retomada da sua organização estadual, com a realização do Congresso de Refundação da UEE, na USP.

Segundo o *Jornal do Calouro* de 1978, o Congresso é resultado “da necessidade de uma organização que reunisse todos estudantes paulistas numa tentativa de união e fortalecimento da luta” (pp. 8-9). Com cerca de 3000 estudantes presentes, elabora-se o estatuto da entidade e marca-se as primeiras eleições para abril do ano seguinte. Participam do Congresso de Refundação da UEE setenta entidades estudantis do Estado.

O III ENE é remarcado para 22 de setembro, na PUC-SP, com o objetivo de reorganizar a UNE. O governo paulista recebe ordens para que o evento não ocorra. Entretanto, os estudantes conseguem realizá-lo secretamente, numa sala de aula da PUC-SP, enquanto ocorria, como forma de camuflagem, uma assembléia metropolitana num salão da universidade a 50 metros da sala onde o ENE se realizava. Sessenta entidades de 7 estados participam da reunião (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979: 31-2). Nela, é deliberada a formação de uma comissão Pró-UNE, responsável por: “coordenar as lutas estudantis a nível nacional; propagandear a história da UNE e promover o debate acerca da necessidade de sua reconstrução” (op. cit, p. 32).

Na noite do dia 22, cerca de mil estudantes se dirigiram ao TUCA (Teatro da Pontifícia Universidade Católica) para comemorar a realização do evento. Sob orientação do coronel Erasmo Dias, a comemoração é barbaramente reprimida, com a prisão de 900 pessoas,

queimaduras em cinco delas e destruição de salas de aula, de bibliotecas e de salas da administração da universidade. O repúdio à operação policial tem repercussão nacional.

Mesmo com todo o impacto ocasionado pelas ações do ME brasileiro, o ME da Unicamp passava por um momento de descenso. Segundo o *Jornal do Calouro Pelas Liberdades Democráticas*, publicado no início de 1978, as ações no segundo semestre de 1977 foram marcadas pela diminuição do número de participantes, em relação ao semestre anterior. Confeccionado num momento posterior ao movimento, portanto, distanciado do calor da luta, sugere alguns motivos de ordem política, mas principalmente, organizativa, para explicar o refluxo:

“1º - Sendo o movimento de caráter geral, já que a defesa das liberdades democráticas é uma luta de todos (de toda população, inclusive), o encaminhamento dela deveria ser feito por um organismo comum a todos. E este, um DCE da Unicamp, nós não tínhamos. Só possuímos os Centros Acadêmicos. 2º – A partir de um determinado momento, já não se tinha claro qual era a direção do movimento, onde este iria desaguar. 3º – Combinado com os dois pontos acima, a falta de clareza que tiveram as direções dos CAs, que não lograram articular os problemas de cada dia da escola com as lutas mais gerais que estavam sendo travadas, abandonando os primeiros e deixando de cumprir com a função específica dos CAs, nossa organização mínima.” (idem, ibidem, p.9)

A retomada da discussão sobre a nova entidade é marcada por um dissenso manifestado na assembléia do dia 10 de maio de 1977: o que o plebiscito deveria decidir? O próprio Comitê de Imprensa, espaço aberto a todos os que quisessem dela participar, não sabia exatamente se a deliberação da assembléia se referia à formação da entidade ou sobre como deveria ser o processo de montagem da comissão pró-DCE. Isso é manifestado num boxe que compunha o jornal do comitê. Segundo o *Jornal do DCE Livre* (agosto/1977, p.1):

“Nota: O comitê de imprensa acha necessário, em vista da pouca discussão verificada na última assembléia em torno do plebiscito, que tal proposta seja recolocada

em pauta na próxima assembléia. Isto porque não ficou claro se a proposta aprovada era a de que se realizasse um plebiscito para decidir a constituição, ou não, de uma comissão pró-DCE ou se neste plebiscito seriam votadas as várias propostas inclusas neste jornal, que seriam determinantes do caráter desta comissão.”

A contradição é expressa no conteúdo do jornal: ao mesmo tempo em que divulga um plebiscito, com data marcada e questão definida, levanta a dúvida sobre qual foi a resolução da assembléia, que, em último caso, mudaria a pergunta e o caráter da consulta. O contato com a documentação dos CAs indica que o processo foi instaurado, mantendo a pergunta da capa do *Jornal do DCE Livre: sim ou não?* Essa afirmação pode ser confirmada pela consulta ao boletim do CACH, o *Miudinho* (ano 2, n.36, p.03), no qual se divulga a realização de ciclo de debates pró-DCE livre da Unicamp.

O jornal do DCE Livre trazia quatro formulações diferentes sobre o processo de instalação da entidade, e somente uma delas tinha autoria identificada. No caso, do grupo “Porta Aberta”. Abaixo, os principais argumentos de cada uma:

Para a primeira proposta, *Uma contribuição à discussão do DCE-Livre* (Jornal do DCE, agosto de 1977, pp.3-4), a fundação do DCE representaria “um salto de qualidade no Movimento Estudantil da Unicamp”, na medida em que articularia os CAs e responderia por questões gerais da universidade naquele momento de ascenso do movimento social brasileiro. Criá-lo seria fortalecer o processo de organização da classe trabalhadora, “numa perspectiva de acumulação de forças, possibilitando que os outros setores engajados na luta aumentem seu grau de organização em defesa de seus interesses”. No entanto, seria necessário muito cuidado para que se construísse uma entidade legítima perante os estudantes. Propunham a montagem de uma comissão aberta pró-DCE para divulgar e propagandear o debate acerca da entidade, unificar as lutas e centralizar os trabalhos. Esta comissão funcionaria com reuniões realizadas ao menos uma vez por mês e as

decisões seriam tiradas por voto individual. Seria composta pela subcomissão de imprensa e por uma subcomissão de atividades culturais, bem como por uma comissão de coordenação, composta pelos CAs, para preparar as reuniões da comissão pró-DCE. Por fim, a proposta defendia que a comissão aberta não representasse os estudantes da Unicamp em eventos gerais, pois não havia sido eleita em cima de um programa, cabendo aos CAs esta responsabilidade.

A segunda proposta, denominada *Mobilização e organização* (idem, ibidem, pp.4-5), elaborada pelo grupo “Porta Aberta”, parte de uma percepção de conjuntura diferenciada. Ao propôr a criação de uma comissão pró-DCE Livre para realizar as eleições da entidade, avaliavam que as condições para a sua existência já estavam contempladas, cabendo ao movimento dar o salto organizativo que a fundação da entidade centralizadora das lutas representaria. A comissão responderia pela entidade nas lutas em curso, perante a reitoria e os demais estudantes e entidades estudantis, enquanto não ocorressem as eleições. Para isso, deveria trazer os debates aos estudantes da Unicamp, oportunizando que fossem amplamente discutidos. A participação na comissão seria aberta, com direito a voto para cada participante. Diferente da proposta anterior, havia pouca preocupação em ampliar os processos de discussão para os estudantes que não estavam inseridos na dinâmica do movimento estudantil até então.

A terceira proposta, sem denominação e signatário, apresenta convergência com as propostas 1 e 2 quanto à necessidade da criação de um DCE. No entanto, sua formulação diferia totalmente das anteriores na medida em que a comissão pró-DCE seria composta por representantes de cada classe da universidade, que representariam suas turmas na comissão, ficando a coordenação a cargo dos CAs. A proposta entendia que aquela forma de organização evitaria o esvaziamento das comissões formadas para as diversas tarefas – realidade comum até então –, além de fomentar o debate em cada turma da universidade. Reafirmava-se a preocupação em garantir uma participação qualitativa e quantitativa mínima dos estudantes no processo de

formação da entidade central. No entanto, não apresentava sugestões para garantir o intento.

A última proposta é a mais extensa de todas. Intitulada *Da necessidade de preencher os vazios e de recompor o destruído* (idem, ibidem, pp.6-8), fazia a crítica à idéia da direção política, incutida nas leituras que apontavam a necessidade da criação de um DCE. Para refutar essa idéia, levantava uma série de elementos para analisar como se davam as relações entre estudantes e lideranças, defendendo a tese de que alguns estudantes, outrora militantes, acabaram se tornando líderes em busca de manifestações de massa que reafirmassem suas posições de lideranças. Criticava um pretense alijamento da base estudantil dos processos de forjamento das propostas, chamada somente nos momentos finais de decisão. Defendia que a participação democrática no ME se daria quando os estudantes participassem de todo o processo decisório: desde a concepção até a implementação de propostas. Dessa forma, defendia a formação de um DCE somente após uma dissolução das diretorias dos CAs existentes e da reformulação do formato das entidades de base, ampliando o número de membros, para assim encaminharem o debate sobre a fundação do DCE. Cumpridos esses requisitos, o passo seguinte seria a realização de um conselho ou parlamento “para a comparação, discussão e divulgação das propostas recolhidas, em conjunto com a comissão de imprensa” (p.8). Após esse processo, seria realizada uma assembléia em que cada proposta seria votada.

É visível nos registros disponíveis a preocupação com a compreensão e com a participação do estudantado no processo de formação e concepção do DCE. Segundo *Miudinho*, boletim informativo do CACH (edição n. 36), é montado um Ciclo de Debates para esclarecer os estudantes sobre cada formulação para o DCE e sobre as experiências de reorganização existentes até então. A programação era a seguinte:

“Dia 16/08: Liberdades democráticas. 12:30, no CB.

22/08: Organização do ME: DCE USP, DCE PUC-SP, DCE UFSCar e DU-UnB.

24/08: Debate sobre a criação da UEE-SP.

30/08: Debate sobre as propostas pró-DCE/Livre.  
31/08: Plebiscito sobre a fundação do DCE.”

Não encontrei registros sobre sua realização. O plebiscito acontece em 14 de setembro. O resultado é trazido pelo *Jornal do CAMECC* (n. 2, 19/09/1977, pp.7-8), em matéria intitulada *DCE, e agora?!: votaram 48% dos estudantes da Unicamp (1669), sendo 1316 favoráveis à criação da entidade (78%), 303 contrários (19%) e 51 votos brancos e nulos (3%)*.

O quórum de 50%, definido pela assembléia, não é atingido, faltando 80 votos. Em reunião geral realizada em 15 de setembro, decide-se pela realização de um novo plebiscito e pela realização de mais discussões sobre a nova entidade.

Dois documentos apresentam análises sobre o resultado, ambos em tom crítico. O primeiro deles, o *Jornal do CAMECC*, já citado, confeccionado logo após o plebiscito, faz uma clara auto-crítica sobre o fracasso do plebiscito naquela unidade. Afirma que:

“(…) tivemos uma das votações mais baixas de toda a Universidade, só superior a da faculdade de educação. Votaram apenas 31% dos alunos da matemática, 28% da computação e 27% da estatística. Como se explica isso? Será que nós, alunos do IMECC, somos diferentes dos demais? Somos mais desinteressados? Não queremos o DCE? O motivo nos parece bem diferente. O fato é que no IMECC não foi encaminhada nenhuma discussão a respeito do plebiscito e do DCE (a não ser em algumas salas do básico). Até a própria divulgação do plebiscito foi falha e fomos o único instituto em que não foram colocadas urnas. Tudo isso só vem reforçar a desorganização de nossa entidade, o CAMECC, que não consegue se colocar à frente dos estudantes, que não consegue encaminhar as discussões, que não tem sequer uma coordenação homogênea que assuma essas questões. No caso específico do DCE, haviam divergências entre as posições dos próprios elementos da coordenadoria, o que acabou comprometendo todo o trabalho de encaminhamento do plebiscito.” (*Jornal do CAMECC*, 1977, pp.7-8)

A segunda fonte, o *Jornal Pró-DCE*, produzido no ano seguinte (ano 0, n. 0, junho/1978, “DCE: uma história”, p.7), aponta que aquele processo fora falho em razão de “as discussões não chegaram à maioria dos estudantes, não houve debates em salas de aulas, grupos de estudo etc.”

O novo plebiscito não é marcado pelos CAs. Um impasse se instaura e o processo de formação do DCE é interrompido após o plebiscito.

Quais motivos levaram à demora na fundação da entidade central dos estudantes da Unicamp?

A análise das fontes já citadas permite levantar algumas hipóteses para responder à questão. Provavelmente, não havia no ME da Unicamp um contingente de lideranças estudantis convencidas da importância de se levar aquele debate para a base estudantil, investindo tempo e esforço para tal. Além disso, os mecanismos de comunicação e de discussão existentes não dariam conta de proporcionar o debate e a resolução das divergências entre as posições, fazendo com que elas se transformassem em impasses. Ao mesmo tempo, não havia um grupo político legítimo perante o conjunto do estudantado para dirigir o processo, para que se alcançassem resultados concretos. Possivelmente, no decorrer dos debates, houve fraturas e desgastes pessoais de prejuízo incalculável para as tarefas de construção dos movimentos que surgiriam a partir de então.

No jornal *Ponto de Vista*, no. 14, de outubro de 1980, veículo de comunicação do Centro Acadêmico “Bernardo Sayão” (CABS), é apresentada uma motivação de outra natureza sobre o porquê da não criação de um DCE da Unicamp em 1977: as perspectivas de vitória de cada grupo político, caso a eleição fosse realizada naquele momento.

O autor, um estudante de engenharia elétrica não filiado a grupos políticos, no artigo intitulado *As cagadas do ME* (idem, ibidem: 11), coloca que:

“O DCE/Unicamp não foi criado nem parido; foi cagado. Em 1977, o Porta Aberta (atual Convergência Socialista ou Mobilização Estudantil ou sei lá o quê) queria criar o DCE, mas o resto da vanguarda bloqueou o processo, pois aquele grupo certamente seria eleito para a primeira gestão. Em 78, com o enfraquecimento do Porta Aberta, os demais “líderes estudantis” (que haviam bloqueado a construção do DCE no ano anterior) forçaram e acabaram criando a entidade ‘máxima’ dos estudantes da Unicamp. O primeiro boletim do DCE dizia: ‘até que enfim o DCE foi parido’. Eu acho que foi cagado, mas isso é apenas uma questão de referencial.”

É possível que a energia dispendida para a realização das movimentações de protesto ocorridas no Dia do Estudante (11/08) e no III Dia Nacional de Luta (23/08) tenha acarretado um desgaste político e físico do movimento e de seus participantes; os registros apontam para um baixo comparecimento nesses eventos<sup>70</sup>. Esses elementos podem ter dificultado em muito o processo de divulgação e debate acerca da nova entidade. A participação no congresso de refundação da UEE, ocorrido no final de agosto, também deve ter contribuído para tal atraso, na medida em que aquele fórum deliberou ações que envolveram em sua consecução parte da vanguarda estudantil da Unicamp. O congresso terminou por eleger uma comissão de entidades responsável por organizar as primeiras ações visando à realização de eleições diretas em maio de 1978.

Dessa forma, é ponderável que as condições objetivas do ME da Unicamp naquele momento histórico não favoreciam passos muito maiores do que aqueles dados pelo conjunto do movimento. A estrutura era pequena (equipamentos para produção de panfletos de massa e recursos financeiros para tal), poucas lideranças tinham condições de circular pelo *campus*, havia pouca cultura de mobilização dentro da universidade e esta era dirigida por um reitor que

---

<sup>22</sup> Pequeno comparecimento à passeata da Unicamp que não parou as aulas. *Folha de S. Paulo*, 12/08/1977. p.11.

manipulava habilmente a política universitária, evitando conflitos que aguçassem a insatisfação da comunidade universitária com a ditadura.

A inexistência de um DCE na Unicamp não impediu que número significativo de estudantes da universidade, em conjunto com os estudantes da PUCC, organizasse manifestações contra a prisão de estudantes e operários que panfletavam para o 1º de maio, protesto realizado em 03/05 - e dos III Dias Nacionais de Luta (18/05, 15/06 e 23/08), em protesto contra as prisões – 18/05 - contra o impedimento da realização do III ENE (BH) – 15/06 - e em repúdio à repressão aos estudantes da UnB – 23/08; que promovesse assembléias<sup>71</sup> e atos na cidade de Campinas.

O Comitê de Imprensa, aprovado em assembléia, produziu seis jornais no decorrer do ano, além daquele que tratou especificamente do plebiscito sobre a fundação do DCE, pautando os assuntos da conjuntura política do momento: reorganização do ME em nível estadual e nacional, liberdades democráticas e anistia, dias de luta e avaliação das ações no país e na Unicamp.

A fundação da Adunicamp, em maio de 1977, numa assembléia com a presença de 370 docentes (1/3 dos professores da Unicamp), representa um impulso a mais para os movimentos em curso, pois vem assumir um importante papel de direção nas lutas gerais do país a partir de então, bem como nos embates sobre os rumos da Unicamp, bastante freqüentes nos anos subseqüentes<sup>72</sup>.

O ano de 1978 inaugura um novo período na universidade. É o fim da era Zeferino Vaz e da relativa estabilidade econômica e política que marcaram a universidade durante os anos de sua gestão. Mesmo com a crise política e econômica que atingia o país, Zeferino, em entrevista para o Jornal *O Estado de São Paulo*, publicada no dia 14 de julho, exaltava as boas condições de

---

<sup>23</sup> Cartaz: Assembléia municipal dos estudantes. 16/08/1977.

<sup>24</sup> Para saber mais sobre a participação da Adunicamp na história da Unicamp nas décadas de 70 e 80, é indispensável consultar a obra *Adunicamp: em defesa da Universidade*. Adunicamp. Campinas: Ed. da Unicamp. 1991.

existência da Unicamp no cenário científico brasileiro. Entre elas, a contratação de 180 docentes estrangeiros. A reportagem, intitulada *Unicamp: perfil da mais discutida Universidade Brasileira*<sup>73</sup>, daria lugar, dois anos depois, a outra grande reportagem no mesmo jornal tematizando a universidade. Dessa vez o conteúdo era bem contrastante. Com o título *A Unicamp pede socorro*, debatia-se a fuga de cérebros que tomava conta da instituição, em virtude dos baixos salários pagos em relação às grandes empresas, e o grande número de obras paralisadas, entre elas o prédio do Hospital, do Ginásio Multidisciplinar e do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (IMECC)<sup>74</sup>.

É no meio dessa mudança de realidade que, finalmente, o DCE livre da Unicamp é fundado e sua primeira eleição é realizada.

## **II. 5 - A entidade é fundada.**

“Enfim, o DCE da Unicamp! Com sua história marcada de altos e baixos terá necessariamente a sua primeira diretoria, que enfrentará a difícil tarefa de sua construção. (...) Somente com a participação efetiva dos alunos da Unicamp o DCE será de fato representativo e desse modo, capaz de cumprir seu papel enquanto instrumento de nossas lutas por melhores condições de ensino, pela democratização da Universidade e pela derrubada da ditadura militar. Mais do que isso. É também tarefa de um DCE criar dentro da Unicamp uma vida interna que abra espaço para atividades culturais, artísticas, esportivas e sociais, criando condições para que possamos vivenciar dentro da Universidade uma experiência mais rica e mais abrangente nesse nosso tempo de vida estudantil.” (O Miudinho, n.52, s/d, 1978)

---

<sup>25</sup> Unicamp: perfil da mais discutida Universidade Brasileira do momento. O Estado de São Paulo. 14/07/1977. pp. 6-7.

<sup>74</sup> A Unicamp pede socorro. O Estado de São Paulo. 06/11/1979. pp. 8-9. “Não há biblioteca, não há suficientes salas de aula, os professores procuram outros empregos, as verbas são cortadas”.

Como se observa na epígrafe deste tópico, tinha-se grande expectativa sobre o papel a ser assumido pelo DCE a partir de sua criação. No entanto, é presumível que tal entidade não surgiria estruturada a ponto de obter êxito político imediatamente. Um cenário positivo seria resultado de um acúmulo de experiências e de reavaliações que permitissem a afirmação de um *modus operandi*, de uma cultura que fizesse sentido para a massa estudantil. Para tanto, algumas iniciativas deveriam ser viabilizadas para que o instrumento cumprisse a tarefa a ele reservada.

O ano de 1978 começa com uma nova experiência no ME da Unicamp, buscando apresentar uma visão sobre a universidade para os novos ingressantes. A comissão pró-DCE, em conjunto com os Centros Acadêmicos, organiza a Calourada “Pelos liberdades democráticas”, carregada de atividades culturais realizadas na casa dos CAs e no *campus*. A partir de 1977, a Casa dos CAs estava instalada na Av. Barão de Itapura, 1192. De 1971 até o final de 1976, esteve localizada na Av. Andrade Neves.

Além das atividades, foi confeccionado um *Jornal do Calouro*, no qual constavam textos sobre os acontecimentos de 1977, abordando a crise política e econômica do país e as ações do ME nacional, estadual e local perante aquela conjuntura. A retrospectiva esclarecia os motivos das dificuldades econômicas vividas pelo Brasil, ocasionadas pelo aumento do preço do barril do petróleo e pela crise estrutural no capitalismo em nível mundial, fatores responsáveis pela queda nas taxas de lucro “dos exploradores” (*Jornal do Calouro, Pelas Liberdades Democráticas*, 1978, p.3). De acordo com o texto, esse quadro gerava medidas recessivas como:

“(...) corte nos gastos públicos, ou seja, não há verbas para educação, para o transporte coletivo, para o saneamento básico, saúde pública etc.; redução da produção industrial e do consumo, através de aumentos salariais sempre inferiores à inflação (crescente superexploração dos trabalhadores), aumento dos preços das mercadorias, e restrições de crédito para a pequena e média indústria e para a agricultura (em função do que vem a ocorrer um razoável número de falências no setor). Assim a crise econômica

iniciada no ano de 73 desemboca em crise política no ano de 77, com os estudantes assumindo papel de relevo na luta por melhores condições de ensino, pela anistia incondicional a todos os presos políticos, pela liberdade de manifestação e expressão e pelas liberdades democráticas, especialmente.” (idem, ibidem: 03).

Em decorrência disso, apontava a tarefa de:

“(…) esforçarmo-nos conscientes e conseqüentes, se pretendemos uma sociedade onde não haja censuras, prisões políticas, violência policial e, especialmente, fome e miséria. Caberia daí uma séria reflexão sobre os acontecimentos recentes do nosso país, buscando em 78 um efetivo avanço das liberdades democráticas, da democracia”.(idem, ibidem: 05).

No mesmo *Jornal do Calouro*, um texto assinado pelo Centro Acadêmico de Ciências Humanas (CACH) levantava a bandeira política a ser construída durante o ano: a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte Democrática e Soberana.

Segundo HAYASHI (1986), esta bandeira de luta estava na ordem do dia para os partidos (clandestinos) de esquerda, entre eles o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Operário Internacionalista – Tendência Nacional pela Aliança Operário Estudantil (POI-TNAOIE), a Convergência Socialista, entre outros, como uma forma de colocar em xeque o sistema constitucional concebido pelos militares. A realização de uma Assembléia Nacional Constituinte, sob responsabilidade de um congresso eleito para tal, poderia acabar com o AI-5, anistiar militantes exilados e mudar as leis que normatizavam a gestão do Estado. Seria uma forma de desmontar o aparato jurídico-político que alicerçava o regime ditatorial. O texto aponta para a necessidade de um novo corpo de leis que rompa com o Estado de exceção imposto pela força bruta e que:

“(…) garanta a liberdade para todos votarem e se candidatarem, portanto, precedida de Anistia aos cassados, banidos, exilados e presos políticos, inclusive o dos trabalhadores. Assim como garantam a liberdade e o reconhecimento de todas as entidades representativas (CGT, sindicatos, UNE, UEEs, CAs etc e liberdades sindicais). E que seja soberana, isto é, que acima desta não pode haver nenhum poder que a controle e restrinja. Desta forma, através da escolha de seus legítimos representantes, toda a sociedade participará da elaboração de leis que regerão a nação.” (idem, ibidem: 14)

As bandeiras empunhadas referenciavam-se numa análise de conjuntura que apontava para o crescimento da indignação dos setores médios, acompanhada pela retomada das entidades de representação. Nessa direção, as “Liberdades Democráticas” seriam as reivindicações tidas como mais adequadas para aglutinar diferentes setores numa frente capaz de derrotar a ditadura e implantar uma democracia representativa no país. Essa meta estava no horizonte de grupos de centro, como os membros mais antigos do MDB, passando por organizações de esquerda que faziam “entrismo”<sup>75</sup> no MDB, como o PCdoB, o PCB. Essas organizações viam a necessidade de um estágio obrigatório para a construção do socialismo no Brasil, representado pela “revolução democrática-burguesa”<sup>76</sup>. Por sua vez, outras organizações revolucionárias - com destaque para os trotskistas da Convergência Socialista e do POI-TNAOIE, e para o MR-8 - viam naquele

---

<sup>75</sup> “Esta tática foi aconselhada por Trotsky em relação aos partidos reformistas da sua época como uma forma de ligar os pequenos grupos trotskistas às massas. A adoção desta tática deveria obedecer alguns critérios: que o partido em questão não tivesse um alto grau de homogeneização e centralização; que os grupos entristas não renunciassem às suas idéias; que estes tivessem um programa político claro, com quadros dirigentes experientes e controlados por um organismo internacional. A não observância destes preceitos poderiam levar o grupo revolucionário a uma política centrista e/ou oportunista de adaptação ao reformismo. Os trotskistas divergem sobre quais os tipos de organizações onde é possível praticá-lo e por quanto tempo.” SILVA, A. O. da: *Contribuição à história do marxismo no Brasil (1987-1994): II - O marxismo-leninismo: entre a negação e a afirmação da tradição stalinista: O PCB reorganizado*. Revista Espaço Acadêmico, n. 60, maio de 2006.

<sup>76</sup> A tática da revolução por etapas, tendo a etapa democrático-burguesa como momento necessário em países capitalistas periféricos como o Brasil, foi formulada pela III Internacional Comunista, já sob direção de Josef Stálin, em meados da década de 1930, ordenando a aliança dos PCs de cada país às burguesias nacionais, como forma de tomada de poder e realização de reformas que promovessem desenvolvimento da economia local. Seria um passo essencial para o crescimento do operariado e para o fortalecimento do Estado nacional, melhorando as condições de luta contra o imperialismo. Maiores informações podem ser colhidas em SPINDEL, A: O que é comunismo. São Paulo: Brasiliense. 1995.

processo a erupção de uma organização popular e operária capaz de alavancar o Brasil rumo ao regime socialista, sem a necessidade de uma etapa democrática anterior.

Antes de retomar o processo de constituição do DCE, reservo um espaço para apresentar algumas características das tendências estudantis que atuavam no ME Brasileiro no final da década de 70 e início da década de 80, bastante presentes no processo de formação do DCE e em suas primeiras gestões. São agrupamentos que tiveram participação significativa na retomada das manifestações de massa pela derrubada do regime militar, a saber, os protestos por ocasião do assassinato de Alexandre Vannuchi Leme, na USP, em 1973, a greve da ECA-USP e as manifestações contra o assassinato de Vladimir Herzog, estas últimas ocorridas em 1975. Essas movimentações culminam na fundação do DCE livre da USP, em março/abril de 1976. *Refazendo* (aliança entre militantes estudantis do MR-8 e AP), *Caminhando* (PCdoB) e *Liberdade e Luta* (POI-TNAOIE) estão à frente desse processo.

*Centelha*, grupo surgido em Minas Gerais, com militância também presente no sul do país, e *Novo Rumo*, mais presente em São Paulo, têm menor capacidade de intervenção, ocupando um pequeno espaço a partir de 1976, mas passam a ter papel importante nos acontecimentos de embate à ditadura ocorrida após 1975<sup>77</sup>.

A *Refazendo* é uma tendência estudantil representada pela aliança dos militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)<sup>78</sup> e Ação Popular (AP)<sup>79</sup>. Esse agrupamento é

---

<sup>77</sup> As informações sobre as tendências *Libelu*, *Refazendo* e *Caminhando* foram buscadas na Revista *Teoria e Debate*, n. 35, jul/agos/set/1997. Sobre a *Novo Rumo* e a *Centelha*, consultamos a Revista *Cara a Cara*, de estudantes e professores do IFCH/Unicamp, publicada em 1978. Já sobre o MR-8 e o PCB, foi consultado o trabalho de HAYASHI (1986).

<sup>78</sup> Organização política fundada após o golpe de 1964, como dissidência do PCB. Adota a luta armada como tática de construção do socialismo brasileiro, realizando ações “espetaculares”, como o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1970, em troca da liberdade de presos políticos. Após o seqüestro, é perseguida pelo regime, até sua extinção no Brasil. Alguns membros exilados no exterior retomam a organização, abrindo mão da estratégia militar, adotando a organização partidária como centro de atuação. Na segunda metade da década de 70, passa a atuar no ME, como meio para a cooptação de militantes e de difusão de suas concepções políticas (GORENDER, 1987).

decorrência das articulações ocorridas após a morte de Vannuchi Leme, a partir dos militantes que majoritariamente coordenavam os protestos. Organizava-se inicialmente em torno do “Grupão”, no qual se destacavam Geraldo Siqueira Filho, Vera Paiva, Aloísio Mercadante, Adriano Diogo, entre outros.

Em 1977, traziam como palavras de ordem: “Contra o 477 e 228”; “Pela Anistia Total e Irrestrita”, “Contra o AI-5”, “Contra a LSN”, “Pela Liberdade de Organização Partidária”, “Pelo Ensino Público e Gratuito”, “Por mais verbas para educação”, “Contra o Crédito Educativo”, “Pela Participação da Comunidade Universitária nas decisões sobre a Universidade”, “Pelas Liberdades Democráticas” e “Pela reconstrução das entidades mais gerais como UEEs e UNE” (HAYASHI, 1986: 47-48). O agrupamento vence as primeiras eleições para o DCE da USP, em 1976 e 1977. A aliança é desfeita ao final de 1978. Na Unicamp, aparece no final de 1977, ganhando corpo no processo de fundação do DCE, em 1978. O MR-8 era conhecido no meio estudantil como HP, por conta da distribuição do jornal *Hora do Povo*. Cerrava fileiras dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), lançando candidatos próprios às eleições municipais de 1976 e gerais, nas eleições de 1978.

A *Caminhando*, tendência estudantil organizada nacionalmente, vinculava-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Tal partido ganha certa notoriedade após a Guerrilha do Araguaia, experiência de embate ao regime ocorrida entre 1972 e 1974, quando a guerrilha é desmontada pelo exército. Expressiva no ME, a *Caminhando*, em aliança com a *Refazendo*, vence as primeiras eleições da UNE reconstruída, em 1980. Na Unicamp, está presente desde 1977, com alguma expressão no IFCH. Esta tendência estudantil participa das gestões do DCE de 1980-81

---

<sup>79</sup> Organização política originalmente vinculada ao humanismo cristão, fundada no início da década de 60. Adere ao marxismo-leninismo no final dos anos 60. Parte da tendência aproxima-se do maoísmo, participando da luta armada e ingressando no PCdoB no início da década de 70. Antes da fusão, tornam-se AP-ML (Ação Popular Marxista

(gestão *Força Viva*) em aliança com a AP - e de 1982-83 (*Phoenix*), com militantes petistas e peemedebistas. Tanto a *Refazendo* quanto a *Caminhando* vinculam-se ao MDB, compondo sua ala esquerda e disputando as eleições legislativas de 1978. Suas palavras de ordem em 1977 eram: “Pelos Liberdades Democráticas”, “Por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita a todos os presos, perseguidos e exilados políticos”, “Por melhores condições de vida e trabalho para a maioria da população”, “Por melhores condições de ensino e pesquisa”, “Contra o ensino pago”, “Pelo Ensino Público e Gratuito” (idem, *ibidem*: 45-6).

A *Liberdade e Luta* (LIBELU) era uma tendência estudantil de inspiração trotskista. Organizada internacionalmente em torno da Organização Socialista Internacionalista (OSI), sob coordenação do francês Pierre Lambert, tinha no POI-TNAOE sua seção brasileira. Surge em 1975, na USP, da fusão da Organização Primeiro de Maio (OC-1º de maio) com a Organização Revolucionária Marxista (ORM). Suas palavras de ordem em 1977 são: “Por uma assembléia constituinte democrática e soberana”, “Anistia geral e irrestrita”, “Pelo direito de greve”, “Pelo fim da censura”, “Contra a participação nos organismos impostos pelo MEC: órgãos colegiados e Conselho Universitário”, “Pela Liberdade de funcionamento das organizações estudantis, de funcionários e de professores”, “Contra a R.U.”, “Contra o Ensino Pago”, “Mais verbas para a Universidade”, “Pela reabertura do CRUSP”, “Pela constituição da UEE-SP”, “Contra o Crédito Educativo”, “Pela aliança dos estudantes com os trabalhadores”, “Pela liberdade de organização dos partidos políticos”, “Pelos liberdades democráticas” (idem, *ibidem*: 49-50). Vence as eleições para o DCE da USP em 1978. Na Unicamp, era bastante inexpressiva no final da década de 70,

---

Leninista). O setor contrário à fusão não trilha o mesmo caminho, mantendo a denominação AP. Ambos estão presentes no ME na segunda metade da década de 70 (GORENDER, 1987).

contando com menos de cinco estudantes filiados, sempre no IFCH. A LIBELU pregava o voto nulo nas eleições municipais e legislativas realizadas em 1976 e 1978<sup>80</sup>.

A tendência *Novo Rumo* era vinculada à Convergência Socialista, grupo internacional coordenado pelo argentino Nahuel Moreno. Bastante inexpressivo na USP no final da década de 70, projeta-se na Unicamp a partir de 1976, com o grupo *Porta Aberta*, tendo grande influência no CACH, no ano de 1977. No final da década de 70, possuía militantes nas humanas e nas engenharias (elétrica, de alimentos e mecânica), disputando com chapa própria a primeira eleição para o DCE, em agosto de 1978. Acaba derrotada. A Convergência Socialista, já em 1977, defende a criação de um Partido Socialista (PS). Em 1976, prega o voto nulo nas eleições municipais; em 1978, lança candidatos operários como forma de organizar os núcleos de base de bairros para o futuro partido e para as oposições sindicais.

A *Centelha* origina-se em Minas Gerais (UFMG) em 1977, com alguma representação no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, possuía militantes na Unicamp no período imediatamente anterior à sua formação, entre os anos de 1975 e 1976, mais especificamente no IFCH, estando próxima do CACH. Perde espaço a partir de 1977. Em 1979, está vinculada nacionalmente à tendência Democracia Socialista, por sua vez ligada internacionalmente ao Secretariado Unificado (SU), cuja liderança era o belga Ernest Mandel. A SU reivindicava para si o legado da IV Internacional Comunista, fundada por Leon Trotsky, mas fragmentada em diversas frações a partir de 1954<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Os trotskistas possuíam uma leitura do processo revolucionário diferenciada da linha sugerida pela III Internacional stalinista. Não acreditavam na necessidade de etapas “democrático-nacionais”. Trotsky, fundador da IV Internacional Comunista, defendia a formação de frentes únicas, compostas por setores operários e camponeses, sob hegemonia dos primeiros, como a melhor forma de enfrentar a burguesia. Nas eleições, essas frentes deveriam estar presentes, ainda que a tática escolhida fosse a do voto nulo.

<sup>81</sup> Sobre as “Internacionais comunistas”, consultar o livro de SPINDEL, A: O que é comunismo. São Paulo: Braziliense. 1985.

O PCB também possuía militantes atuando no ME no final da década de 70. Ainda bastante fragilizado pelas perseguições sofridas em 1975, monta chapa a *Unidade* para a disputa da UNE em 1979, em coalizção com o MR-8. Trazia como palavras de ordem “Mais verbas para a Educação”; “Ensino Público e gratuito”; “Liberdades Democráticas; Contra a intervenção arbitrária no MDB”; “Pela participação de professores, funcionários e alunos nos órgãos colegiados”; “Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”; “Pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte” (HAYASHI, 1986: 136).

Cabe discorrer sobre as divergências mais latentes entre as correntes estudantis no período 1976-79, decorrentes das diferenças de análise da conjuntura e das diferentes concepções sobre o processo revolucionário brasileiro. Tais diferenças se materializavam nas táticas adotadas pelas tendências. Naquele período, a polarização se dava na prioridade dada às lutas gerais ou às lutas específicas.

O lado que priorizava as lutas gerais (principalmente os trotskistas) construía sua materialidade na palavra de ordem “Pelos Liberdades Democráticas”, alçada ao centro do embate à ditadura militar. Por outro lado, os defensores das lutas específicas, como principais desestabilizadoras do regime, tinham a luta contra a Política Educacional do Governo (PEG) como tática mais justa para aquele momento. Essa posição era defendida pela *Refazendo* (MR-8 e AP) pelo PCB e pelo PCdoB. Segundo o *Informe da 1ª reunião conjunta das comissões organizadoras de encontros*, realizada em Campinas (1976, p.1), citado por HAYASHI (1986, p.201):

“A primeira posição vê como forma de encaminhar o Movimento Estudantil a nível nacional, bandeiras de caráter geral, como a luta por democracia (...) Como uma necessidade para o desenvolvimento político do movimento de massas, e que a validade (...) reside no fato destas se constituírem num elemento catalisador e arrematador das forças sociais interessadas na transformação

social (...) A segunda defende o encaminhamento das lutas (...) tendo como pontos básicos o combate às Políticas Educacionais do Governo (PEG) e da Política Estudantil Repressiva (PER) considerando a conjuntura política e econômica atual, a correlação de forças e o nível de mobilização de massas.”

Com a lei 6767/79, responsável pela volta do pluripartidarismo (GERMANO, 1993: 220), os agrupamentos políticos existentes vão se dirigir às agremiações de oposição, parte ao PT (Convergência Socialista, POI-TNAOIE, DS e AP), outras ao PMDB (PCdoB, PCB, MR-8). Em 1985, PCB e PCdoB conquistam a legalização, formando suas próprias agremiações partidárias.

Além desses grupos e tendências, havia militantes anarquistas ou sem alinhamento político, simplesmente participantes das movimentações estudantis do final da década de 1970 e início da década de 1980. Na visão de “Batata”<sup>82</sup>, são latentes os conflitos entre estudantes organizados em tendências e estudantes “independentes” naquele final de década. As discussões sobre os movimentos sociais emergentes (negros, mulheres, homossexuais) ocupam um espaço significativo nas universidades, puxadas principalmente pelos independentes e anarquistas e pouco debatidas nos programas das tendências. No caso da Unicamp, a única exceção era a Convergência Socialista. Em suas cartas-programa para as eleições de 1978-79 e de 1979-80, prevê a criação do departamento de “problemas das mulheres”.

O *Jornal do Calouro* não explicita qual concepção era majoritária no ME da Unicamp no momento de sua publicação. De qualquer forma, para os investigadores da ditadura, todos os grupos eram formados por “subversivos”, “comunistas”, motivo que justificava seu monitoramento constante.

---

<sup>82</sup> Em entrevista concedida a Mirza Pellicciota para o projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro. AEL/Unicamp. 1985. p.16.

Como decorrência desta caracterização, a recepção aos calouros foi acompanhada de perto pelos agentes do DOPS, conforme podemos constatar no *Informativo nº 03/78*:

“A matrícula na Unicamp ocorrida nos três primeiros dias dessa semana (31 de janeiro, 01 e 02 de fevereiro) constituiu-se num exemplo de organização e boa preparação para a conquista dos “calouros” pela liderança agitadora. O controle da matrícula foi efetuado pelos próprios alunos antigos (...) os novos alunos eram obrigados a passar pela casa do chamado DCE-livre, que congrega os Centros Acadêmicos (ilegais) (...) recebiam uma pasta de plástico com o emblema BANESPA e os panfletos constantes do anexo, entre outros papéis. Os calouros estarão ainda à disposição dos doutrinadores na semana de 13 a 16 de fevereiro, conforme orientação recebida, para conhecerem a Universidade e os aspectos da vida acadêmica. Os locais de acesso aos estudantes, particularmente os prédios do curso básico e do refeitório encontram-se poluídas por faixas subversivas em suas paredes.”

Conforme apontado acima, além de uma retrospectiva bastante politizada dos acontecimentos de 1977, o *Jornal do Calouro* trazia informações sobre a organização do Movimento Estudantil, anunciando a formação do DCE livre para breve, ao mesmo tempo em que alertava para algumas características da Unicamp que o conjunto do ME desta universidade repudiava, como o aumento dos preços da refeição e do passe de ônibus, a inexistência de cursos noturnos e de serviço médico, o jubilamento e a falta de democracia na universidade, cujo poder estava concentrado nas mãos de poucas pessoas, com destaque para o reitor Zeferino Vaz. Sobre isso, alertavam para o processo anti-democrático de sucessão do reitor, a ser realizado em data próxima:

“Enquanto as chispas explodem nos recônditos da politicalha, o corpo docente, os discentes (nós) e todos os funcionários assistem passivamente, sem nenhuma chance de participar do processo.” (*Jornal do Calouro*, 1978, p.16)

O questionamento às estruturas de poder da Universidade começa a se fazer presente. Mas, outro questionamento, acerca dos baixos salários, ganha corpo em 1978. Já em março, os professores realizam assembléia e calculam em 70% as perdas salariais acumuladas desde 1975. Documento com estudo sobre as perdas é encaminhado ao reitor, ao governador e ao presidente da assembléia legislativa<sup>83</sup>. A ausência de resposta leva à realização de uma greve de um dia de duração, ocorrida em 12 de maio<sup>84</sup>. Mesmo sem vitórias materiais, a greve representa um marco na história da Unicamp, pelo fato de ser a primeira paralisação salarial dos professores da universidade. E acontece num momento de mudança política na universidade, em que estava colocada a sucessão do reitor.

O processo para a eleição do reitor é realizado em abril, com a elaboração de uma lista sêxtupla pelo Conselho Diretor, elencando nomes para a escolha do governador. Constavam na lista os professores André Tosello, da FEAA; Walter Hadler, do IB; Wilson Cano, do departamento de economia do IFCH; Paulo Gomes Romeo, braço direito de Zeferino e um dos seus auxiliares diretos na Administração; Plínio Alves de Moraes, docente da Faculdade de Odontologia de Piracicaba; e o físico Rogério César de Cerqueira Leite, considerado favorito. Na votação da lista sêxtupla, em que Rogério Cezar fica em primeiro lugar, os dois representantes discentes votam em branco e pedem declaração de voto. O protesto fica registrado em ata. Surpreendentemente, o governador Paulo Egídio indica o Prof. Plínio Alves de Moraes para a função, e este assume a reitoria em 18 de abril. O que explicaria tal nomeação?

---

<sup>83</sup> Professores da Unicamp pedem reajuste de 70%. Folha de São Paulo. 10/03/1978. p..25.

<sup>84</sup> Professores da Unicamp fazem greve por salários. O Estado de São Paulo. 12/05/1978. p.14.

O professor e ex-diretor da Faculdade de Educação (período 1978-82) Eduardo Chaves, em artigo publicado em 1997 sobre sua experiência como diretor da FE/Unicamp, apresenta uma explicação para o fato:<sup>85</sup>

“Preferiu o Prof. Zeferino ser sucedido por alguém que não lhe fizesse sombra, e, assim, conseguiu, junto ao então Governador Paulo Egydio Martins, que fosse nomeado como seu sucessor o Prof. Plínio Alves de Moraes – pessoa boníssima, a quem respeito até hoje, mas sem a menor condição política de exercer o cargo de Reitor, especialmente diante de um Governador forte, como era o caso de Paulo Salim Maluf, que assumiu o cargo em 1979. O Prof. Plínio foi o terceiro da lista enviada ao Governador Paulo Egydio Martins. O Prof. Plínio, sendo um Reitor politicamente fraco, deixou espaço para o fortalecimento político dos Diretores, enquanto grupo, dentro da Universidade – especialmente daqueles Diretores que, tendo sido indicados, pela primeira vez na Universidade, por processo razoavelmente democrático de consulta e votação, estavam respaldados por sua comunidade.”

Já GOMES (2006, *Jornal da Unicamp*, edição 327, pp.6-7), aponta outra versão sobre o fato. Segundo ele, o governador Paulo Egydio Martins vetara os nomes favoritos do Conselho Diretor, Paulo Gomes Romeo e Rogério Cezar de Cerqueira Leite. O primeiro porque era alinhado politicamente ao ex-governador Laudo Natel, inimigo de Paulo Egydio. O segundo, porque criticara abertamente o projeto dos militares para a produção de energia nuclear, gerando insatisfações que justificaram interferências de Brasília na definição sobre quem seria o mandatário da Unicamp. Restou o nome daquele que não tinha a mínima pretensão ao cargo: Plínio Alves de Moraes.

A posse de Plínio coincide com um período de grandes disputas na universidade.

---

<sup>85</sup> CHAVES, E.O.C.: Minha Gestão na Direção da Faculdade de Educação da UNICAMP (1980 a 1984): Considerações Pessoais. Campinas-SP, 19 de Agosto de 1997. Texto confeccionado para evento sobre os 25 anos da Faculdade de Educação da Unicamp. Publicado no sitio [www.chaves.com.br](http://www.chaves.com.br).

Além do grupo de diretores com algum poder político na universidade, cabe lembrar que a ADUnicamp fora fundada um ano antes, gozando de grande credibilidade entre os docentes. Os estudantes estavam em processo crescente de mobilização desde 1975. A consulta às fontes sobre a história da Unicamp na “era Plínio” mostra que o procedimento escolhido por Zeferino Vaz para manter seu poder na reitoria teve efeito restrito, já que se constata o crescimento da oposição à reitoria e ao governo estadual indicado pelos militares nos anos subsequentes. Dessa forma, encerra-se, após doze anos, a “era Zeferino Vaz”.

As conseqüências da troca do reitor da Unicamp foram consideráveis, com perda de espaço político perante os governos estadual e federal, abertura da disputa pelo poder na universidade e a necessidade de uma institucionalização que estabelecesse atribuições e distribuição de poderes entre os diferentes órgãos e grupos políticos. Esses elementos estiveram no centro dos conflitos na Unicamp durante os três anos de gestão do DCE que apresento à frente.

Em declaração após a nomeação, publicada pela *Folha de S. Paulo* de 14/04/1978, Plínio afirma que daria continuidade aos planos de Zeferino Vaz e que “alunos não precisarão vir até mim. Eu irei procurá-los.” A busca de diálogo do novo reitor não foi efetiva, já que a reitoria, na única reunião marcada com os estudantes, não se dispôs a negociar, enrolando os estudantes.

Logo em maio, nos dias 03 e 04, ocorrem as eleições para a direção da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Os militantes da Unicamp não deixam de participar tanto das votações quanto das chapas que disputam o processo eleitoral.

Dois agrupamentos postulam a direção da entidade: *Construção*, composta por militantes das tendências *Refazendo*, *Caminhando* e da trotskista *Novo Rumo*; e a tendência trotskista *Liberdade e Luta* (LIBELU). A eleição atinge cerca de 37% dos estudantes do Estado de São

Paulo, que elegem a chapa *Construção* para a primeira diretoria da UEE-SP, gestão 1978-79 (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979).

Imediatamente após as eleições da UEE, as atenções dos grupos organizados do ME da Unicamp se voltam para o DCE. E na semana seguinte às eleições da UEE-SP, segundo o jornal *Ponto de Vista* (s/d, s/n), funda-se o DCE/Unicamp:

“(...) foi decidido em assembléia universitária da Unicamp, realizada dia 11/05/78 às 13h no Pátio do Básico, a criação do DCE/Livre da Unicamp. As eleições para a primeira diretoria estão marcadas para o fim de agosto.”

A criação da entidade é marcada pela preocupação com sua legitimidade perante os estudantes. Segundo o *Jornal Pró-DCE* (Ano 0, n.o 0, junho de 1978, p.8), confeccionado por comissão deliberada em assembléia estudantil:

“Desde o plebiscito, o DCE foi colocado um pouco na regra 3, devido às eleições da UEE. E agora, quando recomeça a discussão é importante não esquecermos as lições do passado, uma entidade do vulto de um DCE deve ser a culminância de um processo político consciente em todos os setores: nas salas de aulas, nas feiras de arte, nos seminários etc. Isso reflete o nível de politização dos estudantes a exigir um DCE como o passo seguinte.”

É improvável que tal postulado fosse majoritário entre os estudantes, apesar de representar a posição de uma parte do movimento. Segundo “Batata<sup>86</sup>”, outro elemento está presente na definição da criação da entidade: a derrota dos trotskistas do *Porta Aberta* nas eleições de 1977 para a coordenação do CACH, remarcadas para o início de 78. A nova eleição se dá porque a única chapa inscrita para o pleito de 1977, o *Porta Aberta*, tem menor votação que os brancos e nulos. Um impasse é instaurado, pois a assembléia não legitima o resultado, de forma que novas eleições são marcadas para o início de 1978. Na nova disputa, a chapa da tendência *Novo Rumo* é

fragorosamente derrotada por uma chapa de anarquistas. Em entrevista já citada anteriormente, “Batata” relata que:

“(...) então a Humanas, quando a Convergência perde dessa maneira deixa de ser um espaço a ser postulado e aí é que vai haver a corrida para o DCE, que enfim se funda o DCE, tem um processo de discussão de estatuto, precário, mas tem, e tem a primeira eleição em 78, um ano depois do pau em 77 (...)”<sup>87</sup>.

A fala de “Batata” sugere que, derrotado nas Humanas, o *Porta Aberta* joga suas fichas na fundação do DCE da Unicamp; no entanto, já não tem tanta força quanto no ano anterior. Essa versão reafirma a tese apresentada no texto *As cagadas da vanguarda estudantil*<sup>88</sup>, no qual se aponta que parte das lideranças haviam brecado a fundação da entidade em 1977, preocupados com a força do *Porta Aberta*, forte concorrente se as eleições ocorressem naquele instante.

Outro elemento que corrobora com essa tese é que, naquele momento, o ME da Unicamp passava por um período de descenso, sem a efervescência que o havia marcado no ano anterior, não configurando o quadro considerado ideal para a fundação de uma entidade, qual seja, um momento de ascenso do movimento que favorecesse um debate esclarecedor e massivo acerca da pertinência do instrumento DCE. É consenso entre os grupos políticos e alguns CAs a percepção de que o ME da Unicamp estava esvaziado. A edição n.52 do *Miudinho*, ao chamar a participação estudantil no processo eleitoral, afirma que o “DCE não nasce forte e representativo e surge num momento de pouco mobilização” (p.4).

---

<sup>86</sup> Em entrevista concedida a Mirza Pellicciota para o projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro. AEL/Unicamp. 1985. p.12.

<sup>87</sup> Em entrevista concedida a Mirza Pellicciota para o projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro. AEL/Unicamp. 1985. p.17.

<sup>88</sup> *Ponto de Vista*. Jornal do CABS. N.10/80. As cagadas da vanguarda estudantil. pp.11-3.

Esse quadro é apontado também pelas cartas-programa das duas chapas concorrentes na primeira eleição para a coordenação da entidade (*Tecendo A Manhã* e *Proposta*). As explicações, no entanto, são divergentes.

Segundo *Tecendo A Manhã*, em sua carta-programa:

“Quanto ao enfraquecimento e à falta de representatividade das entidades estudantis não podemos mais atribuí-los apenas aos desmandos repressivos da ditadura militar. Mais do que isso, tais fatos são reveladores da incapacidade que sofrem as lideranças estudantis de atuarem de forma unificada de modo a desenvolverem o ME enquanto movimento de massas. Tal incapacidade revela-se claramente em atitudes equivocadas na prática política estudantil. Um exemplo disso, é a transformação das entidades em aparelhos de tendências ou em local de discussões políticas e ideológicas entre tendências, que são em grande parte indiferentes e pouco construtivas para o conjunto dos estudantes. Tal prática, por outro lado, impede a unificação política do ME enquanto movimento de massas na medida em que obscurece e entrava a luta contra a Ditadura Militar, na qual devemos concentrar, hoje, todos os nossos esforços.” (*Carta-programa Tecendo a Manhã*, 1978, p.2)

A chapa identificava a incapacidade das tendências estudantis dirigidas por concepções políticas diferentes unirem forças para lutar contra o inimigo maior, no caso a ditadura militar, diluindo suas energias em debates ideológicos que não envolviam o estudantado. Isso impediria o ME de se tornar um movimento de massas.

Para a chapa *Proposta*, formalmente identificada com a Convergência Socialista, os motivos do esvaziamento seriam outros: a prioridade dada pelas entidades às disputas políticas entre as tendências em detrimento das questões específicas. Segundo a chapa, em sua carta-programa:

“Ao nosso ver, a orientação que sempre prevaleceu no sentido de imprimir às entidades um caráter tão somente “político” é uma das maiores responsáveis pelo afastamento do conjunto dos estudantes das suas respectivas entidades. Não foram poucas

as vezes que os Centros Acadêmicos serviram tão só como palco de disputas sectárias entre as várias tendências do movimento estudantil, sobrepondo-se ao trato dos problemas urgentes da Universidade como verbas, jubilamento, democratização etc.” (*Carta-programa Proposta*, 1978, p.2)

Na concepção de tal grupo, seriam as lutas específicas, reivindicativas, que sensibilizariam os estudantes para uma leitura da impossibilidade do sistema capitalista resolver os problemas que os afligiam, abrindo as portas para uma maior compreensão dos fatores que causavam os problemas.

“Como resolveremos o problema de criar um organismo forte e representativo? Será mostrando o estreito vínculo existente entre a atual impossibilidade da Universidade resolver aqueles problemas e o regime político da sociedade que a inclui. Isso porque nossas escolas, controladas pelo arbítrio de um governo autoritário como o que temos, terminam por reproduzir, em menor escala, aquelas estruturas de poder, tornando-se assim escolas anti-democráticas” (idem, *ibidem*: 02).

Neste contexto de embate vivo de idéias, realizam-se as eleições para a primeira gestão do DCE livre da Unicamp.

A necessidade de organização era um imperativo. Mas, organizar-se como? Qual o modelo de organização? Quais as atribuições?

É perceptível a preocupação da Comissão Pró-DCE em legitimar o organismo perante o estudantado. Segundo o *Miudinho* (1978, n.48, ano 3, pp.3-4):

“O DCE/Unicamp é um outro item na pauta da reunião do CACH. Trata-se de encaminhar aqui nas Humanas o cronograma elaborado pela Comissão Pró-DCE, que inclui torneio esportivo, uma feira de artes e debates. Esta preparação foi feita entendendo que o marco de criação de uma entidade não deve ser a eleição de uma chapa, mas que estava deve ser precedida de uma série de atividades que já comecem a concretizar o organismo.”

Essas iniciativas são bastante interessantes no sentido de dar uma materialidade à entidade. Não se sabe se elas ocorreram efetivamente e qual foi a participação estudantil em sua efetivação. Diferentemente de 1977, as ações do ME no ano seguinte têm características diferenciadas, estando mais centradas na reorganização das entidades estudantis. As manifestações de rua têm outros protagonistas: operários fazem greves enormes, confrontando-se com a legislação que proibia esse tipo de movimento. “Em 1978, a greve mais importante foi a dos metalúrgicos paulistas que paralisou 357.043 trabalhadores” (GERMANO, 1993: 226).

Em 1978, não faltaram tentativas de realização de protestos contra a ditadura por parte do ME da Unicamp. Ainda que a prioridade das lideranças estudantis fossem as eleições para o DCE, havia a tentativa de reeditar as manifestações massivas contra as prisões políticas realizadas pelo regime, espelhando-se nos atos de 1977. Conforme o *Informativo do DOPS nº 54/78*, de 29/08/1978, Campinas é palco, no dia 28 de agosto, de ato de protesto no Centro da cidade pela libertação de vinte e um militantes da Convergência Socialista presos pela polícia. Entre eles estava “Zezoca”, estudante da Unicamp. Carta aberta assinada pela comissão pró-DCE livre da Unicamp, Comitê Brasileira por Anistia, entre outros, é lida e distribuída à população. A carta clamava:

“Pela libertação imediata dos companheiros presos! Pela liberdade de organização e expressão! Pelo direito de greve! Pela anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos políticos, banidos e exilados!” (*Carta à população*, 28/08/1978, p.1)

O ato acaba em conflito com a polícia, com cinco presos e a utilização de gás lacrimogênio para dispersar os manifestantes. Após a intervenção de dois vereadores, os presos são soltos<sup>89</sup>.

---

<sup>89</sup> Informativo DEOPS no. 54/78, de 29/08/1978, pp.1-2.

É num quadro de ascenso do movimento popular e de reorganização do ME em nível local que ocorre a primeira eleição para o DCE da Unicamp, gestão 1978-79 do DCE. Inicialmente prevista para agosto, efetiva-se nos dias 10 e 11 de outubro de 1978. Conforme apontado acima, duas chapas disputam o pleito.

De um lado, uma frente formada por três agrupamentos, com estudantes de diversos cursos das humanas e das exatas, formando a chapa *Tecendo A Manhã*. A formação do grupo seria:

“(…) proveniente de um trabalho comum (…) calcada numa concepção semelhante do que significa hoje a luta contra a ditadura e para onde ela deve nos levar, além de uma mesma visão de que o movimento estudantil deve se respaldar efetivamente na maioria dos estudantes e que para isso é preciso lutarmos cotidianamente pelo fortalecimento dos CAs e demais entidades, enquanto órgãos de união e expressão dos estudantes e com grande importância na luta contra a ditadura militar.” (*Carta-programa Tecendo A Manhã*, 1978, p.1)

Defendia um DCE como expressão do conjunto dos estudantes e não só de uma tendência, propondo como instâncias de decisão do movimento a assembléia geral, seguida da diretoria. O Conselho de CAs (CEB) seria a terceira instância decisória, desde que suas decisões não se confrontassem com a carta-programa da chapa eleita.

No plano organizacional, propunham a formação de comissões nas áreas de imprensa, cultura, esportes e finanças, bem como a busca de uma sede para a entidade. A plataforma de lutas era composta por cinco eixos prioritários: melhores condições de ensino, democratização da universidade, melhores condições de vida e de trabalho, liberdades democráticas e “por um DCE que centraliza e unifique nossas lutas” (idem, ibidem, p.04).

Percebiam a singularidade no tratamento dado pela Unicamp às movimentações estudantis:

“(…) Ao invés da repressão, a cooptação; ao invés de confronto, um estilo conciliatório, aparentemente liberal, e dentro dessa aparente liberalidade, aí está o jubramento, instrumento repressivo e autoritário, pairando como ameaça sobre todos nós. Aí está uma carga horária muitas vezes absurda que não nos possibilita uma maior vivência com os nossos colegas. Aí está a diminuição da hora do almoço, não sobrando tempo para atividades culturais. Percebe-se nisso e em muitas outras coisas a busca da desmobilização do movimento e seu afastamento da comunidade e dos próprios estudantes.”(idem, ibidem, pp.1-2)

Em se tratando das eleições legislativas de outubro próximo, a chapa defendia “(…) a atuação nos quadros do MDB de alguns parlamentares efetivamente comprometidos com as lutas democráticas e populares”. Mas apresentavam uma ressalva:

“Embora sabendo que a transformação do regime e da sociedade não se fará através do parlamento, mas pela ação independente do movimento de massas, achamos imprescindível ocupar também esta trincheira de luta.” (idem, ibidem, p.04)

A chapa *Proposta* era composta de estudantes das exatas, humanas e biomédicas, contando inclusive com um estudante do *campus* de Limeira. Propunha, além das coordenações tradicionais, uma coordenação para os problemas da mulher, pautando uma questão emergente naquele período. Com discurso crítico, acusava a outra chapa de ser uma frente eleitoral, sem espaços abertos de debate programático.

No âmbito da universidade, fazia a crítica ao processo de privatização por dentro, que crescia através de convênios com empresas privadas.

“A Unicamp, embora muito se ressinta também do corte de verbas é considerada uma das Universidades mais bem aquinhoadas do país. Recebe dinheiro não só dos cofres governamentais, mas também, e, sobretudo, dos convênios que firma com empresas, como mencionamos. (...) Não resta nenhuma dúvida que a Universidade atende hoje a interesses bem definidos, quais sejam, os dos donos das empresas nacionais e multinacionais que são uma parcela bastante minoritária da sociedade.” (*Carta-programa Proposta*, 1978, p.3)

Defendia que as decisões fossem tomadas por professores, funcionários e estudantes, paritariamente. Mas ressaltava que “a Universidade não será um oásis de democracia numa sociedade em que vigore um regime ditatorial” (idem, ibidem, p.3). Elogiava a experiência da faculdade de engenharia, na qual uma assembleia paritária orientava a atuação da direção da faculdade. Julgavam que aquela experiência deveria se alastrar para toda a universidade.

Sobre as eleições parlamentares de novembro, previa:

“(...) uma excelente possibilidade para o crescimento e organização dessa oposição, através da proposta de apoio aos candidatos operários e socialistas nucleando-se mediante a construção de comitês de bairro, em oposições sindicais, em sindicatos desatrelados ou em núcleos pela construção de um partido independente dos trabalhadores que cremos ser possível através de um partido socialista.” (idem, ibidem, p.4)

As primeiras eleições têm participação bastante grande de estudantes de graduação e de pós. Votam 3.855 alunos, sendo 1.457 para *Tecendo A Manhã*, 789 para *Proposta*, 192 nulos e 117 brancos. A Unicamp possuía, entre graduandos e pós-graduandos, cerca de sete mil estudantes (dados do SERCA). Estava eleita a primeira gestão do DCE livre da Unicamp.

A entidade havia sido fundada, tinha coordenação eleita, mas não possuía um estatuto. Como se daria a distribuição dos cargos e funções na gestão?

O pequeno número de membros da chapa eleita e as propostas de organização sugeridas pela carta-programa da chapa *Mãos à Obra*, concorrente à coordenação da entidade no ano seguinte, são indícios que apontam para uma distribuição “tradicional” de cargos, contendo presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e diretores de imprensa, esporte, cultura e

administração. Essa organização só seria alterada em 1981, com a aprovação de um estatuto pelo Conselho Diretor<sup>90</sup>.

O primeiro boletim da gestão *Tecendo A Manhã* explicita o significado da criação da entidade no contexto de embate à ditadura:

“A criação do DCE/Livre representa uma dupla vitória: 1) De um lado, criamos uma entidade livre e independente da burocracia universitária; 2) De outro, estamos recuperando um espaço destruído pela repressão.” (Boletim do DCE, s/n, 18/10/1978)

O ano de 1978 assiste à continuidade do processo de reorganização estadual e nacional do ME, com as eleições para a UEE-SP e a realização do IV ENE. Este último evento ocorre na Faculdade de Arquitetura da USP, em 03 e 04 de dezembro, com o propósito de marcar finalmente o Congresso de Refundação da UNE. Diferentemente do III Encontro, violentamente reprimido antes (na tentativa frustrada da UFMG) e após se efetivar (na PUC-SP), o IV ENE ocorre com tranqüilidade, sem ameaça de invasão e de violência por parte da polícia contra os participantes do evento. O XXX Congresso da UNE, o da reconstrução, é marcado para maio de 1979, em Salvador, na Bahia.

No plano político, há uma mudança de posições com relação às deliberações do II ENE (USP, 1976), no que concernia às eleições legislativas de 1978. A grande maioria dos delegados (65%) opta pelo voto nos candidatos do MDB. Geraldo Siqueira Filho, membro da primeira e da segunda gestão do DCE livre da USP pela tendência *Refazendo*, elege-se deputado estadual pelo MDB (COSTA, 2002). Sobre o resultado das eleições, GERMANO (1993: 219) afirma que:

“Nas eleições para o Senado, o MDB recebeu 56,9% dos votos válidos, obtendo quase 4,3 milhões de votos a mais do que a ARENA. Apesar disso, elegeu 9 senadores enquanto o partido situacionista conseguiu 36 cadeiras, 21 das quais ganhas em votação indireta nos colégios eleitorais dos Estados. Para a Câmara Federal a diferença foi

---

<sup>90</sup> Portaria do reitor GR 66/81, de 11/09/1981. Apresento artigos do documento mais adiante, no capítulo 3.

insignificante: a ARENA recebeu 50,4% e o MDB 49,5% dos votos válidos. Com o Pacote de Abril, no entanto, a agremiação governista garantiu 42 cadeiras de vantagem sobre seu adversário. Mesmo assim, significou um avanço para o MDB, na medida em que passou de 87 deputados em 1970, para 161 em 1974 e, finalmente, 189 em 1978. No âmbito das assembleias legislativas estaduais a oposição também aumentou a sua representação. Contudo, a maioria governamental estava assegurada no Senado, na Câmara dos Deputados e nas Assembleias.”

No plano das mobilizações gerais:

“(…)78 marcou o início das reivindicações de outros setores, como os professores e médicos residentes. (...) ocorreu a primeira greve dos metalúrgicos do ABC por aumento salarial. (...) em maio, três mil pessoas, a maioria estudantes, participam de um ato público pela anistia ‘ampla, geral e irrestrita a todos os presos, cassados, banidos e perseguidos políticos.’”( GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979: 34-5)

A Unicamp fecha o ano com um novo reitor e um DCE livre instituído. Com a crise econômica atingindo a universidade, evidenciada pela interrupção das obras de construção do IMECC, do HC e do Ginásio Multidisciplinar, mas com o crescimento de organização de sua comunidade interna, desenhavam-se melhores condições de embate à ditadura militar e às políticas privatistas que viriam a ser implementadas pelo governador Paulo Maluf.

O ano seguinte assistiria à primeira greve salarial da história da universidade.

## **CAPÍTULO III – AS GESTÕES DO DCE/UNICAMP DE 1978 A 1982.**

### **III.1 - A gestão *Tecendo A Manhã* (de out/78 a nov/79)**

- Chapa *Tecendo A Manhã*

Dedé (Eng. de Alimentos)
Cipó (Economia)
Mauricio (Eng. Elétrica)
Rubão (Física)
Valmir (Eng. de Alimentos)
Max (Eng. Mecânica)
Lilia (História)
Valquíria (Eng. de Alimentos)

- Chapa *Proposta*

#### Departamentos

Guilherme (Física)	Pós –Toninho (física)
João (Eng. Mecânica)	Finanças – Berthoud (Ciências Sociais)
Siqueira (Eng. Civil)	Problemas da mulher – Rita (Medicina), Silvinha (Ciências Sociais), Bia (Ciências Sociais)
Felipe (Eng. Mecânica)	Básico – Adriano (Eco)
Júlia (Pós – Bio)	Cultural – Arnaldo (eco), Cláudia (Odonto)
Regina (Ciências Sociais)	Esportes – Eduardo (Eng. Agrícola)
Carmem (Computação)	Imprensa e divulgação – Silvana (História), Tadeu (Ciências Sociais)
Clóvis (Ciências Sociais)	Escolas fora – João Carlos (Limeira), Ivo (Medicina) e Beto (Odonto)
Oswaldir (Química)	

Segundo MENEGHEL (2002), o final da década de 70 apresenta concretamente os resultados desastrosos da política educacional dos governos militares aplicada nos últimos anos. A postulação inicial, representada pela Reforma Universitária de 1968 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei 5692/71) trouxe como consequência um crescimento numérico do ensino superior sem parâmetros mínimos de qualidade, pautado por critérios políticos e interesses econômicos de pequenos grupos regionais atrelados aos governos militares.

Na opinião de GERMANO (1993: 185-8), a falta de recursos, a opção equivocada e ainda assim pouco efetiva pelo ensino profissionalizante de segundo grau – na contramão das potências capitalistas –, o crescimento desqualificado e ainda assim insuficiente do ensino de terceiro grau, terminaram por levar ao fracasso a política educacional dos governos militares. No que tange ao ensino profissionalizante, conseguiu:

“(...) colocar na vala comum as velhas e boas escolas técnicas, ao lado de outras que não tinham condições para tal, o enfraquecimento da formação do magistério (...) acarretou uma degradação sem precedentes da escola pública de nível médio em geral e fortaleceu a rede privada de ensino.” (idem, ibidem: 188)

Em São Paulo, a política educacional instituída pelo recém-empossado governador Paulo Salim Maluf apontava para um corte nos recursos para as universidades públicas e para a proibição da contratação de docentes. Segundo o *Miudinho*, boletim do Centro Acadêmico de Ciências Humanas da Unicamp (CACH):

“É pública e notória a represália do governador Paulo Maluf no que se refere ao corte no orçamento da Unicamp (que seria de 28,7%) e a proibição de contratar professores, o que além de ferir a autonomia da Universidade é um expediente leviano no sentido de ‘economizar verbas’.” (s/n, 21/09/1979)

Desde então, a Unicamp passa por seguidas crises financeiras, paralisando obras como a construção dos prédios do IMECC, do Hospital das Clínicas Universitário e do ginásio de esportes, e sofre com a “evasão de cérebros” decorrente da defasagem salarial<sup>91</sup>.

Para reagir a essa situação, forma-se uma comissão de luta contra o corte de verbas, composta por estudantes e professores, na qual se discutiam formas de mobilizar a comunidade para evitar o desmantelamento da estrutura da universidade.

O *Boletim Informativo da Comissão*, datado de 27 de agosto, alertava para o caos que se instaurava: falta de professores, acarretando em turmas sem aulas, não pagamento de salários aos trabalhadores dos convênios e inexistência de reajuste salarial a professores e funcionários. Além dessas questões, continuava latente a precariedade dos serviços essenciais prestados aos estudantes, principalmente a alimentação e o transporte. Segundo o *Boletim do DCE* (26/04/1978, p.1):

“No restaurante, além da cada vez pior qualidade da comida, as péssimas condições de trabalho oferecidas aos funcionários promovem freqüentes contratempos causando as já tradicionais filas na entrada. No transporte, é nítida a inadequação da qualidade de ônibus oferecida com o número de pessoas que necessitam de transporte (número que cresce a cada ano). Isso tem provocado filas imensas mesmo a partir das 17h, sendo que, por vezes, temos que esperar quase duas horas para ir à cidade.”

A situação da Unicamp era de conhecimento público. O *Jornal da Tarde* publicara reportagem de página inteira com o título “*A Unicamp pede socorro*”, tematizando o assunto a partir da visão de diversos professores. Na mesma reportagem, o reitor Plínio dizia confiar no governador Maluf, aguardando a complementação de verbas.

Esse quadro leva à eclosão, em 17 de abril, da primeira greve efetiva dos professores da Unicamp, em conjunto com vários setores do funcionalismo estadual. A reivindicação era de 70%

---

<sup>91</sup> A Unicamp pede socorro. *O Estado de São Paulo*, 06/11/1979, pp.8- 9.

de reajuste salarial mais um abono de Cr\$ 2 mil. Dura pouco mais de um mês, com manifestações no *campus*, no Centro de Campinas e em São Paulo.

Segundo José Vitório Zago, membro da ADUnicamp à época, em depoimento para o livro sobre a história da entidade (ADUnicamp, 1991, p.31):

“Na greve de 79 a gente mandou na Universidade e quem mandava na Universidade era o comando de greve: ele dizia o que podia funcionar e o que não podia; o que era emergência e o que não era. Quando passou a greve, quem mandava era o Maluf, era o governo do Estado. (...) Mas não houve represália, porque o reitor era um cara, do nosso ponto de vista, bastante favorável; do ponto de vista do governo, bastante fraco.”

No final, somente o abono foi conquistado, mas ficou provado que era possível organizar movimentações conjuntas entre professores universitários e funcionários dos mais diversos setores do funcionalismo estadual (idem, *ibidem*: 26-31).

O movimento conta com o apoio dos discentes; no final da greve, o DCE indica a realização de assembléias setoriais para se debater conjuntamente a reposição de aulas<sup>92</sup>. Não há registros que apontem para a efetividade desses encaminhamentos.

A gestão *Tecendo a Manhã* busca formas de organizar o ME da Unicamp, no nível da relação do DCE com os CAs, do financiamento da nova entidade, além da recriação de espaços para a organização das lutas a serem travadas. Afinal, ainda enquanto chapa considerava que:

“(...) alguns dos nossos problemas cotidianos mais graves não estão ligados à Faculdade ou Instituto particular que estudamos, mas à Unicamp como um todo: a falta de alojamento, o jubramento, a falta de verbas e sua má alocação, a nossa exclusão das decisões na Universidade, a dispersão do curso básico, a falta de espaços de lazer e de estudo etc. Nesse tipo de questão o DCE teria um papel organizador fundamental.”  
(*Carta-programa “Tecendo a Manhã”*, 1978, p.1)

Algumas iniciativas são instituídas, como a filiação ao DCE por parte dos CAs. O mecanismo de financiamento não obtém sucesso, pois somente CAE, CACH e CAFEA se dispõem a contribuir<sup>93</sup>.

Após a recepção dos calouros, organizada em fevereiro, o DCE realiza assembléia estudantil em 13 de março, para debater a posse de mais um ditador na presidência do Brasil: João Baptista Figueiredo. O *Informativo do DOPS n° 29/79* aponta a presença de cerca de 400 estudantes e de membro da comissão pró-UNE no espaço. A assembléia delibera a realização de protesto, com a pichação de muros na cidade.

Pouco depois, em 18 de abril, a gestão convoca os CAs para reunião na qual questões organizativas e de encaminhamento de lutas seriam debatidas.

No primeiro item, constava a reorganização do Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), espaço deliberativo que congregava os CAs para tomar algumas decisões caso não fosse possível a convocação de assembléia. No âmbito dos encaminhamentos de lutas concretas, estariam ações pelo fim do jubramento (portaria 53/74), contra o ensino pago e pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Por fim, a reunião debateria o processo de discussão e tiragem de delegados para o Congresso de Reconstrução da UNE, a ser realizado em 29 e 30 de maio seguinte.

As fontes disponíveis apontam para a luta contra o jubramento como prioridade durante o ano de 1979. O assunto era pauta do ME da Unicamp pelo menos desde 1974; durante a greve das Humanas, tentou-se negociar com a reitoria o fim da regra que atingia principalmente os estudantes dos cursos de exatas; sem sucesso. Desde então, o mecanismo havia sido responsável

---

<sup>92</sup> *Convocatória*. DCE livre, 18/05/1979.

<sup>93</sup> *Boletim do DCE aos CAs*, s/d.

pela expulsão de quinhentos estudantes da universidade, segundo o *Caderno do Jubilamento*, impresso produzido pelo DCE<sup>94</sup>.

O mecanismo de controle estudantil funcionava de maneira draconiana. O estudante se matriculava num determinado número de disciplinas no semestre. Caso fosse reprovado numa mesma disciplina duas vezes, no semestre seguinte entrava automaticamente em currículo mínimo, composto por 12 créditos estipulados pela coordenação do curso. Caso fosse reprovado em alguma disciplina do currículo mínimo, o estudante era jubilado da universidade.

Em 1979, segundo o *Jornal do Calouro* (1980, pp.15-17), formulado pelo DCE e Centros Acadêmicos:

“(...) na disciplina MC 111, em 100 matriculados, 50 foram reprovados, sendo 44 colocados em currículo mínimo e 4 jubilados. Somente no ano de 79 tivemos 200 colegas em currículo mínimo no primeiro semestre e mais 100 no segundo. Ao todo, 60 foram jubilados.”

A utilização da regra do jubramento desconsiderava a realidade dos estudantes, homogeneizando-os e taxando-os como os únicos responsáveis pela reprovação. Ignorava as causas das deficiências na aprendizagem; utilizava um procedimento que, nas palavras da professora da Faculdade de Educação Raquel Gandini, “matava o doente ao invés de tratá-lo” (*Caderno do jubramento*, 1979, p.5).

A crítica ao jubramento apoiava-se na crítica à responsabilização do estudante por situações que não eram exclusivamente de sua alçada, como a formação anterior precária. Acabava tendo como conseqüência o aprofundamento da seletividade do ensino superior brasileiro, que absorvia somente 3% dos jovens brasileiros, segundo o *Jornal do DCE* (n.1, março / 1979).

---

<sup>94</sup> *Caderno do jublamento*. Uma publicação do DCE livre da Unicamp. s/d. 1979.

O mesmo *Caderno do Jubilamento* indicava que o mecanismo atingia os estudantes trabalhadores e os mais pobres. “Além desse erro do vestibular, corrigiria também a falha de não realizar a triagem política dos alunos” (op.cit., p.6).

Segundo PELLICCIOTA (1997), a luta contra o jubilamento foi uma das principais bandeiras estudantis da década de 70, justificando greves estudantis em diversas instituições de ensino. GONÇALVES & ROMAGNOLI (1979: 20) relatam a movimentação ocorrida na Universidade Federal da Bahia. A greve durou 30 dias. Reuniões com mais de cinco pessoas eram dispersadas pela polícia. O movimento termina com a extinção de 6 das 7 causas de jubilamento, restando somente aquela que se impunha por esgotamento do tempo máximo para o cumprimento do curso.

Além da manutenção do estudante no curso, a luta representava a disputa de concepções de homem e de educação. De um lado, a das reitorias e dos governos federal e estaduais: homem liberal, indivíduo cuja competência acadêmica seria fruto de um mérito pessoal; de outro, o homem coletivo, produto e produtor do meio, cujas deficiências, mais do que uma fragilidade pessoal, seriam uma manifestação de um sistema social desigual, responsável por uma educação precária, tecnicista e desconectada da realidade.

Na luta específica contra o jubilamento, é possível observar a construção, por parte do ME, de uma cultura contra-hegemônica, na medida em que concebia e divulgava uma concepção oposta à predominante na universidade da época.

O DCE busca ajuda externa para obter sucesso na luta, consultando o deputado e advogado Airton Soares (MDB). Em âmbito interno, é organizado um abaixo-assinado entregue ao reitor Plínio. O reitor ignora a solicitação estudantil.

O XXXI Congresso da UNE, o da reconstrução, seria realizado nos dias 29 e 30 de maio, tendo como palco a cidade de Salvador, capital da Bahia. Estado governado por Antonio Carlos

Magalhães, dirigente da ARENA, sua realização é a prova de que o Estado militar não possuía condições de barrar o processo de reorganização do movimento social brasileiro, não tendo outra alternativa senão aceitá-lo, até como meio de limitar seu crescimento. Clímax de um processo iniciado em Campinas clandestinamente, em janeiro de 1976, o XXXI Congresso da UNE ocorre publicamente, com a participação de cerca de dez mil estudantes de todo o país (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979).

O DCE da Unicamp via o Congresso de Reconstrução como “(...) um passo decisivo e um marco na organização dos estudantes em defesa de seus interesses e na luta contra a ditadura militar” (*Convocação*, 18/04/1979, p.1).

O Congresso debate o estatuto da entidade, bem como a forma de eleição da diretoria (congressual ou direta) e o modelo de gestão (colegiada ou presidencialista). Após horas de discussão e negociação, decide-se pela eleição direta e pelo modelo presidencialista de diretoria, ficando uma comissão de entidades responsável por realizar as primeiras eleições diretas da história da UNE, a serem realizadas no mês de outubro. A realização do ConUNE representa a legitimação do ME institucional brasileiro, mesmo com a ilegalidade das entidades estudantis pelas leis da ditadura. O ME da Unicamp esteve representado no evento por alguns delegados.

Após o primeiro semestre, marcado por uma greve e pelo ConUNE, o ME da Unicamp reinicia o segundo semestre, em agosto, movimentando-se em torno das eleições para a segunda diretoria da UEE-SP. O DCE conclama os estudantes a participarem e a fortalecerem a entidade, já que a “UEE está aquém do que deve e pode ser (*Boletim do DCE*, n. 1, agosto / 79). Cinco chapas disputam a eleição: *Chegou a Hora* (MR-8), *Convenção* (racha do PCdoB), *Liberdade e Luta* (POI-TANOE), *Voz Ativa* (PCdoB) e *Novação* (Convergência). A vencedora é a *Voz Ativa*. Não encontrei registros sobre a participação do ME da Unicamp nesse processo.

Também em agosto, no dia 8, o DCE, em conjunto com a ADUnicamp, lança o Comitê Campineiro pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, em ato no Centro da cidade. A proposta de anistia, encaminhada pela oposição institucional (MDB), maciçamente apoiada pela sociedade civil, é rejeitada pelo governo.

Em 28 de agosto, o Congresso Nacional aprova a proposta do governo Figueiredo, bastante restrita. Segundo *O Estado de São Paulo*:

“Figueiredo sancionou a Lei nº 6.683, de iniciativa do governo e aprovada pelo Congresso, anistiando todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde 9 de abril de 1964, data da edição do AI-1. O benefício atingiu estudantes, professores e cientistas afastados das instituições de ensino e pesquisa nos anos anteriores. Entretanto, o reaproveitamento de servidores civis e militares ficou subordinado à decisão de comissões especiais criadas no âmbito dos respectivos ministérios para estudar cada caso. Outra restrição dizia respeito às pessoas condenadas pelos chamados "crimes de sangue", atos terroristas cometidos no período em que grupos de esquerda usaram a luta armada para combater o regime militar. Segundo o Superior Tribunal Militar (STM), havia então 52 presos políticos, dos quais 17 foram imediatamente libertados e 35 permaneceram à espera de uma análise mais demorada dos seus processos. Entre presos, cassados, banidos, exilados ou simplesmente destituídos dos seus empregos, a Lei de Anistia beneficiou 4.650 pessoas, entre as quais os ex-governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes, e os ex-líderes estudantis Vladimir Palmeira e José Dirceu.”

Como será apontado mais à frente, a Lei da Anistia permitiu a volta do Professor Paulo Freire, personagem que assumirá papel de destaque em movimentações políticas posteriores na Unicamp.

No âmbito do ME, ocorre em outubro a primeira eleição para a diretoria da UNE. O pleito é disputado por cinco chapas: *Novação*, agrupamento composto pelas chamadas correntes socialistas do ME (*Centelha* - MG, *Peleia* - RS, *Convergência Socialista* - vários estados e *Travessia* - PE); *LIBELU*, tendência majoritariamente sediada em São Paulo; *Maioria*, de

tendência direitista; *Mutirão*, aliança entre PCdoB, AP e PCR; *Unidade*, congregando elementos do PCB e MR-8 (HAYASHI, 1986: 196).

Participam do pleito 713 entidades e um total de 300 mil estudantes. O vencedor é o presidente do DCE-UFBA, Rui César Costa, cabeça de chapa da *Mutirão* (CAVALARI, 1987).

A gestão *Tecendo a Manhã* se encerra em novembro, após processo eleitoral disputado novamente por duas chapas: *Sair Dessa Maré*, representando a continuidade, numa composição entre agrupamentos vinculados à AP e a Convergência Socialista<sup>95</sup>, e *Mãos à Obra*, oposição formada por PCdoB, PCB e MR-8.

A carta-programa da oposição trazia a leitura de que “(...) construímos há um ano atrás nosso DCE, mas a situação hoje, apesar dos avanços não é diferente de um ano atrás” (*Mãos à obra, Carta-programa*, 1979, p.1).

Defendia um DCE que chamasse o estudante a ser sujeito das lutas da universidade e a construir um país democrático. No âmbito da Universidade, chamavam a atenção para o “Pacote Portela”, projeto do ministro da Educação Eduardo Portela que previa a transformação das universidades públicas em autarquias, abrindo a possibilidade para que buscassem a auto-suficiência financeira, o que, na visão dos estudantes, significaria a cobrança de mensalidades.

Na Unicamp, a busca por recursos proveniente de convênios com empresas privadas era uma solução que incutia idéias e mecanismos privados na universidade. Segundo a chapa:

“A Unicamp é o típico exemplo de Universidade que tem como bóia de salvação os convênios. Só alguns institutos têm mais de 50% de sua verba proveniente dos mesmos. Um considerável número de professores contratados exclusivamente por esses

---

<sup>95</sup> Informação colhida no depoimento de “Batata” a Mirza Pellicciota para o projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro e na conferência dos nomes dos membros das chapas de 1978. Existem membros da chapa derrotada em eleição anterior (*Proposta*) na chapa vencedora de 1979-80 (*Sair Dessa Maré*). Os nomes dos grupos da composição eram *Mutirão*, *Novação* e *Vento Novo* (mais atuante na USP).

convênios dão aulas devido a acordos verbais com as respectivas faculdades. Se eles parassem de dar aulas, estaríamos...”(idem, ibidem, p.1)

De acordo com a chapa, a superação desse quadro só se daria:

“(...) por uma luta combinada-conduzida pelo DCE, Adunicamp, ASSUC – contra o corte de verbas, pela melhoria das condições de ensino, vida e trabalho e pela democratização da Universidade, entendendo por isso não somente as eleições diretas para todos os níveis administrativos e ampla participação da comunidade universitária nas decisões, mas, fundamentalmente, o controle popular da Universidade (e isso vai se dar através de um governo que defenda os interesses populares).” (idem, ibidem, p.1)

No âmbito das lutas locais, defendia o fim do jubramento e a criação de cursos noturnos; congelamento de preços e melhoria da qualidade da alimentação no restaurante, oferecimento do jantar e comissão paritária para gerir o bandeirão; a construção da moradia estudantil, e que a Unicamp comprasse sua própria frota de ônibus, já que os ônibus da ENSATUR, empresa contratada, não davam conta da demanda. Além disso, havia a suspeita de malversação do dinheiro público, pois:

“(...) devido ao cartel montado pelas empresas a Unicamp paga Cr\$ 570 por viagem, quando poderia deixar de dar lucros para a ENSATUR e comprar sua frota própria.” (idem, ibidem, p.2)

A chapa tinha como proposta, no âmbito do ensino e da pesquisa, organizar eventos para debater o currículo e o projeto pedagógico, um fórum de avaliação de disciplinas e debates sobre o criticado Ciclo Básico, bem como organizar a ida ao principal espaço científico do país, a SBPC. Propunha-se a montar uma secretaria de *campi* externos e a organizar os pós-graduandos para que tivessem uma atuação mais expressiva; no setor esportivo, a montar a comissão de esportes para participar de eventos e a ajudar as atléticas a existirem e se fortalecerem.

No âmbito da organização interna, propunha uma diretoria com presidente, vice-presidente, secretário-geral e diretores de departamentos: de patrimônio e finanças, cultura, imprensa, ensino e pesquisa, feminino, pós-graduação, básico, esportes e *campi* externos.

A organização de um Congresso de Estudantes da Unicamp que definisse um estatuto para a entidade e exigisse o reconhecimento oficial do DCE por parte da reitoria seria prioridade de uma eventual gestão.

Defendia a conquista de uma sede para o DCE e a administração de pontos comerciais para gerir financeiramente a entidade.

No plano da disputa por poder na universidade, defendia a ampliação da participação nos órgãos colegiados.

Nas questões políticas do momento, a chapa *Mãos à obra* criticava o pluripartidarismo anunciado pelo governo, por entender que era uma forma de fragilizar a oposição que crescia em torno do MDB. Dessa forma, defendia a unidade das oposições naquela agremiação.

A chapa de situação, *Sair Dessa Maré*, tinha uma posição crítica sobre a gestão do DCE que estava se encerrando. Afirmava que:

“Não podemos dizer que o DCE esteve presente no dia a dia dos estudantes da Unicamp. Apresentou-se esporadicamente, como coordenadoria, em alguns momentos, como na greve dos professores e funcionários, nas assembléias de reposição de aulas, atos públicos, CoNEGs e outras atividades gerais. Enquanto entidade, apareceu nas comissões culturais e pró-moradia, nos seminários sobre a crise da Unicamp e alguns boletins.” (*Sair Dessa Maré, Carta-programa, 1979, p.2*)

Concluía que a gestão que se encerrava não havia cumprido seu papel de organizar os estudantes. Para melhorar a participação no ME, defendia a organização de instâncias decisórias, em ordem decrescente de poder: assembléia geral, reuniões abertas do DCE com quórum mínimo e coordenadoria. Os Conselhos de CAs seriam consultivos. Se gestão, trabalharia por sede e

recursos para o DCE: ocuparia uma sala provisoriamente até a posse; coletaria recursos dos estudantes em campanhas específicas, além de realizar festas e shows como forma de captação de recursos.

Nas lutas de âmbito local, a chapa defendia a continuidade e a intensificação das ações contra o jubramento e a favor de mais verbas para a Unicamp, por moradia estudantil e cursos noturnos, além do melhor atendimento no restaurante da universidade.

Na eleição, ocorrida em 21 e 22 de novembro, menos estudantes se manifestam em relação ao ano anterior, mesmo com um número bastante parecido de matriculados. O resultado final aponta a vitória de *Sair Dessa Maré*, com 1.500 votos; *Mãos à Obra* tem 1.212. Segundo o *Informativo DOPS nº 331*, de 26/11/1979, a posse ocorre no dia 27 de novembro.

Como analisar a primeira gestão do DCE livre da Unicamp? Numa época em que a entidade não dispunha de recursos, nem sede, o DCE conseguiu produzir pelo menos 12 materiais impressos, aos quais tive acesso, debatendo temas específicos da Unicamp (jubramento, bandeirão, verbas) e da conjuntura geral (anistia, posse do general Figueiredo). Apoiou a primeira greve docente efetiva da história da Unicamp pelos seus motivos específicos e tentou debater as suas conseqüências para os estudantes após a finalização. Participou dos processos de reconstrução do ME geral, com os debates e realização/participação no Congresso da UNE e nas eleições da UEE. Estes últimos foram importantes politicamente e para a visibilidade do ME brasileiro, exigindo uma priorização que possivelmente prejudicou a organização de lutas específicas.

Não houve vitórias materiais, mas, numa época de poucas referências de atuação anterior, é provável que a existência da entidade e a promoção de alguns debates possam ser consideradas um avanço.

A desarticulação dos CAs também pode ser um elemento importante na compreensão dos limites da primeira gestão do DCE livre da Unicamp. As limitações políticas e estruturais, já percebidas no momento final de sua fundação (1978), com uma diminuição da participação estudantil nos espaços e um certo sentimento geral de apatia (expressos seguidamente nos impressos do CACH), são elementos que autorizam uma ponderação sobre as possibilidades de avanço político e organizativo da primeira gestão.

No entanto, o ME brasileiro de maneira geral, apesar da instabilidade que o caracterizava à época, cumpriu um importante papel político para a retomada da democracia no país nos anos seguintes. Foi *vanguarda transitória*<sup>96</sup> na medida em que encabeçou as grandes manifestações contra o regime durante o ano de 1977. Na visão de Alon Feuerwerker, militante estudantil na USP no final de década de 70:

"Na ideologia oficial da direita, a democracia teria sido fruto da distensão do Geisel e da abertura do Figueiredo. Por outro lado, na ideologia oficial da esquerda criou-se um mito de que a democracia no Brasil começou a nascer com as greves operárias de 78, no ABC. Mas, entre 73 e 79, aconteceu alguma coisa que permitiu ao próprio movimento operário mais oxigênio para poder respirar no final da década de 70. Nós achávamos que éramos uma organização de esquerda que estava preparando o caminho para a Revolução Brasileira. Na verdade, éramos lideranças políticas que estávamos mobilizando a massa para uma luta democrática. Realmente, foi um período incomparável em termos de experiência política, porque a gente discutia teoria, discutia política e fazia movimento de massa." ("Medo e Liberdade". IN: *Teoria e Debate*, n.35, 1997)

---

<sup>96</sup>Na concepção marxista-leninista de organização, uma vanguarda, núcleo dirigente da organização revolucionária (partido), conduzirá a classe trabalhadora para e durante o processo revolucionário. Seria composta por membros do operariado, setor que, por sua posição de explorado nas relações de trabalho e por sua centralidade na dinâmica produtiva, desenvolveria uma consciência de classe e mecanismos de luta que guiariam outros segmentos desfavorecidos da sociedade no embate contra a burguesia. Naquele momento histórico, a classe operária brasileira ainda era dirigida por "pelegos", indivíduos vinculados à ditadura. Dessa forma, não tinha condições de assumir o papel de vanguarda. Este era o motivo pelo qual alguns agrupamentos estudantis atribuíam ao ME esse papel naquele instante.

O ME da Unicamp teve participação efetiva nesse processo, mesmo com as debilidades internas identificadas por seus militantes.

O ano de 1979 termina com a volta do pluripartidarismo ao país. Derrotados eleitoralmente, os militares buscavam formas de enfraquecer a oposição. Um dos mecanismos utilizados foi a volta do pluripartidarismo, acompanhada do cancelamento das eleições legislativas de 1980. Era uma forma de protelar o esgotamento do regime, num momento em que este aprofundava a crise econômica do país. Segundo GERMANO (1993: 226-7):

“(...) a dívida externa do país pulou de 3,2 bilhões em 1970, para cerca de 43 bilhões em 1978. O índice de crescimento econômico caiu no biênio 1977-1978 (respectivamente para 5,4% e 4,8%, quando a média do período foi 7%), e a inflação duplicou – 37,9% - com relação à época do “milagre”, cuja média girou em torno de 19,3%. (...) Além do mais, em 1979, ocorre o segundo choque do petróleo, seguido de subida vertiginosa dos juros do mercado do eurodólar de 8,7% em 1978 para 17% em 1981.”

Na Unicamp, a crise econômica se ampliaria no ano seguinte e uma crise política começaria a ganhar contornos mais claros.

### III.2 – Gestão Sair Dessa Maré (de nov/79 a out/80)

Chapa Sair Dessa Maré

Betão (Eng. de Alimentos)
Carmem (Computação)
Gesner (pós - economia)
Tom Zé (Eng. de Alimentos)
Percival (Medicina)
Lannes (Economia)
Flávio (Biologia)
Sérgio (Eng. Elétrica)
Miguel (Tecnologia/Limeira)
Toninho (Pós- Física)
Cícero (Básico/Exatas)

Chapa Mãos à Obra

Maurício (Eng.)
Viotto (Eng, de Alimentos)
Danilo (química)
Ângela (Enfermagem)
Ricardo (Pós-Computação)
Chico (Limeira)
Gandolfo (Matemática)
Luís (Economia)
Daniel (Eng.)
Bidú (Química)
Clóvis (Física)

Conseguirá a Unicamp sobreviver em 1980? A verba para a Unicamp que no início de 79 era a mesma de 78, sem nenhum reajuste de inflação sofre um corte de 30%. A de 80 vem com um corte de 45%. Os professores e funcionários depois um mês de greve tiveram um aumento salarial bem abaixo da inflação, devido à intransigência e autoritarismo do governo do Estado. Esse ano a proposta governamental de reajuste está bem abaixo da inflação.”(*Jornal do Calouro*, DCE Livre e CAs, 1980, p.10)

O quadro financeiro deplorável apresentado pelo *Jornal do Calouro* no trecho acima transcrito evidencia como o ano de 1980 prometia ser agitado em termos de embate do movimento universitário contra o projeto educacional que estava sendo implementado pelos militares e seus indicados nos estados.

A recepção aos calouros, “Por Ensino Público e Gratuito para todos”, trazia atividades culturais, festivas e esportivas, mas também se preocupava em alertar o calouro para os

problemas que afligiam os estudantes da Unicamp: jubramento, falta de moradia estudantil, inexistência de cursos noturnos e a já citada falta de verbas. O *Jornal do Calouro* ainda trazia um texto sobre a questão das lutas das mulheres por respeito e igualdade de condições e um pequeno histórico das vitórias do ME nos anos anteriores.

A questão das verbas não era preocupação somente das entidades representativas de estudantes, funcionários e docentes. Já se tornara assunto principal do Conselho Diretor, órgão gestor da universidade composto por 24 membros, sendo a grande maioria representantes docentes e diretores de unidades. Além deles, compunham o Conselho seis membros indicados pelo governador do estado e dois estudantes eleitos.

Naquele momento, boa parte dos membros do Conselho Diretor eram docentes participantes dos processos de luta da universidade, colocando-se como opositores da política do governador. A falta de legitimidade política do reitor Plínio Alves de Moraes fazia dele um mero condutor de reuniões. Nesse contexto, não surpreende que o próprio Conselho Diretor tenha encaminhado às unidades o indicativo de realizarem assembléias setoriais em que os problemas financeiros e estruturais deveriam ser debatidos, para formulação de pauta de reivindicações. Na mesma direção, o órgão lança carta repudiando a campanha contra a universidade pública difundida na grande mídia pelo governador Paulo Maluf, o qual defendia a cobrança de mensalidades. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo* de 20/03/1980 (p. 20), o Conselho Diretor se posicionava afirmando que:

“(...) a solução não está em instituir o ensino pago, a qual constitui uma solução míope, individualista e comercial. A verdadeira solução, condizente com os ideais de democracia e progresso dessa nação, está em ampliar e melhorar a educação pública em todos os seus graus.”

O embate é travado também fora da universidade, com a marcação de ato no dia 19 de março, no Centro de Campinas, pela imediata suplementação de verbas.

Segundo *Informativo do DOPS* de 20/03/1980, cerca de 300 pessoas participaram do ato, divulgador de outras bandeiras como a construção da moradia estudantil, o fim da repressão e a defesa da Amazônia. Jornais do MR-8 e da Convergência Socialista são distribuídos. No mesmo dia, reunião com o reitor para tratar da crise financeira não avança no sentido da resolução dos problemas.

As mobilizações continuam e novo ato no centro de Campinas é marcado, para 17 de abril, dessa vez articulado com as entidades secundaristas e da PUCC, e com as entidades representativas das demais universidades estaduais paulistas. O *Dia Estadual de Luta* é marcado pela distribuição de carta aberta ao povo, difundindo as bandeiras do movimento:

“Por mais verbas para a educação! Por melhores salários para os professores e funcionários! Pelo fim das demissões arbitrárias! Contra os aumentos acima de 35% nas escolas pagas! Pelo ensino público e gratuito para todos!” (*Carta aberta ao povo*, 17/04/1980)

Junto à campanha por mais verbas para a educação, alguns estudantes continuam as movimentações pela construção de uma moradia estudantil na Unicamp. A comissão pró-moradia do DCE fora formada no início de 1979 e desde então realizava esforços para melhorar as condições de aluguel de casas para repúblicas estudantis, ao mesmo tempo em que promovia ações de pressão sobre a reitoria para a construção de moradia própria. Sua primeira iniciativa, ainda em 1979, fora a passagem de abaixo-assinado solicitando que a Unicamp, através da Funcamp, fosse fiadora dos imóveis alugados por estudantes para serem repúblicas<sup>97</sup>. Encaminhado à reitoria, o abaixo-assinado foi “sumariamente arquivado e não foram dignos

---

<sup>97</sup> Boletim informativo da comissão pró-moradia do DCE. 20/05/1979.

sequer de uma resposta” (*Jornal do Calouro*, 1980, p.2). Posteriormente, já no segundo semestre de 79, foram realizadas reuniões com o prefeito de Campinas, Lauro Péricles Gonçalves, em que este se compromete a ceder um terreno público para a construção. Entretanto, ele não cumpre a promessa.

Cansados de respostas evasivas e de serem ignorados, os estudantes finalizam o ano de 1979 com um acampamento em frente ao bandeirão, o “Unicamping”, na qual foram montadas cerca de 60 barracas. Pressionado, o reitor aceitou negociar, comprometendo-se com a formação de uma comissão paritária de docentes e estudantes responsável pela formulação de propostas que solucionassem o problema. Segundo o *Jornal do Calouro*, no texto intitulado *Moradia estudantil: uma velha luta* (pp.2-3), levantado o acampamento, o reitor volta atrás do acordo verbal anteriormente acertado.

No início de 1980, logo em março, os estudantes tentam ocupar um barracão do Instituto de Física até então desocupado, não obtendo sucesso<sup>98</sup>. Os estudantes da USP haviam feito a mesma coisa, mas o desfecho havia sido outro, resultando na retomada do Conjunto Residencial da USP (CRUSP), desativado desde 1969. Não há registros de outros atos Pró-Moradia na Unicamp até 1986, quando o Ciclo Básico é ocupado, dando origem à Taba.<sup>99</sup>

Após a realização dessas lutas, o DCE termina o primeiro semestre de 1980 com a conquista de uma sala no Instituto de Química, próxima ao Centro Acadêmico dos Estudantes de Química (CAEQ).

O segundo semestre de 1980 começa da mesma forma que o primeiro, bastante agitado em termos de mobilização estudantil. Com o mesmo discurso da falta de verbas, a reitoria

---

<sup>98</sup> Informativo do DOPS, 20/03/1980.

<sup>99</sup> A Taba foi o nome dado ao movimento que ocupou o Ciclo Básico da Unicamp, em 5 de março de 1986, reivindicando moradia estudantil na universidade e novas formas de conceber a vivência universitária. O movimento

anuncia para o dia 11 de agosto o aumento do preço da refeição e do passe de ônibus, de Cr\$ 12 para Cr\$ 25 e de Cr\$ 1 para Cr\$ 4, respectivamente. Em *Boletim de Intervenção*, lançado no dia 06 de agosto, o grupo *Porta Aberta* pronuncia-se da seguinte forma:

“Já se coloca que os estudantes da Unicamp têm condições para pagar os aumentos. Pode até ser verdade. Mas não é nesse sentido que devemos discutir o assunto e nos posicionarmos. Devemos ter claro que esses aumentos são um passo a mais na perspectiva da implantação do ensino pago em nossa universidade. Esse é o nosso parâmetro. O argumento acima levantado é o mesmo usado pelo sr. Maluf para o fechamento do restaurante da USP. Assim, é no sentido de barrar essa política que devemos nos mobilizar pelo congelamento dos preços do restaurante e do ônibus.” [grifo do texto]

A reação é imediata, com convocação de assembléia dos estudantes para o dia 07 de agosto. Numa reunião de grande participação numérica, os estudantes decidem manter os preços congelados, realizando piquetes caso necessário<sup>100</sup>. A reitoria recua e não aumenta os preços, dando mostras da sua fragilidade política. Os preços se mantêm congelados até 1983.

No mesmo mês, novo embate com a reitoria mobiliza os estudantes. Aproveitando-se da anistia assinada pelo governo Figueiredo, o educador Paulo Freire retorna ao Brasil. Reconhecido em diversos locais do mundo por sua produção no campo educacional, recebe convite para ministrar aulas na Faculdade de Educação da Unicamp, que, inclusive, já havia reservado recursos para a sua contratação. Mesmo com as condições objetivas satisfeitas, a reitoria protela, gerando protestos por parte de segmentos da comunidade universitária. Segundo o *Panfleto do DCE* de 19/08/1980, “a reitoria não efetuou a designação até agora por motivos puramente ideológicos o que, vale ressaltar, é a primeira vez na História da Unicamp.” De acordo com a

---

desocupa o espaço em dezembro de 1988, após assinatura do acordo que deu origem à moradia estudantil, inaugurada em 1990. A história desse movimento ainda está por ser contada.

<sup>100</sup> *Boletim do DCE*. “Decidimos pelo congelamento! Restaurante Cr\$ 12, ônibus Cr\$ 1”. Comissão de imprensa da assembléia. DCE livre. s/n. 11/08/1980. Informativo DOPS n. 71/80, de 08/08/1980.

*Folha de S. Paulo* de 27/08/80, medidas de pressão são realizadas na “Semana pela contratação de Paulo Freire”, com ato público no *campus*<sup>101</sup>.

Essa reivindicação é acrescida às bandeiras levantadas nas atividades preparatórias para a greve nacional da UNE, chamada para o dia 13 de setembro de 1980. Ela é convocada para protestar contra as péssimas condições de ensino nas universidades públicas e contra o ensino pago. Atividades de conscientização estavam sendo puxadas em todas as grandes universidades brasileiras. O sindicato nacional dos docentes do ensino superior (ANDES) realizava naquele instante caravana nacional para debater a autarquização das universidades federais. A contratação de Paulo Freire é efetivada após as mobilizações.

O XXXII Congresso da UNE, o primeiro após o Congresso de Reconstrução, é mais um capítulo nos embates ao regime militar e seus projetos para a universidade. Ocorrido em Piracicaba entre os dias 12 e 14 de outubro, o Congresso reafirma bandeiras como a aplicação de 12% de recursos orçamentários federais em educação e eleições diretas em todos os níveis da direção universitária, bem como a realização de uma greve das universidades privadas para barrar o aumento das mensalidades<sup>102</sup>.

Com todas essas movimentações ocorrendo, num quadro de afirmação das bandeiras dos movimentos sociais da universidade, havia possibilidades reais da comunidade universitária participar do processo de escolha do novo reitor, a ser realizado no ano seguinte. Caberia ao Conselho Diretor definir como seria a consulta à comunidade, já que isso não estava previsto no precário estatuto da Unicamp, emprestado da USP na década de 60. A única regra existente referia-se à formação de uma lista sêxtupla por parte do Conselho Diretor para orientar a escolha do governador.

---

<sup>101</sup> “Ato público na Unicamp”. *Folha de S. Paulo*, 27/08/1980, p.13.

Segundo o ex-diretor da Faculdade de Educação, Eduardo Chaves, no exercício do cargo à época, havia se formado no interior do CD um grupo auto-intitulado “Diretores Democráticos”. Fortemente respaldados por processos eleitorais mais democráticos dos que os usuais na Unicamp, estavam articulados a ponto de pautar e definir os debates no interior do órgão, ocupando o vácuo político existente com a saída de Zeferino Vaz. Segundo ele (1997, p.3):

“Faziam parte do grupo o Prof. Maurício Prates de Campos Filho, da Faculdade de Engenharia (que incluía em uma só as atuais Faculdades de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia Química), e que era reconhecidamente o líder do grupo; o Prof. Carlos Franchi, do Instituto de Estudos de Linguagem; o Prof. André Maria Pompeu Villalobos, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (que então englobava o atual Instituto de Economia); o Prof. Yaro Burian Júnior, do Instituto de Artes (apesar de ser Engenheiro Elétrico); o Prof. Aécio Pereira Chagas, do Instituto de Química; o Prof. Carlos Alfredo Argüello, do Instituto de Física; a Prof. Ayda Ignez Arruda, já falecida, do Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação (que então englobava o atual Instituto de Computação); e eu, da Faculdade de Educação. Ao todo, oito Diretores.”

Tais diretores, junto com os representantes discentes e parte dos representantes docentes, compunham um bloco majoritário no interior do órgão.

É considerando essa conjuntura que o DCE convoca os estudantes para ato em frente à reunião do CD em que seriam votadas duas propostas antagônicas: a ampliação dos mecanismos de jubramento ou o seu fim. Após debate, a portaria é extinta, acabando com o mecanismo responsável pela expulsão de dois mil estudantes da Unicamp após seis anos de aplicação pelas reitorias de Zeferino Vaz e Plínio Alves de Moraes<sup>103</sup>.

---

<sup>102</sup> “Operação Pira ou como o regime em agonia espionou o congresso da UNE”. IN *Revista da ADUSP*. N. 33, Outubro de 2004.

<sup>103</sup> Panfleto DCE *Chegou o fim do jubramento*. 10/11/1980.

Com essa importante vitória, a gestão *Sair Dessa Maré* se encerra e eleições são marcadas para os dias 12, 13 e 14 de novembro. O congresso da UNE também havia marcado as eleições diretas da entidade para a mesma data.

O processo eleitoral para a gestão 1980-81 do DCE é marcado pelo confronto entre a situação, representada pela Chapa *Força Viva*, novamente composta por estudantes da AP, em aliança com o PCB, contra a chapa *Vamos à luta*, congregando PCdoB e MR-8 (HP). Os militantes estudantis da Convergência Socialista (CS) não inscrevem chapa para disputar a eleição, mas lançam carta-programa com a denominação *Mobilização Estudantil*, composta por propostas para diversos problemas dos estudantes e severas críticas à realização da votação naqueles dias. Assinada por cerca de 15 estudantes de diversos cursos, argumentava que:

“No XXXII ConUNE, realizado em Piracicaba, foram marcadas as eleições da próxima diretoria nos dias 12 e 13 de novembro. Apesar de caracterizarmos como um grande erro a realização da eleição nessa época, a decisão não pode ser alterada. O pior é cometê-lo duas vezes. As eleições do DCE estavam marcadas há algum tempo para esses mesmos dias. Porém, dois fatos novos se colocaram. O primeiro, as eleições da UNE, com 5 chapas concorrentes e 5 programas para serem lidos e discutidos pelos estudantes. Juntar com as eleições do DCE e para alguns CAs, isso só pode resultar em muita confusão para os estudantes. E é isso que estamos assistindo. Segundo, a greve nacional dos professores, realizada na semana passada, e que provocou o esvaziamento da Universidade durante 3 dias, pelo menos. Dessa forma, restaria apenas 2 dias para a realização da campanha, onde as chapas concorrentes para o DCE deverão debater com os estudantes as suas propostas e as suas divergências. Eleições realizadas nessas condições favorece apenas o personalismo, desprezando-se as propostas de programas e planos de luta, e a votação dar-se-á em cima de nomes mais ou menos conhecidos. Isso é ridículo e lamentável.” [grifo do texto] (*Mobilização estudantil, Carta-programa*, 1980, p.1)

A carta-programa “paralela” trazia diversos pontos relacionados à conjuntura estudantil: boicote na pré-matrícula para acabar com o jubramento; a luta por mais verbas; a defesa de um

congresso universitário unificado; o fim dos critérios acadêmicos excludentes (como o CR) e o apoio à construção do PT. Declarava-se oposição à nova diretoria do DCE, qualquer que fosse a chapa vencedora.

A chapa *Força Viva*, composta por estudantes da engenharia elétrica, do IFCH, medicina, letras, música, história, ciências sociais, economia, física e química, tinha posição sobre as primeiras gestões do DCE e identificava as tarefas prioritárias que deveria cumprir. Afirmava que:

“Após duas gestões, o DCE ainda é uma entidade em construção, apesar de já termos uma organização mínima e certo respaldo político. Assim, a principal tarefa da próxima gestão será a consolidação das bases políticas (avançar na luta de verbas, integrar os CAs, forçar a reitoria a reconhecer o DCE) e estruturais (finanças, sede, centro de vivência, comissões).” (*Força Viva, Carta-programa*, 1980, p.1)

Contemplava em seu programa questões de organização (realizar um congresso geral da Unicamp, montar as bases financeiras da entidade, organizar uma imprensa efetiva) e reivindicações específicas (a luta por mais verbas, a criação de uma entidade para a pós, o fim do jubileamento, estreitamento de contato com as faculdades isoladas, a composição paritária dos órgãos colegiados), além de opiniões sobre a conjuntura e as lutas políticas (apoio aos movimentos de libertação, defesa da democracia). Também traziam propostas para questões consideradas marginais dentro do ME: as questões de gênero, étnicas (indígena) e de orientação sexual. Segundo a chapa:

“A luta pela democracia não se esgota na derrubada da ditadura ou na igualdade econômica. Vai além, exige a eliminação de todas as formas de autoritarismo. Não importa que algumas digam respeito à sociedade como um todo e outras a certos grupos, as ditas minorias. O combate à opressão não se dá por etapas. Aquele que é hoje oprimido, hoje luta contra a opressão. (...) Nosso papel é entrar em contato com os grupos já

constituídos para que possamos juntos discutir as formas adequadas de se abrir um espaço para essas questões.” (idem, *ibidem*, p.2)

Para as eleições para a UNE, apoiava duas chapas: *Unidade e Voz Ativa*.

A oposição, organizada na chapa *Vamos à Luta*, continha estudantes das engenharias elétrica e de alimentos, história, economia, química, entre outros. Iniciava a carta-programa fazendo a crítica à gestão *Sair Dessa Maré*:

“Infelizmente, a última gestão, Sair Dessa Maré, deixou de estar presente em inúmeras situações concretas de luta, bem como na própria organização de departamentos do DCE.” (*Força Viva, Carta-programa*, 1980, p.1)

Seu programa tinha propostas para os *campi* externos, como a criação de uma secretaria própria em Limeira e em Piracicaba; a necessidade de um veículo de comunicação, o jornal mensal do DCE; os esportes, com a organização da 1ª Calouríada, além de diversas outras iniciativas; a construção de um calendário básico do ME, mensal, com seminários sobre temas gerais e específicos (mulher, ensino, política, índio, mostras de vídeo e de teatro, campanhas, entre outros temas e eventos).

Fazia, também, o debate da necessidade de organizar a pós-graduação, incentivando as Associações de Pós Graduandos (APGs) das unidades. Sobre o jubileamento, a chapa tinha uma proposta bem clara: considerava que o assunto não fora ainda tratado com a firmeza necessária e por isso propunha a realização de uma assembléia sobre o boicote à pré-matrícula, tratado como plebiscito, a fim de pressionar a reitoria para acabar com o expediente.

No plano da política estudantil, a *Vamos à Luta* estava alinhada à chapa *Viração*, tendo como candidato a presidente da UNE Aldo Rebelo.

No plano das lutas gerais, apoiava a convocação da Assembléia Nacional Constituinte Livre, Soberana e Democrática; o fim da Lei de Segurança Nacional; o fim da ditadura militar e a

punição aos terroristas que realizaram o atentado à sede da OAB, no Rio, e à câmara de vereadores desta mesma cidade<sup>104</sup>.

O processo se desenrola com a vitória da chapa *Força Viva*.

Na UNE, vence Aldo Rebelo, da chapa *Viração*. Entretanto, segundo CAVALARI (1987), observa-se uma diminuição significativa da participação estudantil na eleição, reduzindo o número de votantes de 38% no ano anterior para 27% em 1980. O que explicaria essa diminuição?

MENEGOZZO (2006) aponta para o encerramento de um ciclo no ME brasileiro, iniciado em 1977, com as manifestações de rua por mais verbas na educação e pelas liberdades democráticas, cujos últimos lampejos se dão com as greves nacionais puxadas pela UNE em 1980 e 1981. A fragmentariedade identitária e espacial aludida por RIBEIRO NETO (1985), somada às mudanças no perfil dos estudantes e das instituições de ensino superior citadas por MARTINS FILHO (1998), fornecem elementos que ajudam a compreender tal resultado. Faltam trabalhos acadêmicos que se detenham nessa questão.

Dessa forma, o ME brasileiro encerra as atividades do ano de 1980.

O ano de 1981 seria marcado pela reorganização das forças políticas, agrupados em novos partidos e movimentos sociais. Em substituição ao bipartidarismo de ARENA e MDB, surgem diversas agremiações. Segundo GERMANO (1993: 220):

“Enquanto as hostes situacionistas se reagruparam em torno de um único partido – o PDS – os opositores ao Regime se dividiram à esquerda e à direita a partir de 1980. À esquerda, surgiram o PT – diretamente vinculado ao movimento sindical do ABC paulista, cujo principal líder era um trabalhador metalúrgico, Luís Inácio Lula da Silva – e o PDT, sob a liderança do ex-governador gaúcho Leonel Brizola, que tinha a pretensão de ser o

---

<sup>104</sup> Em finais da década de 70, com a perda de poder dos militares “linha dura”, diversos atentados realizados por grupos de direita matam políticos e civis, chamando a atenção da população para setores de extrema-direita contrários à abertura democrática, mesmo a controlada pelo governo, “lenta, gradual e segura.”

continuador do trabalhismo populista de Vargas e Goulart. À direita se organizaram o PP – reunindo os setores conservadores e burgueses do MDB, entre os quais Tancredo Neves – e o PTB, agrupando uma parte do antigo trabalhismo, além de correntes janguistas e lacerdistas, tendo à frente a deputada Ivete Vargas. Pouco tempo depois, o PP se incorporou ao PMDB, que continuou sendo uma frente heterogênea, pois abrigava também uma parte da esquerda clandestina (MR-8, PCB e PCdoB), enquanto o PTB se transformou numa sigla de aluguel, fazendo, freqüentemente, o jogo do governo.”

No âmbito dos movimentos sociais populares, as oposições sindicais começam a ganhar espaço, derrotando os grupos alinhados à ditadura; é feita a tentativa de se fundar uma central sindical unificada, com a realização do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CoNCLAT). Dissensos dentre as lideranças postergam a intenção, que se efetivaria com a criação da CUT em 1983.

Nas cidades, diversas associações de bairro fazem a luta por melhores condições de vida. “Novos personagens entram em cena”, conforme relata SADER (1988).

Essa efervescência política tem seus capítulos na Unicamp. Avançava-se em sua democratização interna, na organização das lutas contra a ditadura e pela suplementação orçamentária para as universidades estaduais. Tais movimentações darão respaldo para o maior embate realizado na universidade desde sua fundação: a resistência à intervenção capitaneada pelo governador Paulo Maluf, desrespeitando um princípio almejado desde a década de 60: autonomia universitária. Tal momento será relatado nos itens seguintes.

### III. 3 – Gestão *Força Viva* (de nov/80 a out/81)

- Chapa *Força Viva*

Percival (medicina)
Cícero (física)
Sérgio M.
Cássio (medicina)
Nelson Rui (Química)
Martini (Eng. elétrica)
Jonas (IFCH)

- Chapa *Vamos à luta*

Daniel (Engenharia)
Denise (Economia)
Flávio (Estatística)
Rafael (História)
Hugo (Pós – política)
Chico (Eng. Civil – Limeira)
Viotto (Eng. de Alimentos)
Bidú (Química)
Maurício (Engenharia)
Renato (Ciências Sociais)

- Chapa *Mobilização estudantil* – não inscreveu chapa, mas lançou carta programa.

Toninho (pós Física)
Flávio (Biologia)
Quito (Mecânica)
Paquito (Eng. de Alimentos)
Adriano (Civil)
Beto (Física)
Sandra (Alimentos)
Carmem (Computação)
Lúcia (Eng. Agrícola)
Élcio (Eng. Elétrica)
Márcia (Eng. de Alimentos)
Roberto (Economia)
Carlos Eduardo (Eng. de Alimentos)
João (Eng. Mecânica)
Márcia (História)

“Companheiro, você realmente não escolheu o melhor ano para entrar na faculdade: o ano de 1981 promete ser um dos mais difíceis para o ensino e a universidade. A porcentagem de orçamento federal destinado à educação é a menor de que se já ouviu falar; se a situação continuar desse jeito, as poucas universidades públicas que restam estarão com os dias contados.” (*Amigo*, jornal do DCE aos calouros. s/d. 1981)

A situação econômica da Unicamp no início do ano de 1981 apresenta-se da mesma forma que iniciara no ano anterior: as verbas orçamentárias disponibilizadas pelo governo estadual eram insuficientes para manter a universidade funcionando. Conforme *Boletim do DCE* de 02/10/1980, o orçamento previsto para a Unicamp no ano de 1981 era menor do que o empenhado em 1980. Passara de Cr\$ 3,2 bi para Cr\$ 3 bi. A reitoria solicitara uma verba de Cr\$ 3,6 bi. A crise econômica atingia todo o país. Segundo SKIDMORE (1988: 448):

“O ano de 1981 acabou sendo dedicado a uma espécie de tomada de contas. Pela primeira vez desde 1942 o PIB brasileiro acusava declínio, de 1,6 por cento. Para piorar a situação, com a alta taxa de crescimento demográfico do país, o PIB per capita de 1981 chegou a 4,3 por cento negativo. O único setor bem-sucedido foi a agricultura, com um crescimento de 6,4 por cento. Os outros setores sofreram queda: a indústria 5,5 por cento; o comércio, 2,8 por cento; e transporte e comunicação, 0,2 por cento.”

O quadro de crise financeira da Unicamp é anunciado pelo DCE no material de recepção aos calouros, conforme trecho transcrito acima. A situação leva ao chamamento, pelas entidades de representação dos segmentos universitários, de um ato público no centro de Campinas, logo no início do ano letivo, em 24 de março.

É reivindicada uma suplementação orçamentária de Cr\$ 2,3 bilhões, baseado no estudo realizado pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) do Conselho Diretor da universidade. O chamado era claro: “estamos diante de uma situação crítica na Unicamp: só temos verba para meio ano de funcionamento normal” (*Boletim do DCE*, 02/10/1980).

O ato é antecedido por encaminhamento do CD para que unidades realizassem assembléias setoriais para levantar pauta de reivindicações a serem apresentadas ao governador<sup>105</sup>.

Além do pedido por mais verbas, outras reivindicações foram pautadas, como a revogação da portaria que proibia a contratação de professores e funcionários, eleições diretas para reitor e cargos diretivos, participação de 1/5 de estudantes nos órgãos colegiados, constituinte livre, soberana e democrática, entre outras. Mais do que questões relacionadas somente à universidade, havia por parte do movimento universitário a tentativa de transpôr os limites da Unicamp e dialogar com a população. O panfleto distribuído era direto:

“É chegada a hora de dizermos que, com os salários aviltados, os funcionários da educação e da saúde não têm condições de produzir mais. E dizer ainda mais: é preciso que as verbas da Universidade e de Educação de 1º e 2º graus sejam ampliados para que haja condições de colocar todo o sistema de Educação ao serviço do povo. Por uma Universidade a serviço do povo! Por mais verbas para a educação em todos os níveis! Pelo Ensino Público e gratuito.” (Panfleto conjunto DCE, ASSUC, ADUnicamp. 24/03/1981)

A concentração foi pequena em termos numéricos (cerca de 100 pessoas). No mesmo dia, horas antes, estudantes dirigiram-se a São Paulo para entregar ofício ao governador com pedido de ampliação de verbas para a educação pública. Todas essas movimentações foram acompanhadas de perto pelos agentes do DOPS, conforme relato dos informativos produzidos pelo órgão<sup>106</sup>.

Baseada em proposta de campanha, a gestão *Força Viva* tem sua dinâmica de trabalho tocada pelas comissões abertas de estudantes: cultural, de ensino, entre outras, promovendo

---

<sup>105</sup> *Boletim do DCE*. s/n. 23/03/1981. “Todos às assembléias setoriais!”

<sup>106</sup> Informativo DOPS nº 225/81; nº 23/81; nº 143, 24/03/1981.

debates e festas, muitas delas em conjunto com a PUCC. Estabelece uma política de financiamento para o DCE, através do xerox da entidade e da campanha de filiação.

Outra promessa de campanha, a luta pelo reconhecimento formal do DCE por parte da reitoria, é encaminhada através da representação discente no Conselho Diretor, sendo acatada pelo reitor através de portaria GR 66/81, de 01 de setembro. A partir de sua publicação, o DCE abandonaria o termo “livre”, já que passaria a estar vinculado de alguma forma à burocracia universitária.

Uma importante vitória política é obtida pelos estudantes com o reconhecimento formal da entidade: as eleições discentes para o Conselho Diretor seriam vinculadas às eleições do DCE, além de garantir a obrigatoriedade dos eleitos para a representação no órgão colegiado em participar e acatar as deliberações dos fóruns do ME.

Segundo o estatuto aprovado, em seus artigos 25 e 26:

“Artigo 25: A representação do DCE nos órgãos colegiados superiores da Unicamp é eleita diretamente em chapa, conjuntamente com a coordenação e nos mesmos moldes que esta (...). Artigo 26: compete à representação do DCE nos órgãos colegiados superiores da Unicamp: a) estar presente e representar o DCE-Unicamp em todas as reuniões, dos órgãos colegiados superiores da Unicamp, informando os estudantes dos assuntos ali tratados, suas decisões e as posições defendidas pelo DCE; b) submeter-se a todas as decisões do DCE tomadas nas instâncias de deliberação da entidade.” (Estatuto do DCE, 01/09/1981, pp.7-8.)

Além disso, o reconhecimento oficial permitia ao DCE o acesso à estrutura da universidade: sede, funcionários, serviços postais, entre outros.

O debate sobre o reconhecimento do DCE pela Unicamp era polêmica no interior do movimento, pois setores defendiam a máxima independência da entidade em relação à reitoria,

mantendo a separação como era até então. Os maiores defensores dessa idéia eram os trotskistas do antigo *Porta Aberta*, naquele momento agrupados no *Mobilização Estudantil*.

Em oposição a eles, estavam a atual gestão do DCE e diversos CAs, que defendiam que o reconhecimento ao DCE pela reitoria era uma forma de conquistar espaço político, com as eleições discentes para os órgãos colegiados e estrutura física e financeira. Após debate realizado em Conselhos de CAs e assembléias, finalmente a questão é superada, com a aprovação do novo estatuto pelo Conselho Diretor.

A correlação de forças no Conselho Diretor mostrava-se favorável a um aprofundamento da democracia interna na universidade. Muitos dos mecanismos que surpreendentemente estavam sendo instaurados eram reivindicações antigas de setores da comunidade universitária, como as eleições diretas para reitor e a ampliação da representação discente no CD para 1/5 dos membros (passando de 2 para 7 membros).

Reunião do Conselho Diretor realizada no dia 16/06/1981 decide por consultar a comunidade de forma paritária, através de escrutínio organizado pelas entidades representativas (ASSUC, DCE e ADUnicamp), para definir quem seria o novo reitor da universidade para o período de 1982-86. Além disso, aprova-se a ampliação do número de discentes no órgão para 1/5 do total de membros, além de descentralizar o curso de EPB (Estudos dos Problemas Brasileiros), antiga reclamação dos estudantes, para as unidades, permitindo sua reformulação e adequação às realidades de cada curso.

Tais mudanças eram sinal de que a Unicamp passava por um processo de reconfiguração política no sentido de uma maior distribuição de poder, criando legislação informal para questões até então sob responsabilidade restrita do reitor. Segundo DIAS (1982:138):

“Nas unidades se acelerou o processo de democratização. Na faculdade de engenharia se constituiu uma assembléia paritária de professores, funcionários e alunos.

No instituto de filosofia e ciências humanas, no instituto de estudos da linguagem e em outras unidades, colegiados se constituíram independentemente do que rezava o estatuto. Era o processo vivo da descoberta da democracia no interior da Universidade. Era a universidade real se constituindo independentemente da Universidade formal. Desde a sua fundação, a universidade, por estratégia do poder da reitoria, sempre abandonara os formalismos burocráticos.”

A gestão *Força Viva* se encerra no final de setembro de 1981, divulgando suas realizações:“(...) deixamos o DCE melhor do que encontramos” (*Avaliação da gestão Força Viva*, 1980, p.2). Entre os feitos, a publicação de dois impressos de grande circulação, o fim do jubileamento, a ida do EPB para as unidades, a participação estudantil nas eleições para diretor na FEA, no IB e no IFCH, a realização do debate do ME geral na Unicamp, bem como o reconhecimento institucional ao DCE.

É provável que a gestão *Força Viva* havia avançado consideravelmente com relação às anteriores no que tange às conquistas relacionadas ao ensino na universidade. No entanto, elas se dão por meio de negociações políticas realizadas nos órgãos colegiados e não por mobilizações estudantis participativas. No âmbito da organização das entidades, pouco se avançou.

O ME brasileiro dá mostras de desgaste. A greve nacional puxada pela UNE em abril é frágil, com pouca participação. Em Campinas, os estudantes da Unicamp e da PUCC optam por não participar, por perceberem pouca capacidade de paralisação geral das universidades. Na Unicamp, somente os estudantes do IFCH paralisam as atividades<sup>107</sup>.

As eleições para o DCE de 1981-82 ocorrem nos dias 07 e 08 de outubro, junto com as eleições para a UEE, tendo duas chapas na disputa. A AP, dessa vez em aliança com o PCB,

---

<sup>107</sup> Campinas não quer apoiar a greve da UNE. *O Estado de São Paulo*, 03/04/1981, p.12.

monta a chapa *Unidade e Ação*. PCdoB (*Viração*) e MR-8 lançam a chapa *Abril*. Ambas as chapas possuíam militantes independentes das correntes.

As chapas divergiam significativamente sobre o momento pelo qual passava o ME da Unicamp. *Unidade e ação* via um processo de fortalecimento. No entanto, diversas ações deveriam ser tomadas para ampliar as lutas e forjar novas vitórias. No que tange às verbas, considerava que:

“(...) devemos nos unir aos professores, funcionários, diretores e fazer o orçamento da Unicamp e exigir a suplementação de verbas necessária. E o novo reitor deve se comprometer radicalmente com essa luta.” (*Carta programa Unidade e Ação*, 1981, p.2)

Criticava o total descaso com o ensino na Unicamp, defendendo que a avaliação do rendimento docente nas aulas ministradas na graduação fosse critério para a promoção para cargos superiores, como ocorria na Faculdade de Engenharia Civil.

Na leitura da conjuntura política, saudava o I Congresso das Classes Trabalhadoras (ConClaT), embrião da Central Única dos Trabalhadores; para as eleições de 1982, anunciava o apoio a candidatos que defendessem em seus programas a universidade pública, autônoma, nacional e democrática. Ao mesmo tempo, apontava a necessidade de uma ampla frente de movimentos democráticos nas eleições, posicionando-se favoravelmente a candidatos unitários das oposições nos pleitos majoritários.

A chapa de oposição *Abril* colocava-se como

“Oposição à forma autoritária, restrita e cupulista pela qual escolhe e determina, em nome dos estudantes, aquilo que mais lhe convém. São seguidos anos de gestão que só provam isso! A coletividade dos estudantes é apenas consultada, não participa dos processos de elaboração.” (*Carta-programa Abril*, 1981, p.1)

Defendia a realização de um congresso de estudantes em abril do ano seguinte para a construção coletiva das bandeiras e defendia que a eleição de nova diretoria ocorresse a partir disso. Por isso, o nome *Abril*. Não possuía chapas para o Conselho Diretor e a Câmara Curricular, indicando o voto na outra chapa, por entender que os membros de *Unidade e Ação* eram mais experientes e qualificados para a função.

Menos propositiva nas questões específicas da universidade, a chapa centrava sua crítica no esvaziamento do movimento em virtude do tipo de condução política feito pela direção da entidade. Mesmo as vitórias eram questionadas. Ao se referir à conquista de 1/5 no CD e na consulta direta e paritária à comunidade para a escolha do novo reitor, afirmava que:

“(...) poucos colegas se envolveram nestas conquistas que, afinal, em que se pese seus significados extremamente positivos, foram alcançados pura e simplesmente pelos representantes do CD, que da parte da diretoria do DCE não puderam contar nem mesmo com a promoção de discussões e mobilizações amplas da comunidade universitária, tarefa tal, obrigação mínima de uma diretoria que se diz representativa dos estudantes.” (idem, ibidem, p.2)

*Unidade e Ação* vence o pleito. A posse é logo em outubro e imediatamente estoura a intervenção governamental na universidade. Segundo GOMES (2006, in *Jornal da Unicamp*, edição 326, p.6), a chamada intervenção é o clímax de um processo de disputa política na Unicamp, aligeirada desde a posse do reitor Plínio Alves de Moraes. A consolidação política dos chamados “diretores democráticos”, ocupantes de postos-chave no CD, como as presidências da Comissão de Leis e Normas (CLN) e de Orçamento e Patrimônio (COP), favorece a adoção de medidas até então impensadas, como a abertura da “caixa preta” da universidade. Segundo GOMES (idem, ibidem, pp.6-7):

“A ‘caixa preta’ era uma metáfora para ao menos três questões de administração interna consideradas intocáveis. A primeira questão se referia às aquisições bibliográficas

internacionais, as quais requeriam vultoso investimento em dólares e não eram feitas diretamente junto às editoras de publicações acadêmicas, mas sim através de uma empresa intermediária. A oposição colocava no mesmo plano de discussão o eterno contrato que a universidade mantinha com a empresa de transportes de propriedade dos Chedid, a Ensatur, com sede em Águas de Lindóia, cujo pagamento nem passava pela Unicamp: era feito diretamente na Secretaria da Fazenda. O grupo tinha planos de impugnar também o contrato de compra de equipamentos hospitalares firmado com o consórcio Hospitalia, liderado pela Siemens, em termos considerados inaceitáveis. Além desses, os olhos da nova Comissão de Orçamento e Patrimônio se voltavam para as compras de víveres destinados aos dois restaurantes universitários e para um festival de gratificações de mérito, de efeito retroativo, com que a reitoria planejava engordar os salários de funcionários administrativos de confiança. Sob influência do grupo rebelde, o Conselho desautorizou o benefício numa sessão eletrizada pela presença maciça, no costado das cadeiras dos conselheiros, de centenas de funcionários interessados. Semanas depois, o grupo tornou-se definitivamente incômodo quando levou o Conselho a negar o pagamento de uma complementação para a bolsa dos médicos residentes da Faculdade de Ciências Médicas, por julgar que esta era uma obrigação do governo do Estado, deixando furioso o diretor da faculdade, José Pinotti.”

Nesse mesmo contexto dá-se a aprovação, em reunião realizada no dia 16 de junho, da realização de um processo de consulta à comunidade para a escolha do novo reitor. A onda democratizante na sociedade brasileira (que já levantava a bandeira das eleições diretas para os cargos majoritários) se manifestava também na Unicamp. A partir de então uma série de debates sobre a gestão da Unicamp tomam conta do ambiente universitário, sob a forma de impressos e através de acalourados debates no restaurante II (DIAS, 1982).

Pouco antes da realização da consulta, o reitor exonera oito diretores identificados com as medidas de embate à política da administração central. Cinco deles eram candidatos a reitor. A justificativa para o ato era o não cumprimento de requisito para o exercício do cargo de diretor, cuja lei previa a titulação de professor titular concursado. Segundo GOMES, no já citado jornal

da Unicamp, o recurso a uma burocracia nunca antes utilizada na Unicamp era uma sinalização ao governador Paulo Maluf – ferrenho crítico da universidade pública – de que a Unicamp teria uma reitoria pouco afeita a embates com o governo do Estado; também tinha como consequência, a manutenção da condução política e administrativa da universidade nas mãos do grupo montado por Zeferino<sup>108</sup>, segundo CHAVES (1997), responsável pela gestão dos contratos que compunham a chamada “caixa preta”.

A “intervenção” detona um grande movimento de resistência na universidade, bem no início da gestão *Unidade e Ação*.

---

<sup>108</sup>O vice-reitor Paulo Gomes Romeo; o procurador geral Pêrsio Furquim Rebouças; Zuhair Warwar, coordenador da Administração Geral.

### **III. 4 –Gestão *Unidade e Ação* (de out/81 a out/82).**

#### ▪ Chapa *Unidade e ação*

Martini (Eng. Elétrica)	CD (titulares)	CD (suplentes)	CC (tit. e sup.)
Daniel (Eng. Elétrica)	Cláudio (IMECC)	Sérgio Muhlen (Eng)	Percival (IEL)
Jonas (IFCH)	Sandra (Betê) (FE)	Maurício Tonsig (Eng)	Durval (Pon-Pon)
Nelson Rui (Química)	Guilherme (FEAA)	Joyce (IQ)	Kiko (Barba) (Eng)
Bidú (Química)	Marta (Pós FEC)	Taniza (Pós)	Marina (FE)
Shingi (Odonto)	Zacarias (FEC)	Rubens Pimentel (Odonto)	Kátia (IFCH)
Gandolfo (IMECC)	Vagner (IQ)	Mauro Marton (Eng)	Comissão de EPB (titular)
Casemiro (Medicina)		Takeo (IQ)	Cássio (medicina)
Márcia (Eng. Agrícola)			Silvana (FEAA)
Jorge (História)			Marcelo (FEAA)

#### ▪ Chapa *Abril*

Izaque (Química 79)
Célio (História 79)
Zé Carlos (Eng. Agrícola 81)
Elza (Ciências Sociais 80)
Paulo (Estatística 81)
Mirza (História 80)
Zé Adolfo (Alemão) (Física 79)
Inês (Pedagogia 80)
Reinaldo (Tecnologia 79)
Ana Maria (Ciências Sociais 81)
Mário (Eng. Mecânica 81)
Carlos (Tecnologia 79)

Como apresentado acima, a gestão *Unidade e Ação* assume a coordenação do DCE praticamente no mesmo momento em que se dá a “intervenção” governamental na Unicamp. E já está carregada de responsabilidades, como organizar o processo de consulta à comunidade para a escolha do novo reitor, a ser realizado nos dias 20, 21 e 22 de outubro. Junto com a ADUnicamp e a ASSUC – que se retira da comissão às vésperas do escrutínio por divergências nos encaminhamentos –, monta uma comissão pró-consulta, responsável por marcar e coordenar os debates, além de viabilizar a logística da votação (locais das urnas, cédulas, apuração etc.) (ADUnicamp, 1991, p.56). Dezesete candidatos<sup>109</sup> se inscrevem para disputar o pleito. A comissão estabelece que cada membro da comunidade votaria em até seis nomes, orientando a formação da lista sêxtupla a ser definida pelo Conselho Diretor. Segundo CHAVES (1997: 05):

“Esperavam os Diretores e as Representações Docente e Discente que a lista sêxtupla a ser enviada ao Governador não lhe deixasse escolha: todos os seis nomes escolhidos pela comunidade e referendados pelo Conselho deveriam ser de professores afinados com o grupo considerado democrático.”

Nomes identificados com as mudanças na universidade e no país são lançados: Carlos Franchi (IEL), Eduardo Chaves (FE), Hermano Tavares (FEEC), Yaro Burian (IA), Mauricio Prates (FEE), o recém-contratado Paulo Freire (FE), entre outros. Inúmeros debates, publicações e cartas-programa movimentam a Unicamp. Essa atmosfera de mudança não é acompanhada passivamente pela reitoria. Conforme apontado no fim do tópico anterior, algumas ações são

---

<sup>109</sup> “Já na primeira semana de inscrição apresentaram-se 17 candidatos, entre os quais Prates, Chaves, Franchi e, surpreendendo a todos, Paulo Freire, logo transformado em símbolo moral do movimento de contestação. O grupo dos candidatos chamados “progressistas” contava ainda com o filósofo Antonio Muniz de Rezende, o físico Carlos Argüello e os engenheiros de eletrônica José Ellis Ripper, Hermano Tavares e Yaro Burian. Seis outros postulantes eram considerados conservadores: o engenheiro civil Morency Arouca, o físico Rogério Cerqueira Leite, o cirurgião-dentista Antonio Carlos Neder, o ginecologista José Aristodemo Pinotti e os engenheiros de eletrônica Atílio José Giarola e Hélio Drago Romano. O economista e advogado Jorge Miglioli e o engenheiro agrônomo Roberto Moretti eram tidos como ‘independentes’”. (GOMES, In *Jornal da Unicamp*, edição 329, de 3 a 16 de julho de 2006, pp.6-7).

tomadas no sentido de barrar o avanço das forças contestadoras da estrutura universitária, do seu grupo dirigente e da própria ditadura militar.

Os fatos narrados a seguir são descritos detalhadamente no artigo de DIAS (1982), intitulado *Notas para uma história da crise da Unicamp*<sup>110</sup>. No mês da consulta à comunidade (outubro), a reitoria encaminha uma ofício consultando o Conselho Estadual de Educação (CEE) sobre a legalidade do processo eleitoral. No dia 13 de outubro, o Conselho, presidido pelo secretário de Educação Luís Ferreira Martins, não só se pronuncia contra a realização da consulta como indica a exoneração de oito diretores de unidade eleitos pelas respectivas comunidades. No mesmo mês de outubro, sucedem-se inúmeros acontecimentos capitaneados pelo poder estatal e pelo reitor: no dia 10, a substituição de seis membros do CD sob responsabilidade do governo, indicando para as vagas o secretário da educação e outros cinco membros do CEE; no dia 13, demissão de 14 funcionários, sendo 12 deles diretores da ASSUC, lideranças de uma greve salarial de quinze dias recém-encerrada.

A reação da comunidade é imediata: no dia 17, é montada a Comissão de Defesa da Universidade (CDU), composta paritariamente por membros das entidades e de todos os segmentos. Ela é responsável por conduzir as ações do movimento, garantindo unidade das iniciativas (ADUnicamp, 1991, pp.58-9).

No dia 19, assembléia unificada determina o estado de “mobilização permanente”, em que atividades acadêmicas normais seriam suspensas nos momentos em que houvesse algum ato de resistência à intervenção. São montadas comissões de trabalho (de limpeza, do restaurante, jurídica, financeira, entre outras) para garantir o bom andamento do movimento. São inúmeros os momentos em que a comunidade pára as aulas para repudiar a intervenção. A recepção aos

---

<sup>110</sup> Revista *Educação e Sociedade*; n. 11, jan / 1982, pp.136-66.

“interventores”, professores indicados pelo reitor Plínio para substituírem os diretores exonerados, é marcante: no IFCH, o escolhido é recebido com um corredor polonês, faixas e gritos de repúdio; no IMECC, o interventor Frederico Pimentel Gomes, amedrontado pelo grande número de pessoas que o esperavam, corre em busca da reitoria. Perseguido pela multidão, acaba dando uma volta completa no Ciclo Básico. Como não conhecia o *campus*, acaba voltando ao início do trajeto, numa situação bastante cômica (op. cit., pp. 56-7). Na Faculdade de Educação, o interventor foi ignorado pelos professores que realizavam reunião interdepartamental. A sala da direção estava trancada. Restou a ele dar meia volta e retornar à sua universidade de origem, para nunca mais voltar (idem, *ibidem*: 54).

Atos públicos de protesto são realizados na Unicamp e no Centro de Campinas: no dia 21, concentração estudantil em frente à reitoria congrega 2 mil estudantes; no mesmo dia, à tarde, passeata no centro de Campinas com 4 mil participantes e carta aberta distribuída à população divulgando as bandeiras do movimento: “Abaixo a intervenção! Pela volta de nossos diretores destituídos! Pela readmissão dos funcionários demitidos!”<sup>111</sup>.

Ao final da primeira semana de funcionamento, a CDU percebe dificuldades de se configurar como coordenação política do movimento. Segundo o *Boletim Interno do CDU*, datado de 27/10/1981:

“Outro problema que a CDU tem enfrentado é a participação apenas esporádica em suas reuniões dos representantes das diretorias das entidades. Em duas reuniões diárias, a CDU tem conseguido: agilizar a circulação de informações entre as unidades; uniformizar sugestões de pauta para as assembléias setoriais; recolher e substanciar as discussões e deliberações destas assembléias, tentando orientá-las produtivamente para as assembléias gerais; manter o controle, ainda que parcial, da divulgação interna de informações sobre o movimento como um todo; opinar sobre algumas das iniciativas públicas internas e externas do movimento. A CDU não tem sido, entretanto, um órgão de

---

<sup>111</sup> *Carta aberta à população campineira. s/d. s/a.*

discussão das questões centrais do nosso movimento por parte dos representantes das entidades, que não se integraram ao conjunto dos seus membros. Julgam seus membros que tal situação foi gerada e está sendo alimentada pela multiplicidade de centros de decisão internos ao movimento. Tais centros refletem, basicamente, as condições políticas e os interesses específicos das categorias, unidades e, mesmo de grupos particulares que conseguem autonomizar suas posições, independentemente de uma coordenação política mais ampla.”

Tal manifestação dá mostras das dificuldades existentes para coordenar movimento de tamanha magnitude – composto por multiplicidade de posições e métodos empregados para fazê-lo bem sucedido. Mesmo com esses problemas, o movimento continua forte e crescente.

A consulta à comunidade ocorre com expressiva votação. O resultado reafirma a popularidade dos “diretores democráticos”. O resultado final apontava a formação de uma lista sêxtupla tendo Paulo Freire como o mais votado (6.734 votos), seguido por Mauricio Prates (6.273 votos), Carlos Franchi (5.407 votos), Rogério Cezar de Cerqueira Leite (5.118 votos), Yaro Burian Jr. (4.794 votos) e Eduardo Chaves (4.567 votos) (ADUnicamp, 1991: 66).

No dia 29, novo ato, dessa vez no paço municipal, conta com 2 mil pessoas e a visita de Luis Inácio Lula da Silva, um dos expoentes da esquerda brasileira. Novo documento é distribuído à população, defendendo, além das bandeiras divulgadas no panfleto anterior, a posse de mais cinco estudantes no CD, chegando a 1/5 dos membros<sup>112</sup>. Mesmo aprovado no CD de 16/06, a reitoria evitava implementar a medida, alegando problemas burocráticos, de responsabilidade do CEE. A “intervenção” é divulgada e rechaçada em diversos veículos de circulação nacional.

No dia 30, um reitor pressionado recebe comissão da comunidade para negociar. Sua proposta é que as unidades indicassem em nove dias uma lista tríplice ou sêxtupla de professores

---

<sup>112</sup> Panfleto DCE. Querem acabar com a Unicamp, mas Campinas não vai deixar. 29/10/1981.

livre-docentes para serem apreciados por ele e indicados para a direção das unidades. O movimento rejeita a proposta, mas o colegiado do IFCH encaminha a saída institucional, cindindo o movimento (idem, ibidem: 69). O economista Carlos Lessa é indicado pelo grupo de economistas do instituto, composto por Paulo Renato Souza, Osmar Marchese, Ferdinando Figueiredo, Maria da Conceição Tavares, Luciano Coutinho, entre outros, à revelia de boa parte da própria comunidade ifchiana. Segundo o *Jornal Cogumelo* (n.11, ano 3, abril/1983), instrumento de comunicação do CACH, os alunos do IFCH, inconformados com a saída adotada, montam peça de teatro com o seguinte bordão: “Vai nessa? Vai Lessa? Ora essa! Que coisa é essa? Sai Dessa!”.

O embate arrasta-se até fevereiro, mais precisamente até o dia 19, véspera de carnaval, quando o reitor convoca o Conselho Diretor para a escolha de seu sucessor. Articulações feitas por grupos de docentes por fora dos espaços das entidades, ainda resistentes, indicam um nome que seria aceito pelo governador Paulo Maluf: o ex-diretor da Faculdade de Ciências Médicas, José Aristodemo Pinotti, somente o 11º na votação da comunidade. O médico é o primeiro da lista sêxtupla elaborada pelo Conselho; no dia seguinte, o governador Maluf referenda a indicação pelo Diário Oficial. A “solução Pinotti” deixou fraturas no movimento docente, já que alguns professores se sentiram traídos por parte dos colegas. Para aqueles que viabilizaram o “acordo”, não havia outra solução; para outros, foi a pior saída, já que a queda de braço com o governador fora perdida, evitando que um representante da comunidade universitária fosse reitor. Na visão dos “traídos”, a resistência deveria ter continuado até que uma solução fosse negociada pelo movimento (idem, ibidem: 74-8).

São pouquíssimos os documentos disponíveis comentando a participação estudantil no processo da intervenção. É sabido que os estudantes tiveram significativa participação numérica

no movimento; o DCE esteve nas comissões de negociação e os dois representantes discentes no CD votaram contra o “acordão” efetivado por fora do movimento. Entretanto, faltam elementos para uma análise política da atuação. “Batata” comenta de forma geral a linha política adotada pela gestão no movimento, com posições que vão ao encontro das críticas feitas pela opositorista *Abril*:

“Aí 81/82 assume o DCE, quer dizer, o pessoal da *Refazendo* vai se fisiologizando, esvaziando o movimento estudantil, esvaziando tudo... eles nem um discurso político para dizer... eles fazem uma política mais do interior do Conselho Diretor e menos de mobilização estudantil, a eleição acontece ali, durante as mobilizações, eles não conseguiram capitalizar nada, a chapa de oposição a eles era mais inexpressiva ainda, era PCdoB, saco de gatos infernal... E o que vai acontecer é que eles esvaziam a entidade. E com a ascensão do Pinotti eles se atrelam à transa do Pinotti, uma fisiologia pura.<sup>113</sup>”

Por sua vez, a chapa *Phoenix*, vencedora da eleição seguinte para a coordenação da entidade (1982-83), analisava a ação das vanguardas estudantis de forma também crítica:

“A intervenção foi, também, um processo de aprendizagem, de resistência. Resistimos, lavamos banheiros, trabalhamos nos restaurantes, expulsamos interventores. Mostramos o que somos capazes quando unidos. Mas enquanto lutávamos contra a intervenção, alguns lutavam entre si para ‘dirigir’ nosso movimento, privilegiando seus próprios interesses. Assim as informações, discussões e decisões ficaram restritas àqueles que se diziam nossos representantes; e nós, representados, sem saber exatamente o que aconteceria, ficamos no meio do caminho...”

Na falta de documentos de avaliação da própria gestão *Unidade e Ação*, fica prejudicado o debate entre as posições.

---

<sup>113</sup> Em entrevista concedida a Mirza Pellicciotta para o projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro AEL/Unicamp. 1985. p.19.

Reportagem da *Folha de S. Paulo* de 20/04/1982 retrata a posse de José Aristodemo Pinotti, realizada no dia 19 de abril de 1982. Segundo o texto, o novo reitor assume o cargo sob gritos e vaias de protesto, verbalizados por cerca de duzentos estudantes num total de mil pessoas, em solenidade organizada no Centro de Convivência Cultural de Campinas<sup>114</sup>.

José Aristodemo Pinotti encontra uma universidade em crise financeira, com obras atrasadas, carência de professores e funcionários; e sob a desconfiança de grande parte da comunidade universitária, já que fora escolhido por um governador biônico que intervira na universidade e por um Conselho Diretor totalmente descaracterizado, sem os membros eleitos por ela. Passada a intervenção governamental, uma palavra de ordem é bastante repetida, principalmente entre os docentes: institucionalização (ADUnicamp, 1991, pp.85-95). Entendiam que a falta de regras claras na Unicamp havia permitido o processo sofrido entre outubro de 1981 e fevereiro de 1982. A ADUnicamp encabeça o processo de institucionalização, realizando três seminários sobre o tema, entre 1982 a 1984, subsidiando os debates e as propostas aprovadas durante a gestão Pinotti.

Pouco antes da troca de reitor, entre 17 e 28 de março, os docentes realizam greve solicitando reajuste de 140%. Sem ganhos consideráveis, prenuncia um ciclo de movimentações salariais que perpassa toda a década de 80 (ADUnicamp, 1991).

Com a universidade sendo administrada por Pinotti, o DCE trata de receber os calouros divulgando o que havia sido o processo de intervenção, em aula inaugural cujo tema era “A democratização na Universidade”, além de peça de teatro de Gianfrancesco Guarnieri e filmes no Museu da Imagem e do Som (MIS) de Campinas.

E quais seriam as bandeiras de luta do ano? Em *ofício* à ADUnicamp, datado de março de 1982, o DCE define as principais lutas a serem travadas: a ocupação de todos os espaços

---

<sup>114</sup> Posse do reitor da Unicamp teve gritos e vaias. *Folha de S. Paulo*, 20/04/1982, p.18.

institucionais possíveis na universidade, debatendo a questão da democratização da Unicamp e sua institucionalização; a questão das verbas suplementares, para a contratação de professores e funcionários e para resolver o caos no transporte; na política nacional, compor com as forças de oposição ao regime militar.

Passada a calourada, a bandeira prioritária para mobilizar os estudantes é a questão dos transportes. Desde a década de 70, a Unicamp era servida pela empresa ENSATUR, de propriedade do deputado estadual Nabi Abi Chedid, eleito pela ARENA e posteriormente pelo PDS. O traslado era feito do Centro de Campinas até a rotatória da entrada de Barão Geraldo. De lá até a Unicamp, havia um circular que levava os estudantes. A Unicamp subsidiava o passe em até 90%. O serviço era bastante problemático; apesar de os ônibus serem novos e possuírem sistema de som, estavam sempre cheios e chegavam atrasados à universidade, levando sempre à perda de parte das aulas. Pouquíssimos estudantes possuíam veículos próprios. Desde a abertura dos contratos pela COP (Comissão de Orçamento e Patrimônio) se desconfiava da lisura dos contratos. Segundo DIAS (1982: 160), quando da reunião entre a comissão de negociação da comunidade e o reitor, realizada em 14/12/1981:

“Ainda nessa reunião o reitor falou da escassez de recursos da Universidade. E citou um exemplo: o gasto que a Universidade terá, no ano que vem, com o transporte coletivo, será de 500 milhões de cruzeiros. ‘Ninguém conhece os termos do contrato’ – comentou a imprensa – mas os preços de um Mercedes Benz são conhecidos: um ônibus custa dez milhões de cruzeiros, aproximadamente’ (*Correio Popular*, 16/12). Com o montante daria seguramente para comprar 50 ônibus ao invés de continuar a enriquecer a Ensatur. Os ônibus são de luxo e seu custo é altíssimo. O custo aproximado para a Unicamp é de 90 cruzeiros por dia/pessoa (calculado mais tarde retificado) e sendo mais ou menos 5 mil usuários/dia, a Ensatur ganharia 450 mil cruzeiros por dia da Unicamp. Para o ano de 1982 o preço estimado é de Cr\$ 200,00 a passagem. Só para comparação a CCTC, empresa de ônibus urbano, cobra CR\$ 30,00 por passagem. Por isso o contrato do ônibus sempre foi segredo de Estado.”

Para subsidiar o debate, o DCE consulta especialistas em transporte público, que apresentam três possibilidades para resolver o problema:

“1) Compra de frota de ônibus para a Unicamp; 2) Abrir a linha da Unicamp para outras companhias; 3) realizar nova licitação, deixando a ENSATUR operar um ônibus, e com ônibus da própria Unicamp e de outra companhia operando conjuntamente.” (*Boletim do DCE*, março/1982)

O próximo passo é convocar os estudantes para debater o ponto, em espaço em que os especialistas estariam presentes. O objetivo era escolher uma das propostas. O contato com os registros seguintes da gestão aponta que o problema se manteve inalterado, dando mostras que o DCE não conseguiu articular uma mobilização mais dura com relação à reitoria. “Batata”, em entrevista já citada, afirma que essa gestão do DCE possuía uma postura de negociar freqüentemente nos espaços institucionais da universidade, ficando refém dos prazos e normas da burocracia universitária. Fica-nos a questão: havia indignação e organização suficiente para ações massivas contra a reitoria? Aparentemente, o reitor Pinotti, em início de gestão, sem respaldo dos docentes e funcionários, estava em condições ruins de negar qualquer coisa aos estudantes, se estes mostrassem força. Fica a dúvida.

Além do transporte, o DCE apresentou uma lista de reivindicações ao novo reitor:

“Pela reforma completa do estatuto da Unicamp, garantindo as conquistas democráticas dos professores, funcionários e alunos; 2) pela volta dos funcionários demitidos; 3) pela eleição direta para diretores; 4) pelo término de todas as obras da Unicamp; 5) reconhecimento de todas as entidades estudantis; 6) no mínimo 1/5 de participação estudantil nos colegiados; 7) por assembleias paritárias em todas as unidades; 8) pela volta dos diretores exonerados; e reafirmando nossas bandeiras: 1) pela residência estudantil na Unicamp; 2) por cursos noturnos; 3) pelo ensino público e gratuito.” (*Boletim do DCE*, março/1982)

Em julho, movimentação nacional puxada pela UNE e pelo ANDES repudia o projeto de lei do MEC, que pretendia transformar as universidades públicas em fundações, favorecendo as possibilidades, na visão dos estudantes, para uma suposta privatização das instituições. O ME da Unicamp participa da paralisação e promove debate contando com a presença da UEE, do ANDES e da ADUnicamp .

O debate sobre a institucionalização, iniciado em 1979 e identificado como central após a “intervenção”, é continuado com a realização do 1º Seminário Docente sobre Institucionalização, em 16 e 17 de setembro.

Aos poucos, o reitor vai ganhando espaço político, conseguindo verbas para a continuidade das obras paralisadas há alguns anos e acomodando em cargos na reitoria setores que se opuseram à intervenção. O grupo dos economistas do IFCH, só para citar um exemplo, é contemplado com cargos de alto escalão (ADUnicamp, 1991, p.77).

O governador Paulo Maluf, preocupado com uma possível derrota nas eleições para o governo do estado, em novembro próximo, trata de liberar recursos. No entanto, não em quantidade suficiente para saldar os problemas da universidade. Seu candidato, José Maria Marin, do PDS, é derrotado pelo opositor Franco Montoro, do PMDB. Setores opositoristas, maioria na universidade, comemoram o resultado.

Em outubro de 1982, novas eleições para o DCE da Unicamp.

Sem vitórias materiais e organizativas e sem conseguir dar posse a 1/5 dos Representantes Discentes (RDs) no CD por conta de manobras burocráticas da reitoria, o grupo dirigente do DCE parece não conseguir renovar seus quadros e não lança chapa para a eleição. Finda-se um ciclo no ME da Unicamp. Ciclo de participação variável em quantidade, mas freqüente de intervenção nos espaços. O DCE se consolida como espaço de representação estudantil, criando espaços de diálogo com os estudantes (como os CEBs) e ampliando outros (como as assembléias). A

imprensa tem periodicidade inconstante, bem como a movimentação cultural, uma marca do movimento estudantil da Unicamp na década de 70. A Casa do DCE, localizada na Av. Barão de Itapura, é um espaço sub-utilizado.

Como em todo o país, o movimento estudantil não movimentava grandes contingentes, mas marca posições na luta pela democracia interna, no desgaste aos governos militares e na construção de bandeiras próprias daquele período, como a luta por moradia estudantil, por transporte de qualidade e por qualidade de ensino. Se no plano material foram poucas as vitórias, no plano ideológico é criada uma cultura de debate.

Participam das eleições três chapas: *Phoenix*, composta por petistas, militantes do PCdoB e independentes do PMDB; *Por um bloco*, formada por militantes do PCB e do MR-8; *Oposição*, chapa da Convergência Socialista.

Não foram encontrados registros de documentos produzidos pela *Oposição*. A chapa *Phoenix* se apresenta de forma crítica à gestão que se encerrava e às práticas por ela utilizadas. Afirmava que a gestão se colocara como diretoria, não como coordenação. A crítica avançava à postura dos grupos durante o processo de intervenção, considerando que cada um buscou dirigir o movimento a cada instante e não construir com ele. Conclui: “Devíamos ter cavado trincheiras; Cavamos sepulturas” (*Carta-programa Phoenix*, 1981, p.3). Crítica: a repetição de propostas no interior do ME, sem que se refletisse sobre o verdadeiro significado de cada uma delas; a forma de gestão centralizada, na qual a gestão decidiria tudo; a priorização do debate nos espaços formais da universidade. Defendia uma maior distribuição de poder aos CAs e às assembléias e a realização de um congresso dos estudantes da Unicamp. Era composta por alguns militantes

experientes, como Sandra Aparecida Riscal (“Betê”)<sup>115</sup>, membro da CD desde 1979 e militante na Unicamp desde 1977.

A chapa *Por um Bloco* tinha uma leitura sobre o papel do ME nos últimos anos: “de símbolo da luta democrática a símbolo da convivência democrática” (*Carta-programa Por um Bloco*, 1981, p.1). Coerente com seus grupos políticos, a chapa defendia a união das oposições nas eleições de 1982. Exaltavam a resistência à burocratização autoritária, colocando como prioridades para o ano de 82 as lutas pela institucionalização democrática da Universidade, por mais verbas e pela educação pública; eleições diretas para diretores e reitor; 1/5 nos órgãos colegiados; assembléia paritária em todas as unidades, como na engenharia. Defendia uma organização baseada em comissões: finanças, *campi* externos, imprensa, cultura, esportes, ensino, CEBs e assembléias periódicas e bem divulgadas.

Num processo bastante disputado, a chapa *Phoenix* vence por dezessete votos de diferença. *Por um Bloco* questiona a legitimidade política do processo. *Phoenix* rebate afirmando que o quórum numérico fora alcançado e que a proposta de novas eleições era casuísta, pois só havia sido feita após a apuração<sup>116</sup>. O questionamento não vai à frente.

A chapa *Phoenix* toma posse em 27 de outubro, em assembléia bastante tumultuada, realizada no Ciclo Básico, com cerca de quinhentos estudantes. Convocada por abaixo-assinado, a assembléia tinha por objetivo forçar uma prestação de contas financeira e política da gestão que se encerrava. A copiadora do DCE havia sido roubada e havia uma suspeita sobre os membros da gestão *Unidade e Ação*. Não há registros sobre o desenrolar dessa polêmica. Os documentos existentes referem-se a dois momentos distintos da assembléia. No primeiro deles, repudia-se a

---

<sup>115</sup> Sandra Aparecida Riscal ingressou na Unicamp em 1977, no curso de física, logo se engajando no ME. Transferiu-se para o curso de pedagogia em 1978. Em 1981, é representante discente no Conselho Diretor, participando das movimentações contra a intervenção governamental. Faz pós-graduação na própria Faculdade de Educação, passando diretamente para o doutorado. Atualmente é professora na Universidade Federal de São Carlos.

pretensa proibição do reitor à presença dos diretores de unidade na posse. No segundo, um acalorado debate entre vencedores e a gestão que terminava. O impasse não foi resolvido e seria levado ao CEB seguinte<sup>117</sup>.

Dessa forma, se encerra um ciclo no ME da Unicamp, no qual as gestões tiveram suas linhas políticas orientadas inicialmente pela tendência *Refazendo* (AP e MR-8), em 1978-79; pela AP junto com a CS, em 1979-80; pela AP com o PCB, em 1980-81; e, finalmente, pela AP com o MR-8, novamente, em 1981-82. Cabe ressaltar que todas elas contaram também com estudantes não organizados em tendências.

Em âmbito nacional, o ano terminava com a amplificação da crise econômica. Segundo SKIDMORE (1988: 451-2):

“O balanço de pagamentos de 1982 era até pior do que os críticos tinham previsto. O déficit em conta corrente disparara para 16,3 bilhões em comparação com 11.7 bilhões em 1981. (...) Delfim Neto, João Figueiredo e o sexto governo revolucionário achavam-se agora no pior dos mundos possíveis. O crescimento econômico, meta consensual da elite. Acabara. O Brasil era agora mais um suplicante das boas graças do FMI. Uma das vantagens dos governos militares a partir de 1967 fora sua relativa autonomia em matéria de decisões econômicas. Durante 15 anos eles não tiveram necessidade do FMI. A crise da dívida acabou com isso.”

O ano de 1983 seria marcado por movimentações que não se viam na Unicamp desde a intervenção, e pelo início de uma proposta de política cultural coordenada pelo DCE com a fundação da “CasaNova”<sup>118</sup>. A luta pelas “Diretas Já” incendiaria o país e teria sua importância também na universidade. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) seria fundada. O reitor José Aristodemo Pinotti, mais à vontade no cargo, daria os primeiros sinais de que não manteria para

---

<sup>116</sup> Derrota provoca recontagem no DCE da Unicamp. *Folha de S. Paulo*, 23/10/1982, p.17.

<sup>117</sup> Unicamp: posse do DCE em assembléia tumultuada. *Correio Popular*, 28/10/1982, p.05.

sempre a política de “boa vizinhança” que marcara seu princípio de gestão. As aulas recomeçam com a retirada dos subsídios de alimentação e transporte fornecidos aos estudantes. Os estudantes resistem durante um mês, conseguindo vitórias parciais.

Os fatos acima citados são importantes movimentações dentro da história do ME brasileiro e da própria Unicamp. Detalhes sobre seus determinantes e seus significados merecem um novo trabalho.

- Chapa *Phoenix*.

Izaque (Química)
Célio (História)
Galdino (Linguística)
Cláudio (Estatística)
Takeo (Química)
Paulo Roberto (Estatística)
Patrícia (Pedagogia)
Sandra Riscal (Pedagogia)
Osvaldo (Tecnologia)
Reinaldo (Tecnologia)
Durval (Química)
Terezinha (Matemática)

- Chapa *Por um Bloco*

Olavo
Clóvis Pedroni
Carlos
Wagner
Marcia
Ana Cláudia
Clóvis
Márcia
Joyce
Tereza Cristina
Plínio
Paulo Newton

- Chapa *Oposição*: não temos os nomes dos componentes.

---

<sup>118</sup>A CasaNova do DCE era um centro cultural aberto no Centro de Campinas, sede de diversos eventos de música, dança, literatura, entre outros, alugado com recursos da reitoria. Funcionou entre os anos de 1984 e 1985.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo desta pesquisa foi apresentar uma reflexão inicial sobre a história das gestões do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp, compreendendo o movimento estudantil da Unicamp desde sua formação (1974) e destacando o embate entre as principais bandeiras de luta, das chapas vencedoras e perdedoras, nos processos eleitorais que configuraram as quatro primeiras gestões da entidade (1978-1982). Março de 1974 demarca a primeira movimentação de massa do movimento estudantil contra a ditadura militar - a *Greve das Humanas* - quando traz-se o debate sobre a necessidade de uma entidade central dos estudantes da Unicamp. O ano de 1982 representa a finalização de um ciclo de quatro gestões do DCE: *Tecendo A Manhã; Sair dessa Maré; Força Viva e Unidade e Ação*.

Foram objetivos desta pesquisa:

- 1- Levantar, organizar, tornar pública e acessível a documentação aglutinada sobre o tema desta pesquisa, oriunda de diversas procedências. Tal objetivo resultou na produção do volume II, contendo as fontes documentais primárias e de anexos incorporados no final desta dissertação.
- 2- Compreender, no processo histórico, as peculiaridades da formação da entidade central dos estudantes da Unicamp.
- 3- Compreender o movimento estudantil, coordenado pelas gestões do DCE, como parte do processo de lutas mais amplo da sociedade brasileira nos tempos de confronto com a ditadura do regime militar.
- 4- Refletir acerca do embate entre as principais bandeiras de luta, das chapas perdedoras e vencedoras, nos processos eleitorais das gestões de estudantes coordenados pelo DCE.

No cumprimento do primeiro objetivo, analisei principalmente fontes documentais (jornais, panfletos, boletins estudantis, cartas-programa, informativos do DOPS, entrevistas transcritas, recortes de jornais da grande mídia), presentes nos acervos do Arquivo do Estado de

São Paulo (AESP), Sistema Integrado de Arquivos da Unicamp (SIArq) e Arquivo Edgard Leurenroth (AEL/Unicamp). Esse contato me permitiu a reconstrução de uma parte da história do movimento estudantil da Unicamp, confrontando diferentes pontos de vista. Busquei reconstruir uma história “a partir dos de baixo” (THOMPSON, 1984), lançando mão, para isso, de fontes que expressaram as visões de órgãos do Estado militar (DOPS), estudantes organizados e da mídia impressa, conforme método de análise histórica sugerida por LE GOFF (2003: 525)<sup>119</sup>.

A empreitada necessária para o cumprimento do primeiro objetivo forneceu elementos para o relato das ações iniciais do ME da Unicamp, inserida na história dos primeiros passos da nova universidade, modelo de instituição fundada sobre as bases da Reforma Universitária de 1968 (lei 5540, de novembro de 1968). Classificado pelo militante Ronaldo Simões, o “Batata”, com um ciclo<sup>120</sup>, o período compreendido entre 1967 e 1971 possui semelhanças e diferenças com características do ME brasileiro identificado por MARTINS FILHO (1987)<sup>121</sup>. No campo das semelhanças, o fato do movimento da recém-criada universidade ter dado seus primeiros passos com base nas linhas políticas formuladas pelas entidades estudantis da época (UNE e UEE-SP), bem como sob métodos e proposições sugeridas e utilizadas por estas, como as greves e comissões paritárias. A experiência da greve estudantil do CESCUM e as comissões paritárias na medicina são emblemáticas desta posição, balizadas por singularidades próprias da Unicamp.

No campo das diferenças, pude perceber que a opção pela luta armada, defendida por parte expressiva das lideranças estudantis brasileiras em 1968 (VALLE, 2000), não foi priorizada pelos militantes estudantis atuantes na jovem universidade fundada em 1962. O ME da Unicamp teve dois representantes na direção das entidades clandestinas, Fernando Vaz Pupo e Mário

---

<sup>119</sup> Estou me remetendo à citação presente nas páginas 36 e 37 deste trabalho.

<sup>120</sup> Em história, os ciclos são classificações assumidas para efeito didático.

Cunha, fazendo parte daquilo que SANTOS (1981) classificou como período de clandestinidade das entidades do ME, em especial da UNE e da UEE-SP. Esse período vai até 1973, quando as estas encerram suas atividades em virtude da crescente repressão e da ausência de novos quadros.

O segundo ciclo do ME da Unicamp (1971-76) perpassa este período do ME brasileiro, apresentando convergência com o processo de reconfiguração das entidades estudantis relatada no estudo de PELLICCIOTTA (1997), no qual as ações culturais garantem sobrevivência às entidades, ao mesmo tempo em que permitem a expressão de idéias por linguagens “alternativas”. Feiras de arte, coral, fotografia, teatro, cinema, entre outras iniciativas, dão nova força ao ME – ainda que bastante restritas se comparadas com as forças acumuladas até 1968 – na medida em que reúnem pessoas que debatem criticamente, em maior ou menor profundidade, as políticas do Estado militar e da reitoria da Unicamp. Surgem as principais entidades estudantis do período (CACH e CACE), tendo como centro organizativo e mobilizativo as ações culturais e esportivas. A conquista da Casa dos CAs, em 1971 avança nessa direção, tornando-se um espaço primordial de encontros e debates. Oportuniza também, ainda que timidamente, a relação entre os estudantes da Unicamp e setores da população campineira. A Casa ficava localizada em um ponto central da cidade e cumpria a função de espaço cultural numa cidade carente de equipamentos públicos promotores de cultura, conforme apontado por “Batata<sup>122</sup>”.

A atuação reivindicativa das entidades estudantis da Unicamp no início da década de 70, auge do controle e da repressão aos movimentos opositores, limita-se a intervenções internas, em virtude das condições políticas desfavoráveis para as movimentações públicas de protesto; é

---

<sup>121</sup> Este enxerga no período compreendido entre 1960 e 1968 um momento de ascensão. Em seguida, abre-se um período de clandestinidade (1969-73), com a manutenção do funcionamento da UNE sob rígido esquema de segurança e bases estruturais e políticas bastante frágeis.

provável que isso tenha peso determinante para a realização de somente dois protestos estudantis no período - registrados pelos agentes do DOPS : contra o uso político das Calouríadas e contra as péssimas condições de transporte. São atos que, apesar da aparentemente pequena consequência prática, tiveram importância para a demarcação de um caráter contestatório por parte do ME da Unicamp, ao mesmo tempo em que articulam os estudantes de diferentes cursos numa mesma iniciativa.

Neste caráter de manifestação, está inserida a Greve das *Humanas*, realizada no início de 1974, e assunto inicial do capítulo II desta dissertação. Ela ocorre num momento de crescente insatisfação de setores médios com a política econômica e à censura aos meios de comunicação impingida pelo governo militar, acarretando no crescimento significativo da oposição institucional (MDB) nas eleições legislativas de 1974 (GERMANO, 1993). A crise econômica, o cerceamento político, a censura e a tortura (esta responsável pela morte de centenas de pessoas, entre elas o estudante universitário Alexandre Vannuchi Leme, em março de 1973) desagradam segmentos outrora satisfeitos com o “milagre econômico”, em voga entre 1969 e 1973.

A primeira manifestação estudantil da Unicamp com mobilização relevante desde 1968, caracterização justificada por ter conseguido parar as aulas do instituto, dá mostras das possibilidades que a nova universidade apresentava para movimentos reivindicatórios. Entretanto, o isolamento entre os cursos e as diferentes bandeiras de luta de cada área, configuram-se como limitantes para um movimento que pretendia abarcar estudantes de todos os cursos da Unicamp.

A fragmentariedade espacial e identitária, aludida por RIBEIRO NETO (1985) e PELLICCIOTTA (1997), marca das instituições fundadas sob as bases da Reforma Universitária de 1968, caso da Unicamp, ganha contornos mais claros a partir do movimento das *Humanas*. A

---

<sup>122</sup> Em entrevista concedida a Mirza Pellicciotta para o projeto fontes para a história do movimento estudantil brasileiro. AEL/Unicamp. 1985. p.07.

questão da direção política necessária para a coesão do movimento – pretensa razão de ser de um DCE – apresenta-se, possivelmente, pela primeira vez como necessária. Entretanto, é ponderável que não se perca de vista que o êxito de um movimento vai muito além da existência da direção política unificada e legítima perante o estudantado, ainda que essa seja uma condição indispensável. Deve-se considerar as condições materiais e políticas que sustentam as movimentações, o grau de envolvimento da base estudantil e a conquista de apoio de segmentos mais amplos da universidade, não diretamente atingidos pelas bandeiras de luta em questão.

A emergência de instrumentos de comunicação estudantis e as manifestações culturais realizadas no *campus* de Barão Geraldo e na Casa dos CAs abrem novas trincheiras ao ME da Unicamp após o movimento “ifichiano” de 1974. Protestos contra a tortura e a repressão ganham corpo nas manifestações após a morte do jornalista e professor universitário Vladimir Herzog (1975) e do operário Manuel Fiel Filho (1976).

Na Unicamp, o protesto contra o assassinato de Herzog demarca a ida do ME para espaços externos à universidade, através da missa de sétimo dia rezada pelo pároco Milton Santana, e pela atuação da comissão cultural dos CAs, responsável por cursos e atividades culturais na Casa dos CAs.

Em 1976, tem início o terceiro ciclo do ME da Unicamp, marcado pela publicização dos grupos políticos – *Porta Aberta, Liberdade e Luta, Refazendo*<sup>123</sup>, entre outros. Eles trazem diferentes análises de conjuntura e alternativas teórico-práticas para a concretização da revolução socialista no Brasil. Suas disputas políticas “aquecem” o debate acerca da fundação do DCE livre da Unicamp.

---

<sup>123</sup> Representações estudantis das organizações partidárias Convergência Socialista (CS), POI-TNAOE, AP e MR-8, respectivamente.

A polêmica sobre a prioridade pelas lutas gerais ou lutas específicas, presente no ME brasileiro, também está presente na Unicamp, conforme documento produzido pelo CACH no final de 1975, intitulado *Perspectivas Políticas e Orgânicas para o ME (documento para discussão interna)*. Contrapostas no debate do ME nacional, aparecem conjugadas no ME da Unicamp, com a realização do movimento contra a precariedade das condições de alimentação e transporte na universidade, marcado por ações diretas de subversão da ordem institucional (como o “pula-catraca” no restaurante e nos ônibus) e pelo rechaço à participação de representantes estudantis em solenidade que contava com a presença do general Geisel. Esses acontecimentos ocorrem entre agosto e setembro de 1976. Cabe pontuar que no primeiro movimento coloca-se claramente o debate sobre o papel do Estado na garantia dos direitos básicos para a permanência do estudante na universidade. Retoma-se, novamente, o debate sobre a necessidade de uma direção política unificada, conforme documentos divulgados pelo grupo *Porta Aberta*, datados de setembro de 1976.

Essa discussão ganha maior intensidade entre a militância estudantil em 1977, momento em que o ME da Unicamp constrói, juntamente com os estudantes da PUCC, ações de rua em Campinas, como os *Dias Nacionais de Luta*, e participa de encontros organizativos em nível nacional e estadual, como o III ENE e o Congresso de Refundação da UEE. As divergências políticas internas acirram-se quando se parte para o debate sobre como seria o processo de fundação do DCE. As diferentes posições publicadas pelo *Jornal do DCE*<sup>124</sup> mostram a preocupação com a garantia de uma construção democrática que envolvesse a maioria do corpo estudantil, como forma de legitimar e fortalecer a entidade em formação, numa época em que a luta pelas “Liberdades Democráticas” é impulsionada por todos os grupos políticos, ainda que sob prismas diferentes. Entretanto, o debate de idéias acirrado entre as lideranças encontra pouca

ressonância na base estudantil, visto que o plebiscito convocado para referendar a fundação da entidade não consegue o quórum proposto, evitando o desdobramento previsto quando da sua convocação, qual seja, a instalação definitiva de um DCE. Ainda que a votação tenha sido bastante expressiva (cerca de 49% dos estudantes), o resultado provavelmente sinaliza a dificuldade que as lideranças estudantis possuíam de envolver o corpo estudantil nos processos políticos e organizativos. O *Jornal do CAMECC* (n. 2, 19/09/1977, pp.7-8) expressa essa posição, em tom de autocrítica.

O conteúdo das propostas sobre o processo de formação do DCE traz como pano de fundo o debate fundamental, ainda inicial, sobre a democracia e a participação das “massas” nas lutas políticas. Para referenciar esse debate, busquei apoio nas reflexões de Raymond WILLIAMS, pensador inglês que discorreu sobre esses assuntos na obra *Cultura e Sociedade*, publicada em 1969. Em seu trabalho, conceitua cada termo isoladamente e, posteriormente, conjuga-os, colocando o debate acerca da democracia das massas sobre novas bases.

Para o autor, a palavra “massa” remeteria “à população, a uma maioria que não se poderia identificar” (WILLIAMS, 1969: 308). Pejorativamente, estaria associada à falta de cultura, à vulgaridade, ao homem da rua. Mas:

“Não obstante, nenhum de nós se sente como simples homem da rua; sabemos ser muito mais do que isto. O homem da rua é uma imagem coletiva, mas cada um de nós, a cada instante, se sente diferente dela. O mesmo se dá com o termo “o público”, que nos inclui, mas que, entretanto, não se confunde conosco. (...) As massas são sempre os outros, aqueles que não conhecemos e que não podemos conhecer. Na verdade, não há massas; há apenas maneiras de ver os outros como massas (...).” (idem, *ibidem*: 309)

O trecho é finalizado com um alerta sobre as implicações práticas do debate: “A questão não é apenas de ressaltar esses fatos objetivos, mas a de investigar o efeito que esses modos de

---

<sup>124</sup> *Jornal do DCE*. “DCE/livre: sim ou não? Plebiscito 14/09”.

ver as outras pessoas tiveram sobre nossos hábitos pessoais e coletivos de pensar” (idem, ibidem: 309).

Em seguida, o autor explicita a definição de “democracia”. Na contemporaneidade ela seria o governo da maioria. Combinada com a palavra “massa”, a “democracia” perderia sua concepção “clássica e liberal, transformando-se em democracia de massa” (idem, ibidem: 308). Esta seria novamente carregada de preconceito, já que as massas, o *populaço*, teriam em si a marca da vulgaridade, da falta de cultura, sendo responsáveis por um governo com poucas capacidades de êxito. No capitalismo, a expressão *democracia de massa* só faria sentido para ofuscar a direção política realizada por uma classe, no caso, a burguesia. Caso significasse um governo dos trabalhadores, portanto, da grande maioria das pessoas interessadas em mudanças significativas nas políticas públicas visando à distribuição de riquezas, não cumpriria seu papel ideológico, sendo, portanto, descartada<sup>125</sup>.

O ano de 1978 é marcado pela fundação do DCE, ocorrido em maio, num momento de descenso da participação estudantil, conforme relatado pelos documentos *Jornal do DCE “Pelos Liberdades Democráticas”* (1978) e *Miudinho* (julho de 1978). O ano de fundação coincide com

---

<sup>125</sup> A passagem na íntegra é a seguinte: “Mas a expressão democracia de massa também é, evidentemente, um preconceito. A democracia, tal como interpretada na Inglaterra, é governo da maioria. Os meios para que isto se realize – o governo representativo e a liberdade de expressão – são geralmente aceitos. O sufrágio universal, entretanto, se passarmos a acreditar na existência das massas, fará do governo da maioria o governo das massas: considerando que as massas, em essência, são a populaça, a democracia será a regra da populaça. Isso dificilmente redundará em bom governo ou boa sociedade; será, ao contrário, governo da vulgaridade e da mediocridade. Na prática, nesse contexto, tendo em conta a nossa sociedade, as massas não podem ser outra coisa senão os trabalhadores. Mas se assim é, está claro que o problema não é apenas o da credulidade, volubilidade, preconceito de grupo, vulgaridade de gostos e de hábitos. Também é, como os acontecimentos bem registram, o da declarada intenção dos trabalhadores de mudar a sociedade em muitos dos seus aspectos, por modos e maneiras que os antigos privilegiados profundamente desaprovam. No meu entender, visto assim, o problema que está em questão, não é o da democracia de massa, mas o da própria democracia. Porque se conseguirmos a aprovação da maioria para as mudanças, o critério democrático estará atendido. Mas se não endossarmos as transformações, evitaremos aparentemente estar-nos opondo à democracia, inventando a nova categoria da democracia de massa, que, no final de contas, é algo de indesejável. Oposto à categoria de democracia de massa, esta oculta a de democracia de classe, que nada mais é que o processo pelo qual a classe dirigente conduz sua missão de governar. (...)” (WILLIAMS, 1969: 308-9). Qualquer semelhança com o uso dado pelo atual presidente Luís Inácio Lula da Silva ao termo povo não será mera coincidência.

a aposentadoria compulsória de Zeferino Vaz do cargo de reitor da Unicamp. Essa alteração é acompanhada de considerável mudança no jogo político dos órgãos diretivos da universidade, na medida em que possibilita o aumento de influência política das entidades representativas e dos diretores de unidades. O antigo reitor conduziu a universidade entre 1966 e 1978, administrando habilmente suas relações com o estudantado e descartando legalmente dos quadros da universidade os docentes que se colocavam contra os projetos de Zeferino, como no caso daqueles que articularam clandestinamente sua substituição no início da década de 70 (GOMES, 2006)<sup>126</sup>. Intercedera junto aos militares por alguns membros da Unicamp encarcerados pela polícia política da ditadura, destacando-se os estudantes presos em Ibiúna (1968) pela “Operação Jacarta” (1975). Embora apoiador de primeira hora do golpe militar de 1964, não agia com os mesmos procedimentos que seus pares das universidades federais no que concerne à repressão aos movimentos da universidade, preferindo a tática da cooptação e da concessão de algumas benesses, como o aluguel da casa dos CAs, por exemplo, conforme apontado pela *Carta-programa* da chapa *Tecendo A Manhã*. Dessa forma, evitou amplificar movimentos estudantis reivindicativos, inviabilizando sua vinculação a ações impopulares na década final dos governos militares (1975-85). Sua saída inaugura um período de crescente crise econômica na universidade, causada pela política de corte de verbas implementada pelo governador Paulo Salim Maluf (cujo mandato se inicia em 1979), ferrenho defensor da privatização da universidade pública.

O cumprimento do quarto objetivo – relatar as idéias e ações de cada gestão do DCE Unicamp entre 1978 e 1982 – ocupou o capítulo III desta dissertação. Cabe aqui recuperar as idéias trazidas pelos historiadores britânicos Christopher HILL e E. P. THOMPSON acerca das idéias perdedoras e vencedoras na história, citadas na introdução deste trabalho. Estes autores

---

<sup>126</sup> Para saber mais sobre o tema consultar GOMES (2006), em seus capítulos 21 e 22.

chamam a atenção para as possibilidades de idéias derrotadas em eleições ou outros processos de luta política manterem-se vivas, influenciando o pensamento e as ações de grupos.

A análise das propostas trazidas pelas chapas concorrentes à coordenação de sua primeira gestão (*Tecendo A Manhã e Proposta*), presentes em suas cartas-programa, pouco diferem no que tange à identificação e ao trato dos problemas específicos da Unicamp. Por outro lado, observam-se diferentes perspectivas para a luta política. Chama a atenção a defesa feita pela perdedora (*Proposta*) da criação de um partido socialista no Brasil, pela participação paritária de professores, estudantes e funcionários na gestão universitária e na condução das lutas pela democratização da universidade, enquanto *Tecendo A Manhã* silenciava sobre a fundação do partido e reivindicava somente a ampliação da participação estudantil nos órgãos colegiados. Uma plataforma tão radical espelha uma leitura da realidade mais favorável ao processo revolucionário do que a chapa oponente, típica dos agrupamentos trotskistas à época. Alguns membros da chapa eram filiados à Convergência Socialista. A posição com relação à participação no processo eleitoral também chama a atenção: enquanto *Tecendo A Manhã* chamava o apoio aos setores da esquerda do MDB, como forma de ampliar as trincheiras de luta pelas liberdades democráticas e pelas lutas populares, a chapa *Proposta* apontava o apoio a candidatos operários e socialistas do MDB, entendendo as eleições como uma oportunidade de montar núcleos, associações de bairro e oposições sindicais.

A leitura do trabalho de GONÇALVES & ROMAGNOLI (1979), em que constam os resultados eleitorais para a coordenação da UEE-SP e do IV ENE, mostra que havia uma preponderância entre as lideranças estudantis brasileiras de posições políticas que privilegiassem a estratégia da acumulação de forças dentro do Estado a fim de ampliar as possibilidades de questioná-lo, contando com a mobilização de setores populares organizados. O apoio aos candidatos populares do MDB, deliberado no IV ENE, é sintomático dessa posição. A obra de

HAYASHI (1986) apresenta com detalhes as táticas e estratégias formuladas pelos partidos. Nelas, previa-se a existência de etapas que levariam ao processo revolucionário, começando pelo advento de um governo que implementasse um capitalismo nacional, antiimperialista. No ME da Unicamp, esta estratégia também é preponderante entre as lideranças estudantis que compunham a coordenação da primeira gestão do DCE, influenciadas pelas formulações da tendência estudantil *Refazendo* (AP e MR-8). Isso se mantém nos períodos subsequentes, ainda que parte dos defensores da estratégia democrático-nacional cerrassem fileiras dentro do recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT). Outra parte se mantém dentro do antigo MDB, transformado em PMDB.

No início da década de 1980, o ME brasileiro, após as primeiras eleições diretas para a presidência da UNE, começa a ver diminuída sua participação estudantil em seus fóruns e eleições. Por outro lado, as disputas pela direção das entidades estudantis se acirram. A crise do ME, identificada por MENEGOZZO (2006) como sinal do esgotamento do sopro mobilizativo de 1977, parece consolidar-se.

Por outro lado, a crise política e econômica que atinge a Unicamp em 1979 – tendo com decorrência a diminuição da qualidade de ensino – não garante a consolidação do DCE como entidade de massa, diferentemente da ADUnicamp e da ASSUC, mesmo com ações de impacto na universidade, como o movimento pelo congelamento do preço da refeição e do passe escolar, relatados pelo *Boletim do DCE* e pelo *Boletim de intervenção – Porta Aberta*, ocorridas no segundo semestre de 1983. As referidas entidades sindicais ganham respaldo e peso institucional no período, realizando greves e movimentos contra o sucateamento da universidade e em favor das liberdades democráticas.

A fragilidade política da reitoria, somada ao crescimento da oposição institucional representada pelos “diretores democráticos”, permitem que reivindicações antigas (como o fim

do jubilamento e a ampliação do número de representantes discentes no Conselho Diretor, por exemplo) sejam conquistadas no órgão diretivo máximo da universidade, a despeito da baixa participação política do estudantado, referido pela tendência estudantil *Viração*<sup>127</sup> e pela chapa de oposição *Abril*, em sua *Carta-programa* para a eleição do DCE (1981-82). Nesse mesmo quadro, o DCE é reconhecido pela universidade, tendo acesso à estrutura da Unicamp e à vinculação dos RDs eleitos às suas instâncias decisórias, conforme previsto no Estatuto do DCE, aprovado pela reitoria através de portaria do reitor, datada de setembro de 1981. Entretanto, a participação das bases estudantis nessas conquistas é numericamente pequena, conforme a já citada chapa oposicionista *Abril*.

Ao observar os programas das chapas ganhadoras e perdedoras para as gestões do DCE entre 1979 e 1982, podemos perceber semelhanças no que tange às necessidades estudantis e à ênfase na democratização da universidade: construção de moradia estudantil, restaurantes, ônibus subsidiados, melhores condições de estudo, maior participação discente nos órgãos colegiados. Entretanto, as diferenças são percebidas nas avaliações de conjuntura e das gestões. As chapas de situação enaltecem o trabalho das gestões que se encerram, ainda que ressaltem que há muito a melhorar. As chapas perdedoras identificam um distanciamento da coordenação do DCE dos estudantes, identificando uma escolha pelas negociações restritas e cupulistas com as reitorias. Como proposta, apresentam sugestões para a sensibilização política do estudantado, baseadas na retomada das manifestações culturais e na criação de calendários de luta que permitissem a visualização e organização do estudante para deles participar, como pode ser percebido nas cartas-programa das oposicionistas *Vamos à luta* (1979-80) e *Mãos à obra* (1980-81). As movimentações culturais perdem a intensidade e a importância política assumida no início da

---

<sup>127</sup> *Avaliação da gestão Força Viva. Viração*. Setembro de 1981.

década de 70. A Casa do CAs, em novo endereço, parece não cumprir o papel agregador outrora exercido.

Entretanto, observando a composição política das chapas, percebe-se que ambas possuíam a mesma base política, reduzida aos marcos da estratégia democrático-nacional, com exceção dos trotskistas, em processo de decadência a partir de 1980.

O único movimento massivo do ano de 1981, a saber, o combate à intervenção governamental, oportunizado pelo avanço institucional de um movimento universitário renovador, representado pelos “diretores democráticos”, mas demarcado por um estatuto jurídico burguês, tem os estudantes como o corpo numeroso que daria expressão e criatividade à resistência, mas que teria pequena influência política nos processos decisórios, tanto do movimento quanto da universidade. Perdida essa batalha, com a indicação de José Aristodemo Pinotti, somente o 11º colocado na consulta à comunidade, pouco se avança nas lutas específicas de 1982, ano em que a bandeira principal era a melhoria do transporte que servia os estudantes e funcionários. Novamente é destacado o debate sobre o papel central do Estado na manutenção dos direitos essenciais da população, representado pela proposta de compra pela Unicamp de frota própria de ônibus, conforme *Boletim do DCE* (n. 03, março/1982). A gestão *Unidade e Ação* se encerra no final do ano acusada de roubar a máquina copiadora da entidade, colocando no centro do debate político do ME os mecanismos administrativos para a gestão da entidade, secundarizando os debates políticos mais gerais.

Nesse processo inicial de existência do DCE (1978-82), avançou-se na democratização da universidade, ainda que muito aquém do reivindicado pelos estudantes. Algumas experiências foram gestadas na construção cotidiana do movimento, permitindo a um grupo de estudantes a vivência da luta econômica e da luta política, dando origem a uma nova cultura política estudantil e universitária, responsável por compor o acervo de tradições que lastrearam a construção dos

partidos políticos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT), importantíssimo no cenário político brasileiro da década de 80. No mesmo período, emergem movimentos sociais que trazem à cena reivindicações de mulheres, homossexuais, negros, indígenas e outros grupos bastante identificados com a onda anti-ditadura.

Diferentemente de alguns movimentos sociais populares, como o movimento sindical e as comunidades eclesiais de bases (CEBs), crescentes em organização, número e importância durante a década de 80 (GONH, 1995), o ME brasileiro parece imerso numa crise de participação, ainda que tente, segundo PAOLI (1985), gerar iniciativas que o façam responder às necessidades do estudantado daquela década. Como exemplo, as lutas por moradia estudantil, presentes em algumas universidades públicas brasileiras no decorrer da década. Na Unicamp, tal movimento consegue destaque, conforme apontado no capítulo III. O movimento “Taba” obtém sucesso, conquistando a moradia no final da década de 1980.

As lutas empreendidas e as idéias defendidas pelo ME brasileiro, e também pelo ME da Unicamp em finais dos anos 70 e inícios dos anos 80 do século XX, ainda que marcadas por singularidades das conjunturas e espaços onde ocorreram, foram bastante significativas do ponto de vista cultural e político na história brasileira e não estiveram isoladas do movimento estudantil e de intelectuais reconhecidos do Ocidente, permeados pelas bandeiras de luta de “1968” que atravessaram de *campus a campus*. Aliás, sobre os acontecimentos de 1968, o historiador Eric HOBBSBAWN tem a seguinte opinião:

“O que 1968 trouxe à tona foi a extraordinária aceleração das transformações sociais das décadas posteriores a 1945, que os historiadores vão reconhecer como as mais revolucionárias da história. (...) É um erro tratá-la com a revolução fracassada (...) foi na melhor das hipóteses um lembrete que os fundamentos que a era de ouro econômica no Ocidente estava afundando, assim como estavam as do tipo soviético, cujas falhas se tornaram evidentes (...) Seu significado cultural nos países capitalistas desenvolvidos foi

muito maior do que sua importância política, diferentemente de outros movimentos análogos de países comunistas e em outros regimes ditatoriais. (...) Ele difundiu uma aura dramática à globalização das comunicações que difundiam as mesmas bandeiras de luta atravessando oceanos de *campus a campus...*”

Nesse quadro, parece ter se ampliado o abismo entre esperanças e temores nas mobilizações de gerações de militantes, pré e pós-década de 60. Apesar de o movimento estudantil brasileiro ter papel importante nas lutas pelo direito de permanência dos estudantes e pela manutenção da gratuidade, foi conferida uma áurea dramática à desejada Revolução Educacional, até hoje não realizada em países periféricos como o Brasil.

Na opinião de SEVCENKO (2000), citada na introdução deste trabalho, vive-se um período de profundo descaso em relação às políticas educacionais que rompem com o processo de adaptação das universidades públicas aos preceitos ideológicos privatistas neoliberais. Nas instituições de ensino superior, prevalece o modelo da administração eficiente, capaz de gerar seus próprios recursos através da mercantilização de produtos educacionais, como cursos de “extensão” e pesquisas patrocinadas por empresas privadas. A eficácia dos desempenhos do *professor ideal* é medida por produção científica, segundo critérios estatísticos de produtividade, de capitais e valores de *marketing*. Ao estudante, cabe espelhar-se nesses modelos para que possa galgar posições na universidade e no mercado de trabalho. De acordo com ROMANO (1999, pp.13-19), em entrevista concedida à Revista Caros Amigos, esse processo deu-se com a aceitação de boa parte da comunidade universitária, principalmente a docente, que pouco combateu a oficialização dos modelos de ensino e pesquisa produtivistas no interior das instituições públicas. Segundo ele, a Universidade brasileira, no primeiro mandato de FHC (1994-1998), passou por um “genocídio programado”, no qual se cortaram os gastos para as

pesquisas em favor da importação de conhecimentos produzidos nos centros de pesquisa dos países capitalistas desenvolvidos.

Em tempos de neoliberalismo, em que direitos sociais são usurpados, não seria de pouca significação a ocorrência de avanços educacionais que fizessem valer o princípio da educação pública de qualidade para todos. A busca por esses avanços mantém-se como tarefa prioritária do ME, como uma luta central visando à materialização de uma sociedade em que a máxima socialista do “de todos, de acordo com suas possibilidades; a todos, de acordo com suas necessidades” supere o plano da utopia e efetivamente se concretize no Brasil.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABRAMO, H.: Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação. N. 5 e 6, 1997. pp.25-35.
- ADUNICAMP: ADUnicamp: em defesa da Universidade. Campinas-SP, 1991, 192 páginas.
- ADUSP, Revista da: Segredos da Ditadura Militar. N. 33. Outubro de 2004.
- ANDRADE, C.A.N. de: A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984). Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN. Natal-RN. 1994. 172 páginas.
- ANDREOTTI, A. L.: A formação de uma geração: A educação para a promoção social e o progresso do país no jornal A voz da infância da Biblioteca Infantil Municipal de São Paulo (1936-1950). Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas – SP. 2004.
- AZEVEDO, R. Medo e liberdade. In: Revista Teoria e Debate. No35. jul/agosto/set/ 1997.
- BAHIA, R.: O estudante na história nacional. Salvador-BA. Livraria progresso, 1954.
- BARBOSA, A : A (des) articulação do Movimento Estudantil (décadas de 80 e 90). Educação: Teoria e prática. Vol. 10. no 18/19. pp. 5-14. jan./dez. 2002.
- BENTIVOGLIO, J. C. e MENDES, A.M.: Movimento Estudantil e Universidade: UNESP-Franca (62-90). Ed. da UNESP. 1995. Coleção Estudos de História.
- BEZZON, L. A C.: Análise do perfil sócio-econômico cultural dos ingressantes na Unicamp 1987-1994: democratização ou elitização? Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. 1995.
- BLOCH, M.: Introdução à história. Publicações Europa-América. 6ª edição Coleção Saber. Portugal. 2002.
- BOSI, E.: Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo-SP, T.A Queiroz Editora S.A., 1979.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C.: In BRITO, S. de: Sociologia da juventude, IV: Os movimentos juvenis. Zahar Editores. 1968. p.61-86.
- BRANDÃO, A. C e DUARTE, M. F.: Movimentos culturais da juventude. São Paulo-SP, 1991, 7ª edição.
- BRITO, S. de: Sociologia da Juventude. IV Volumes.
- CAROS AMIGOS. São Paulo: Ed. Casa Amarela. No 23. fevereiro de 1999.

- CAVALARI, R. M. F.: Os limites do Movimento Estudantil (1964/80). Campinas-SP, Mestrado em Educação na UNICAMP, 1987.
- CHAVES, E.O.C.: Minha Gestão na Direção da Faculdade de Educação da UNICAMP (1980 a 1984): Considerações Pessoais. Campinas-SP. 19 de Agosto de 1997. Texto confeccionado para evento sobre os 25 anos da Faculdade de Educação da Unicamp. Publicado no sitio [www.chaves.com.br](http://www.chaves.com.br)
- COSTA, C. T.: Cale-se. Editora Girafa. São Paulo – SP. 2003.
- \_\_\_\_\_. O que é anarquismo. Coleção Primeiros Passos. Ed. Brasiliense. São Paulo-SP. 1985.
- CUNHA, L. A.: A Universidade Crítica: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro-RJ. Editora Francisco Alves, 1989.
- \_\_\_\_\_. A Universidade Temporã. Rio de Janeiro-RJ. Editora Francisco Alves, 2ª edição, 1986.
- DIAS, E. F.: Notas para uma história da crise da Unicamp. In Revista Educação e Sociedade. no. 11. jan. 1982. pp.136-166.
- EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: Revista de Ciência da Educação/ Centro de Estudos Educação e Sociedade – Vol. 23, no.80. Set. 2002. pp 1-440.
- FERREIRA, M. de M: Entre-vistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro-RJ, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FORACCHI, M. M.: O Estudante e a transformação da Sociedade Brasileira. São Paulo-SP. Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1977.
- \_\_\_\_\_. A juventude na sociedade moderna.
- GASPARI, E.: A ditadura derrotada. O Sacerdote e o Feiticeiro. Companhia das letras. São Paulo – SP, 2002.
- GONH, M. da G.: História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros. Edições Loyola. São Paulo - SP, 1995.
- GONÇALVES, T. e ROMAGMOLI, L. H.: A Volta da UNE: de Ibiúna a Salvador. São Paulo-SP, Alfa Ômega, 1979 (Coleção História Imediata no. 5).
- GORENDER, J. Combate nas trevas. Ed. Ática. 5ª edição revista e ampliada. 1997.
- GROPPO, L. A.: Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis nos anos 1960. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas-SP, 2000.

- \_\_\_\_\_ : O Rock e a formação do mercado de consumo cultural juvenil: a participação da música pop – rock na transformação da juventude em mercado consumidor de produtos culturais, destacando o caso do Brasil e os anos 80. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas-SP. 1996.
- GUILHON ALBUQUERQUE, J. A: Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina. Rio de Janeiro-RJ, Paz e Terra, 1977.
- HAYASHI, M.C.P.I.: Movimento Estudantil e memória: contribuição à construção de fontes de pesquisa em educação. Tese de doutorado. Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCAR. São Carlos- SP. 1995.
- \_\_\_\_\_ : Política e Universidade: a consciência estudantil – 1964/1979. Dissertação de mestrado. Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCAR. São Carlos-SP. 1986.
- HILL, C. O mundo de ponta cabeça. Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Companhia das Letras. São Paulo-SP. 1987.
- HOBBSAWM, Eric J. A Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991). Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras. 1995
- HOLLANDA, H. B. de: Cultura e participação nos anos 60. Ed. Brasiliense. São Paulo-SP. 1995.
- IANNI, O.: O jovem radical. In BRITO, S. de: Sociologia da juventude, I: Da Europa de Marx à América Latina de hoje. Zahar Editores. 1968. p.225-242.
- JORDAO, F. P.: Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil. Ed. Global. São Paulo-SP, 1979.
- LE GOFF, J.: História e Memória. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 1968, 4ª edição.
- LIMA, E. J. da.S.: A criação da Unicamp: administração e relações de poder numa perspectiva histórica. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas-SP, 1989.
- MARCUSE, H. O fim da utopia.
- MARQUES NETO, J. C.: Solidão Revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Ed. Paz e Terra. São Paulo-SP. 1993.
- MARTINS FILHO, J. R: Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964 – 1968). Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas-SP, 1986.

- \_\_\_\_\_. Movimento Estudantil no momento do golpe. In TOLEDO, C. N. (org): 1964. Visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. p. 75 a 81. Campinas –SP. Ed. da Unicamp. 1997.
- \_\_\_\_\_. Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor. In: MARTINS FILHO (org) 1968 faz 30 anos. Capítulo 1. p.11-27. Editora da UFSCar. São Carlos-SP. 1998.
- MENEGHEL, S. M.: Zeferino Vaz e a Unicamp: uma trajetória e um modelo de Universidade. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas-SP, 1994.
- \_\_\_\_\_.: A crise da Universidade Moderna no Brasil. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas-SP, 2001.
- MISCHE, A.: De estudantes a cidadão. Revista Brasileira de educação. No 5 e 6. 1997.
- MOTA, C. G.: Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica. Ed. Ática. São Paulo-SP. 1977.
- ORTIZ R.: Cultura brasileira e identidade nacional. Ed. Brasiliense. São Paulo-SP. 1985.
- PAOLI, M.C.: Os movimentos da Universidade e a reapropriação das políticas do Estado. Revista Desvios no 4. Paz e Terra, julho de 1985. Dossiê Movimento Estudantil Hoje. p.58 a 91.
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO: O PCB em São Paulo: 1974-1981. Livraria editora ciências humanas. São Paulo-SP. 1981..
- PELLICCIOTTA, M. M. B.: Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas-SP, 1997.
- PEREIRA, M. C.: Revisitando as trilhas de um movimento: 15 anos de atuação do CAEF/Unicamp. Monografia de conclusão de curso. Faculdade de Educação Física da Unicamp, 104 páginas, 2002.
- PINTO COELHO, C. N: A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar. Tese de doutorado. USP. São Paulo-SP. 1990. 63p. mimeo.
- PINHEIRO, A R.: A imprensa escolar e o estudo das práticas pedagógicas: o jornal “Nosso Esforço” e o contexto escolar do curso primário do Instituto de Educação (1936 a 1939). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo –SP. 2000.
- POERNER, A. J.: O poder jovem. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro-RJ. 1968.

- REIS FILHO, D. A. e MORAES, P. de: 68: a paixão de uma utopia. Editora Fundação Getúlio Vargas. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo-SP. 1998.
- RIBEIRO NETO, A. J.: Um laço que não UNE mais. In: Revista Desvios, no. 4, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- RODRIGUES, M. A década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às ruas. Editora Ática. 2ª edição. São Paulo-SP. Série Princípios. 1992.
- RODRIGUES, V. M. de S: Carapintadas: Estudantes na Festa e na Política.  
Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas-SP, 1997.
- SANFELICE, J. L.: A UNE na resistência ao golpe de 64. Ed. Martins Fontes. São Paulo – SP. 1987.
- SANTOS, N. et al: História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo-SP, Livramento, 1980, vol.1.
- SADER, E.: Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.
- SILVA, A O da: Contribuição à história do marxismo no Brasil (1987-1994): II - O marxismo-leninismo: entre a negação e a afirmação da tradição stalinista: O PCB reorganizado  
Revista Espaço Acadêmico no.60, maio de 2006.
- SILVA, J. M. A. de P: O ciclo básico na Unicamp: projeto, realidade e perspectivas. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas – SP. 1989
- SKIDMORE, T. Brasil: De Castelo a Tancredo. Editora Paz e Terra. São Paulo – SP. 1988.
- SOUZA, J. T. P. de: Reinvenções da Utopia: a militância política nos anos 90. São Paulo-SP. Hacker Editores, 1999.
- SPINDEL, A: O que é socialismo. Coleção Primeiros Passos. Ed. Brasiliense. São Paulo-SP. 1981.
- \_\_\_\_\_ O que é comunismo. Coleção Primeiros Passos. Ed. Brasiliense. São Paulo-SP. 1982.
- SPOSITO, M. Juventude e escolarização (1980-1998): MEC/INEP/Comped, 2002.
- TAVARES, L. H. e ROMAGNOLLI, T: A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador. Alfa Omega. São Paulo – SP. 1979.
- TRAGTEMBERG, M.: Burocracia e ideologia. Ed. Ática. São Paulo-SP. 1985.

- THOMPSON, E. P.: A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Zahar Editora. Rio de Janeiro-RJ. 1981.
- \_\_\_\_\_ : A formação da classe operaria inglesa. Tradução de Denise Botman. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro-RJ. 1987.
- THOMPSON, P: A voz do passado: história oral. São Paulo-SP: Paz e Terra, 1992.
- VALLE, M. R. do: 1968: O diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas-SP. Editora da Unicamp, 1999.
- VENTURA, Z.: 1968: o ano que não terminou. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro – RJ, 1988.
- WILLIAMS, R.: Cultura e Sociedade (1780-1950). Companhia Editora Nacional. São Paulo-SP. 1969.
- ZAN, D. D. P: Os cursos noturnos na Unicamp num contexto de crise da Universidade Pública. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp. 1996.
- ZAN, J. R.: Do fundo de quintal à vanguarda: contribuição para uma história social da música popular brasileira. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas-SP. 1996.

## **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

### **Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Acervo do DEOPS.**

#### **1) Informativos do DEOPS:**

1. Informativo do DEOPS nº 1863/72.
2. Informativo nº 270/73.
3. Informativos n. 224, de 27/03/74; n. 203, de 13/04/74.
4. Informativo DEOPS, no. 224-B/74. 28/03/1974.
5. Informativo DEOPS NR 203/74. 13/05/74.
6. Informativa do DEOPS NR 35/36/37. 30/10/1975.
7. Informativo DEOPS NR 837. 31/10/75.
8. Informativo DEOPS NR 184. 09/09/75.
9. Informativo DEOPS NR 250 10/10/75. 23 e 24.
10. Informativo DEOPS NR 115/76.
11. Informativo DEOPS NR 112/76. 31/08/76.
12. Informativo DEOPS NR 113/76. 01/09/76.
13. Informativo DEOPS NR 114/76. 01/09/76.
14. Informativo DEOPS NR 115/76. 03/09/76.
15. Informativo DEOPS NR Ficha de informação. 01/09/76.
16. Boletim da Assembléia. 01/09/1976.
17. Informativo DEOPS NR 449/450/451. 27/05/76.
18. Informativo DEOPS no. 17/1977. 16/05/1977.
19. Informativo DEOPS NR 123/77. 16/08/77
20. Informativo DEOPS NR 113/77.
21. Informativo DEOPS NR 119/77.
22. Informativo DEOPS NR 120/77. 11/08/77
23. Informativo DEOPS NR x 19/10/77.
24. Informativo DEOPS NR 138/77.
25. Informe DEOPS NR 54/78. 29/08/78.
26. Informativo DEOPS NR 03/78.
27. Informativo DEOPS NR 04/78. 03/02/1978.
28. Informativo DEOPS NR x 12/05/78

29. Informativo DEOPS 04/78.
30. Informativo DEOPS no. 03. 13/02/1979.
31. Informativo DEOPS no. 54/78. 29/08/1978.
32. Informativo DEOPS NR 331 26/11/79
33. Informativo DEOPS 29/79. 14/03/79.
34. Informativo DEOPS NR 71 08/08/80.
35. Informativo DEOPS 20/03/80.
36. Informativo DEOPS NR 69. 06/03/80.
37. Informativo do DEOPS. 20/03/1980.
38. Informativo DEOPS NR 82/81 21/10/81
39. Informativo DEOPS NR 83/81 21/10/81
40. Informativo DEOPS NR 486 23/10/81
41. Informativo DEOPS NR 225/81
42. Informativo DEOPS NR 23/81
43. Informativo DEOPS NR 143. 24/03/81.
44. Informativo DOPS NR 225/81.
45. Informativo DEOPS NR 143. 24/03/1981

**Jornais estudantis, boletins, cartas e panfletos:**

46. Festa Deturpada. Boletim informativo do CACE/CACH. 24/04/1972.
47. Comunicado do CACE. 26/04/1972.
48. Carta ao reitor. CACH, CACH, CAAL. 20/03/1973.
49. Viramundo. Jornal dos Estudantes da Unicamp. no. 02. Abril/Maio de 1974.
50. Carta aberta. 31/10/1975.
51. Convite para ato ecumênico em memória de Vladimir Herzog. 31/10/1975.
52. Boletim Permanente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos – Unicamp. s/d. 1976.
53. Carta ao reitor. 27/08/1976. CACH, CABS, CAAL, CAF e outros.
54. Boletim informativo. 09/06/1976. s/a.
55. Carta do CAB, CAAL, CACH, DAFEAA, 2 diretores do CAF, 1 do CAMECC.
56. Carta aprovada em assembléia geral dos estudantes e CAs. 03/05/1977.
57. Manifesto de apoio ao ato público. Estudantes da Unicamp. 29/09/1977.

58. Carta aberta ao povo. s/n. 17/04/1980.

59. Boletim do DCE. s/n. 20/10/1980.

### **Jornais da grande mídia.**

60. Universitários não param aulas. Diário do Povo p.10. 04/11/1975.

61. Informativo sem identificação de autoria. 01/09/1976.

62. Unicamp: restaurante é ocupado. Sem identificação. 01/09/1976.

63. Professores da Unicamp pedem reajuste de 70%. Folha de São Paulo. p.25. 10/03/1978.

64. Campinas condena violência na UnB. O Estado de São Paulo. p. 12. 17/08/77

65. Pequeno comparecimento à passeata da Unicamp que não parou as aulas. 12/08/77. Folha de São Paulo. p.11.

66. Unicamp entra hoje em greve de protesto. Folha de São Paulo. p. 30. 11/08/77.

67. Unicamp (perfil da mais discutida Universidade Brasileira do momento). O Estado de São Paulo. p.6 e 7. 14/07/77.

68. Novo reitor diz que haverá autonomia e diálogo na Unicamp. Folha de São Paulo. 14/04/78. p.14

69. Unicamp: reitor sai dia 28. Folha de São Paulo. 20/03/78.

70. Professores pedem reajuste de 70%. Folha de São Paulo. p.25. 10/03/78.

71. Reitor da Unicamp. Folha de São Paulo. 14/06/78. p.17.

72. Reitor diz que Unicamp não é foco de agitação. s/d. Folha de São Paulo. p.18.

73. Sem tribuna, protestos em Campinas. O Estado de São Paulo. 20/05/78.

74. Professores da Unicamp fazem greve por salários. O Estado de São Paulo. p.15. 12/05/1978.

75. A Unicamp pede socorro. O Estado de São Paulo. 06/11/79. p.8 e 9

76. Estudantes deverão promover protesto. O Estado de São Paulo. p.5. 15/03/79.

77. Unicamp repudia campanha contra universidade pública. Folha de São Paulo. p.20. 20/03/80.

78. Unicamp elimina jubilamento. O Estado de São Paulo. p.14. 20/11/1980.

79. Campinas não quer apoiar a greve da UNE. O Estado de São Paulo. p.12. 03/04/81.

80. Alunos pedem mais verbas para a Unicamp. Folha de São Paulo. p.18. 25/03/81.

## **2) Arquivo Edgard Leurenroth. Acervo ME.**

### **Jornais estudantis, boletins, cartas e panfletos:**

81. Jornal Viramundo (n. 2, abril/1974).
82. Apostila cultura. Curso de cinema. Maio de 75. CABS, CACH, CAAL, CAF.
83. 2º boletim da comissão de usuários do restaurante. 13/10/76.
84. Convite aos estudantes. Uma festa com Geisel. Centros acadêmicos. 15/09/76.
85. Informe da 1ª reunião conjunta das comissões organizadoras de encontros. Campinas. 1976.
86. Jornal do DCE/Livre. Agosto de 77. Plebiscito 14/09. Sim ou não?
87. Convocação geral. s/d. 1977.
88. Boletim da Assembléia. 06/77.
89. Boletim no. 4. Comitê de Imprensa. Restaurante: o que há? s/d.
90. Convocatória. Ato público dia 10/05/78.
91. Chapa "A" para Conselho Diretor (chapa dos centros acadêmicos). s/d.
92. Jornal Pró-DCE. Ano 0. No 0. Junho 1978.
93. Jornal Pró-DCE. Ano 0, no 1. CCAs/Unicamp. 1978.
94. Convocatória. Ato público dia 10/05/78.
95. Carta aos pais, alunos e população em geral. s/d. 1978.
96. Miudinho. Boletim do CACH. ano 2, n.36.
97. Miudinho. Boletim do CACH. s/d. s/n. 1978.
98. Miudinho. Boletim do CACH. n.52, s/d, 1978.
99. Miudinho. Boletim do CACH. n.48, ano 3. 1978.
100. Boletim do DCE. s/n. s/d. gestão 79/80.
101. Boletim do DCE. no. 1. Agosto de 1979.
102. Urgente. Um jornal que já vem atrasado. Jornal do DCE. No 1. 1979.
103. Jornal do DCE. no. 1. março de 1979.
104. Boletim informativo da comissão pró-moradia. s/d. 1979.
105. Eleição para CD. s/d. Chapa Aliança.
106. Boletim do DCE. A posse do ditador Figueiredo. 1979.
107. Convocatória. DCE livre 18/05/79.

- 108. Boletim do DCE. Final de 79.
- 109. Carta programa chapa “Sair Dessa Maré”. Eleições DCE 79/80.
- 110. Carta aberta aos calouros. s/d. 1980.
- 111. Boletim do DCE. 14/04/1980.
- 112. Boletim do DCE. 03/82.
- 113. Panfleto. Órgão da coordenadoria do DCE. no. 0. 16/11/82.
- 114. Jornal Cogumelo. Estudantes do IFCH. n.11. Ano 3, abril/1983.

### **3) Sistema Integrado de Arquivos da Unicamp. Acervo ME**

#### **Jornais estudantis, boletins, cartas e panfletos:**

- 115. Boletim do Calouro (CAAL, s/d, 1974).
- 116. Boletim do CACH. 07/03/1974.
- 117. Uma história do ME: 60-74. Março de 76. CACH/Unicamp.
- 118. Boletim Porta aberta. Extra!
- 119. Boletim de intervenção Porta Aberta. s/d. s/n.
- 120. Porta aberta. Ano 0, no 1. SBPC.
- 121. Porta aberta. Ano 2, no 2.
- 122. Boletim Porta Aberta. Ano 1. No 1.
- 123. Comunicado da reitoria. Aos estudantes da Unicamp. 31/08/1976.
- 124. Boletim da Assembléia. 02/09/1976.
- 125. Panfleto. Boletim do CACH. edição n.22 (s/d). Contra a vontade milhares, mas com a certeza de milhões.
- 126. Perspectivas Políticas e Orgânicas para o ME. s/d. 1976. CACH-Unicamp.
- 127. Boletim Comitê de Imprensa. No. 01. 15/05/1977.
- 128. Boletim Comitê de Imprensa. Vamos continuar a luta? 17/05/1977.
- 129. Boletim Comitê de Imprensa. Balanço. s/n. s/d. Junho de 1977.
- 130. Jornal do DCE Livre. Agosto/1977.
- 131. Jornal do CAMECC. n. 2. 19/09/1977.
- 132. Jornal do Calouro. Ano 78. Pelas Liberdades Democráticas. s/d.

133. Jornal do Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia de Alimentos e Agrícola (DAFEAA). Maio de 1978.
134. Jornal Ponto de Vista. s/d. s/n.
135. Carta à população. 28/08/1978.
136. Carta programa chapa “Proposta”. Eleições DCE 78-79. 10 e 11/10.
137. DCE Livre da Unicamp: Uma vitória de todos nós. 17/10/1978.
138. Boletim do DCE, s/n. 18/10/1978.
139. Caderno do jubileamento. Uma publicação do DCE/Livre da Unicamp. s/d 1979
140. Boletim do DCE. Agosto de 79. No 01.
141. Ponto de Vista, no. 14. outubro de 1980. As cagadas da vanguarda estudantil.
142. Boletim do DCE. s/d. s/n. 1980.
143. Boletim do DCE. 02/10/1980.
144. Panfleto conjunto DCE, ASSUC, ADUnicamp. 24/03/1981.
145. Boletim do DCE. s/n. 23/03/1981. Todos às assembléias setoriais!
146. Carta programa “anti-chapa” Mobilização estudantil. Eleições DCE 80-81.
147. Carta programa chapa Força Viva. Eleições DCE 80-81. 12 e 13/11/1980.
148. Amigo. Jornal do DCE aos calouros. s/d. 1981.
149. Carta programa chapa Vamos à Luta. Eleições para o DCE 80-81.
150. Jornal do DCE. Agosto de 1981.
151. Boletim da Comissão de Defesa da Universidade (CDU). 27/10/1981.
152. Carta aberta à população campineira. s/d. s/a.
153. Estatuto do DCE. 01/09/1981.
154. Documento DCE. Programação da Calourada. 15/02/1982.
155. Avaliação da gestão Força Viva. setembro de 1981.
156. Avaliação da gestão Força Viva. Viração. Setembro de 1981.
157. Panfleto DCE. Querem acabar com a Unicamp, mas Campinas não vai deixar. 29/10/1981.

### **Jornais da grande mídia:**

158. Pequeno comparecimento à passeata da Unicamp que não parou as aulas. Folha de S. Paulo, 12/08/1977. p.11.
159. Sem título. Folha de São Paulo. 24/08/1977. p. 8.
160. Unicamp aprova a eliminação do jubileamento. Folha de São Paulo. 19/11/80.
161. Ato público na Unicamp. Folha de São Paulo. p.13. 27/08/80.
162. Unicamp repudia campanha contra Universidade Pública. Folha de São Paulo. p. 20. 20/03/80.
163. Estudantes reclamam dos ônibus. O Estado de São Paulo. p.17. 31/08/82.
164. Hospital é prioridade do reitor da Unicamp. O Estado de São Paulo. p.12. 21/08/82.
165. Posse do reitor da Unicamp teve gritos e vaias. Folha de São Paulo. p.18. 20/04/82.
166. Crise espera o novo reitor da Unicamp após a posse amanhã. O Estado de São Paulo. p.23. 18/04/82.
167. Unicamp: posse do DCE em assembléia tumultuada. Correio Popular. p.5. 28/10/82.
168. Derrota provoca recontagem no DCE da Unicamp. Folha de São Paulo. 23/10/1982. p.17.



**Universidade Estadual de Campinas**  
**Faculdade de Educação**

**Mateus Camargo Pereira**

*Tecendo A Manhã:*

**História do Diretório Central dos Estudantes da**  
**Unicamp**  
**(1974/1982)**  
**volume 2**

**Campinas, novembro de 2006.**

*Tecendo A Manhã:*  
**História do Diretório Central dos Estudantes da**  
**Unicamp**  
**(1974/1982)**

Este exemplar corresponde à redação final (volume 2) da dissertação de mestrado de Mateus Camargo Pereira, requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre em educação, aprovada pela comissão julgadora em 14/09/2006.

Orientadora

Profa. Dra. Vera Lúcia Sabongi De Rossi

**Comissão julgadora**

Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira (UNISO) - titular

Profa. Dra. Patrícia Piozzi (UNICAMP) – titular

Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle (UNESP) – suplente

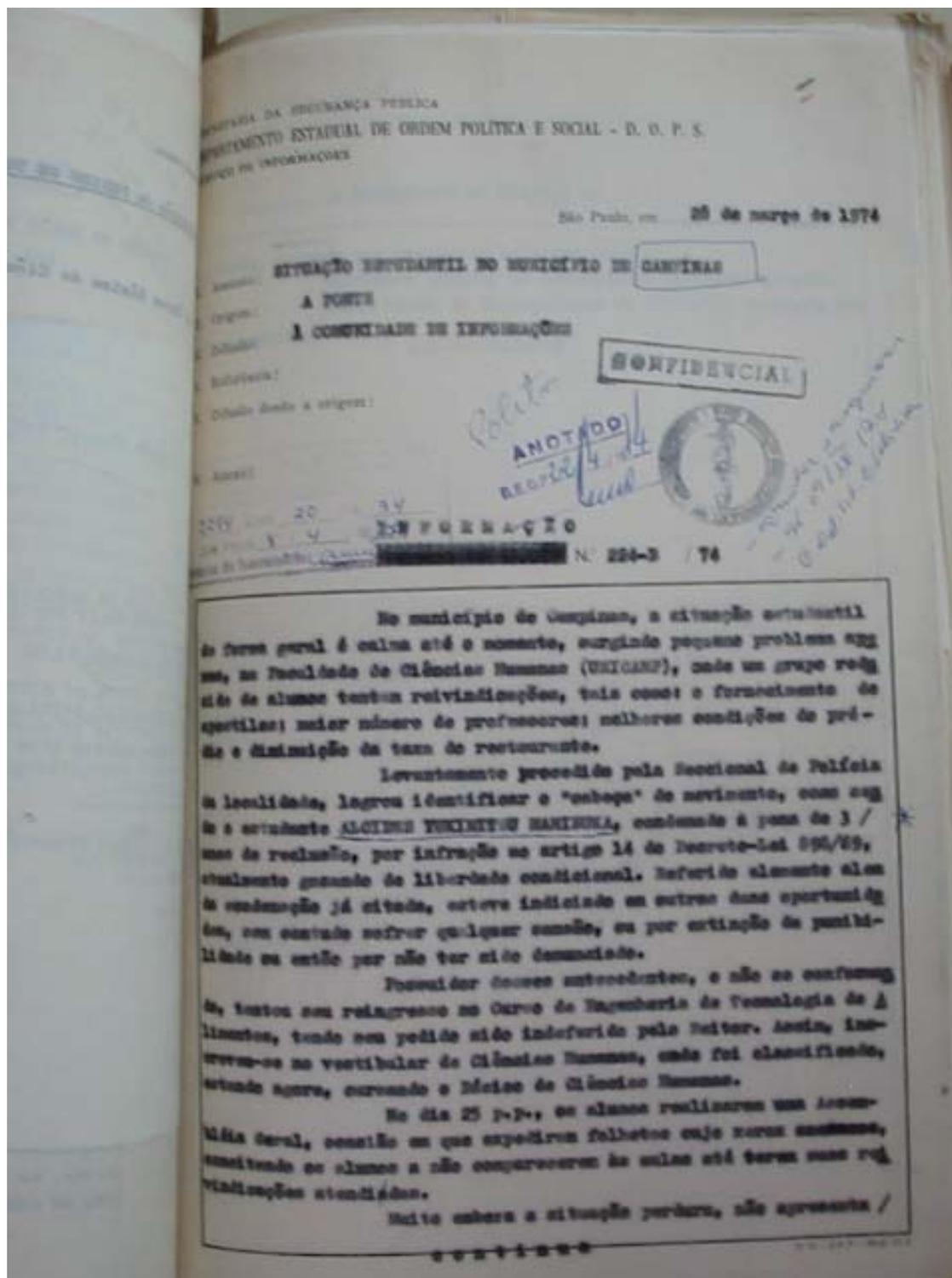
Profa. Dra. Eloísa de Matos Hofling (UNICAMP) - suplente

**Campinas, novembro de 2006**

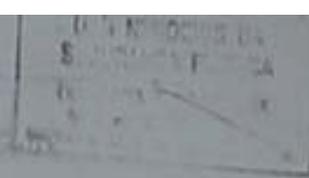
1) Arquivo AESP, acervo DOPS (OS 1465)

Informativo DOPS, no. 224-B/74. 28/03/1974. Em anexo, boletim do movimento.

Assunto: greve das *Humanas*.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



Resolução geral realizada em 25/05/74 resolvenos por...  
...já... foi tomada como continuidade do processo...  
...princ. to do ano letivo, por YALTA IS CONTINUA

...portamos esta decisão. Queremos apenas um prédio, onde se possa...  
...professores e número suficiente e principalmente manter o...  
...foi retirado pela portaria... pela Reitoria; SUBSIDIÁRIO

...ao Diretor do Instituto as abaixo-assinado com nossas...  
...apostilas gratuitas e maior número de professores). Na reunião...  
...retirada de assembléia o Diretor declarou a impossibilidade...  
...solicitações.

...de apostilas coloca em questão a gravidade do ensino e...  
...justeza de nossas reivindicações. Nossa luta não é isolada. Em...  
...universidades do país, estudantes tem se manifestado por...  
...condições de ensino.

### PARA NÓS HOJE !!!

O que conseguimos até agora foi devido à participação maciça e à coragem demonstrada.

Para a continuidade do processo de paralisação das aulas e para conseguirmos que sejam atendidas nossas reivindicações, precisamos manter a união participando cada vez mais.

VÁ À ASSEMBLÉIA, HOJE ÀS 13:30 hs.

EXERÇA A PRÁTICA DE OPINAR

EXERÇA A PRÁTICA DE DISCUTIR

EXERÇA A PRÁTICA DE EXIGIR SEUS DIREITOS.

## INFORMAÇÃO

- 1) Os estudantes dos Cursos de Ciências Humanas da UNICAMP - sempre de Ciências Sociais e somente eles - divulgaram o manifesto anexo (documento I), através de volantes mimeografados e publicados pela imprensa de Campinas (documento II), relacionando os motivos pelos quais resolveram não comparecer às aulas;
- 2) A Reitoria da UNICAMP distribuiu aos estudantes e à imprensa um comunicado (documento III), demonstrando a absoluta improcedência das razões apontadas pelos estudantes para o não comparecimento, afirmando ainda que as faltas não serão abonadas, cabendo aos faltosos a total responsabilidade pela reprovação por faltas, nos termos da Lei;
- 3) Verificou a Reitoria que, por impressionante coincidência, e ao resultado de vestibular realizado pelo CESCEA, matricularam-se no curso de Ciências Humanas, em 1974, vários estudantes já alunos de outros cursos da UNICAMP que são já por nós conhecidos aos agitadores.

Esses estudantes, cuja relação segue em anexo, têm todas as características de "estudantes profissionais", desses que ingressam nas Universidades já preparados e com todos os conhecimentos das técnicas de agitação.

Dentre eles destacam-se:

- 1 - ALCIDES HAMIZUKA - estudante de Engenharia Tecnológica de Alimentos desde 1967. Casado, 31 anos de idade - preso no Congresso de Ibiúna - processado e condenado pela Justiça Militar à pena de 3 anos de reclusão, em 15.01.73 (Processos n.ºs. 87/68 e 112/71, da 2ª Auditoria do Exército). Posto em liberdade condicional, solicitou o Senhor Hamizuka nova matrícula no Curso de Tecnologia de Alimentos apresentando ofício do Excelentíssimo Senhor Juiz Nelson Machado Guimarães, encarregando a conversância de sua readmissão na UNICAMP. É estranho que, depois de vários anos de estudos de Tecnologia de Alimentos as apresenta agora, através de vestibular, como estudante de Ciências Sociais. Esquisita mudança de vocação num indivíduo de 31 anos, iniciando novos estudos, após 7 anos de Universidade.

1 - MARIA CLOTELO GOMES CORREA - já li conhecida em Física surge agora matriculada no Curso de Ciências Humanas. Personalidade neurótica, agitadora, tentou em anos passados movimentar os estudantes para movimentos de greve, sem resultado. Tem também as características de "estudante profissional".

3 - FERNANDO VAZ PUPPO - 29 anos de idade - já estudante de Matemática. Surge agora como estudante de Ciências Humanas. Também conhecido por atividades de agitador.

4 - MÁRIO GODOY CUNHA - 25 anos - estudante de Ciência da Computação - trançou a matrícula em 1971 alegando viagem aos Estados Unidos. Tudo indica que foi para Cuba. Na volta, em 1972 revelou-se agitador. Agora matriculou-se em Ciências Humanas através do CESCEA.

5 - PAULO CESAR BITTENCOURT - 22 anos - estudante de Matemática, agora, matriculado no Curso de Ciências Humanas. Trançou a matrícula em 1972 alegando viagem aos Estados Unidos, deixando a procuração para Mário Godoy Cunha. Aparentemente foi doutrinado por este para a agitação.

6 - SAULO PAULINO LONEL - 26 anos - matriculado no Curso Básico de Ciências Humanas (2º ano) - é elemento ativo no presente movimento, incitando os demais estudantes.

7 - RUDENS DE CAMARCO FERREIRA ADORNO - matriculado no Curso Básico de Ciências Humanas (2º ano) - via, como o Saulo Lonel, elemento ativo e incitador dos colegas para faltarem às aulas.

A - NOTA IMPORTANTE: Os 5 primeiros nomes relacionados não aparecem ostensivamente no presente movimento, mas há indícios veementes, pelo seu passado e pela velha experiência, de que, por trás da cortina, são os orientadores e cabeças pensantes. A matrícula em Ciências Humanas não tem explicação racional.

B - Em anexo seguem os dados pessoais dos indicados e as fichas e identidade com as fotografias.

14. RELATÓRIO DA ASSEMBLEIA

REUNIÃO DA COMISSÃO DE ALUNOS COM A DIREÇÃO DO IFCH

Na reunião realizada ontem, por iniciativa do Diretor Associado do IFCH ( João Manoel Cardoso de Melo ), uma Comissão de alunos iniciou os trabalhos de negociação para o fechamento das reivindicações apresentadas na Assembleia Geral.

Respeitando a decisão da Assembleia Geral, a Comissão limitou-se a esclarecer as questões levantadas, as quais não tiveram por parte do Diretor Associado as respostas esperadas por todos nós.

O Diretor Associado sugeriu uma nova reunião a ser realizada no dia 11.00 horas do dia 26/1/74, de qual esperamos tanto as propostas quanto a obtenção do aval do Instituto para as nossas legítimas aspirações e desejos, os quais até agora não foram ouvidos.

A qualquer momento podem surgir novas informações. Serão de imediato divulgadas nos boletins para que todos possam trabalhar em conjunto e deliberar, na Assembleia Geral, sobre quaisquer propostas concernentes ao trabalho da Direção do IFCH.

RELAÇÃO DE TRABALHOS REALIZADOS

- FORA AFECTILAS GRATUITAS
- RELAÇÃO DE TRABALHOS DE PROFESSORES
- RELAÇÃO DE TRABALHOS DE ALUNOS

2) Arquivo AEL, acervo ME.

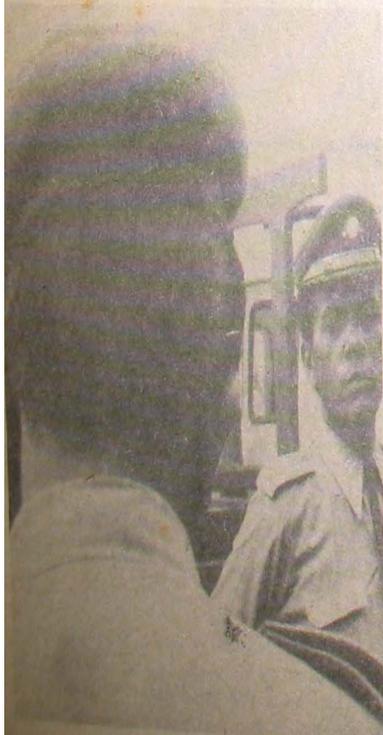
Viramundo. Jornal dos Estudantes da Unicamp. no. 02. Abril/Maio de 1974.

Assunto: paralisação dos estudantes do IFCH e outros.

# Paralização na Unicamp

## TRANSPORTE COLETIVO

Estudantes das Ciências Humanas. Quinze dias paralizados. Um dos motivos é este prédio. Em construção ainda, página 5.



Página 10-11

## Começou a colheita



Página 12

# PARALIZAÇÃO NA UNICAMP

Era 2a feira. Quatro de março.

As aulas começavam na Unicamp. Com classes problemáticas antigas acrescentando outros: os ônibus vinham lotados e eram poucos; as filas intermináveis do restaurante agora já conseguiam dar volta no prédio; as salas de aula não tinham condições de acomodar todos os estudantes nos painetes (salas dos cursos básicos) os anfiteatros divididos dividiam ainda mais a pouca ventilação de que dispunham quando eram grandes. O Instituto de Humanas repentinamente deslocava para o prédio em construção, pegando professores e alunos desprevidados: ninguém achava o conjunto.

E os calouros... Ah, sim, muita gente nova no campus.

De mais a mais, o ano já havia começado entre protestos, filas e até brigas com os incidentes ocorridos nos dias de matrícula. Foram raros os alunos que não precisaram refazer a matrícula duas, três ou mais vezes: o computador não se mostrou eficiente, pelo contrário.

Começou já na terça-feira a circular uma novidade: todas as apostilas, que eram distribuídas gratuitamente, seriam cobradas. "Em janeiro foi lançada uma portaria que determina cobrança de todo material impresso recebido aos alunos" (Boletim dos C.As.).

E havia justificativas: o papel está em crise. O pessoal do Centro de Humanas, passando ainda classe do 1o ano para conversar com os calouros deparou-se com o problema da apostila paga. "Uma professora disse que tivemos de comprar uma apostila para a 1a feira".

Houve discussão na classe e se decidiu: "Não vamos comprar". Formouse uma comissão junto com o primeiro ano para se propor discussão nas demais classes.

Na quarta já todas as classes estavam discutindo e foi unanime a decisão de "não pagar apostilas e procurar encontrar outras soluções" (Boletim dos C.As.). Nesse mesmo dia reuniram-se alunos representantes levando as discussões de cada classe junto ao Centro. Discutiu-se como o processo de introduzir o pagamento de apostilas se vincula a questão do ensino pago, já defendida pelo Ministro de Educação e efetivado em outras Universidades federais e estaduais, como no Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, FUEL em São Paulo, bem como no ensino de primeiro e segundo grau.

"Parte do imposto que pagamos e para sustentar o ensino para a população. Vamos pagar de novo?" argumentavam os alunos. "O ensino gratuito já exige uma série de recolhimentos de pessoas que possam completar o colegial, fazer vestibular, frequentar a universidade em tempo integral, etc. Se pagarmos ainda esse material básico, quantos poderão continuar".

"Para onde vai a verba destinada à Unicamp?" Na reunião decidiu-se: Devemos resistir unidos às imposições que afetam nossos direitos ao ensino gratuito; levar as classes discussões contínuas e propostas de Assembleia de todos os alunos; elaboração de estudos e informes sobre os problemas; discussão de soluções para serem propostas e atitudes a serem tomadas" (Boletim UCH-73-74).

Essas discussões levadas às classes provocaram novas questões: "Precisamos tomar uma posição mais definida. Os professores estão contraindo o problema substituindo as apostilas pela compra de livros, ou mandando os alunos tirar xerox, etc". Foi aceita em todas as classes a proposta de Assembleia geral de Humanas.

Enquanto isso o problema também era debatido nas demais áreas da universidade. Na quinta-feira, 7/3, reuniram-se os Centros das três áreas — Exatas, Humanas e Biológicas — Cada centro de curso colocou a situação em seu Instituto.

Na Engenharia já houvera cobrança de apostilas nos cursos de férias e mesmo no início das aulas. O C.A. estava levando discussão nas classes, onde se chegou a uma definição: não pagar apostilas até ter clareza sobre o problema.

Na Química, o CAEQ levou às classes o problema de ensino pago e sua vinculação com as apostilas.

Na Medicina, os professores, mais sutis, não adotaram apostilas, mas recomendaram uma vasta bibliografia para acompanhamento do curso.

Na Física o centro discute com os calouros e propõe encaminhar às outras classes.

No DIEG (Inst. de Matemática, Estatística e Ciências da Computação) — professores cobravam apostilas, alegando que haviam pago de S. Paulo.

Quinta-feira, 14-3-74 — Após discussão em todas as classes, mais de 200 alunos de Humanas, reunidos em Assembleia geral, discutiram as propostas apresentadas pelas diversas classes.

Decidem: Reafirmar a posição de não comprar apostilas e exigir do Instituto que continuasse a distribuir gratuitamente, como fizera até 7/3.

Não aceitar medidas paliativas, como emprestar apostilas de outros anos, não comprar livros que substituíam as apostilas, etc. Não se submeter a provas e seminários, até a solução da problemática.

Exigir a matrícula dos alunos excelentes internos, por falta de professores, nos diversos cursos, como História, Psicologia, Línguas, etc.

Encaminhar as decisões num documento abaixo assinado por todos os alunos ao diretor do Instituto, para que no prazo de uma semana se compromettesse a atender as exigências.

Além das reivindicações acima, levantou-se a questão de outros problemas que impedem o aproveitamento do curso por parte dos alunos, como as condições das aulas no prédio novo do IFGH, ainda em construção, onde falta água, luz, sanitários. As aulas são ministradas em salas precárias, frias e o constante movimento dos pedreiros. O acesso ao prédio se dá por escadinhos com barro, valetas, e água e concreto caindo das paredes sobre as cabeças. O crescimento da biblioteca não tem atendido às mínimas necessidades dos alunos.

"Nunca se encontram os livros didáticos básicos utilizados pelos cursos, mas tem obras raras em alemão gótico".

As decisões da Assembleia foram discutidas em todas as classes, assinado e comunicado por todos os alunos e encaminhado ao diretor do Instituto.

Na sexta-feira já começa um surto de efeitos: pelas paredes da escola havia um comunicado escrito pelos alunos — "os excedentes internos de História podem efetuar suas matrículas" — poderão cursar.

Nas Ciências Exatas a posição de não pagamento não foi sustentada por todos os estudantes, embora algumas classes tenham se recusado a pagar.

Os centros Acadêmicos têm posição de não pagamento, mas ainda se discute como continuar o processo.

Na sexta-feira, dia 22, houve reunião das Áreas — O Centro de Medicina propõe a efetuar abaixo assinado no nível das três áreas da Unicamp, colocando-se contra o pagamento. Na Medicina a questão foi discutida em todas as classes e definida a posição: "Não se paga".

Os centros acadêmicos de Exatas em reunião do CAEE, em boletim distribuído aos alunos colocou sua posição: "Opagamento de apostilas vincule-se com a questão de introdução do Ensino Pago. Deve existir apostilas gratuitas".

Dia 25-3 Assembleia de CH. Mais de 250 estudantes reunidos após haver discutido em classes as propostas para as decisões a serem tomadas. Durante 5 horas os estudantes estiveram discutindo. Enquanto isso uma comissão de representantes discutia com o diretor do Instituto sobre as reivindicações. Obtiveram como resposta: a portaria estipulando o pagamento de apostilas e uma vaga promessa de resolução dos demais problemas.

Por seu lado os estudantes em Assembleia decidiram paralisar as aulas, dado a impossibilidade de continuar como estava. Na mesma Assembleia foi lido um comunicado dos estudantes de Minas Gerais, onde noticiava a prisão de vários estudantes daquela Universidade. Os estudantes da C. Humanas decidem pelo voto de solidariedade aos colegas de Minas.

Na 3a feira, dia 26 a escola amanheceu paralisada. E assim permaneceria por duas semanas. Isto é — paralisadas as aulas. Grande parte dos estudantes permaneceram na escola. Durante a primeira semana se efetivaram diversos grupos de estudo. Foram debatidos assuntos como Reforma Universitária, Estudos Sociais, Ensino Pago. As discussões eram constantes.

No fim da primeira semana, novas negociações da diretoria com comissões de alunos. Após 5 horas em reunião a Comissão de alunos tem como resultado a apresentar um comunicado da diretoria, classificado pelos estudantes como um documento vago.

"Não seriam distribuídas apostilas. A biblioteca teria apostilas em numero suficiente. Somente seriam apostilados textos de difícil acesso, textos originais de professores do IFGH".

"Bem, mas o que significa texto de difícil acesso?" perguntavam os estudantes. "Todos os textos que necessitamos para uma matéria se encontram espalhados por nos dez livros e estão todos à venda em qualquer livraria. Desde que se compre todos os livros".

"Esse comunicado apenas está reafirmando o que já existe no Instituto há anos. Não avançamos nem um pouco — exceto, fizemos sem apostilas. Necessitamos mais esclarecimentos".

As novas comissões para esclarecimentos com a di-

retoria foram recusadas por parte desta. "Não temos mais nada a dizer" foi a resposta aos alunos.

Durante a semana cartazes na escola denunciavam que todos os cartazes e murais colados no Instituto eram arrancados por ordem da direção.

Cartazes e boletins informativos circulavam e noticiavam todas as ocorrências.

Nas Ciências Exatas, os estudantes da cadeira de Computação haviam se recusado a fazer prova devido a esta necessitar a aquisição de apostilas.

Ainda nesta semana num comunicado publicado em jornais da cidade a Retoria se manifestava:

"Os alunos de C. Humanas não estão compreendendo as aulas. E justificava: "Em nenhuma escola do mundo se distribui apostilas gratuitas e a biblioteca de Ciências Humanas é a melhor do gênero no país. Não existe falta de professores".

Por outro lado circunferência (situa) os acontecimentos a problemas internos do Instituto, anunciando como implicações o não abolição de faltas e nota zero para as provas não realizadas.

Os estudantes inter-põem como uma possível abertura para as negociações por parte da retoria. Haja visto que as negociações haviam sido negadas por parte do Instituto. Porém, a carta aberta dos estudantes à população somente pode circular dentro da escola. Os jornais da cidade não a publicaram, apesar de a terem recebido.

No dia 4-4, numa Assembleia, os alunos de C. Humanas, após longa discussão, deliberam: Reafirmar as reivindicações anteriores. Continuação da paralisação até o sábado, 6-6. Formação de comissões para levantamento da bibliografia de todos os cursos de C. Humanas e averiguação dos livros existentes na Biblioteca; comissões para levantamento dos professores de História e Antropologia; comissões para conversação com a retoria e com a direção do Instituto.

A paralisação dava um prazo para que se melhorassem as condições do prédio de C. Humanas e também como forma de protesto pela recusa de conversação por parte do Instituto.

Nesse mesmo dia os alunos de C. Biológicas através do CAAL encaminhavam a retoria um abaixo assinado com cerca de 400 assinaturas solicitando a revogação da portaria que estipulava o pagamento de apostilas.

Nos dias 6 e 7-4 os estudantes de C. Exatas, finalmente realizaram a Assembleia e deliberaram posições: "Contra o pagamento de apostilas e pelo Ensino gratuito".

Suspensão do jubramento de alunos até que fosse feito um levantamento das implicações do mesmo sobre as condições de ensino na Universidade. Formaram também uma comissão de representantes para dialogar com a Retoria.

Na sexta-feira, 5-4 as comissões de C. Hum. e C. Exatas conseguem uma audiência com o reitor. Os resultados:

— As apostilas serão vendidas e haverá também um suprimento de 10 a 15 destas na biblioteca para cada curso.

— A biblioteca de C. Humanas será reaparelhada conforme as necessidades apontadas pelo levantamento dos alunos.

— Haverá contratação de professores para cobrir as necessidades do curso.

No tocante à reivindicação de C. Exatas sobre o jubramento a resposta é taxativa: O jubramento será aplicado a partir deste ano, sem efeito retroativo.

Ainda na sexta-feira, um estranho folheto, sem assinatura circulava em toda a escola e advertia:

"Você sabia que não existe falta de professores e falta de livros na Universidade? Você sabia que existem "estudantes eternos" que permanecem na Universidade para "fins inconfessáveis"?"

Os estudantes estranharam muito aquele folheto. "O que significa este impresso?" Nenhum de nós possui uma máquina IBM, como o folheto foi impresso. Seria um comunicado anônimo da escola. E se fosse, significaria uma mudança de atitude e direção para com os estudantes?" — indagavam.

"Apesar do folheto dizer que na biblioteca existem 50 mil exemplares, o levantamento dos alunos acusava apenas 7 mil livros didáticos, nem todos constantes da bibliografia dos cursos".

Vitória?

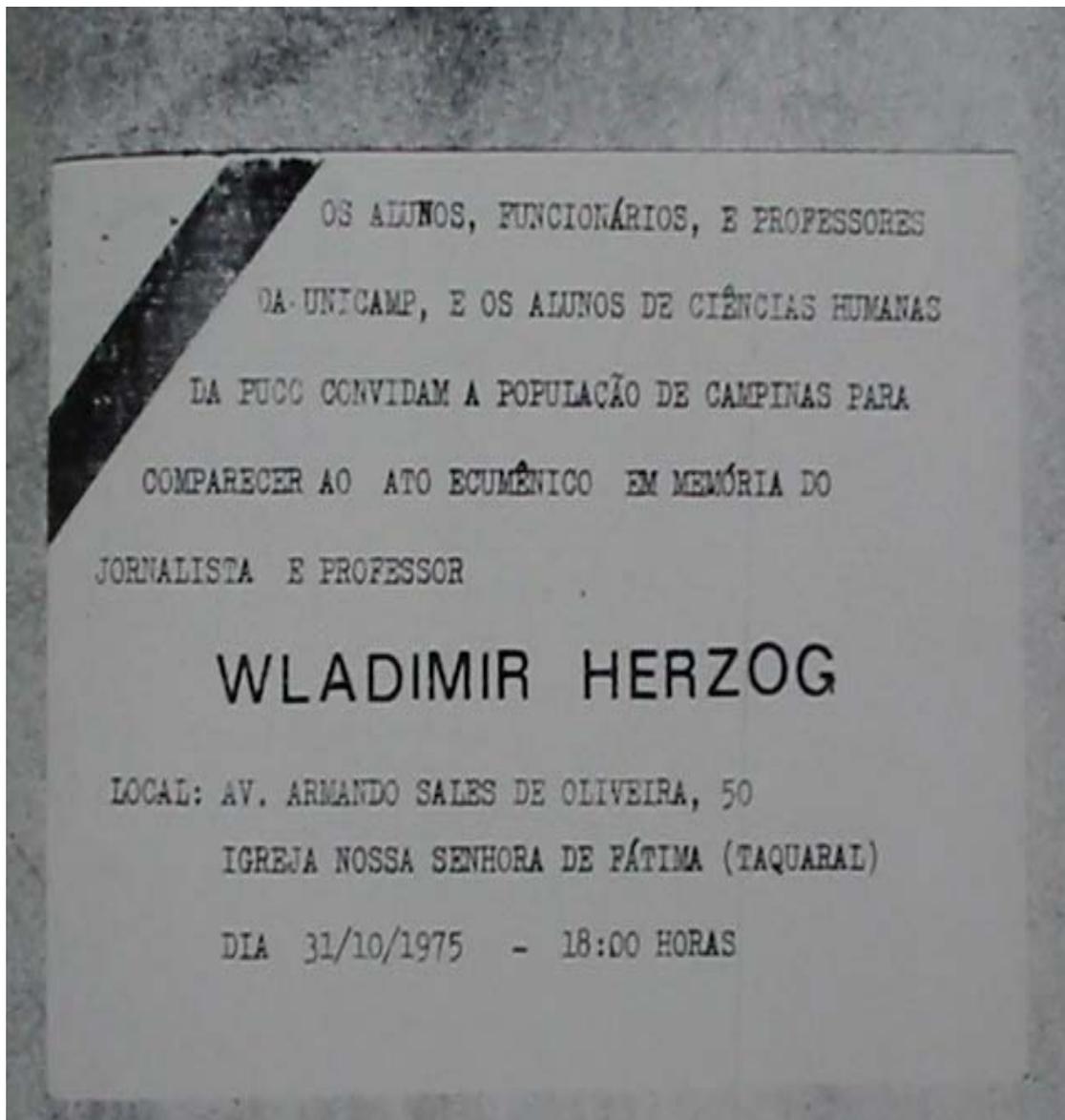
Na semana santa não houve aula na Unicamp. A continuidade das discussões e a reavaliação das comissões se deslocou para a outra semana.

Como ficaram os estudantes diante dos fatos?

3) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1465).

Convite para ato ecumênico em memória de Vladimir Herzog. 31/09/1975.

Assunto: protesto contra morte de Herzog.



4) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1465).

Jornal Diário do Povo. Universitários não param aulas. p.10. 04/11/1975.

Assunto: após atos de protesto contra a morte de Vladimir Herzog, assembléia estudantil decide não paralisar as aulas.



5) Arquivo AEL, acervo ME.

Carta aberta. 31/10/1975.

Assunto: manifesto de repúdio à morte de Herzog e à prisão de estudantes da Unicamp na Operação Jacarta.

CARTA ABERTA

Os alunos, professores e funcionários da Universidade de Campinas e os alunos de Ciências Humanas da FUCC, congregados em reunião geral às 13 horas do dia 30/10/1975 para analisar os últimos acontecimentos em São Paulo deliberaram tornar pública a seguinte posição:

Surpreendidos pela escalada repressiva que se abate sobre a sociedade brasileira, fomos constrangidos à raia da indignação pela forma que ela atingiu nossos colegas da Unicamp, através das prisões de HÉLIO RODRIGUES, OSWALDO LUIZ DE OLIVEIRA, GUSTAVO ZIMMERMAN e o prof. ADEMIR GEBARA, bem como estudantes da Universidade de São Paulo, jornalistas, intelectuais e trabalhadores, culminando com a morte do professor e jornalista WLADIMIR HERZOG, nas dependências do DOI (Departamento de Operações Internas) do 11º Exército.

Como um dos setores sociais que mais sente a atmosfera sufocante da coerção, da política repressiva em que vive nosso país, não aceitamos permanecer calados diante de tais fatos.

Cientes da responsabilidade assumida, vimos a público denunciar esses fatos como algo que vai além do mero acidente ou um simples descuido do que ocorre nos "porões da administração".

Consideramos que esta política repressiva cumpre hoje um papel muito claro. É o véu que se põe à população criando o fantasma da subversão, para disfarçar os reais problemas que angustiam o país. Não podemos aceitar que setores da população que se vêem cerceados em suas mínimas liberdades, impossibilitados de qualquer organização e expressão política livre possam ser tachados de perigosos "ao clima de crescimento e paz social em que vivemos". Cidadão nenhum deste país pode servir de "bode expiatório" aos graves problemas que enfrentamos.

Consideramos, repetimos, que o argumento da repressão serve apenas para esconder as mazelas do regime e sua incapacidade de atender aos reclamos mínimos da sociedade brasileira. Os problemas reais são outros.

Se algo existe que deve preocupar as autoridades são os índices crescentes de empobrecimento da população brasileira, a impunidade da corrupção que hoje assola o país, o volume crescente de uma dívida externa que hoje já ultrapassa os vinte bilhões de dólares, o apelo desesperado à integração com o capitalismo internacional que desembocou nos contratos de risco para a exploração petrolífera, a explora-

## 5 ) Arquivo AEL, acervo ME.

Boletim Permanente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos – Unicamp. s/d. 1976.

Assunto: chamada para reunião geral sobre Semana Nacional de Liberdades Democráticas, entre outros.

### BOLETIM INFORMATIVO

Comissão Permanente de Defesa dos  
Direitos Humanos - UNICAMP.

#### SOBRE A REUNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES

Será realizada na USP, no próximo sábado, dia 3 de abril de 1976 uma reunião nacional de estudantes com a finalidade de discutirmos assuntos atuais referentes a situação do movimento estudantil, em especial a realização de uma Semana Nacional de Liberdades Democráticas.

Essa reunião é também resultado das Assembléias havidas na Unicamp, no final do ano passado, quando das prisões dos nossos colegas, onde foi proposto que a Comissão Permanente se empenhasse, conjuntamente, com as demais entidades estudantis do país em forçar o M.D.B. para que instalasse uma C.F.I. sobre Direitos Humanos na atual legislatura.

Para tanto, foi realizado em Janeiro de 1976 uma primeira reunião nacional de estudantes onde a proposta de Campinas sobre a CFI foi ampliada no sentido de realizarmos uma atividade mais abrangente na forma de uma Semana de Liberdades Democráticas.

Atualmente, o quadro político do país agravou-se ainda mais com a continuidade da violência das prisões e a recente cassação de três combativos deputados federais do M.D.B.

Nesse sentido, nós, alunos da Unicamp devemos participar ativamente deste debate e nos posicionar contra tais arbitriedades.

Através de nossos Centros Acadêmicos devemos levar nossas posições aos demais colegas do país na reunião de sábado próximo. Esse processo não se esgota nessa reunião e sim nas proposições de nossas reivindicações e lutas dentro e fora da Unicamp. Portanto, conclamamos todos para que discutam amplamente as questões aqui levantadas, levando nossas posições através das entidades representativas.

A Reunião terá início às 09,00 horas no Instituto de Física da USP, com a previsão de término para as 18,00 horas. A participação é aberta a todos os estudantes e nossa proposta é de que o caráter deliberativo da reunião seja dado pelo voto das entidades representativas.

A pauta da reunião constará dos seguintes itens|:

1. Balanço Regional das atividades e lutas estudantis
2. Discussão e preparação da Semana de Luta por Liberdades Democráticas e/ou outras lutas nacionais
3. Discussão e preparação do Encontro Nacional de Estudantes
4. Formas Orgânicas para se encaminhar os itens acima e a reconstrução do Movimento Estudantil a nível mais geral (regional e nacional)

-----

6) Arquivo SIARQ, acervo ME.

Carta ao reitor. 27/08/1976. CACH, CABS, CAAL, CAF e outros.

Assunto: reivindicações diversas (ônibus, restaurante, sede para DCE, entre outras).

CARTA AO REITOR

Considerando que os serviços da empresa de ônibus contratada pela UNICAMP não satisfazem as necessidades dos estudantes, evidenciando-se atrasos e falta de ônibus;

Considerando que não se modifica o problema quando se fala da Rápido Luxo de Campinas e da CCTC, uma vez que são empresas não ligadas à universidade por meio de contrato;

Considerando que o serviço de restaurante prestado é precário ao depararmos com as reais necessidades dos estudantes;

Considerando que essas deficiências decorrem da má administração do restaurante;

Considerando que há necessidade por parte dos estudantes de um local na cidade onde seja um ponto de encontro, e onde seriam levadas atividades culturais, desportivas e sociais;

Considerando que a universidade nega-se a alugar uma outra "CASA" para os estudantes na cidade;

Estudantes da UNICAMP, em Reunião Geral convocada pelas entidades representativas, realizada dia 26 de agosto de 1976, reivindicam:

- Em relação ao ônibus:

\* estabelecimento de um contrato por um prazo determinado que satisfaça nossas necessidades de transporte, em cuja elaboração participe uma comissão de estudantes;

\* durante a vigência desse contrato, a universidade deverá providenciar uma frota própria de ônibus;

\* que seja congelado o preço das passagens

\* que se aumente a frota, de modo que se tenha:

a) ônibus de 15 em 15 minutos nos sentidos cidade-escola e escola-cidade.

b) número maior de ônibus nos horários críticos nos sentidos cidade-escola e escola-cidade.

c) até que isso se verifique, ninguém pagará pelo uso dos ônibus.

7) Arquivo AEL, acervo ME.  
Boletim informativo. 09/06/1976. s/a.  
Assunto: perda da casa dos CAs.

-- BOLETIM INFORMATIVO--

A casa do CACE-CACH está para ser perdida. Por motivo da venda do imóvel, o proprietário não mais tem interesse em renovar o contrato que vencerá em Agosto.

Os CAs da HUMANAS e da EKATAS desde 1971 ocupam como sede esta casa na Av. Andrade Neves 237.

Naquela época, o que levou os colegas de então a reivindicar uma sede para os CAs, foi a óbvia necessidade de um local de encontro para o desenvolvimento de todas as atividades extra-curriculares visando a integração dos estudantes entre si e com a comunidade.

Durante o seu primeiro ano de existência a CASA correspondeu aos seus objetivos. Muitas foram as atividades lá desenvolvidas, como por ex.: ciclos de teatro, feiras de arte (que começaram lá), festas, ... etc. Cabe aqui frisar, a participação de maior número de pessoas que hoje, apesar de sermos uma Universidade menor então.

Em 1973, com o esvaziamento dos CAs, decorrente de erros que não cabem aqui analisar, a CASA foi gradativamente caindo em desuso. Cremos que outros fatores contribuíram para o agravamento de tal situação, como por ex. sua disposição e organização interna. Naquela ano de 1973 a CASA chegou a ficar em completo abandono por um determinado período, situação que veio a melhorar à partir do 2º semestre de 1974 com o desenvolvimento de uma série de atividades.

Neste ano de 1976 concordamos que não foram muitas as programações levadas na CASA, mas isto não implica em a situação vá perdurar para o 2º semestre pois estão sendo reativadas comissões encarregadas de manter constante o ritmo das atividades socio-culturais.

Experiências anteriores mostram que quando há constância nas atividades, a participação é efetiva. Mas para que haja constância e diversidade outras coisas são também necessárias como por exemplo uma infraestrutura física e humana; claro está que uma sem a outra não leva a nada.

Torna-se então fundamental a necessidade de mantermos uma sede na cidade à participação de um maior número possível de pessoas.

Com a possibilidade de perda da casa, já estão sendo feitas gestões perante a direção da Universidade para a liberação do aluguel para uma nova casa, que pretendemos seja melhor que a atual, tanto no que se refere a sua utilização como a sua localização e disposição interna. Paralelamente está sendo pesquisada a possibilidade de doação por parte da Prefeitura de Campinas de um terreno onde em futuro que esperamos seja próximo se construa uma sede própria e definitiva para os CAs.

PRÓXIMA REUNIÃO PARA TRATAR DO ASSUNTO DIA 9/6 QUARTA-FEIRA

P A R T I C I P E M

8) Arquivo AEL, acervo ME.

Boletim da Assembléia. 01/09/1976.

Assunto: resoluções da assembléia para continuidade do movimento de embate com a reitoria.

BOLETIM DA ASSEMBLÉIA (da 1ª de Setembro)

Os alunos da UNICAMP, reunidos em Assembléia Geral, na manhã de ontem, 18/09/76, deliberaram os seguintes pontos:

1 - COM RELAÇÃO A QUESTÃO DA CASA

- manter as decisões da Assembléia do dia 26/08/76, isto é, a CASA permanecerá ocupada até que, a Reitoria não resolva o problema do aluguel;
- que todos os grupos de trabalho passem a se reunir na CASA com o objetivo de assegurar a ocupação por parte dos alunos;
- encaminhar um abaixo assinado exigindo a renovação do contrato da atual CASA, ou contrato de uma outra;
- reforçar a participação na comissão de Atividades Culturais existente, no sentido de estudar meios para obter uma independência financeira em relação a Reitoria (reunião sexta-feira, às 12:30 hs, cb-11);
- que os bares e lanchonetes do Campus sejam arrendados, e o dinheiro entregue aos C.As.;

2 - COM RELAÇÃO A CONTINUAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES

- suspensão da Assembléia Permanente e retorno das atividades normais a partir de hoje (2/09/76) para:
  - a- dar continuidade às mobilizações através dos C. As. a fim de manter os alunos informados.
  - b- dar tempo para que os encaminhamentos iniciados pelas Comissões de Controle Estudantis (Restaurante e Transportes) sejam efetivados e possam ser pontos concretos para discussões da Assembléia marcada para o dia 13/9/76, à tarde.
- continuará o boicote nos passes da Enatur durante esta semana.

9) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa OS 1465).

Jornal não identificado. Unicamp: restaurante é ocupado. 01/09/1976. s/n.

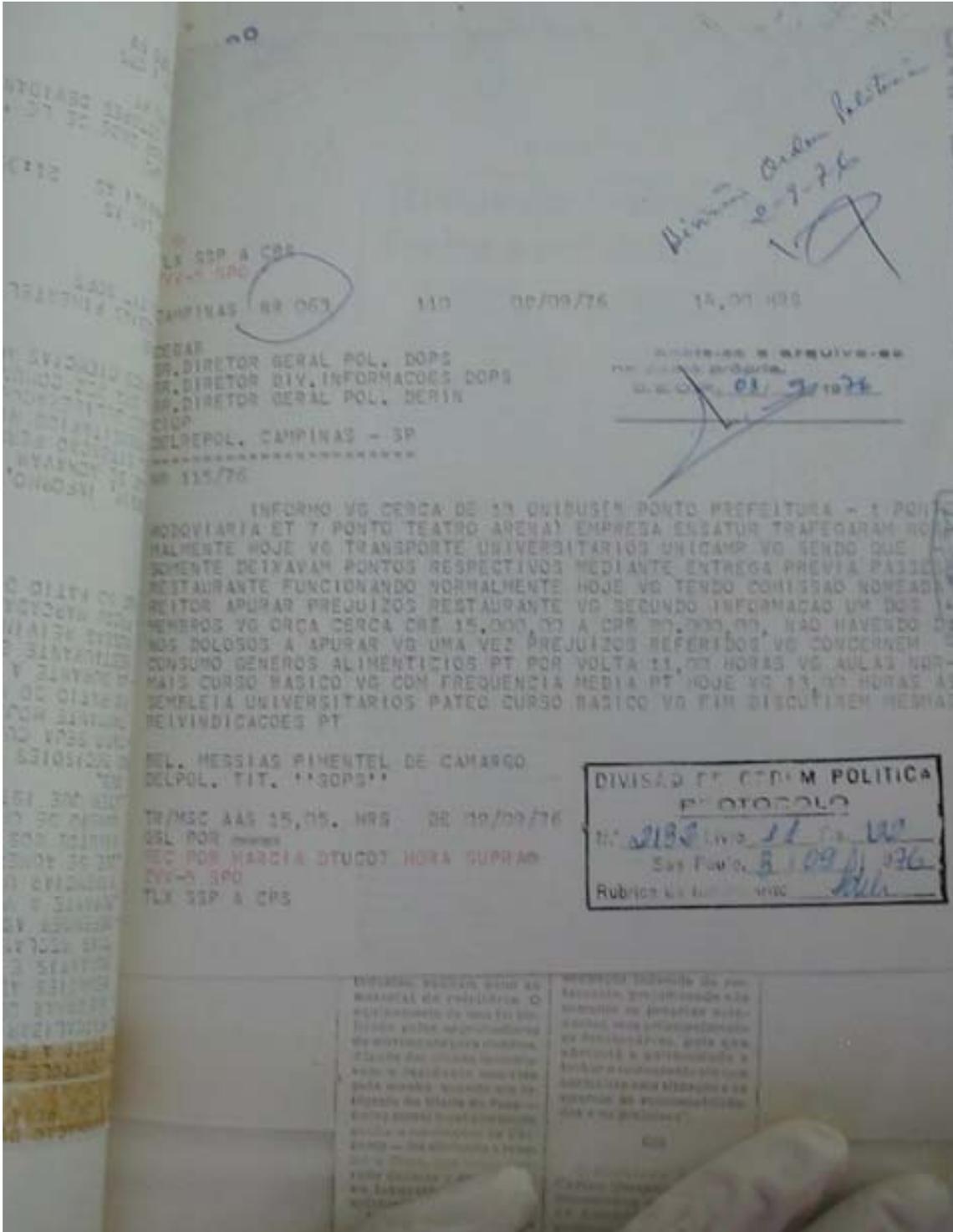
Assunto: ocupação estudantil em restaurante universitário por várias reivindicações.



10) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1465).

Informativo DOPS no. 115/76. 03/09/1976.

Assunto: volta à normalidade do restaurante e ônibus após movimento. Abertura de sindicância para apurar responsáveis.



11) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1465).  
Informativo sem identificação de autoria. 01/09/1976.  
Assunto: ocupação do bandeirão e pula catraca em ônibus.

São Paulo, 01 de setembro de 1.976.

Na data de ontem, estudantes do INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNICAMP, no período 10:00 às 17:00 / horas, estiveram reunidos no pátio da UNIVERSIDADE, reivindicando melhores meios de transporte, alimentação e aluguel, de um novo prédio para o C.A.? uma vez que o existente na avenida Andrade Neves está em processo de despejo. Entre / 11:00 e 13:00 horas, cerca de duzentos estudantes locais igvadiram o restaurante, servindo suas próprias refeições, / sem nada pagarem. Encaminharam ao Senhor Reitor reivindicações contidas na "CARTA AO REITOR", tendo este respondido / aos estudantes através do "COMUNICADO AOS ESTUDANTES DA UNI CAMP", e baixado ato constitutivo de uma comissão para ajuração de danos causados, aqui anexo por cópia xerox, juntamente com panfleto "MUDINHO N° 16", uma publicação do / "CACH" e folheto "ATO DO REITOR", distribuídos na ocasião. Circularam no referido campus, somente veículos da OCTO - / COMPANHIA CAMPINEIRA DE TRANSPORTES COLETIVOS e do RÁPIDO / LUXO, tendo deixado de circular ônibus da ENSATUR, de propriedade do Deputado Estadual NABID APID CHEDID, por expirar-se o contrato, devendo um representante dessa empresa / manter contato com o Senhor Reitor. Na tarde de hoje, comissão de alunos deverá encontrar-se com o Senhor Reitor, tentando solucionar os problemas de transporte e alimentação ocorridos. As aulas no curso básico, correspondente à 70% do total de alunos, permanecem paralisadas. Não houve nem está / programada a realização de assembleias, dentro das próximas horas. Há promessa do Senhor Reitor, de fornecer lanches / aos funcionários e alunos, enquanto o restaurante permanecer fechado e, se tudo desenvolver-se bem, sua reabertura / dar-se-á amanhã.

12) Arquivo SIARQ, acervo ME.

Comunicado da reitoria. 31/08/1976.

Assunto: Posições da reitoria com relação aos atos estudantis (pula catraca e ocupação do bandeirão).

O aluguel de nova casa somente pode ser feito, por imposição legal, em nome do Diretor da Faculdade de Engenharia de Alimentos e Agrícola, que, como o da Faculdade de Ciências Exatas é eleito nos termos regulamentares.

6 - Esta Reitoria lamenta profundamente o ato de indisciplina de ocupação indevida do restaurante, preferência não somente dos próprios estudantes, mas principalmente os funcionários, pois que obrigará a Universidade a fechar o restaurante até que se normalize esta situação e se apuram as responsabilidades e prejuízos.

Lamenta inclusive que tal atitude, tomada antes de ouvir as explicações ativas, obrigou a Reitoria a tomar as medidas estatutárias cabíveis.

7 - A Reitoria cumpre por fim o dever de esclarecer que, existindo o direito constitucional de ir e vir de todo o cidadão brasileiro, cumprirá por sua vez o dever estatutário de registrar as faltas dos estudantes às aulas programadas existindo-se de qualquer responsabilidade perante os que foram reprovados por faltas.

Campinas, 31 de agosto de 1976

AOS ESTUDANTES DA UNICAMP

COMUNICADO DA REITORIA

Tendo conhecimento, nesta data, das reivindicações estudantis acima assinaladas, cumpre à Reitoria informar e esclarecer o seguinte:

1 - CUMPRIMENTO ESTUDANTIL DO ORÇAMENTO E DA QUALIDADE DO RESTAURANTE :

A - O deficiente atendimento no tempo, obrigado a constantes filas de espera do atual restaurante decorreu do crescimento inusitado de número de estudantes e funcionários e tem sido preocupação constante desta Reitoria. No intuito de encontrar solução precária, enquanto não estiver em funcionamento o novo restaurante, já duplicou a capacidade do atual, que possui de 1.200 para 2.500 refeições diárias. Fica claro que não baixou a qualidade da alimentação;

B - O controle do orçamento é atribuição do Tribunal de Contas do Estado que o exerce com o maior rigor, presentes sempre na Unicamp os seus auditores que examinam minuciosamente processo por processo;

C - A implantação da parte técnica, o funcionamento e controle do novo restaurante foram atribuídos pela Reitoria, desde há 8 meses, a um grupo de três estudantes da Faculdade de Engenharia de Alimentos e Agrícola, orientados por um Professor.

13) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1465).

Informativo DOPS no. 17/1977. 16/05/1977.

Assunto: denúncia dos estudantes afixada em mural de que tal pessoa (foto) era policial infiltrado. Conferencia da informação por parte do DOPS. Não confirmada.

DIVISÃO DE ORDEM POLITICA  
A Divisão de ~~Inteligência~~ *OP*

CAMPINAS - SP  
Em 16 de 05 / 19 77

INF O - Nº 017 / 77 -  
DIRETOR GERAL

1. ASSUNTO: CARTAZ ALUSIVO A PRESENÇA DE POLICIAL NA UNICAMP
2. ORIGEM: A PONTE
3. DIFUSÃO: 110 BDA INF BLD - DIV/INPO/DOPS - DERIN - DOP .. DELREGPOL
4. DIF ANT:
5. REFERÊNCIA:
6. ANEXOS: CARTAZ APREENDIDO NO MURAL DA UNICAMP

Foi apreendido no Mural do Centro Básico da UNICAMP, um cartaz, com os seguintes dizeres : " PROCURADO ! (POR ESTUDANTES, TRABALHADORES E DEIXAS INTERESSADOS )  
POLICIAL DE SÃO CARLOS VISTO NO RESTAURANTE DA UNICAMP NO DIA 06 DE MAIO. OBS ; VAMOS USAR CONTRA A REPRESSÃO A MELHOR ARMA QUE NÓS TEMOS. TORNAR PUBLICO OS SEUS AGENTES.  
SE A FORÇA É TUA, ELA UM DIA É NOSSA. "

Ao centro o cartaz apresenta a foto de um jovem, apontado como sendo policial de São Carlos. Esta AI indagou do DR José Augusto Geraldini, ex-Delegado de São Carlos, que hoje - assumiu suas funções na DelRegPol de Campinas, exibindo-lhe a foto anexa ao cartaz, tendo o mesmo negado seja policial de - Carlos, a pessoa mostrada na fotografia.

DIVISÃO DE ORDEM POLITICA  
PROTOCOLO  
N.º 646 Livro 22 Fls. 15  
São Paulo, 24/05/1977  
Rúbrica do responsável: *Soluh-*

SECRETARIA DE ESTADO  
DOS RECURSOS HUMANOS  
SE  
*[Assinatura]*

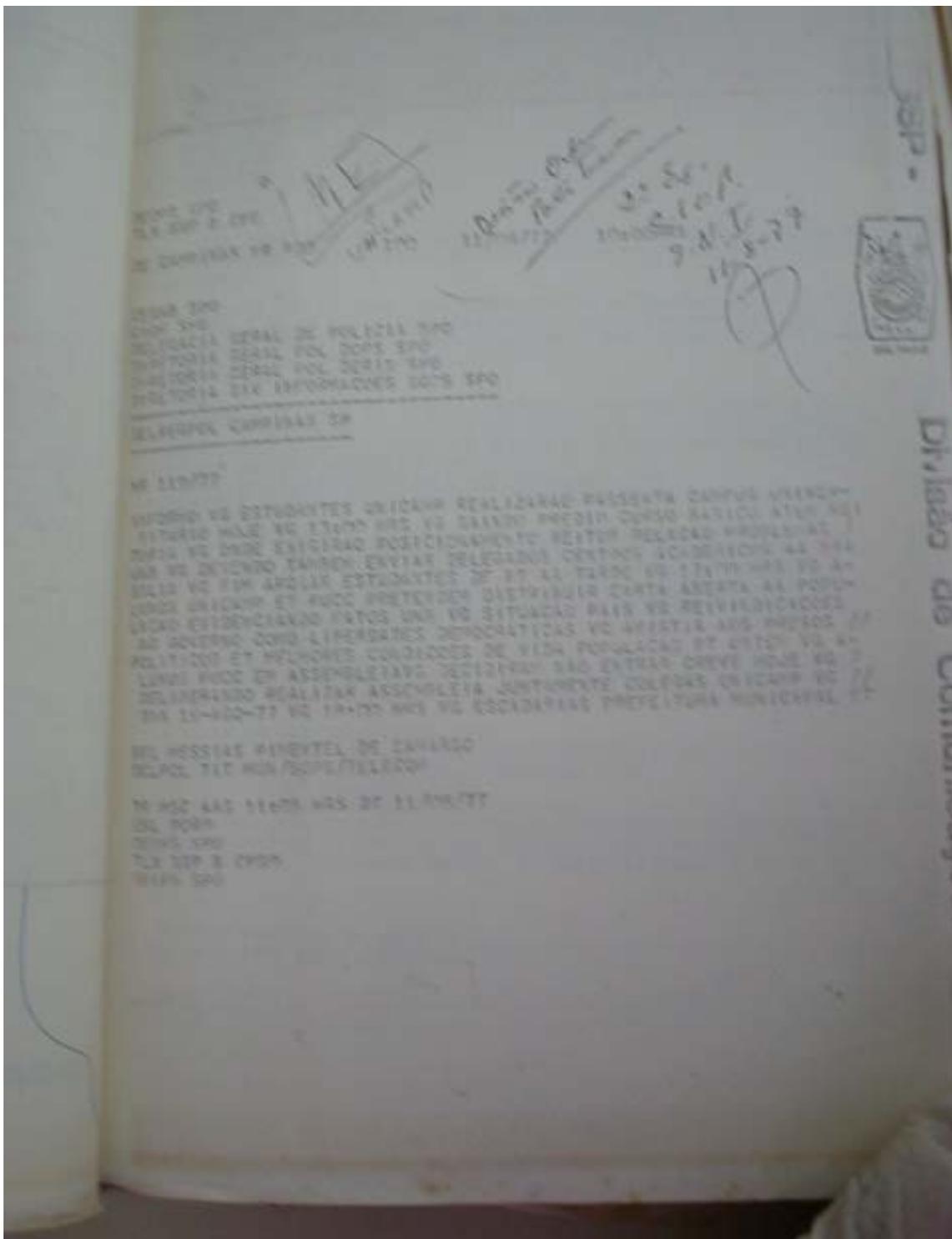
7. 15 20 324  
40 95  
em 17/05/77

CONFIDENCIAL

14) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1466).

Informativo DOPS no. 119/77. 17/08/77.

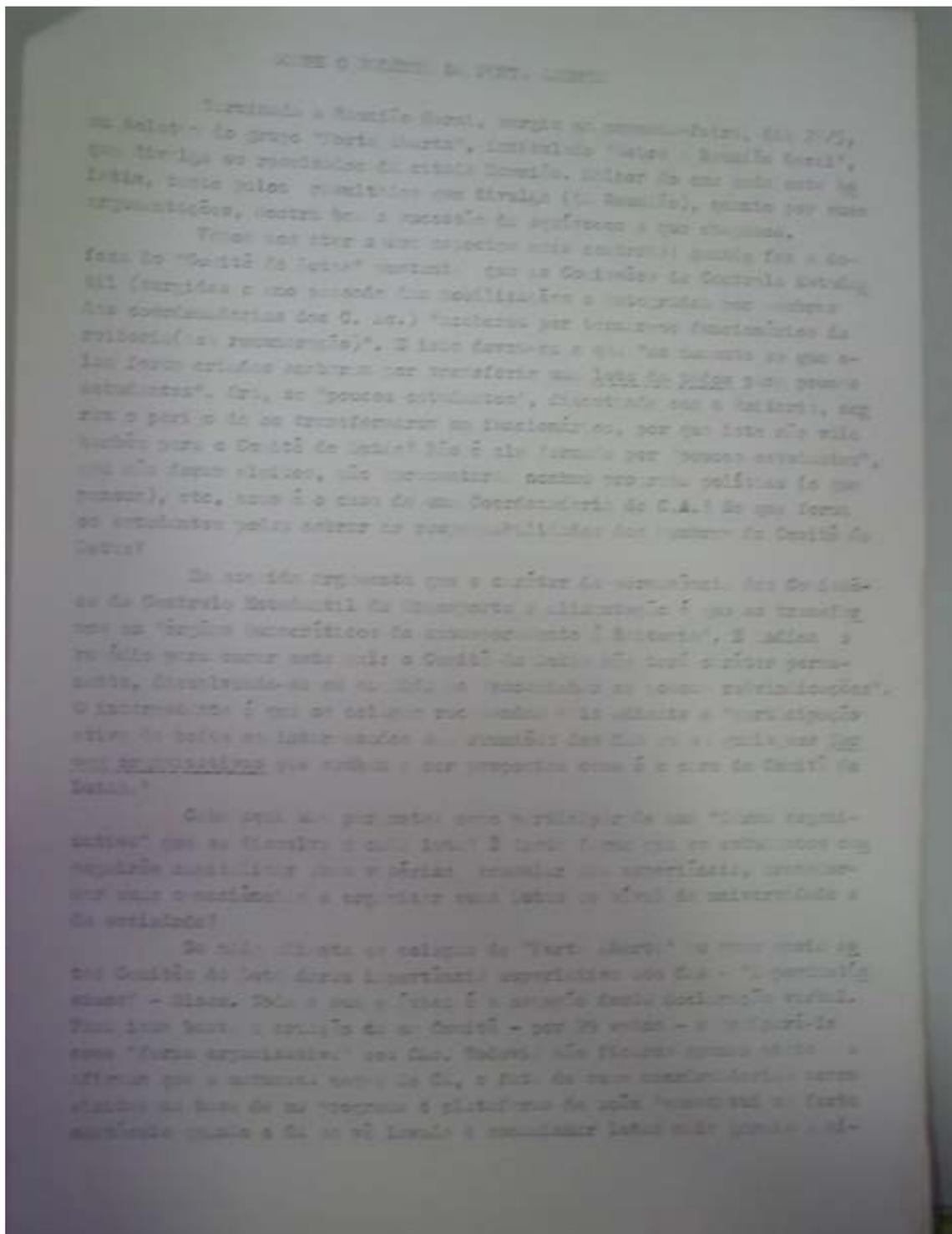
Assunto: passeata estudantil do CB até reitoria para solicitar posicionamento de reitor acerca de repressão na UnB.



15) Arquivo AEL, acervo ME.

Carta do CAB, CAAL, CACH, DAFEAA, 2 diretores do CAF, 1 do CAMECC. Sobre o boletim do Porta Aberta. 30/03/1977.

Assunto: critica feita à convocação, condução e desfecho de reunião geral dos estudantes da Unicamp e o grupo Porta Aberta, condutor do processo.



## 16) Arquivo SIARQ, acervo ME.

Manifesto de apoio ao ato público. Estudantes da Unicamp. 29/09/1977.

Assunto: apoio a ato público de repúdio à repressão ao 3º ENE.

### MANIFESTO DE APOIO AO ATO PÚBLICO

No último dia 27/09, os CAs. da Unicamp reunidos, decidiram enviar um manifesto de apoio ao Ato Público que se realizará hoje, 29 de Setembro, às 17 horas na USP, em repúdio à repressão que se abateu sobre o 3º ENE, à invasão do campus da PUC-SP, à prisão de quase 1000 colegas, e ao enquadramento de 37 estudantes na Lei de Segurança Nacional.

O manifesto é o seguinte :

A 4 de junho em Belo Horizonte o III ENE foi reprimido. Estudantes e populares foram agredidos, igrejas foram violadas, as universidades invadidas, muitos foram presos e processados.

Em São Paulo, mais uma vez as botas da repressão romperam os muros das universidades. Mais uma vez a violência policial procurou impedir a nossa liberdade de expressão e organização. Novamente o III ENE foi reprimido. Universidades foram cercadas, nossos colegas que se encontravam na Medicina foram encurralados e presos.

Mas mesmo frente a estas condições, realizamos o III ENE ! A Comissão Pró - UNE foi criada ! Demos mais um passo no nosso processo de reorganização e Unificação Nacional.

No entanto, na noite de 22 de setembro quando se realizava o ato público em frente PUC - SP, em repúdio a repressão e em apoio a realização do III ENE, as tropas policiais novamente investiram: estudantes e professores foram espancados e feridos, as instalações da universidade foram depredadas, cerca de 2000 estudantes foram presos e 37 colegas enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Companheiros, hoje quem cala consente !

Novamente não consentimos, não nos calamos !!

Realizamos o III ENE, e desfraldamos definitivamente a bandeira de reconstrução da UNE !

Continuamos a crescer na luta que nos unifica ao povo, por melhores condições de vida e trabalho e pelas liberdades democráticas, avançando o movimento popular pela derrubada deste regime de opressão e exploração, na perspectiva de uma sociedade onde o povo governe seus próprios destinos.

- Pela imediata revogação do enquadramento dos nossos colegas na Lei de Segurança Nacional.

- Contra a violação da autonomia universitária

- VIVA A UEE !

- VIVA A COMISSÃO PRÓ-UNE!

- ABAIXO A REPRESSÃO

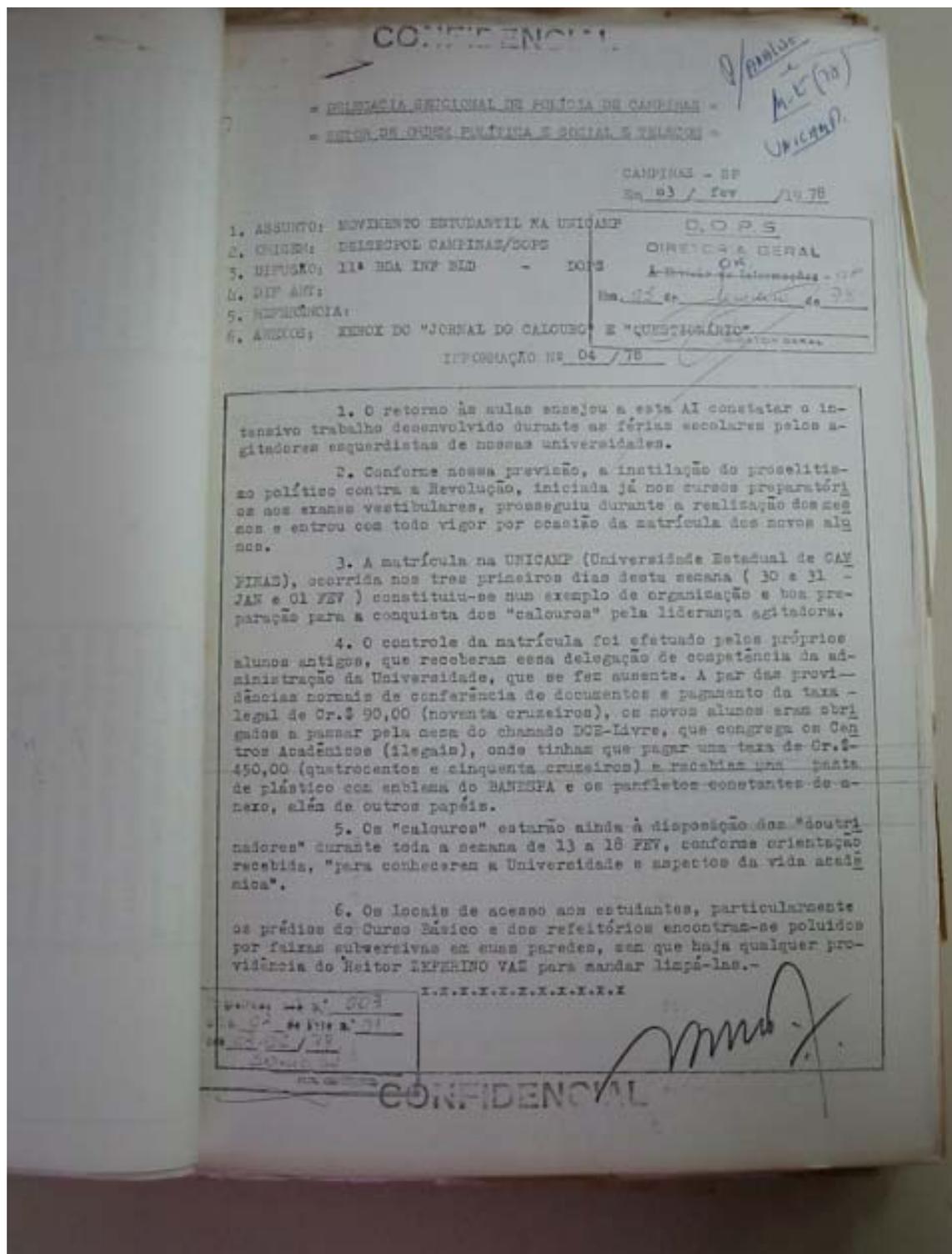
- PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS.

Estudantes da Unicamp

17) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1465)

Informativo DOPS no. 04/78. 03/02/1978.

Assunto: recepção dos calouros feita por entidades estudantis. Cooptação por elementos de esquerda sem nenhuma providência do reitor Zeferino.



## 18) Arquivo AEL, acervo ME.

Carta aprovada em assembléia geral dos estudantes e CAs. 03/05/1977.

Assunto: protesto contra prisão de estudantes e operários no ABC.

Esta carta foi aprovada por todos os Centros Acadêmicos da UNICAMP, e referendada em Assembleia Geral realizada na tarde de ontem (03/05) na Cidade Universitária. E leva do como esboço de proposta de uma carta conjunta das entidades estudantis do Estado de São Paulo para o ato público realizado na noite de ontem no Teatro da Universidade Católica (TUCA).

### CARTA ABERTA DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS LIVRES E INDEPENDENTES DA UNICAMP EM REPÚDIO À PRISÃO DE OPERÁRIOS E ESTUDANTES

Nas vésperas do dia mais importante para os trabalhadores, operários e estudantes foram presos na região do ABCD - São Paulo, sob a alegação de estarem portando e distribuindo documentos, os quais continham uma denúncia da péssima situação dos trabalhadores e conclamavam os mesmos a se organizarem em torno de uma luta por melhores salários, melhores condições de trabalho, liberdade de organização e expressão para todos os setores da população.

Nessa mesma perspectiva nós, estudantes, lutamos por nossas Entidades Representativas Livres e Independentes, por mais verbas para a Educação, por liberdade de organização e expressão a todos os setores da população, pelo fim das arbitrariedades cometidas pelo regime, e nós unidos, portanto, a luta dos trabalhadores, que é uma luta mais ampla que hoje envolve toda a população trabalhadora brasileira.

É nessa medida, que nós estudantes, unidos em nossas entidades representativas, vamos a necessidade de um posicionamento claro e definido de todos os setores hoje unidos em torno da luta por Liberdades Democráticas, em repúdio a mais uma atitude por parte do regime.

- PELO APOIO IRESTRITO AO MOVIMENTO DE OPÇÃO SINDICAL;
- PELA LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS OPERÁRIOS E ESTUDANTES PRESOS (Celso, Marcelo, Ademar, Fernando, Aníto e Cê Maria)
- PELA DEFESA DA INTEGRIDADE MORAL E FÍSICA DOS COLEGAS E SEUS FAMILIARES;
- PELA AMISTIAD APLA E IRESTRITA DE TODOS OS PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS;
- PELO FORTALECIMENTO DA ENTIDADES LIVRES E INDEPENDENTES;
- PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS.

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
CENTRO ACADÊMICO DE MATEMÁTICA, ESTADÍSTICA E CIÊNCIAS COMPUTACIONAIS  
CENTRO ACADÊMICO DE FÍSICA  
CENTRO ACADÊMICO DE BIOLOGIA  
CENTRO ACADÊMICO DE ESTUDOS DE QUÍMICA  
CENTRO ACADÊMICO BERNARDO BAYÃO  
DIRETÓRIO ACADÊMICO DA FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA E ALIMENTOS

ESTE DOCUMENTO FOI REFERENDADO PELA ASSEMBLÉIA GERAL NO DIA 03/05, POR UNANIMIDADE.

19) Arquivo AEL, acervo ME.

Boletim Comitê de Imprensa. No. 01. 15/05/1977.

Assunto: Movimento nacional de contestação à ditadura – Dia Nacional de Luta, fundação do DCE etc.

— EDITORIAL —

COMITÊ DE  
IMPrensa

BOLETIM  
ME 1

O Comitê de Imprensa, aprovado na Assembléia Geral de 10/5, surge com a tarefa de centralizar, para divulgar, as informações dentro de nossa universidade, e, ainda, com o objetivo de possibilitar que as propostas e análises de Centros Acadêmicos, grupos e estudantes sejam conhecidas e debatidas por todos. Assim, propõe-se esse Comitê a lançar um Boletim Informativo e um jornal.

Notícias sobre acontecimentos ocorridos em outros estados, divulgação da realização dos resultados de Encontros e Assembléias Estaduais e Nacionais - de estudantes, bem como informações sobre as nossas Assembléias e sobre o encaminhamento de nossa luta e reivindicações em cada Instituto e Faculdade da UNICAMP. São algumas das informações que o Boletim pretende divulgar. Para isso, é preciso que os C.A.s, nossos representantes em Assembléias e Encontros, enfim, que todos colaborem trazendo ao Comitê de Imprensa as informações de que dispõem e que devem ser divulgadas.

O primeiro jornal elaborado pelo Comitê terá como assunto central o DCE, ou melhor, o problema da organização do movimento estudantil em nossa universidade, isso conforme a tarefa delegada a esse Comitê pela última Assembléia Geral. Portanto, serão publicadas

propostas referentes ao DCE-Livre da UNICAMP, tanto aquelas já apresentadas em Assembléias quanto outras que C.A.s ou estudantes quiserem apresentar. Além disso, o jornal está aberto a artigos que versem sobre variados assuntos, como análise de conjuntura, apreciações sobre o ascenso do movimento estudantil, etc. De acordo com as datas estabelecidas na última Assembléia (um provável plebiscito até 20/6) e para que possamos todos debater as diferentes propostas relativas ao DCE, há uma certa urgência deste primeiro número do jornal. Assim, o Comitê de Imprensa solicita que artigos e propostas lhe sejam entregues até a próxima quarta-feira.

Por outro lado, para que o Comitê de Imprensa consiga realizar as tarefas a que se propõe, precisa contar com um número maior de colegas. Portanto, estão convocados todos os que estiverem interessados em participar para uma reunião do Comitê, que será realizada dia 18/5, quarta-feira, às 20 horas, na CASA. Os colegas, que tiverem contribuições para o jornal, podem também entregá-las nessa reunião.

PARTICIPE DO COMITÊ DE IMPRENSA !!!

REUNIÃO 18/5 4a. feira 20 hs  
NA CASA DOS C.A.s

20) Arquivo AEL, acervo ME.

Boletim Comitê de Imprensa. Vamos continuar a luta? 17/05/1977.

Assunto: retomada da luta contra a ditadura e pela libertação dos presos políticos do 1º de maio.

**B<sup>2</sup>OLETIN**

**comitê de  
imprensa**

unicamp

## Vamos continuar

## a luta??

No começo desse mês, unimos-nos a outros estudantes do estado de S. Paulo, num processo de luta para a libertação dos operários e estudantes presos na madrugada do dia 28/04 no ABC.

Assim, organizados, na primeira semana de maio, realizamos concentrações simultâneas em várias cidades do interior e na capital, contando com grande participação dos estudantes e apoio de outros setores da população.

Já na semana seguinte, outros estados (Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Gde. do Sul, Piauí, etc.) também se uniram ao movimento e levantaram a sua voz em favor da libertação dos presos.

Portanto, a luta se amplia e toma corpo a nível nacional. Milhares de estudantes, em todo Brasil, saem de suas salas, do cotidiano de suas aulas, para pedirem a libertação dos presos. E não é para fazerem bagunça ou anarquia como têm pronunciado nossos governantes. É, na verdade, porque sabemos que há 13 anos a voz do povo brasileiro se encontra calada. Não porque não tenham problemas ou não queiram fazer, mas porque são sistematicamente presos, torturados e até mortos quando reivindicam por seus direitos de melhores condições de vida.

Negam-nos a liberdade para nos expressarmos, negam-nos a liberdade de nos organizarmos, negam-nos, enfim, as liberdades democráticas.

Não nos esqueçamos, que temos pairando sobre as nossas cabeças, o 228, o 477 e o AI-5, sem contar que o ensino brasileiro sofre problemas cruciais, como o corte de verbas e o baixo nível.

Se não conseguirmos ainda a libertação dos presos, como nós, já, a "quebra" da comunicabilidade, podendo os advoga-

gados vê-los reinar pela sua integridade física e mental.

Por isso, colegas, não é hora de ficarmos parados e passivos. É hora de continuarmos nossa luta, unidos e fortalecidos com os nossos companheiros de outros estados, pois, temos exemplos concretos de que juntos conseguimos que nossas reivindicações sejam atendidas.

Em Limeira, nossos colegas, com sua mobilização e com o nosso apoio, conseguiram concretizar suas reivindicações, pelas quais permaneceram paralisados durante 20 dias. No Instituto de Química, problemas do XEROX e da biblioteca, há muito tempo existentes, foram rapidamente solucionados logo após a convocação de uma Reunião Geral.

Fica claro, portanto, que hoje, o movimento estudantil influi de maneira consequente não apenas nas decisões tomadas pelos representantes do governo nas universidades, mas, também, a nível mais amplo, nas decisões governamentais.



21) Arquivo AEL, acervo ME.

Boletim de intervenção. Grupo Novo Rumo (antigo Porta Aberta). s/d. 1977.

Assunto: defesa da criação do DCE.

# BOLETIM DE INTERVENÇÃO

## DCE-LIVRE? SIM!

A discussão que se apresenta aos estudantes da UNICAMP, agora, é a construção de nossa entidade maior, o Diretório Central dos Estudantes, o DCE - LIVRE. Essa discussão está dirigida para o plebiscito, a ser realizado na próxima 4a. feira, onde a questão que se coloca é a seguinte: DCE-LIVRE, sim ou não?

O problema da criação de uma entidade, uma necessidade objetiva do nosso movimento, deve ser discutido em todas as salas de aula, em todos os institutos e faculdades. Conclamamos todas as outras direções na escola para que encaminhem e participem do debate, colocando suas posições e propostas, resultando desse trabalho de base a maior participação do conjunto dos estudantes nesse processo.

### PORQUE CONSTRUIR O DCE-LIVRE HOJE

Os pressupostos para a construção do DCE-LIVRE se dividem em dois níveis: a) político; b) necessidade concreta e objetiva de maior organização do movimento estudantil na UNICAMP.

O primeiro está relacionado com a reconstrução de nossas entidades livres e representativas, um passo a mais na nossa luta pelas liberdades democráticas. É essa uma das tarefas centrais do M.E. hoje, reconstruindo as suas entidades destruídas pela ditadura após 64. Já avançamos bastante nessa tarefa, com a reconstrução de várias DCEs-LIVRES, da UDESC (S. Carlos) e da UEP-LIVRE.

O segundo pressuposto está relacionado com as lutas levadas pelos es

tudantes da UNICAMP, de um ano para cá. Primeiro, foram as mobilizações por melhores condições de alimentação e transportes, em 76 e, depois, em 77, as defesas dos operários e estudantes presos no ABC, contra a repressão e pelas liberdades democráticas. E, em agosto, em apoio aos nossos colegas de Brasília.

De um lado, houve um avanço político no caráter de nossas lutas, passando de questões específicas para questões políticas, mais gerais. Consideramos que um avanço político do nosso movimento deve levar a um avanço no nosso nível organizativo. E esse avanço é a construção de uma entidade central, o DCE-LIVRE da UNICAMP!

Consideramos incorreto quando se coloca que a construção do DCE venha ajudar a enfraquecer os CAs, ou que é necessário, antes, termos todos os C.A.s fortes para então contruirmos o DCE. Os exemplos atuais, como o DCE-LIVRE da USP e a reconstrução da UEP-LIVRE mostram claramente o erro de análise de nossos colegas. Pelo contrário, a construção do DCE-LIVRE ao invés de enfraquecer os CAs, irá fortalecê-los, obrigando suas diretorias a voltarem suas atenções mais ainda para os problemas de seus institutos, cabendo ao DCE o encaminhamento de lutas mais gerais, unindo todos os estudantes da UNICAMP e levando o debate aos locais onde a falta de organização atual esteja impedindo a

22) Arquivo AEL, acervo ME.

Boletim Comitê de Imprensa. Balanço. s/n. s/d. Junho de 1977.

Assunto: balanço das ações do ME após os atos de embate à ditadura.

# BOLETIM <sup>3</sup> comitê de imprensa

UNICAMP

## BALANÇO

O movimento estudantil e o movimento de massas continuam - em ascensão....

A crise econômica se aprofunda; a carestia de vida atinge não somente os trabalhadores assalariados mas também amplos setores da classe média (professores, bancários, etc.); o impasse político é uma realidade e não há possível consenso no interior da classe dominante de como dirigir o país; o regime, que se baseia na repressão para conter os anseios pacíficos da população na luta por melhores condições de vida, por liberdades de organização e expressão, está cada vez mais isolado.

A grande maioria da nação clama por liberdades democráticas e fim do regime ditatorial (vide até mesmo os grandes jornais, como a Folha de S. Paulo).

A ascensão do movimento estudantil e do movimento de massas faz agora aprofundar a crise política na qual o regime se debate. Para ser mais consequente, cabe agora (e mais do que nunca) ao movimento estudantil ligar-se aos demais setores da população, propor e levar adian

te a luta conjunta pelas liberdades democráticas:

- liberdades de organização e expressão para todos os setores excluídos da condução política do país;

- fim imediato das prisões políticas, torturas e assassinatos;

- anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos, exilados e cassados políticos.



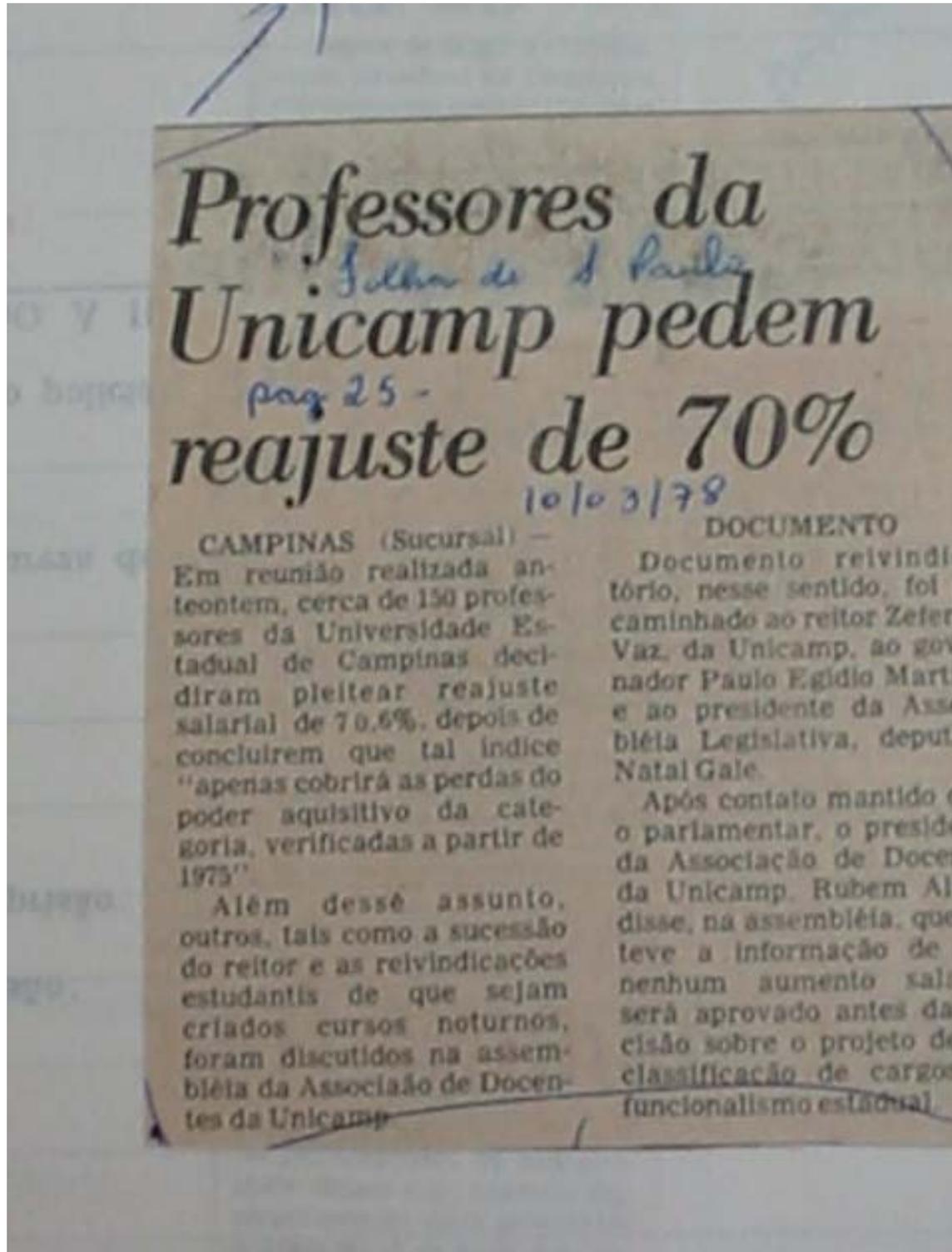
19 de maio, quinta-feira 51  
tina, foi o PRIMEIRO DIA NACIONAL DE LUTA, com a participação de amplos setores de nossa sociedade (estudantes, operários, professores, bancários, Igreja, MDB, OAB, etc.). As mobilizações foram em geral bem sucedidas e, a

23) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1466).

Jornal Folha de São Paulo. Professores da Unicamp pedem reajuste de 70%. p.25. 10/03/1978.

Jornal O Estado de São Paulo. Professores da Unicamp fazem greve por salários. p.15. 12/05/1978.

Assunto: 1ª greve salarial de professores da Unicamp.



# Professores da Unicamp fazem greve por salários

Est. de S. Paulo -

pag. 15.

12/05/78

Das sucursais e do  
serviço local

Professores da Universidade Estadual de Campinas fazem hoje greve de um dia para protestar contra os salários pagos pela instituição, que, segundo eles, "sofreram uma desvalorização de 70,6% nos últimos três anos". A manifestação foi decidida quarta-feira durante uma assembléia que reuniu 130 associados da Adunicamp — Associação dos Docentes da Unicamp — dos quais, apenas seis votaram contra o movimento.

Segundo dirigentes da entidade que congrega os professores, essa atitude será tomada

"porque não houve resposta a nenhuma das tentativas de diálogo, fato que parece configurar uma atitude de descaso da administração estadual para com os problemas salariais".

## Ato público na Bahia

Em assembléia de que participaram 500 pessoas, os alunos da Universidade Federal da Bahia marcaram para o dia 18 ato público destinado a forçar um pronunciamento do reitor Augusto Mascarenhas sobre a greve que os estudantes de Medicina e Farmácia iniciaram há um mês, reivindicando melhores condições de ensino.

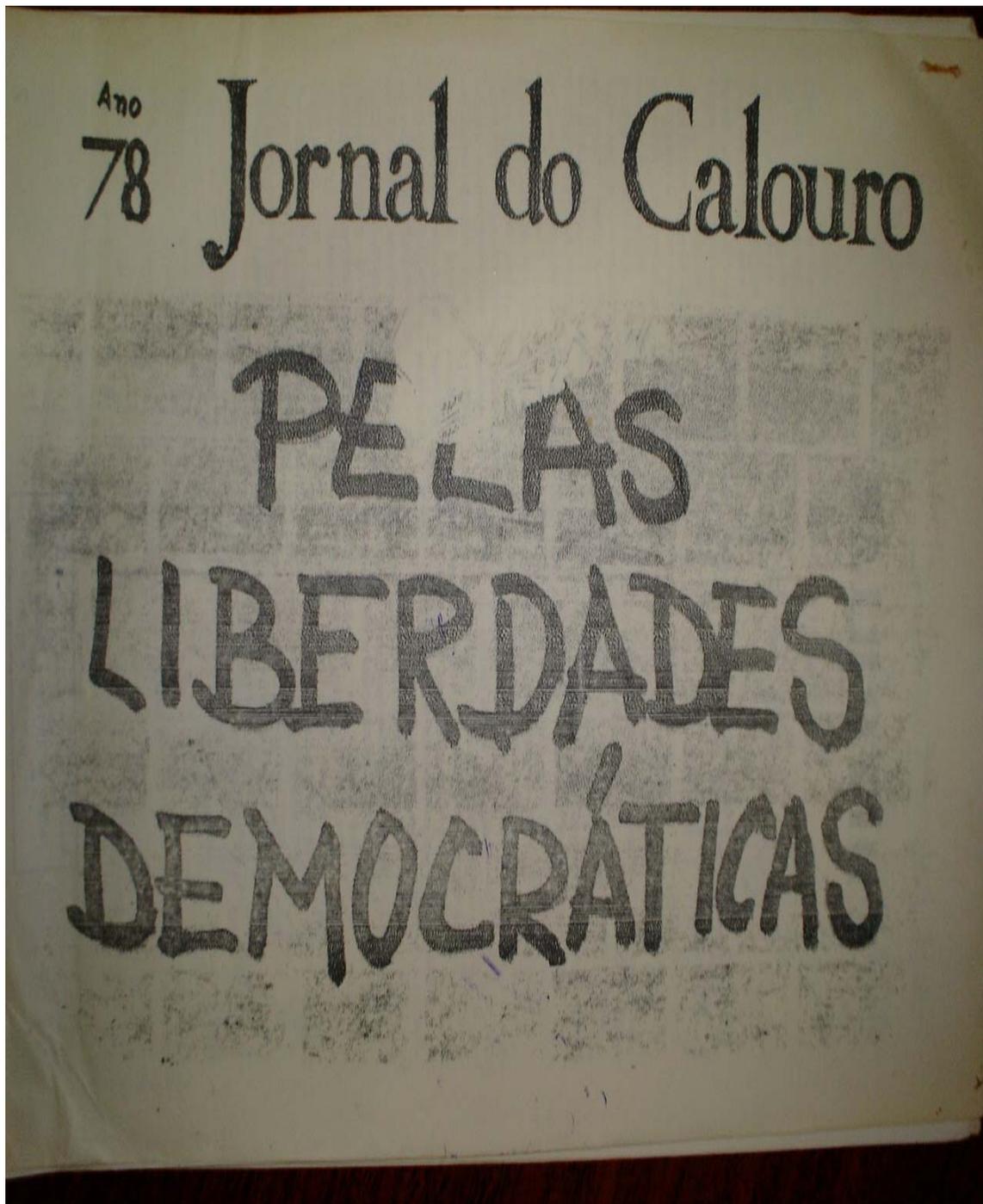
## Egydio recebe universitárias

Após quase duas horas de debates entre o governador Paulo Egydio e as estudantes da Casa da Universitária, no Palácio dos Bandeirantes ficou decidida ontem a formação de uma comissão, integrada por representantes da instituição, do governo estadual e do MEC, que buscará no prazo de 60 dias uma solução para o problema de moradia das universitárias carentes. Por sua vez, a empresa proprietária do imóvel ocupado pela Casa da Universitária decidiu suspender por tempo indeterminado a ação de despejo movida contra as estudantes.

24) Arquivo Siarq, acervo ME.

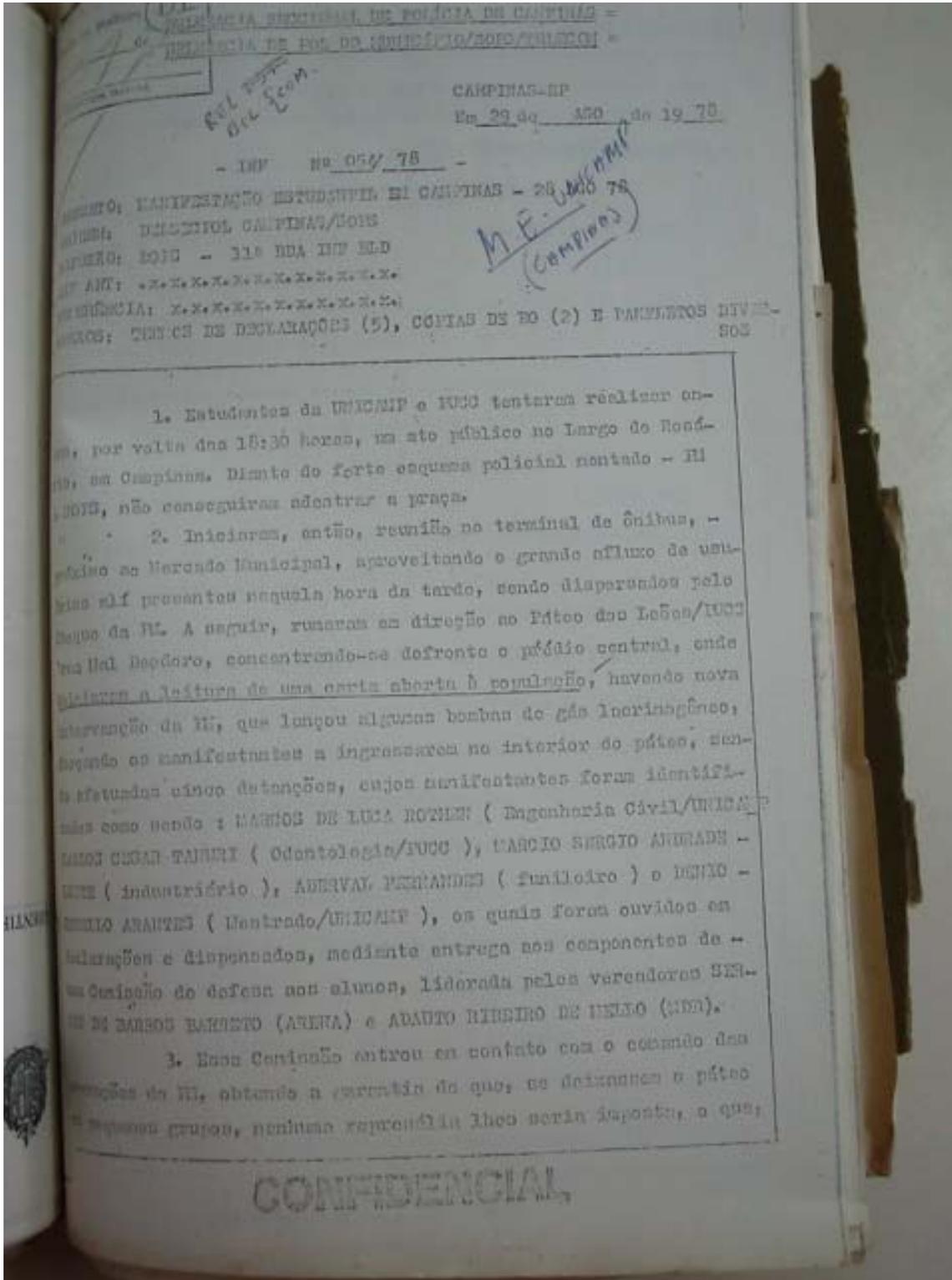
Jornal do Calouro. Ano 78. Pelas Liberdades Democráticas. s/d.

Assunto: retrospectiva do ano de 1977 (Brasil, Unicamp e ME); apresentação de Campinas (pensões, empregos, bordel); apresentação da Unicamp (custos de alimentação, falta de moradia e de cursos noturnos, jubilamento), entre outros.



25) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1466).

Informativo DOPS no. 54/78. 29/08/1978. Em anexo, panfletos estudantis recolhidos.  
Assunto: ato estudantil contra prisão de estudantes e pela democracia.



# PARTE A POPULAÇÃO

... na democracia já.  
... milírios tem que ser arrancados na luta.  
... condições de vida e trabalho tem que ser arrancados na luta.  
... brasileiro, oprimido e maltratado,  
... nos enganamos mais.  
... invenção de mentira,  
... abertura de mentira,  
... falsificações de mentira, por não a serem livres e diretas e não  
... partido dos trabalhadores.  
... por já sabermos que esse governo é dos patrões, que esse  
... não dá para nos dar o arrôcho salarial e a repressão, é que  
... não responde. E o estamos fazendo:  
... aliança assinado pelo custo de vida  
... estudantes se manifestando, com os biólogos e biomédicos pela  
... organização da profissão  
... greve e operação tartaruga  
... bancários saindo às ruas e exigindo melhores salários  
... mil professores em greve em todo o Estado, é mil só em Campinas  
... movimento de oposições sindicais realmente representativas e  
... e luta dos trabalhadores.  
... que eles tem medo. Das nossas lutas, da nossa união, da nossa  
... organização.  
... o governo representa somente uma minoria.  
... impedir as manifestações populares, prende e tortura, e até usa  
... clandestinos que ameaçam cidadãos e invadem entidades e por-  
... democráticos.  
... movimento popular cresce e responde à miséria e à spatia que lhe  
... avançando na perspectiva da organização independente da clas-  
... trabalhadores.  
... não, operários, bancários, médicos, professores, funcionários  
... empresas, enfim, estudantes e trabalhadores do campo e da  
... temos que assegurar nossas conquistas.  
... que garantir a liberdade de organização e expressão.  
... que libertar os 21 companheiros da Convergência Socialista, que  
... das nossas lutas as suas lutas.  
... união e do nosso grito de repúdio que dependem as vidas  
... companheiros.  
... crimes que cometeram?  
... contra a repressão em que vivemos e pelas mesmas causas da maior  
... população.  
... os seus crimes, exigimos sua libertação imediata!  
... e a libertação de:  
... MARIA MARTA, WALDO, JOSÉ CRETON, CÉLIA REGINA, ARNALDO, JUSTINO, HILDA,  
... JOSÉ RUIZ, JOÃO CARLOS, OSCAR, ANA MARIA, BERNARDO, MARIA JOSÉ LOUREN-  
... WILKOWICZ (ZEBOCA), estudante da UNICAMP, HUGO MIGUEL BRESSANO,  
... STRASSBERG, ANTONIO MARIA SÁ LEAL, MARCOS FARIA DE AIEVEDO e  
... EDUARDO DE ALMEIDA.  
... PELA LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS COMPANHEIROS PRESOS!  
... PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E EXPRESSÃO!  
... PELA DIREITO DE GREVE!  
... PELA AMNISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA A TODOS OS PRESOS  
... PRESOS, BANIDOS E EXILADOS!  
... toda a população para o ATO PÚBLICO, segunda feira, 28 de  
... às 14:30 horas, no LARGO DO ROSÁRIO.

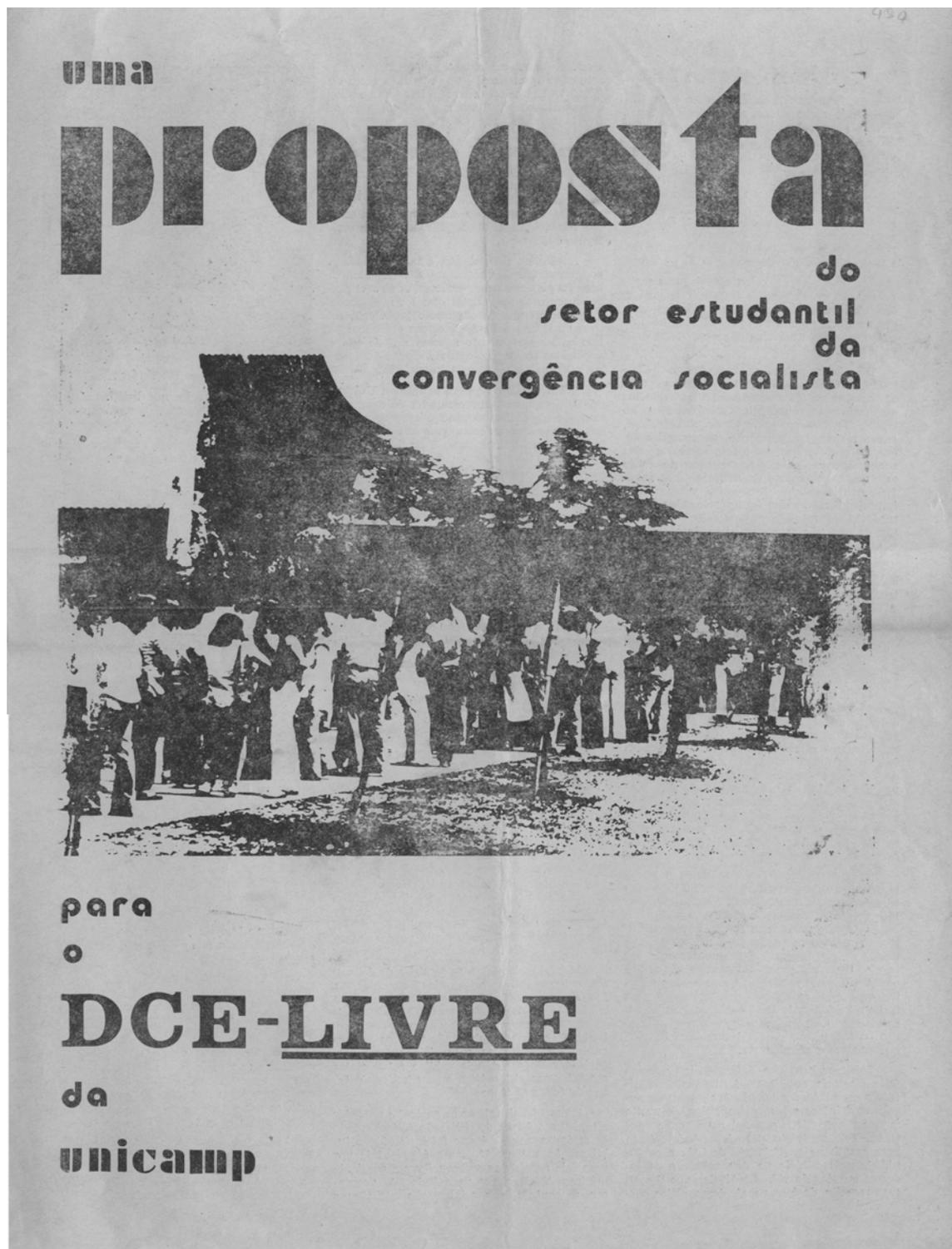
26) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1466).

Jornal O Estado de São Paulo. p.16. 20/05/1978. Sem tribuna, protestos em Campinas.

Assunto: reitor da PUCP proíbe uso de espaço da Universidade para sediar atos estudantis. Estudantes protestam.



27) Arquivo SIARQ, acervo ME.  
Carta programa chapa "Proposta". Eleições DCE 78-79. 10 e 11/10.  
Assunto: propostas da chapa para a coordenação do DCE-Unicamp.



28) Arquivo SIARQ, acervo ME.

DCE Livre da Unicamp: Uma vitória de todos nós. 17/10/1978.

Assunto: festa de posse da 1ª coordenadoria eleita.

18-10-78

CONSTRUIREMOS O DCE COM A  
PARTECIPAÇÃO DE TODOS

A criação do DCE-livre é sem dúvida uma grande vitória. Resta-nos agora o muito, a intensa e árdua tarefa de transformar essa vitória em conquista definitiva: Construir o DCE, torna-lo de fato um instrumento eficaz de nossas lutas e uma presença constante no nosso cotidiano.

Essa intensa e árdua tarefa é trabalho para muitas mãos, muitas cabeças, muitas inspirações, muito gosto, olfato, visão, tato, ouvidos, muita gente.

Começemos já! A coordenadoria marcou para o dia 25/10 (12:30 Hs - CO-15), uma ampla reunião do DCE para discutir e encaminharmos um programa de trabalho para a entidade (a formação de comissões de trabalho, as tarefas mais imediatas a serem cumpridas, etc).

Para isso estamos convocando todos os alunos da UNICAMP e em especial os grupos de trabalhos que já atuam na UNICAMP (comissão de atividades culturais, pessoas que transportam, o pessoal que transporta a feira de arte) e os colegas que acompanham os departamentos da chapa Proposta.

Convocamos a todos para se unirem no esforço comum de fortalecimento do DCE, na criação das condições para uma ampla participação.

# DCE LIVRE DA UNICAMP

UMA CONQUISTA DE TODOS NÓS!

4ª FEIRA - Dia 18 - 12:30 - BÁSICO:

ASSEMBLÉIA DE POSSE DA 1ª COORDENADORIA DO DCE.

\* APRESENTAÇÃO DOS MEMBROS DA COORDENADORIA E DISCURSO DE POSSE

\* MOÇÕES DE APOIO DE OUTRAS ENTIDADES

\* ENCAMINHAMENTO DA LUTA POR UMA SEDE DO DCE

DE MÃOS: VITÓRIA TEM NOME SEDE  
COMEMORADA!

DEPOIS DA ASSEMBLÉIA, TEM DANÇA, SODA

ALGORÓRIA, DANÇA!

É UMA:

'FESTA DA VITÓRIA'

29) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1466).

Informativo DOPS no. 03. 13/02/1979.

Assunto: mapeamento de possíveis professores subversivos, ministrantes de curso de problemas brasileiros.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
A Serviço da O. Política

Em 13 de FEB 79

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DECS/PP - PNEP

CLASSIFICAÇÃO B - 2  
CLASSIFICAÇÃO ANTERIOR B - 2  
CLASSIFICAÇÃO ANTERIOR 1ª DN - BNI/AG - CIE - CI/DPV

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
14 de Fevereiro de 1979

NUMERAÇÃO	PNI	INFORME Nº 003/A-2/IV COMAR
-----------	-----	-----------------------------

Esta Seção tomou conhecimento e afixou o seguinte informe:

«Existe na UNICAMP uma base de tendências esquerdistas, com predominância trotskista.

Seus adeptos têm ministrado cursos sobre "Problemas da Atualidade Brasileira", sob enfoque esquerdista, para diversos anti-falsetes civis. Estão em vias de fazer um convênio com o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, para realização do referido curso.

Seus membros são:

- ✓ JOÃO MANOEL CARDOSO DE MELLO que vive com CLIANA MARIA LAFAYETE DA SILVA (que foi do CE/PCB/PS);
- ✓ JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA;
- ✓ LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZI;
- ✓ CARLOS FRANCISCO LESSA;
- ✓ JOSÉ FRANCISCO BRAZILIANO DA SILVA;
- ✓ PEDRO PAULO MALAN DE PAIVA CHAVES;
- ✓ LUCIANO GASTÃO COUTINHO;
- ✓ PAULO RENATO;
- ✓ ANTONIO CLAUDIO LEONARDO PEREIRA SOCHACZEWSKI;
- ✓ MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES;
- ✓ MARIA HERMINIA BRANDÃO TAVARES DE ALMEIDA;

Também participa, o professor LEONCIO MARTINS RODRIGUES NETO, membro da direção do PORT (TROTSKISTA POGADISTA).

Divisão de Ordem Política  
PROTOCOLO  
176 Livro 22 Fz 90  
São Paulo, 1 / 19  
Mestre da Secretaria Lulu

13/02/79

**CONFIDENCIAL**

### 30) Arquivo AEL, acervo ME.

Carta aos pais, alunos e população em geral. s/d. 1978. Adunicamp, Comissão Pró-DCE e outros. Assunto: explicar à população os motivos da greve dos docentes da Unicamp por 27% de reajuste salarial.

#### CARTA AOS PAIS, AOS ALUNOS E A POPULAÇÃO EM GERAL.

Nós, professores, paralisamos as aulas.  
Paralisamos por razões muito sérias. Por que não vemos mais condições de continuar nosso trabalho recebendo um salário cada vez menor, que não garante a nossa sobrevivência e de nossa família. Neste momento, estamos pedindo uma complementação salarial para os professores do Estado e do município de São Paulo.

**NÃO EM PRESTAÇÕES MENSAIS COMO O GOVERNO NOS QUER DAR, e sim de uma vez e imediatamente porque a alimentação, o aluguel, o transporte não aumentam as prestações.**

Paralisamos também por melhores condições de trabalho. Hoje, grande parte dos professores do Estado não tem seu emprego garantido, pois não são nem efetivos nem contratados pela CLT. Não temos INPS, não temos FGTS, não temos aposentadoria, esses direitos nos foram tirados pelo governo em 1965.

Paralisamos porque cada vez mais, hoje, desacreditamos que seja possível educar em escolas sujas, abandonadas, sem funcionários, sem material adequado como livros, mapas, bibliotecas, laboratórios, material esportivo e até mesmo como giz, apagador, papel.

O Estado diz que não há verbas para a educação. Mas onde vai o dinheiro que a população paga em impostos? Quem sai prejudicado com tudo isso são os trabalhadores de forma geral, que esperam que na escola seus filhos tenham um estímulo para melhorar as condições de vida da família, obtendo melhor emprego e salário. Porém, apesar do sacrifício de muitas famílias para terem seus filhos na escola, parece difícil que essa escola tão precária possa realmente ajudar - seus alunos a conquistar melhor trabalho e condições de vida.

Nós, professores, somos trabalhadores assalariados; e assim, - nossa luta é uma só.

Definitivamente a Escola é hoje a instituição que traz dentro de si as injustiças que a população sofre de uma forma geral.

**SÃO ESSAS INJUSTIÇAS QUE IMPEDEM OS ALUNOS DE APRENDEREM E O PROFESSOR DE ENSINAR.**

**POR ISSO PARAMOS.** Porque a greve é a única forma de luta que nos resta, já que por outras formas não conseguimos sensibilizar o governo para a situação dramática que hoje vivem os.

Por isso, nós, professores da rede estadual lutamos:

- PELA COMPLEMENTAÇÃO DE 27% A TODOS OS PROFESSORES
- PELA CLT AOS PROFESSORES PRECÁRIOS
- POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO
- POR MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO
- PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO PARA TODOS.

#### MOÇÃO DE APOIO AO MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES SECUNDÁRIOS

As entidades abaixo-assinadas, congregando os estudantes e professores da UNICAMP e estudantes sérios, vêm através desta apoiar a greve dos professores secundários por melhores salários e condições de ensino e trabalho. E também denunciar a censura imposta - pelo governo às notícias sobre a greve no rádio e na TV, numa tentativa de isolar o movimento. Renunciando, outrossim, as tentativas do governo de jogar os pais dos alunos contra os professores.

Em muitas coleções os alunos estão apoiando essa greve por entender que ela reverterá em seu benefício.

Pedimos aos funcionários e professores que porventura tenham filhos em escolas públicas para que levem seu apoio aos professores e façam comitês de pais em apoio à greve.

- TODO O APOIO À GREVE DOS PROFESSORES SECUNDÁRIOS!!
- POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA, ENSINO E TRABALHO!!

ADUNICAMP  
COMISSÃO PRÓ DCE  
UEL-SP  
COMITÊ DE SECUNDARISTAS DE APOIO À GREVE  
CABE - BAFCAA - CACH - CAMEU

31) Arquivo AEL, acervo ME.  
Miudinho. Boletim do CACH. s/d. s/n. 1978.  
Assunto: divulgação das 1as eleições para o DCE.

# DCE LIVRE DA UNICAMP ELEIÇÕES, 10 e 11/10

ENFIM, O DCE DA UNICAMP ! Com sua história marcada de altos e baixos, terá necessariamente a sua primeira diretoria, que enfrentará a difícil tarefa de sua construção. Com isso queremos dizer que a eleição de sua primeira coordenação é apenas um passo no caminho da construção efetiva do DCE.

Somente com a participação efetiva de todos os alunos da Unicamp o DCE será de fato representativo e desse modo, capaz de cumprir o seu papel enquanto instrumento de nossas lutas por melhores condições de ensino, pela democratização da Universidade e pela derrubada da ditadura militar.

Mais do que isso. É também tarefa de um DCE, criar dentro da Unicamp uma vida interna que abra espaço para atividades culturais, artísticas, esportivas e sociais., criando condições para que possamos vivenciar dentro da Universidade uma experiência mais rica e mais abrangente nesse nosso tempo de vida estudantil.

O DCE não nasce forte e representativo e surge num momento de pouca mobilização. Mesmo assim, a eleição de sua primeira diretoria nos dias 10 e 11 de outubro, é um passo decisivo no caminho de sua construção.

## DCE - DCE - DCE

32) Arquivo AEL, acervo ME.

Boletim do DCE. s/n. s/d. gestão 79/80.

Assunto: convocação para reunião geral para definir entrega da abaixo-assinado contra jubramento.

# **BOLETIM** □ **DCE**

gestão 79/80

## Colegas:

Estamos convidando todos os estudantes a participarem de uma REUNIÃO GERAL DO DCE, a ser realizada Quarta-Feira (25/06), às 12,30 hs no CB-05. A REUNIÃO discutirá a organização da entrega do abaixo-assinado contra o Jubramento ao Reitor.

Há cerca de um mês atrás, a Comissão do Básico se lançou na luta contra o Jubramento (Portaria GR 53/74) de maneira mais sistemática, pondo-a em discussão com o maior número possível de estudantes e professores: organizamos murais e realizamos um amplo debate com educadores, membros dos órgãos colegiados da Unidade e a ADUNICAMP; lançamos também o Abaixo-Assinado pela Revogação da Portaria GR 53/74, que em poucos dias já colheu perto de 2.500 assinaturas, inclusive professores. O próximo passo agora será a entrega do abaixo-assinado ao reitor - entrega que pretende fazer com o maior número possível de pessoas.

33) Arquivo AEL, acervo ME.  
Boletim do DCE. no. 1. Agosto de 1979.  
Assunto: eleições da UEE.

comissão de imprensa da UEE  
— agosto — 79 — no. 1

## TODAS AS ELEIÇÕES da UEE!

Dias 30 e 31 de agosto serão realizadas as eleições para uma nova diretoria da UEE, entidade que representa os estudantes do estado de São Paulo.

Na 1ª gestão de diretoria da UEE (que foi reconstruída em maio de 76), percebemos a importância que ela assumiu, tanto no esforço de unificação do movimento estudantil no estado, fortalecendo entidades e centrando lutas, quanto à sua atuação junto com outros movimentos populares que emergiam.

No entanto, a UEE ainda está longe de ser uma entidade de forte representação; suas debilidades se evidenciam na grande distância que a separa da realidade dos estudantes, que não sentem sua presença no dia a dia das atividades e problemas universitários.

Em meados de julho, numa reunião do Conselho Estadual de Estudantes (onde participam Centros Acadêmicos, Diretórios e D.C.E.'s), foi aberto o processo eleitoral da UEE, com o debate político das várias propostas ali apresentadas. Três reu-

34) Arquivo AEL, acervo ME.  
Jornal do DCE. no. 1. março de 1979.  
Assunto: história do DCE, Anistia, Amazônia etc.

# JORNAL DO DCE

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO E DEBATE DOS ESTUDANTES DA UNICAMP  
PUBLICADO PELO DCE-LIVRE DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

MARÇO 1979 NÚMERO 1 CONTRIBUIÇÃO MÍNIMA Cr\$ 2,00

## AGORA UNE

1979 — ANO DE RECONSTRUÇÃO

"Desenvolver e mudar". Em outubro de 78, representantes de entidades de quase todos os estados brasileiros reunidos no IV ENE, tomam uma decisão de maior importância: realizar em maio/79, em Salvador, o Congresso de Reconstrução do União Nacional dos Estudantes.

O caminho percorrido até aí foi longo e sofrido. Há exatamente 10 anos atrás, em outubro de 1968, a UNE realizou sua claudicante eleição, como fazia desde de 1964, no XXX Congresso, interrompido pela repressão da Ditadura Militar que prendeu e processou cerca de mil estudantes que dela participaram, em Brasília, SP.

No dia 15 de dezembro de 68, com o AEL, se começou, começa a possibilidade de maior abertura e maior democracia pela Ditadura desde o golpe de 64. E a UNE silencia. Os líderes estudantis são obrigados à luta clandestina, muitos são presos, torturados, mortos e exilados. A sociedade brasileira perde nesse caso toda de cidadãos sargentos, uma parte muito grande daqueles que lutaram com nós e arde pela sua transformação, e muitos estudantes fazem parte desse patrimônio histórico.

Hoje fazemos mais perguntas ao Congresso de Reconstrução da UNE. A possibilidade de reconstruí-la é um diálogo fraterno de espaço aberto pelas lutas comuns dos setores oprimidos de nossa sociedade, que hoje se cultivam cada vez mais em oposição ao regime, reorganizam suas entidades, lutam suas lutas por melhores condições de vida e trabalho, pelas liberdades democráticas, pela ampla ampla paz e liberdade, enfim, pela derrubada da Ditadura Militar.

Nós, estudantes, reconstruímos de forma decisiva para a conquista desse espaço. Preto de um trabalho

desenvolvido de reconstrução do nosso movimento, através de suas 77, conquistando vitórias em nome das reivindicações, e colocando na agenda as bandeiras de Liberdades Democráticas e Anistia.

Hoje, reconstruímos todo nosso esforço, nossa capacidade criativa, nossas realizações e nosso poder no trabalho de reconstrução da UNE. Queremos dar um exemplo real aquilo que repetimos a todo momento: "A UNE nasceu viva. A UNE é como vai." E isso é possível se resolve-se que sua reconstrução seja de fato o resultado da participação de todos nós. A realização do encontro da Comissão Pró-UNE, em Rio, dia 21 de Janeiro, nos dá que isso é um exemplo que já está sendo concretizado. Lá estavam presentes 28 DCEs e 40 CAs e DAs, 14 entidades representadas e cerca de 400 estudantes participantes.

Reconstruímos a UNE e através dela nos devemos sentir a UNE é como vai.

Reconstruí-la é buscar o espaço de nossa liberdade individual e social nacional, os festivais Universitários, os Centros de Cultura Popular, as bibliotecas.

Reconstruí-la e exigir o aumento de salários, lutar por melhores condições de estudo, contra a Reforma Universitária, pela democratização da Universidade.

Reconstruir a UNE é exigir reagitar o movimento através do qual os estudantes brasileiros possam atuar só nos, no lado dos trabalhadores e de todos os setores oprimidos da sociedade, começar na luta pela Liberdade Democrática e pela derrubada da Ditadura Militar.

A reconstrução da UNE tem que ser um diálogo, fruto do trabalho de todos nós.

**Amazônia: vende-se paga-se bem**

**A posse de mais um ditador**

**O DCE livre da Unicamp**

**A luta dos trabalhadores**

**O jornal do DCE**

**Olá, 3%**

**Anistia urgente**

### 35) Arquivo AEL, acervo ME.

Boletim informativo da comissão pró-moradia. s/d.

Assunto: histórico do movimento e convocação de reunião geral.

#### BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO PRÓ-MORADIA

Relatamos aqui nossa luta pela criação de moradia estudantil na UNICAMP. Nossa comissão ainda conta com um número reduzido de participantes, mesmo porque, começamos a trabalhar a pouco tempo, e devido ao pequeno comparecimento dos nossos colegas à escola durante o período da greve dos professores, ficamos praticamente parados.

Nós, alunos de vários institutos da UNICAMP, nos reunimos no início deste ano com o intuito de discutirmos o problema de moradia e já realizamos alguns trabalhos práticos. Um deles foi um abaixo-assinado reivindicando que nossa universidade seja fiadora das casas que alugamos para repúblicas, abrangendo também professores e funcionários; foram colhidas 2500 assinaturas. Outra tarefa foi a montagem de "banquinhas" para auxiliar e dinamizar a formação de repúblicas, que funcionaram durante as duas últimas semanas de abril, no prédio do Ciclo Básico. Num balanço destes dois trabalhos, constatamos que o abaixo-assinado quando começou a ser passado pela escola, não teve a circulação desejada, mas depois, com a participação de mais colegas na Comissão, este trabalho foi intensificado e o abaixo-assinado será entregue brevemente. Com relação as banquinhas, a execução desta tarefa ficou tão difícil, devido principalmente ao pequeno número de elementos na comissão, que tivemos de desativá-las. Apesar disso, os objetivos das banquinhas, enquanto funcionaram, foram atingidos, e para substituí-las providenciamos um Quadro mural que está funcionando no Básico, contendo informações a respeito de moradia tais como: pedidos e ofertas de vagas em repúblicas, venda de móveis, etc.

Um fato promissor apareceu no decorrer de nosso trabalho. O famoso pesquisador de física, professor Cesar Lattes, resolveu doar um terreno a nós, estudantes da UNICAMP, para lá construirmos um alojamento para estudantes. O terreno doado tem 18.000m<sup>2</sup>. Situa-se em Barão Geraldo, a uns 2 Km da escola. Para que seja efetivada a doação o professor Cesar Lattes coloca como exigência a formação de uma "Fundação", que é uma instituição legal e terá a seu encargo a tarefa de arrecadar fundos para a construção e manutenção de nosso futuro alojamento universitário, de nossa casa de estudantes. A questão da fundação tem se mostrado um tanto complexa e deverá ser discutida numa reunião aberta à participação de todos.

Esta doação é muito importante para nós, pois é uma oportunidade concreta de solucionarmos um problema muito sério que há muito tempo nos atinge em Campinas. Queremos fazer disso portanto, nosso primeiro passo na luta por moradia estudantil, uma reivindicação sentida e contida dos estudantes de Campinas. Neste sentido fomos, dia 19-05, à Piracicaba, onde participamos do "Encontro de Casas de Estudantes de São Paulo". Estas Casas se organizaram a nível estadual na Secretaria das Casas de Estudantes, que está pensando em levar uma luta nacional por Moradia Estudantil. Neste sentido, o primeiro trabalho será a realização de uma pesquisa que será encaminhada ao Parlamento Nacional através de um deputado federal. Nossa colaboração nesta luta será a de realizar esta pesquisa aqui na UNICAMP.

## REUNIÃO GERAL

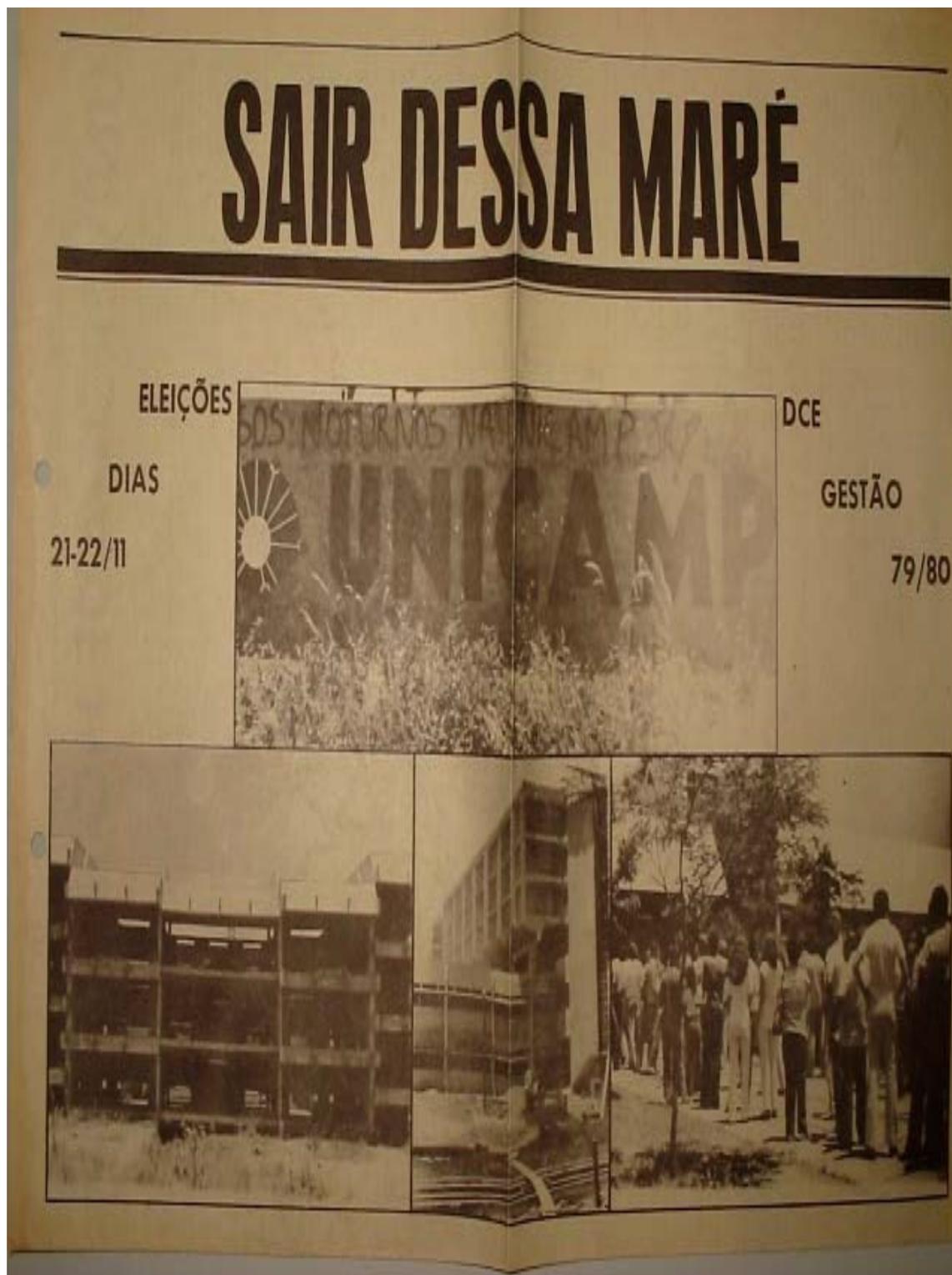
QUINTA-FEIRA - DIA 21 - 12:30 HCB 15

#### PAUTA :

Informes ;	Ampliação da Comissão;
Objetivo da Comissão;	Entrega do Abaixo-Assinado.
Trabalhos e Continuidade;	

VAMOS CONSEGUIR ONDE MORAR  
COLABORE COM A COMISSÃO PRÓ-MORADIA

36) Arquivo AEL, acervo ME.  
Carta programa chapa "Sair Dessa Maré". Eleições DCE 79/80.  
Assunto: Propostas da chapa para a gestão do DCE.



37) Arquivo AEL, acervo ME.

Boletim do DCE. 14/04/1980.

Assunto: convocação assembléia geral para debater suplementação de verbas.

BOLETIM DO DCE - CENÁRIO "SAIR DERRA MALUF"

NOPOSTAS DE CONTINUIDADE DA LUTA POR MAIS VERBAS A SEREM DISCUTIDAS NA

# ASSEMBLÉIA GERAL

13/04 - TERÇA-FEIRA - BÁSICO - 12:30 hs -

1) A luta por mais verbas para a Educação é uma luta de toda a população!

A luta por mais verbas para a Educação não poderá ser travada só pelas estudantes. Será preciso um amplo movimento social para derrubar a política responsável do governador trocadilho Paulo Salim Maluf.

No dia 12/03 estivemos em massa no Palácio dos Bandeirantes, junto com nossos colegas da USP e UNESP, mostrando mais uma vez ao Sr. Maluf que ninguém esquece mais a carência de verbas para a Educação, conseguindo a adesão e o apoio efetivo de vários parlamentares de oposição. No dia 19/03 fomos às ruas denunciar a situação em que se encontram as Escolas Públicas. Fizemos uma passeata pelo Campus mostrando a todos as implicações nefastas do corte de verbas.

Vitórias importantes já foram obtidas! Os assessores do Maluf demonstram certa hesitação quanto a propalada "justeza" do Ensino Pago. "Talvez seja interessante adiar um pouco a implantação do Ensino Pago", dizem eles. Na USP, o Conjunto Residencial (CRUSP) foi reconquistado pelos estudantes. O movimento ganha importantes adesões dos mais diversos setores sociais: movimentos de bairro, secundaristas, trabalhadores, a Igreja, etc. .

Mas o Maluf não dorme de botas. As Universidades continuam falidas e sem verbas. E a idéia do Ensino Pago foi apenas arquivada por algumas semanas.

É preciso continuar nosso movimento! Ou vamos às ruas e mostramos que a gratuidade do ensino é um direito popular inalienável ou continuaremos sofrendo a situação de carência de verbas e correndo o risco de permitir que o governo efetive de vez o seu nefasto projeto nas Universidades Estaduais.

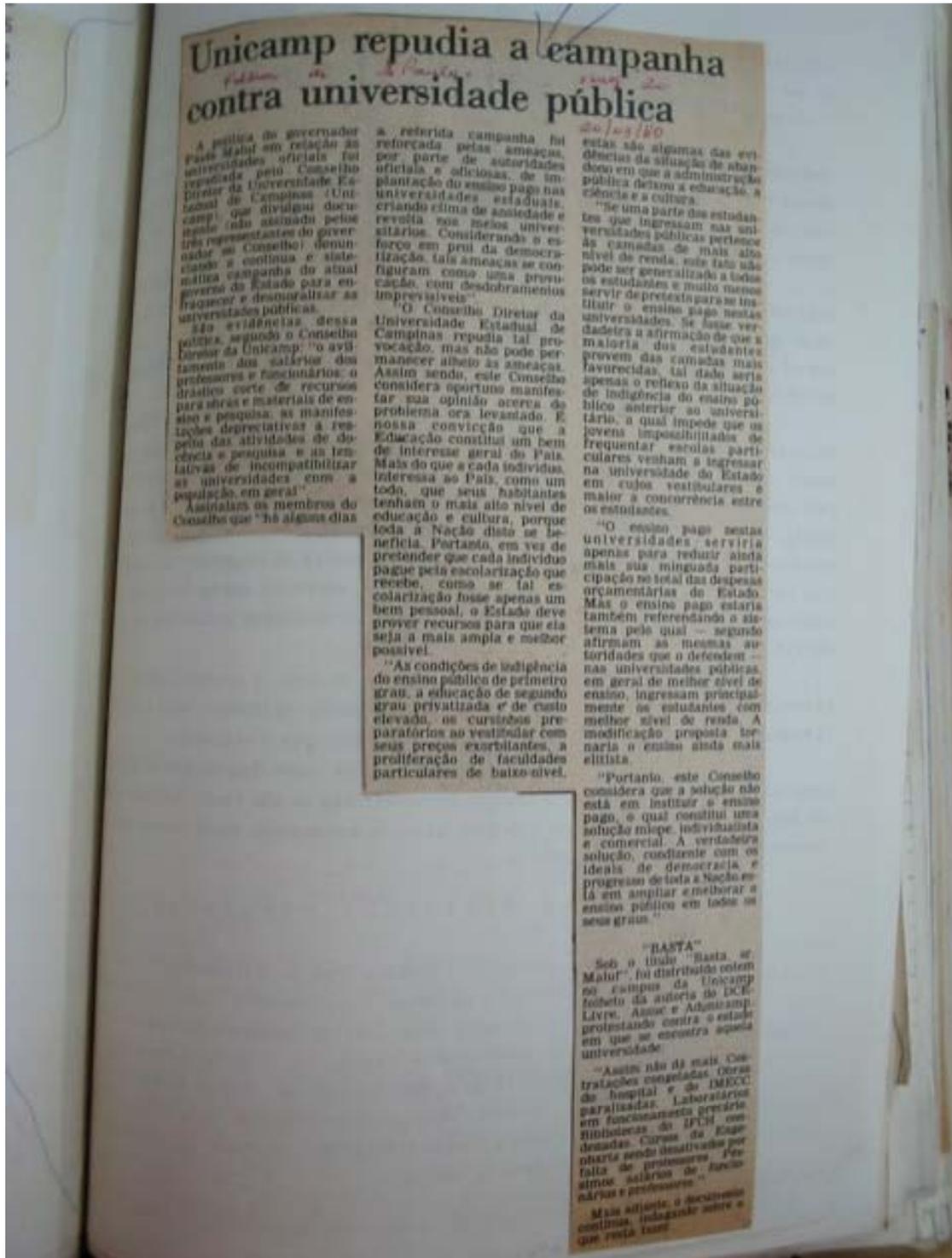
Nesse sentido, a UEE- União Estadual dos Estudantes, em reunião do Conselho Estadual de Entidades, aprovou a realização de uma Semana Estadual de Lutas que culminasse com o dia ESTADUAL DE LUTA POR MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO E PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO PARA TODOS. A forma de luta fica a critério de cada escola. Na UNICAMP essas atividades deverão ser decididas na Assembléia que estamos convocando.

Assim, propomos: A) Atividades para o DIA ESTADUAL DE LUTA- 17/abril:  
- Debate sobre a questão de Autonomia Universitária, sobre as disputas de poder que estão ocorrendo na UNICAMP e suas implicações na luta contra o corte de verbas. O debate seria às 10:00 hs da manhã e com a participação do DCE, ADUNICAMP, ASSUC, Reitor, Diretores de Instituto, ex-Coordenadores Gerais, etc.  
- Realização de ampla divulgação de uma carta aberta à população, na cidade, no período da tarde. Os alunos se organizariam em grupos para a distribuição.  
- Realização de uma passeata no centro da cidade, a partir do Pátio dos Leões conjuntamente com os estudantes de PUCC, secundaristas, professores, funcioná-

38) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1466).

Jornal Folha de São Paulo. Unicamp repudia campanha contra universidade pública. p.20. 20/03/80.

Assunto: Conselho Diretor da Unicamp lança documento no qual rechaça críticas de Maluf com relação à Universidade Pública.



39) Arquivo AEL, acervo ME.

Carta aberta ao povo. s/n. 17/04/1980.

Assunto: protesto contra corte de verbas públicas para as Universidades Públicas Paulistas.

## CARTA ABERTA AO POVO MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO, ENSINO PAGO NÃO! É UM GRITO NACIONAL!

De todos os cantos do país, os estudantes, professores e funcionários de todos os níveis de ensino, se levantam para dar um basta à calamitosa situação da Educação Nacional: a seletividade de ensino bloqueia o acesso à maioria da população à escola. O progressivo corte de verbas à Educação e a Pesquisa reflete diretamente na queda de nível de ensino. Os baixos salários dos professores e funcionários e a falta de infraestrutura material (laboratórios, bibliotecas, etc.). Os aumentos excessivos das anuidades das escolas pagas, aliados a repressão interna (demissões arbitrárias dos professores, expulsão de estudantes) e a falta de democracia nas instâncias de decisão, agravam esse quadro. E como, se isso não bastasse, o governo começa a lançar uma verdadeira campanha para implantar o ensino pago, até mesmo nas escolas públicas.

Aqui em São Paulo, enquanto os serviços básicos da população (saúde, transportes, educação) estão sendo afetados por falta de verbas, o Governador Maluf, usa o dinheiro do povo para corromper deputados e fazer projetos sem nenhuma função social, tais como a mudança da Capital.

Em nossas escolas estamos lutando contra essa situação. Exigimos que o Governo libere mais verbas para nossas escolas e que possam funcionar a contando. Exigimos que os salários dos professores e funcionários, sejam pelo menos compatíveis com o custo de vida. Exigimos que não haja aumentos maiores de 35% no preço das anuidades das escolas pagas. Exigimos que todos tenham direito a estudar, sem ter que nada pagar além dos impostos que pagamos.

Hoje, dia 17 de abril, é um Dia de Luta por mais verbas para a Educação e contra o Ensino Pago. Nós, professores, funcionários e estudantes de todo o país, estamos nos manifestando, saindo às ruas nos juntando ao povo, porque a luta é de todos nós: porque precisamos gritar bem alto as nossas reivindicações e exigir que sejam atendidas.

- POR MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO!
- POR MELHORES SALÁRIOS AOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS!
- EXIGIMOS O FIM DAS DEMISSÕES ARBITRÁRIAS!
- CONTRA OS AUMENTOS ACIMA DE 35% NAS ESCOLAS PAGAS!
- PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO PARA TODOS!

UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE SÃO PAULO  
DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA PUC DE CAMPINAS  
DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNICAMP  
ASSOCIAÇÃO DOS SECUNDARISTAS DE CAMPINAS  
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNICAMP  
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PUC DE CAMPINAS

Campinas, 17 de abril de 1980

40) Arquivo AEL, acervo ME.  
Boletim do DCE. s/n. 20/10/1980.  
Assunto: falta de verbas para o ano de 1981.

# BOLETIM - DCE

02-10-80

## A CRISE DA UNICAMP PODE AUMENTAR EM 1981 :

Durante todo esse ano, as 3 universidades públicas do estado - USP, UNICAMP e UNESP - funcionaram com grande precariedade, sendo sintomáticos os grandes prejuízos para o ensino e para a pesquisa, devido à política criminosa de Maluf de privatização do ensino público e corte de verbas para as 3 universidades estaduais.

Para o próximo ano, a situação não se mostra muito diferente. No mes passado, já foi enviado à Assembleia Legislativa o projeto orçamentário do estado para 1981, para exames e aprovação.

Alguns números deste projeto orçamentário já são de notoriedade e nos permitem uma primeira avaliação. Do total orçamentário, 12,1% está destinado à área de educação e esta percentual é inferior em quase 2% em relação ao de 1980. Em relação aos salários dos funcionários públicos (entre eles as professoras e funcionárias da UNICAMP), o orçamento prevê um reajuste salarial de 45% para o próximo ano. É bom não esquecermos que a inflação já é de ordem de 120%.

Para a nossa universidade, o quadro não é muito diferente. Vejamos. Em 1980, entre a dotação orçamentária e a suplementação dada no 2º semestre, a UNICAMP recebeu cerca de R\$ 3,2 bilhões. E todos visos as grandes dificuldades para o funcionamento ao menos regular de nossa universidade.

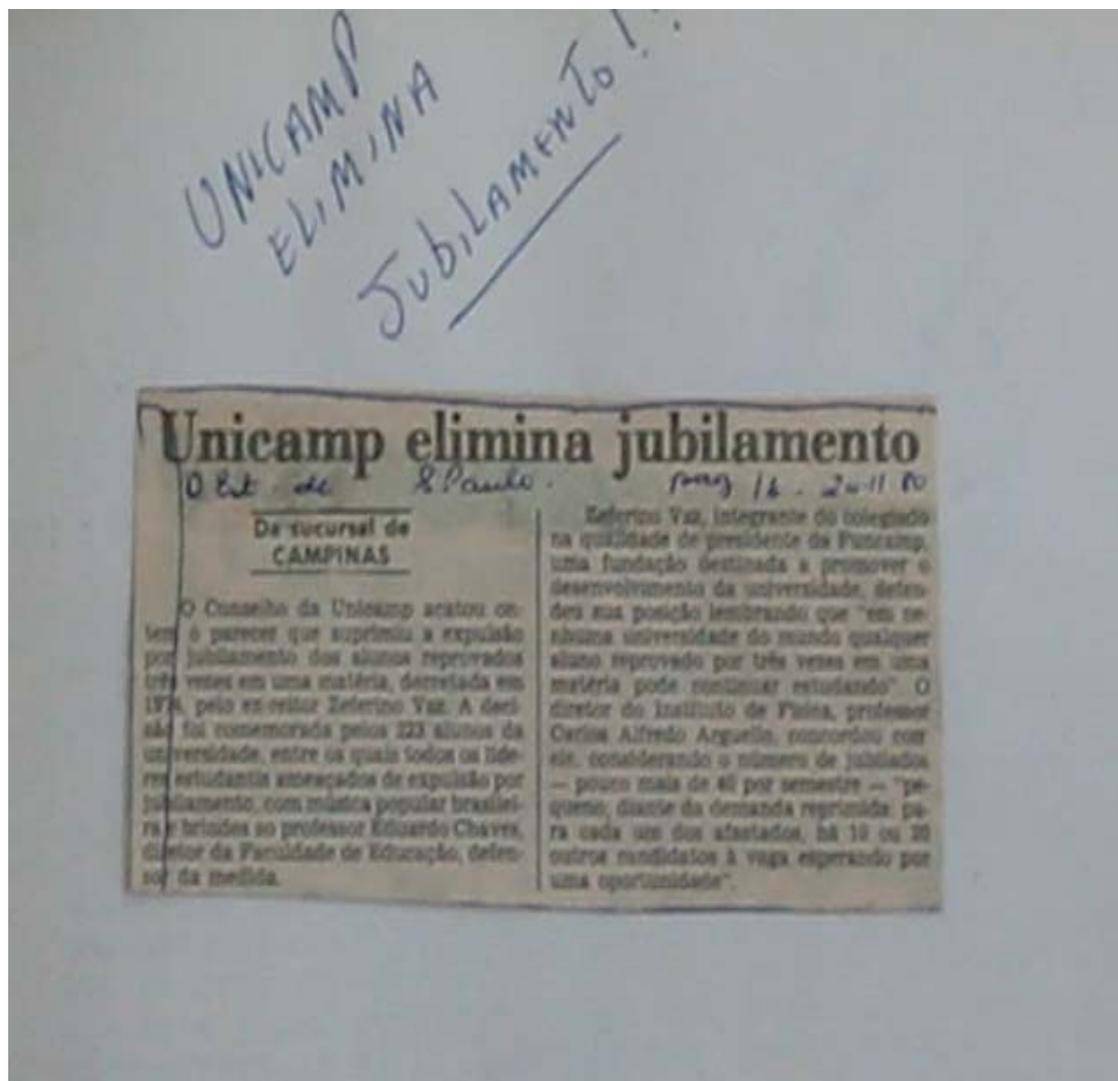
Para o próximo ano, a administração de UNICAMP requereu junto ao governo do estado, visando apenas ao funcionamento regular, um orçamento de R\$ 3,6 bilhões. Se levarmos em consideração apenas a inflação desse ano, podemos ver que esse pedido não é muito diferente ao gasto durante 1980.

Informações extra-oficiais nos dão conta de que o orçame-

41) Arquivo AESP, acervo DOPS (caixa 1466).

Jornal O Estado de São Paulo. Unicamp elimina jubramento. p.14. 20/11/1980.

Assunto: fim do jubramento, por votação no Conselho Diretor.



42) Arquivo SIArg, acervo ME.

Boletim do DCE. s/d. s/n. 1980.

Assunto: convocação para assembleias setoriais pelo Conselho Diretor para debater necessidades de cada unidade e assembleia geral para debater questões gerais.

# BOLETIM DO DCE

Estamos diante de uma nova fase na luta que temos travado em defesa do ensino público e gratuito e de mais verbas para a educação. A realização de Assembleias setoriais em todos os Institutos, já deliberada pelo Conselho Diretor, vai permitir um grande avanço desse movimento fortalecendo a unidade entre professores, funcionários e alunos. É um grande progresso para a democratização da UNICAMP e um instrumento essencial para as lutas de todos os membros da comunidade universitária.

Nas assembleias cada Instituto vai colocar as cartas na mesa: apresentar suas necessidades, seus problemas e deficiências e, de forma unificada, decidir o que fazer para conquistar as verbas de que precisamos para manter um nível pelo menos razoável de ensino na UNICAMP. Depois os estudantes realizaram uma Assembleia Geral para definir todas as reivindicações e enviá-las para o Governo do Estado. Nesta Assembleia também definiremos como agir no caso de recusa parcial ou total das reivindicações. Também realizaremos um ato público, dia 24, para pressionarmos o Governo e denunciar nossa situação para a população. Sabemos que a nossa luta se fortalecerá a medida que ganhar o apoio de outros setores sociais e se unificar dentro da própria Universidade através da participação de todos nas Assembleias Setoriais.

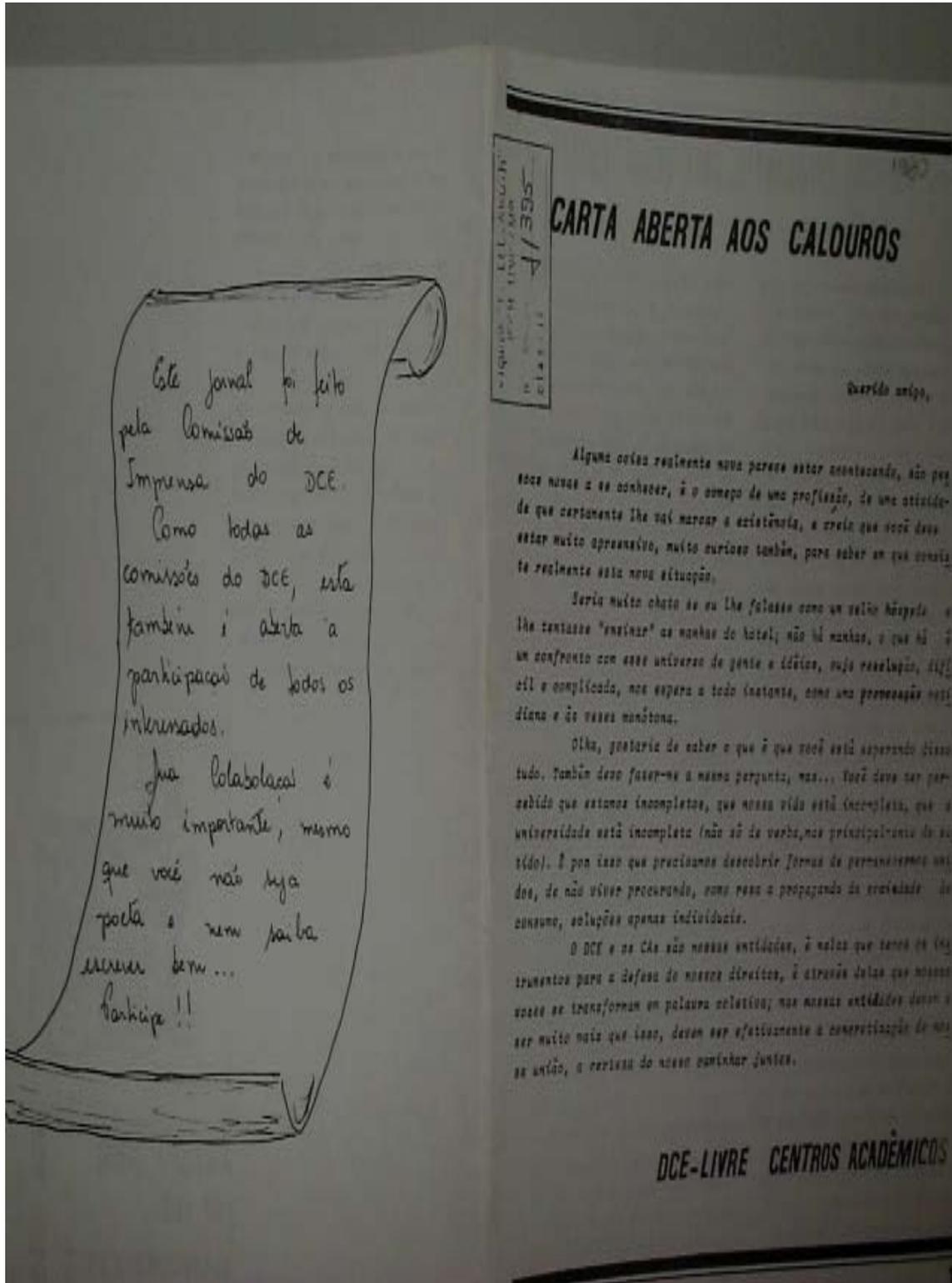
IMEDIATA SUPLENÇÃO de DE VERBAS PARA A UNICAMP!

TODAS AS ASSEMBLÉIAS SETORIAIS  
TODOS OS ATOS PÚBLICOS — 24-03

43) Arquivo AEL, acervo ME.

Carta aberta aos calouros. s/d. 1980.

Assunto: diversos (universidade, Campinas, conjuntura nacional, ônibus, moradia, cursos noturnos etc).



44) Arquivo AEL, acervo ME.

Carta programa chapa Força Viva. Eleições DCE 80-81. 12 e 13/11/1980.

Assunto: DCE, conjuntura, Universidade etc.

VOTE P/D.C.E. **FORÇA VIVA** ELEIÇÃO 12-13/NOV.



### Um Congresso da Unicamp.

A gente sente na UNICAMP um sentimento de problemas dos mais variados tipos. São questões como a participação democrática nas decisões da universidade, as condições de trabalho, ensino e pesquisa, a relação entre a UNICAMP e Campinas, a integração com os municípios, a utilização do campus à noite (cursos noturnos, biblioteca, jantar), vivência universitária, falta de creche, etc.

São questões que transcendem em muito um programa para o DCE e impõem a necessidade de um debate profundo entre as diferentes setores que compõem a UNICAMP.

A melhor ocasião para este debate vem a ser um congresso interno em 1981, organizado pelo DCE, ASSOC. ADUNICAMP, quando a Força Viva desta universidade (professores, funcionários e estudantes) possam estabelecer relações e apontar formas de luta adequadas.

### DCE: Entidade em construção

Após duas gestões, o DCE é ainda uma entidade em construção. Apesar de já termos conseguido uma organização mínima e certo respaldo político, o DCE ainda é uma entidade em construção. Assim, a principal tarefa da próxima gestão será a consolidação das bases políticas (reunir na lista de verbos, integrar os CNA, fazer a política e reconhecer o DCE) e estruturais (finanças, sede, centro de vivência, comissões).

A chapa Força Viva surge em torno de uma visão de trabalho comum para a próxima gestão do DCE, refletida nas prioridades levantadas nesta carta. Defendemos, portanto, o programa para o DCE de acordo com as necessidades dos estudantes da UNICAMP. Mas são infinitamente maiores e devem ser oportunizadas ao congresso.

Entre os que compõem a chapa temos pessoas que apoiam as siglas VOA, ATIVA e UNIUNIDADE para o DCE, pessoas do grupo RPT e independentes.

Coordenadoria geral: Sérgio Mullen (Eng. Elétrica)  
Cícero (Medicina)  
Percival (Letras)

Coordenadoria de finanças e patrimônios: Maria Helena (Sociologia)  
Coordenadoria de cultura: Bia (Música)  
Coordenadoria de imprensa: Jonas (Economia)  
Coordenadoria de pós-graduação: Cícero (Física)  
Coordenadoria social e esportiva: Nelson Rui (Química)  
Coordenadoria dos municípios: Carlos Alberto (Odontologia)  
Suplentes gerais: Colene (Sociologia) e Paulo Dalga (Medicina)  
Suplente para as faculdades: Elói (Química)

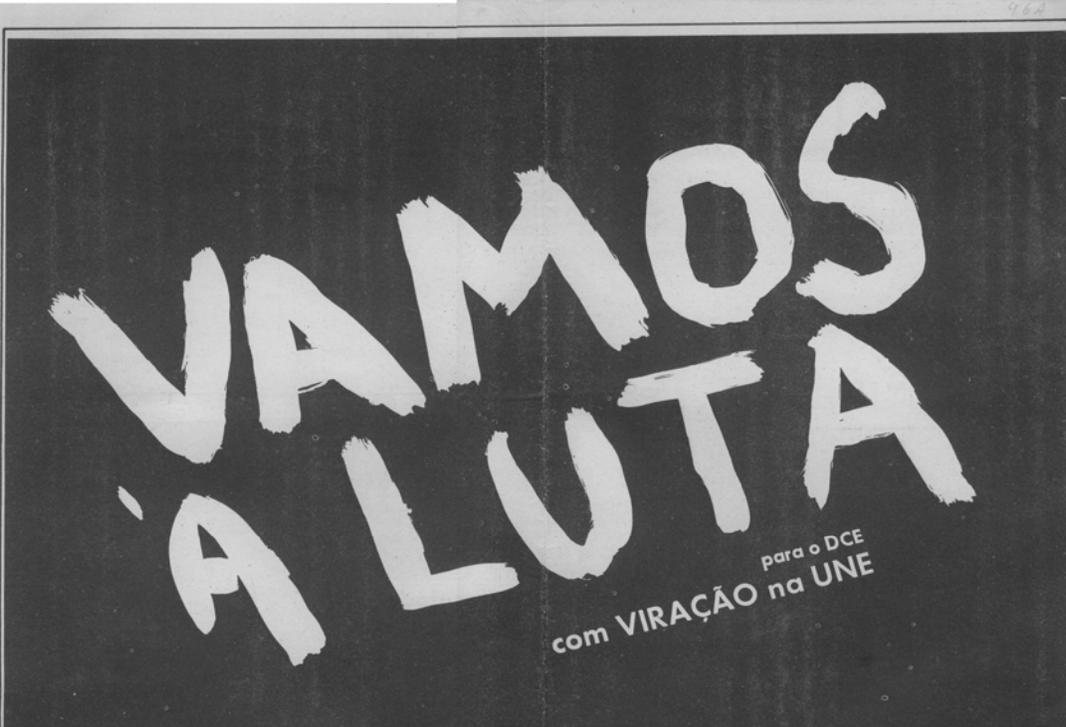
45) Arquivo SIARQ, acervo ME.

Carta programa "anti-chapa" Mobilização estudantil. Eleições DCE 80-81.

Assunto: apresentar propostas da corrente e críticas ao processo eleitoral naquele momento.



46) Arquivo SIARQ, acervo ME.  
Carta programa chapa Vamos à Luta. Eleições para o DCE 80-81.



**V**AMOS À LUTA é formada por uma parcela de estudantes que apoiaram a chapa VIRACÃO, e pelos estudantes que apoiaram a chapa MÃOS À OBRA nas eleições da UEE.

VAMOS À LUTA apoia a chapa VIRACÃO para a UNE.

VAMOS À LUTA é formada por diversos

estudantes que já trabalharam em Centros Acadêmicos e, acreditando na nossa capacidade de luta, propõem que, de forma organizada, avancemos na conquista das nossas legítimas reivindicações.

Temos é que botar Mãos à Obra para fazer uma VIRACÃO no DCE, no sentido de torná-lo nossa entidade representativa.

Infelizmente a última gestão "SAIR DESSA MARE" deixou de estar presente em inúmeras situações concretas de luta, bem como na própria organização dos departamentos do DCE. Tais fatos dificultaram ainda mais as nossas lutas contra a implantação do ensino pago.

Nossa preocupação fundamental é a de nos organizarmos não só nos nossos grupos de

trabalho, mas também no enfrentamento das lutas pela melhoria das condições de ensino.

Para que isto seja possível é necessário um trabalho coletivo e planejado, inclusive com os Centros Acadêmicos, pois nós estudantes temos condições de levar isto adiante, fazendo do DCE o nosso principal instrumento de unificação das lutas e pela nossa integração na vida universitária.



**Coordenadores Gerais:**  
Daniel (Engenharia)  
Horta (Engenharia)  
Cátio (História)

**Coordenador de Finanças:** Denise (Economia)  
**Coordenador de Esportes:** Flávio (Estatística)  
**Coordenador Cultural:** Rafael (História)  
**Coordenador de pós-Grad.:** Hugo (pós-Política)

**Coord. Campi externos:** Chico (Eng. Civil - Limeira)  
**Coord. de Imprensa:** Viotto (Eng. Alimentos)

**Suplentes:** Bidú (Química)  
Maurício (Engenharia) - campi externos  
Renato (Ciências Sociais)

## Carta do governador Maluf

Meu caro estudante da Unicamp  
Eu gostaria de dizer a você, você que constrói e engrandece o nosso Estado, que meu governo vem fazendo de tudo para melhorar as condições de ensino, porque na mesma opinião, o estudante é o futuro do Brasil.

A maravilhosa Unicamp é um exemplo concreto da ação edificante de meu governo, um governo marcado pelo trabalho constante, pois como já disse repetidas vezes e o faço aqui de novo, eu sou um escravo do trabalho.

Lá fomos o prédio da Matemática em fase de construção, que será um dos mais lindos do país; temos o monumental Ginásio de Esportes com capacidade para milhares de pessoas e que ainda será usado, não tenho dúvidas, nas Olimpíadas que pretendo trazer para São Paulo. O Hospital da Clínica em fase de acabamento será um dos mais completos do país.

A Unicamp também é uma mostra dos grandes investimentos que fazemos com equipamentos sempre dos mais modernos do mundo. É comum vermos muitos estudantes em torno desses equipamentos maravilhosos com o seu funcionamento.

O seu quadro de profissionais é dos melhores do mundo e também dos mais bem pagos.

Mas meus caros amigos da Unicamp, apesar de tudo isso, existem mais elementos, uma insignificante minoria infiltrada nas escolas, que insiste em denegrir a imagem de meu governo.

Afirmam que as obras da Unicamp estão paradas, quando na realidade elas, como tudo neste país, acompanham o ritmo da abertura do presidente João Batista Figueredo: lenta, gradual e segura.

Afirmam que desejo o ensino pago; fechar os restaurantes universitários e outras coisas mais, quando a realidade é bem outra. No caso do restaurante, por exemplo, proponho apenas pequenos aumentos condizentes inclusive com a realidade nacional.

Mas, meus caros amigos da Unicamp, esse ano darei um fim a essas agressões ao meu governo. Quando da visita do excelentíssimo Ministro da Educação Sr. Eduardo Portela a São Paulo, prometi a público 6 bilhões de cruzados à Unicamp, e cumprir a promessa.

E com essa medida, eu quero dizer a você, estudante da Unicamp, que todos os problemas estarão resolvidos. Estude bastante pois o Paulo e o João gramam.

E mais, em consideração especial a você, pretendo incluir a Unicamp no meu próximo governo itinerante. Além disso, darei ainda um recital de piano com minha obra máxima: Bionicos 82 - Paulo para Presidente.

Sem mais, caro estudante da Unicamp, espero que você continue firme nos estudos e com confiança nos governos federal e estadual pois tudo faremos para atendê-lo.

até breve  
Paulo Salim Maluf.

## Resposta dos estudantes ao governador

Caro Governador "Trombadinha" P.S. Maluf

De fato, podemos considerar num ponto a Unicamp é um belo exemplo da ação "edificante" de seu governo.

As construções estão grandiosas, os laboratórios sem equipamentos e os professores saindo de mãos "altas", salários pagos pela escola; e, para completar, as fundações mantendo e demandando nas nossas escolas.

Só que este ano as coisas já começaram a mudar.

A Engenharia, com o Cbs à frente, invadiu 4 vezes a Retortona e arrancou as verbas necessárias para não fechar as portas. Os compa-



nheiros da Pedagogia, reprimindo a dose, trouxeram Paulo Freire pra dentro da faculdade.

Mas não foi só, né, A Medicina esteve em greve por um mês, dando um chego pra lá nas pretensas de V. Excia. de jogar a Residência Médica nas mãos da FUNDAP.

E o preço do restaurante, excelência? Nem se fale.

Este, V. Excia. não conseguiu fechar.

E sabe o que o espera no próximo ano?

Pois é, e mais uma vez sentimos o "grande" valor de sua palavra: prontamente 6 bi para a Unicamp, um dia depois, malufaste 3 bi do prometido. Nos manda um orçamento para o próximo ano só 10% maior que o deste ano. E o que faço com a inflação de 110%? Já sei, tudo bem...

Nós sabemos que a educação nunca foi o "forte" de V. Excia., mas somos turcos e nada melhor que a vida pra te ensinar. E no dia 11 de novembro estaremos aí de novo, nas ruas, junto com todos os estudantes brasileiros exigindo os 12% do orçamento da União para a Educação. Não ra, que o problema não é só do Portela, né. Tua hora vem a galope!

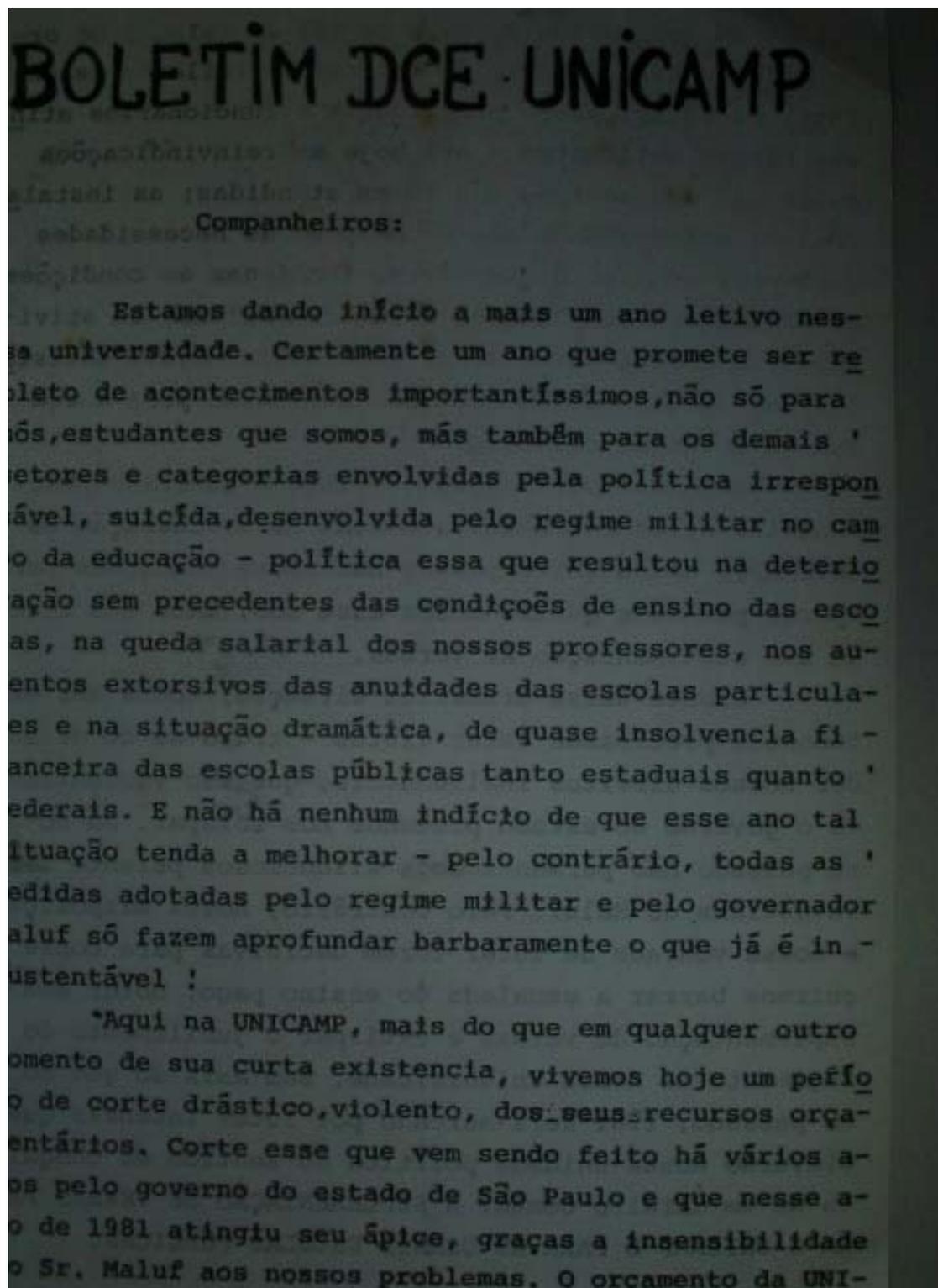
Estaremos preparando o nosso caixa. Vamos exigir a Suplementação de Verbas, e mais, vamos recuperar tudo aquilo o que nos tirou em seu "governo exemplar".

Mas Excelência, não se desespere, que pesadelo poder virão. O nosso dossiê de reivindicação será preparado. E não deixaremos barato, né. VAMOS À LUTA!

47) Arquivo AEL, acervo ME.

Boletim do DCE aos calouros. s/n. s/d. 1981.

Assunto: corte de verbas para a Unicamp vai levar a Unicamp a uma crise sem precedentes.



48)Arquivo SIARQ, acervo ME.

Boletim do Calouro 1981. s/d. 1981.

Assunto: apresentação do DCE, de Campinas e informações diversas.

## Amigo,

Sua presença é bem vinda, sua chegada traz a novidade das pessoas a se conhecer, da profissão a assumir e a curiosidade de saber em que consistirá essa nova situação.

Nos próximos meses nos sentiremos como quem tem visitas queridas, enquanto você estiver tateando esse universo de gente e idéias que, parece complicado enquanto se abre dia a dia na complexidade do cotidiano.

Nada queremos lhe dizer que estrague esse segredo, mas também não podemos evitar ter o comportamento de antigos e esperar, sempre ansiosos, a descoberta da angústia que a falta de razão de ser da nossa Universidade provoca, a dispersão das idéias e dos enpenhos, no empobrecimento das verbas e dos conhecimentos.

E esperar.... que a corrente que sobe, exige e cobra aos responsáveis o término dessa situação engrosse e se avolume.

## O QUE É O DCE:

O nosso instrumento fundamental é a entidade. O que existe por trás dessa palavra? A entidade é muito mais do que as lutas reivindicatórias e políticas, ela tem a função de ser um território aberto para que o estudante se realize em todas as suas dimensões: relacionamento com outras pessoas, discussão de arte, sexo, ecologia, família, droga.

Esta função é primordial nesta época do ano quando, quando tantas mentes e corações novos chegam para conquistar seu espaço. Cabe à sua entidade específica (seu Centro Acadêmico) e à sua entidade mais geral: o DCE - livre da Unicamp fornecer as condições e o espaço aberto para que não só nas salas de aula se concretize o seu crescimento (profissional, científico) mas que, no meio comunitário se dê também o seu crescimento humano e político.

É bom inclusive lembrar que, na sua primeira semana de aula você deverá procurar as diretorias de suas entidades

para participar das atividades da CALOURADA (integração(1) dos calouros à vida universitária) que terá entre outras atividades, um reconhecimento de todos os prédios e faculdades do campus, assim como dos restaurantes e áreas de lazer; um show de música popular (que se realizará no ciclo básico); além da Aula Inaugural e de gincanas.

O Diretório Central dos Estudantes tem a seguinte organização: a instância máxima é a Assembleia Geral, realizada num local público e com a presença de pelo menos 10% dos estudantes da Unicamp (no campus de Barão Geraldo isso dá aproximadamente 500 pessoas). Na Assembleia todo aluno tem direito a voz e voto, sendo necessária uma grande preparação prévia para que ela funcione adequadamente. Portanto é um instrumento que deve ser utilizado para questões muito importantes.

Abaixo da Assembleia existe o Conselho de Centros Acadêmicos, onde os



SE VOCE É  
BOM DE PAPO...

BAR  
CALDINHO

música ao vivo, forró

et

Casa dos Centros Acadêmicos da UNICAMP (rua Barão de Itapura, 1182)

49) Arquivo SIARQ, acervo ME.

Boletim da Comissão de Defesa da Universidade (CDU). 27/10/1981.

Assunto: encaminhamentos do movimento de resistência à intervenção governamental.

COMISSÃO DE DEFESA DA UNIVERSIDADE

Boletim Interno 27/10/81

A ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE DEFESA DA UNIVERSIDADE

A seguinte nota, emitida pela Comissão de Defesa da Universidade, pretende esclarecer a composição e o campo de atuação desta comissão no âmbito da atual crise da UNICAMP.

A CDU foi criada em uma reunião no sábado, 17/10 em que cerca de 200 alunos, funcionários e professores encontraram-se para discutir formas da UNICAMP responder à intervenção que acabara de sofrer. Estando presentes diretores das três entidades representativas de categorias- DCE, ASSUC e ADUNICAMP - estes declararam a necessidade da Universidade resistir como conjunto unitário à intervenção. A partir daí, formou-se uma comissão provisória entre os presentes, com os presidentes destas entidades, somados a um representante de cada unidade da Universidade. Esta comissão foi incumbida de coordenar as diversas iniciativas para mobilizar de pronto a Universidade e para obter apoio externo à sua resistência. Vinculadas a ela, formaram-se outras comissões voltadas diretamente para o estabelecimento de contatos externos com pessoas e entidades, para a efetivação de medidas jurídicas cabíveis e para o início de uma campanha financeira.

A primeira reunião da CDU no domingo, 18/10, sugeriu a composição definitiva pretendida para a comissão e para a sua coordenação central, que seria composta paritariamente, por quinze elementos incluindo os representantes das diretorias das entidades. Foi também estabelecida a pauta das Assembléias Setoriais de segunda feira, 19/10.

A partir de então, a CDU reformulou sua composição pretendida, fixando-se como comissão paritária com um representante da diretoria de cada entidade e com um funcionário, um aluno e um docente de cada unidade, estes indicados em assembléias setoriais. A efetivação desta composição ainda é deficiente por várias razões, como as represálias aos funcionários em seus setores de origem que têm reduzido sua presença. Outro problema que a CDU tem enfrentado é a participação apenas esporádica em suas reuniões dos representantes das diretorias das entidades.

Em duas reuniões diárias, a CDU vem conseguindo:

- agilizar a circulação de informações entre as unidades;
- uniformizar sugestões de pauta para as assembléias setoriais;
- recolher e substanciar as discussões e deliberações destas assembléias, tentando orientá-las produtivamente para as Assembléias Gerais;
- manter o controle, ainda que parcial, da divulgação interna de informações sobre o movimento como um todo;
- opinar sobre algumas das iniciativas públicas internas e externando o movimento.

A CDU não tem sido, entretanto, um órgão de discussão das questões centrais do nosso movimento por parte dos representantes das entidades, que não se integraram ao conjunto de seus membros.

Julgam seus membros que tal situação foi gerada e está sendo alimentada pela existência de uma multiplicidade de centros de decisão internos ao movimento. Tais centros refletem, basicamente, as condições políticas e os interesses específicos das categorias, unidades e, mesmo, de grupos particulares que conseguem autonomizar suas posições, independentemente de uma coordenação política mas ampla. Assim sendo, a CDU - sem reivindicar, como nunca pretendeu, qualquer tipo de direção política - propõe às assembléias setoriais e de categorias, uma reflexão profunda e séria sobre seu próprio estatuto no movimento da UNICAMP.

Que as assembléias decidam e definam os rumos da CDU. Assim, estaremos deliberando sobre as condições mesmas da unidade que pretendemos preservar.

50) Arquivo SIARQ, acervo ME.

Jornal do DCE. Agosto de 1981.

Assunto: vários (eleições para reitor, CoNEB, Conselho Diretor, entre outros).

# JORNAL DO DCE

unicamp

AGOSTO de 1981



## NESTE NÚMERO:

- ➔ Eleições para Reitor - pág. 1
- ➔ O DCE e o Conselho Diretor - pág. 2
- ➔ O projeto de fundações - pág. 3
- ➔ Autoritarismo na Bio - pág. 5\*
- ➔ Mudança em E.P.B. - pág. 6
- ➔ As soluções do CONEB - pág. 7

Este número do "JORNAL DO DCE" tem por objetivo informar e discutir aquelas que são por nós consideradas, as questões mais candentes para os estudantes da UNICAMP nos dias que correm.

Enfatizamos a problemática de verbas na Universidade e a questão da democratização, por julgamos que (como acertadamente a diretoria do DCE soube evidenciar em seu programa e ao longo desta gestão) esses dois polos contemplam de maneira direta ou indireta os principais problemas que nos atingem na escola hoje.

Não é difícil perceber que a UNICAMP atravessa um período de séria crise, mas tão importante quanto, é o processo de transformações que ela sofre. Assim, julgamos que é somente através da correta informação e ampla discussão desses temas que teremos condições e competência para inferir de maneira ponderável nos rumos dessas mudanças.

Foi dentro dessa filosofia que se desenvolveram as principais atividades e vitórias da atual gestão do DCE, como a extinção do jubileamento, a constituição da "comissão de negociação com o governador", a alteração qualitativa substancial na disciplina de PB, o processo de eleição do reitor, além de estarmos trabalhando na ocupação de 1/5 das cadeiras do Conselho Diretor e o reconhecimento do DCE por parte da administração.

Este jornal é portanto, o veículo que discute e sintetiza todo um trabalho que se refere a você, estudante da UNICAMP.



52) Arquivo AEL, acervo ME.  
Boletim do DCE. 03/82.  
Assunto: Reivindicações à reitoria.

03/82

# Boletim do DCE

DCE-UNICAMP, tendo participado do processo eleitoral do Reitor e de  
o a forma anti-democrática com que ele foi conduzido, considera que  
is numa fase do movimento onde é fundamental que reafirmemos nossas  
idicações imediatas e permanentes e mobilizemos os estudantes para  
sta-las.

scisamos retomar com mais vigor a luta pela democratização da UNICAMP  
ndo propostas concretas de estatuto e regimento, exigindo 1/5 já,  
ipando ativamente na solução de problemas da UNICAMP (transporte, vag  
não caindo numa postura derrotista e imobilista. Não podemos de forma  
ma ficar parados na ilusão de que o novo reitor resolva nossas pro-  
sem uma forte pressão da comunidade universitária. Vamos participar  
esos Centros Acadêmicos discutindo a situação de cada unidade e lu-  
tara aprofundar os espaços de atuação dos estudantes, fazendo com que  
entidades sejam reconhecidas e defendendo as assembleias paritárias  
afantes, professores e funcionários como órgão máximo de poder, assim  
para diretor. A participação de todos os estudantes é necessá-  
ria a das diretorias de CAs e do DCE!

ra orientar a discussão e orientar a nossa luta, a diretoria do DCE  
ta uma plataforma básica de reivindicações divididas entre aquelas  
tendemos conquistar agora do atual reitor, as que apresentaremos pu-  
nte ao novo reitor e alguns princípios do movimento estudantil com  
s desejamos que o novo reitor se comprometa, assim como lutas histó-  
a UNICAMP tais como a moradia estudantil e os cursos noturnos.

**NOTE:**

péssima situação do nosso transporte já vem sendo sentida nas filas  
que tem se formado na primeira semana de aula, principalmente nos  
es de pico.

entente o problema é muito mais grave do que isto: dos 450 milhões  
eiros calculados como necessários para manter o transporte normaliz-  
do ano, só vieram 260. Diante deste déficit imenso, a reitoria im-  
lidas de economia nas viagens e deu um prazo de um mês para o DCE  
le que se estude uma solução definitiva para o problema.

DCE, através de sua diretoria, entrou em contato com especialistas  
ção de transportes e já está analisando a situação. Numa avaliação  
mar criticamos a maneira como foi feito o atual contrato com a En-  
que dá a essa empresa lucros fabulosos: 1 viagem de 1 pessoa garan-  
a Ensatur Cr\$ 130,00. Portanto não estamos defendendo um contrato  
duamos abusivos. Em vista disso e considerando que é possível termos  
sporte eficiente e econômico, subsidiado pelo Estado de maneira  
onere estudantes e funcionários, temos as seguintes opções:

53) Arquivo AEL, acervo ME.

Panfleto. Órgão da coordenadoria do DCE. no. 0. 16/11/82.

Assunto: vários (transporte, reunião com reitor, calourada, CEB, entre outros).

**QUEN TEM VONTADE DE CRIAR?** 

Quem tem vontade, procure conhecer as comissões do DCE. Será que todo mundo sabe como elas funcionam? Nas comissões, quem trabalha, decide -- alô, uma idéia bem interessante, não? O papel da coordenadoria é auxiliar com os vastos recursos (?) de que dispõe o DCE, o trabalho destas comissões. Colocado isto, pense sobre as propostas destas comissões:

- A Comissão de Imprensa quer fazer um jornal mensal bem grande, bonito e colorido, preocupado em discutir de tudo: política, cultura, o movimento estudantil e vários etc; além disso, quer pensar na produção de debates, palestras e seminários, com sua posterior publicação; quem quiser, venha que estará sendo esperado.
- A Comissão Cultural, tem mais ou menos uns 20.000 projetos: da ativação de um cineclube, até o desenvolvimento de um calendário de teatro, música e dança na escola; os projetos mais ambiciosos, ficam para você se surpreender. O horário da Comissão Cultural é: dia 25/11 - Sa. feira na 10.2. Nesta reunião, o assunto principal será as Calouradas.
- Existe em formação uma comissão para a construção da rádio da escola - é isso mesmo!! Uma rádio FM, sim senhor e sim senhora. Venha construir a loucura junto com o pessoal.
- A Comissão de Ensino existe e quer discutir cursos, projetos, problemas: interessa a todos, não?
- Existe a Casa do DCE na cidade, o que é muito bom. Só que a casa está lá, nua e crua, sem ser utilizada, desocupada e vazia. Vamos encher de alegria aquilo lá! Esta idéia é para ser discutida por todas as comissões e por todo mundo, não acha?
- "Esporte é bobagem, não interessa aos estudantes, é alienação e coisa de gente burra." Se voce não pensa assim, que tal procurar o pessoal da Comissão de Esportes, a fim de que junto com as Atléticas, façamos uma universidade de participação, também nos esportes?

Por enquanto ficamos por aqui. Gostaríamos de deixar claro que este informativo, embora de uso exclusivo da Coordenadoria do DCE, reservará sempre um espaçozinho para anunciar dia, hora e local de reuniões das Comissões e de outras atividades, e de outras atividades.....

**PANFLETO**

Órgão da Coordenadoria do DCE - Nº 0001 - 26/11/82  
ESTE É UM BOLETIM SEMINARIAL E BILACENTRO

**O Conselho DIRETOR**

**não é mais aquele!**

leia e veja porque!  
(pág. 5)

**REVELAMOS!**  
**Nossas conversas**  
**com o Magnífico!**

Tudo revelado na  
página 6!

**CUIDADO!!**

Vem aí a bicha  
rãda! Arme-se  
para recebê-la!  
(pág. 3)

calourada 82